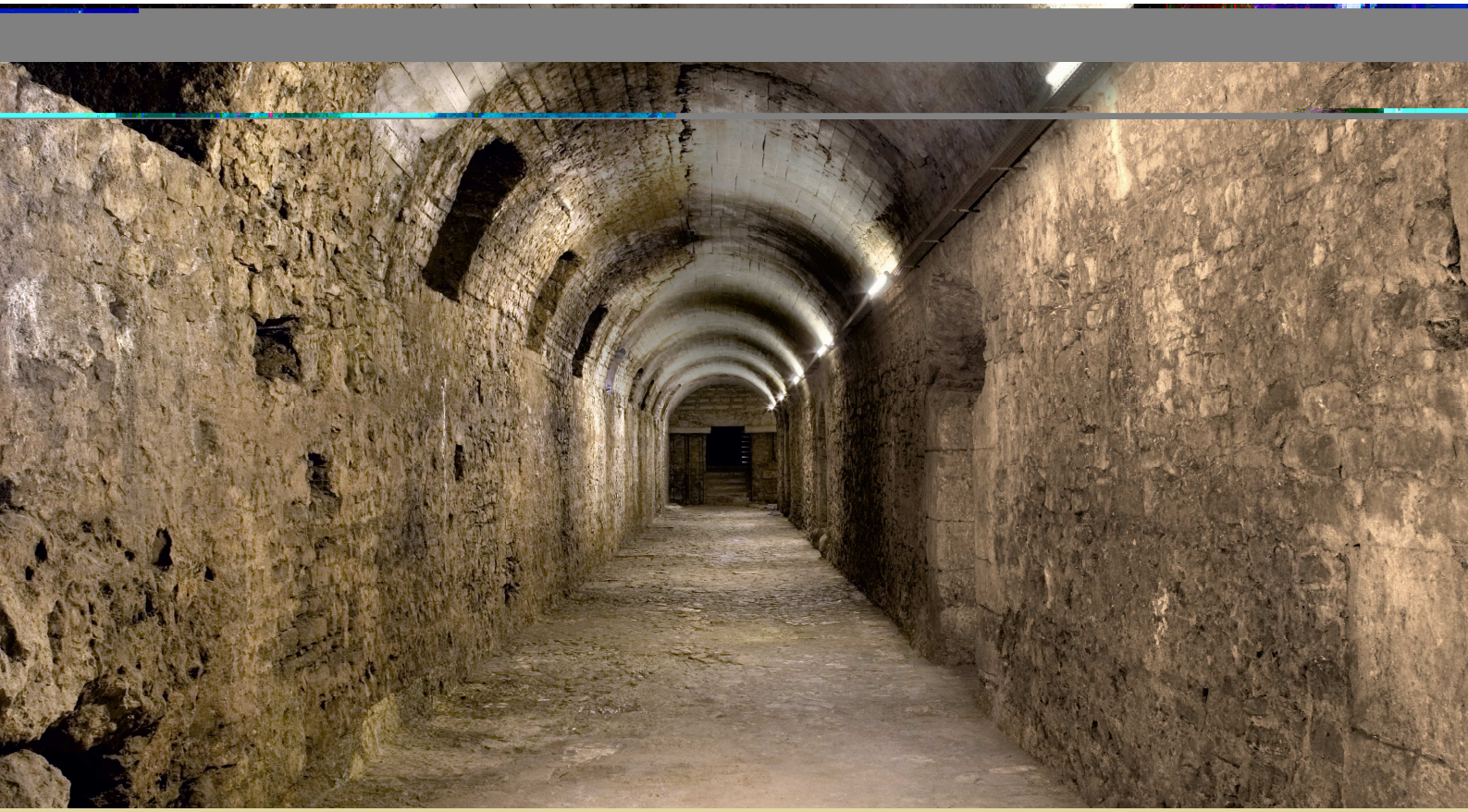


Ricardo Jorge Costeira da Silva

O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco.

Vol. I

Tese de doutoramento em Arqueologia, orientada pelo Professor Doutor Pedro C. Carvalho, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015

· U C ·

Universidade de Coimbra

FACULDADE DE LETRAS

O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco.

Volume I

Ricardo Jorge Costeira da Silva

FICHA TÉCNICA:

Título e subtítulo do trabalho:	**O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra: do fórum augustano ao paço episcopal de Afonso de Castelo Branco.**
Nome completo do autor:	**Ricardo Jorge Costeira da Silva**
Nome do orientador:	**Professor Doutor Pedro C. Carvalho**
Área científica:	**Arqueologia**
Ano de apresentação	**2015**

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

NOTA: o texto não está redigido conforme o novo acordo ortográfico.

FOTO DA CAPA: galeria oriental do piso superior do criptopórtico de *Aeminium* (Foto de Danilo Pavone).

Índice (volume I)

RESUMO 5

ABSTRACT 6

AGRADECIMENTOS 7

SIGLAS E ABREVIATURAS 9

0. INTRODUÇÃO 11

PARTE I – HISTORIOGRAFIA E ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS NO MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (MNMC). 15

1.A HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO MNMC 15

1.1 A intervenção da DGEMN 17

1.2. Os trabalhos da década de 1990 19

1.3. Os trabalhos de 1998-2011 23

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO MNMC À LUZ DO QUADRO CONCEPTUAL DA ARQUEOLOGIA URBANA. 23

2.1. Os trabalhos prévios 25

2.2. O contexto de obra 27

2.3. Em síntese 32

PARTE II – ANÁLISE DAS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS. 35

1. ÁREAS DE INTERVENÇÃO E METODOLOGIA 35

2. INVENTÁRIO, DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO ESTRATIGRÁFICA 38

2.1. Criptopórtico 38

2.1.1. Piso superior do Criptopórtico 39

2.1.1.1. Os trabalhos arqueológicos no piso superior do Criptopórtico 40

2.1.1.2. Estratigrafia, materiais e fases de colmatação das galerias do piso superior do criptopórtico 45

2.1.2. Piso inferior do Criptopórtico 50

2.1.2.1. Trabalhos recentes 52

2.1.2.1.1. Os patamares sul (sond.1) e norte (sond.2) da galeria longitudinal do piso inferior do Criptopórtico (sector C – área IV) 52

2.1.2.1.2. O remate ocidental do Criptopórtico (sector B – sondagem 2) 55

2.1.2.1.3. A derrocada da fachada ocidental do fórum e o muro de suporte da *loggia* quinhentista 56

2.1.3. Ala Sul (sector C – área I) 59

2.2. Plataforma superior 67

2.2.1. Área poente (sector C- área II) 67

2.2.2. Área central (sector C – área III) 69

2.2.3. Área nordeste (sector D – área I) 75
2.2.4. Área nascente - Claustro e Igreja de S. João de Almedina (sector D-área II) 81
2.2.4.1. Claustro de S. João de Almedina – sondagem 1 (D-II-1) 81
2.2.4.2. Igreja de S. João de Almedina – sondagens 2 e 3 (D-II-2 e 3) 81
2.3. *O quarteirão urbano a poente do fórum de Aeminium* 89
2.3.1. Gaveto da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras (Sector A) 89
2.3.1.1. A renovação urbanística de meados do século I d.C. 90
2.3.1.2. O quarteirão urbano a poente do fórum no dealbar do século I d.C. 92
2.3.2. Antigo Logradouro do Paço Episcopal (Sector B) 97
PARTE III – O ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO 103
0. INTRODUÇÃO, OBJECTIVOS DA ANÁLISE E METODOLOGIA 103
1. A CERÂMICA - INTRODUÇÃO E METODOLOGIA 106
1.1. Cerâmica de época pré-romana 111
1.1.1. A colecção 111
1.1.2. Síntese e problematização 114
1.2. Cerâmica de época romana 117
1.2.1. Os fabricos 118
1.2.2. Os níveis augustanos (inícios do séc. I d.C.) 124
1.2.3. Os níveis claudianos (meados do séc. I d.C.) 126
A. do fórum e criptopórtico 127
A.1. Cerâmica doméstica comum 127
A.2. Cerâmicas importadas 130
A.2.1. *Terra Sigillata* 130
A.2.2. Ânforas 135
A.2.3. Outras 135
B. do quarteirão urbano poente 136
B.1. Cerâmica doméstica comum 136
B.2. Cerâmicas importadas 138
1.2.4. Os níveis de abandono e destruição 141
1.2.4.1. Cerâmica fina tardia exumada nos aterros do piso superior do criptopórtico. 142
1.2.4.2. Cerâmica fina tardia recolhida na zona norte do logradouro do paço episcopal 144
1.2.4.3. Os níveis de destruição/abandono das estruturas da 2ª fase construtiva do sector A (gaveto da R. Borges Carneiro) 145
1.2.4.4. Os níveis de abandono do fontanário romano 146
1.2.4.5. Os níveis tardios identificados no espaço da Igreja de S. João 151
1.2.4.6. Síntese e periodização 152

1.3. Cerâmica de época medieval 154
1.3.1. Os fabricos 155
1.3.2. Os contextos dos séculos IX-X 157
1.3.3. Os contextos do século XI 160
1.3.4. Os contextos dos séculos XII-XIII 164
1.3.5. Os níveis de colmatação das galerias do piso superior do criptopórtico 168
1.3.6. Síntese, periodização e evolução 170
1.4. Cerâmica de época moderna - Introdução 174
1.4.1. Processo, contexto estratigráfico e datação: a periodização 175
1.4.2. Os fabricos 177
1.4.2.1. Cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas (Fases I, II, III, IV) 181
A – Fase I: Formas 181
B – Fase II: Formas 185
C – Fase III: Formas 188
D – Fase IV: Formas 192
1.4.2.2. Cerâmica de pasta vermelha com polimento interno (Fases I, II, III, IV) 199
A – Fases I e II: Formas 199
B – Fase III: Formas 200
C – Fase IV: Formas 201
1.4.2.3 - Cerâmica de pasta vermelha com polimento externo (Fases I, II, III) 203
1.4.2.4. Cerâmica de pasta vermelha com pintura a branco (Fases I, IV) 205
1.4.2.5. Cerâmica de pasta vermelha com listas brunidas (Fases III, IV) 208
1.4.2.6. Cerâmica de pasta vermelha com aguada (Fase IV) 214
1.4.2.7. Cerâmica comum fina e decorada de pastas vermelhas 217
1.4.2.7.1. Cerâmica com decoração em alto-relevo (Fase IV) 220
1.4.2.7.2. Cerâmica brunida ou com engobe brunido (Fases III, IV) 221
1.4.2.7.3. Cerâmica modelada (Fase IV) 223
1.4.2.7.4. Cerâmica empedrada (Fase IV) 226
1.4.2.8. Cerâmica de pasta vermelha vidrada (Fase IV) 230
1.4.2.9. Cerâmica de pasta cinzenta com superfícies alisadas (Fases III e IV) 235
1.4.2.10. Cerâmica de pasta branca vidrada (Fase IV) 236
1.4.2.11. Faiança (Fase IV) 242
1.4.2.12. Importações (Fases I e Fase IV) 249
1.4.2.12.1. Cerâmica de origem francesa (Fase I) 249
1.4.2.12.2. Cerâmica de origem espanhola (Fase IV) 251
1.4.2.12.3. Cerâmica de origem italiana (Fase IV) 254
1.4.2.12.4. Cerâmica de origem oriental – porcelana chinesa (Fase IV) 257
1.4.2.12.5. Cerâmica de centro produtor indeterminado (Fase IV) 258
1.4.3. Interpretação e evolução morfo-tipológica 259

1.4.3.1. Recipientes de cozinha 260
1.4.3.2. Serviço de mesa 266
1.4.3.2.1. Consumo de sólidos e semissólidos 266
1.4.3.2.2.Ingestão de líquidos 272
1.4.3.3. Armazenamento, transporte e serviço de líquidos 276
1.4.3.4. Preparação de alimentos/higiene: alguidares 283
1.4.3.5. Uso complementar: testos e tampas 284
1.4.3.6. Iluminação 286
1.4.4. A baixela cerâmica do Paço Episcopal de Coimbra durante os séculos XV e XVI: rupturas, continuidades e a grande reforma de meados do século XVI. 288
2. A NUMISMÁTICA 292
3. A ESCULTURA 295
3.1. O conjunto escultórico de época romana 295
3.1.1. Os retratos imperiais 296
3.1.2. Estátuas icónicas, outros retratos e vários fragmentos 298
3.2. Escultura de época medieval 303
4. ELEMENTOS ARQUITECTÓNICOS 308
4.1. Elementos arquitectónicos de época romana 308
4.2. Elementos arquitectónicos de época medieval 309
5. OUTROS MATERIAIS 313
5.1. A epigrafia 313
5.2. Os vidros 314
5.3. As peças de metal, pasta vítrea e osso 314
5.4. Os vestígios faunísticos 315
PARTE IV – GÉNESE E EVOLUÇÃO ARQUITECTÓNICA: DO FÓRUM DE AUGUSTO AO PAÇO EPISCOPAL DE AFONSO DE CASTELO BRANCO (CONFIGURAÇÃO E RECONSTITUIÇÃO DE ALGUNS ESPAÇOS) **317**
1. ÉPOCA ROMANA 317
1.1.Fórum e criptopórtico de Augusto 317
1.2.Fórum e criptopórtico claudiano 319
1.3.Trama urbana a poente do complexo forense 322
2. ÉPOCAS MEDIEVAL E MODERNA 323
2.1. Do abandono do complexo forense à fundação do Paço Episcopal 323
2.2. O Paço Episcopal até aos finais do século XVI 324
3. NOTA FINAL 329
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: **331**

Resumo

A presente dissertação incide sobre o núcleo de intervenções arqueológicas que de forma, mais ou menos, continuada se têm vindo a realizar desde a década de 1930 no Museu Nacional de Machado de Castro, local outrora ocupado pelo fórum da cidade romana de *Aeminium* e, posteriormente, pelo paço episcopal de Coimbra.

Do conjunto destas campanhas arqueológicas, sobretudo das realizadas nos últimos anos (2006-2008), resultou um manancial informativo singular assente num extenso repertório de registo estratigráfico (a carecer de revisão) e no volume do espólio recolhido (principalmente cerâmico) que se encontrava na generalidade por estudar.

O trabalho que se apresenta surgiu assim em resposta a estas lacunas de investigação, sentidas sobretudo ao nível da cultura material e da ausência de um estudo de síntese da história do monumento. Um trabalho que, combinando o universo dos dados arqueológicos reunidos ao longo das diversas intervenções aqui realizadas colige, fundamentando, o estado actual do conhecimento acerca da transformação orgânica deste conjunto patrimonial, desde a instalação do fórum romano de *Aeminium* até ao paço episcopal de finais do século XVI.

Pela sua extensão (quantitativa e cronológica) e virtualidade, a cerâmica foi considerada neste estudo como o primordial documento arqueológico, impulsionando a recuperação de aspectos relativos à ocupação deste espaço e colmatando, simultaneamente, assinaláveis hiatos no quadro histórico da cidade de Coimbra. Os contextos de proveniência do espólio apresentam-se maioritariamente selados e seguramente datados, testemunhando a ocupação contínua deste espaço na longa diacronia que vai do século I ao século XVII.

Da fusão e consentânea revisão de todas estas distintas plataformas de análise, que se convencionou designar como ensaio de arqueologia urbana, puderam-se esclarecer problemas pontuais que o edifício ainda colocava e sustentar as propostas de reconstituição arquitectónicas já anteriormente enunciadas. Mais uma vez se conclui que este documento histórico, vivo e vivido ininterruptamente durante os últimos dois milénios e onde o passado se encontra presente através dos seus volumes sobrepostos, apesar de feito, desfeito e refeito ao longo deste arco cronológico nunca deixou de se acomodar à sua raiz primordial – o criptopórtico de *Aeminium*.

Abstract

This dissertation focuses on the group of archaeological interventions that were carried out, more or less continuously, since the 30's at the National Museum Machado de Castro. This site was once occupied by the *forum* of the Roman city of *Aeminium* and subsequently by the Episcopal Palace of Coimbra.

The archaeological interventions, especially those carried out in recent years (2006-2008), provided a unique source of information based on extensive stratigraphic records (in need of revision) and on the collection of a high volume of archaeological remains (particularly pottery) which remained greatly unstudied.

The work here presented emerged in answer to those research gaps, mostly concerning the material culture and the absence of a synthesis about the monument's overall history. Therefore, the study combines the universe of archaeological data (gathered over several interventions at the site) compiling and justifying the current state of knowledge about the organic transformation of this heritage complex since the installation of the Roman *forum* of *Aeminium* to the Episcopal Palace at the end of the 16th century.

In this study pottery was considered the main archaeological evidence due to its extent (in quantity and chronology) and potential. It boosted the recovery of information concerning this site's occupation and, simultaneously, it bridged important gaps in the historical framework known for the city of Coimbra. The finding contexts of the archaeological remains are mostly sealed and safely dated, testifying the continuous occupation of this space in the long diachrony that goes from the 1st to the 17th centuries.

The fusion and coherent review of all these analytical platforms (in what is conventionally called an urban archaeology essay) allowed to solve specific questions still posed by the building and to support the reconstitution proposals previously stated. Once again it is concluded that this historical monument (alive and lived continuously during the last two millennia and where the past is present through its overlapping volumes) despite being made, unmade and remade throughout this time span, never stopped being adjusted to its primary root – the *cryptoporticus* of *Aeminium*.

Agradecimentos

Nado e criado na Alta de Coimbra, a escassos metros do Museu Nacional de Machado de Castro, sempre elegi o criptopórtico de *Aeminium* como um dos palcos privilegiados de brincadeira da minha meninice. Pudera eu descrever o assombro e fascínio que esta pasmável ruína teimosamente exercia sobre mim talvez fosse perceptível o acaso que me levou, um dia, a querer ser arqueólogo. Porém, naquela altura, longe sequer de imaginar que aquele poderia ser o início da caminhada que me trouxe até aqui…

A opção pela concretização deste projecto de doutoramento surgiu, de modo natural, após termos desenvolvido várias campanhas arqueológicas no local entre 2003 e 2008. Os lapsos e puras liberdades que o ensaio que se apresenta possa eventualmente conter são da minha inteira responsabilidade. Sublinhe-se, porém, que no que ele porventura tem de bom, fica a dever à inestimável colaboração de um conjunto de pessoas e instituições que me cabe enumerar.

Devo ao Doutor Pedro C. Carvalho a orientação deste trabalho. Contudo, o agradecimento sentido que lhe presto deve-se não só a esta orientação mas também a tudo o resto: por ter sido mestre de vários ensinamentos desde os tempos de estudante; pela protecção e consultadoria presencial e quotidiana durante os trabalhos de campo desenvolvidos neste local; pela confiança que sempre depositou no nosso trabalho; pela amizade manifestada.

Ao Doutor Jorge de Alarcão devo a orientação informal do trabalho. Agradeço o apoio concedido desde o primeiro momento, a disponibilidade total com que sempre se prontificou a sugerir linhas e abordagens de actuação, as correcções e revisão final do trabalho.

À Dra. Adília Alarcão agradeço a oportunidade que me concedeu em 2003, enquanto ainda directora do museu. Desde então sempre me distinguiu com o seu incentivo, reconhecimento e, acima de tudo, com a sua amizade sincera.

Estou grato a todos os que trabalham diariamente no Museu Nacional de Machado de Castro. Todos os funcionários, sem excepção, se identificaram com este projecto e contribuíram de forma activa e interessada, durante os trabalhos de campo e de análise laboratorial, sempre em espirito de equipa e sem regatear esforços. Embora me abstenha de os nomear com receio de, por lapso, me esquecer de algum, não posso deixar de referir a liberdade concedida no seio da instituição pela directora, Dra. Ana Alcoforado, que acompanhou este projecto desde o seu momento inicial e o Dr. António Pacheco que sempre nos prestou auxílio e agilizou processos.

No companheirismo do trabalho de campo reforço o agradecimento a Fernando Santos que juntamente comigo assumiu a direcção da campanha arqueológica de 2006-2008.

Durante a realização deste projecto estabeleceram-se vários protocolos de colaboração. Gostaria de agradecer à Dra. Isabel Pereira e ao Dr. Teófilo Silva o convívio salutar e o estudo da coleção numismática; ao laboratório Hércules, na pessoa de José Mirão, a análise química de alguns fabricos cerâmicos; a Cleia Detry a análise dos vestígios faunísticos.

A realização desta dissertação não teria sido possível sem o suporte financeiro concedido pela Fundação para Ciência e Tecnologia através de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/68343/2010/J0060269028) e sem o acolhimento institucional providenciado pelo Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património, a quem agradeço na pessoa da sua coordenadora – a Doutora Maria da Conceição Lopes.

De referir o apoio recebido pelo restante corpo docente do Instituto de Arqueologia da FLUC, nomeadamente da Doutora Raquel Vilaça, Doutora Helena Catarino, Doutor Domingos Cruz, Dr. José Luís Madeira, e da Eunice Dionísio.

Agradeço ao Adolfo Fernández a ajuda prestada durante a classificação de algumas cerâmicas provenientes dos contextos tardios; ao Luís Sebastian e a Paulo César Santos os conselhos referentes à análise do espólio cerâmico de época moderna; ao Dr. Manuel Luís Real o esclarecimento das dúvidas relacionadas com os elementos arquitectónicos e escultóricos de época medieval.

Gostaria de manifestar ainda a minha estima e consideração para com alguns amigos que estiveram mais próximos durante a consecução desta tese contribuindo, cada um à sua maneira, para a sua produção, nomeadamente ao Vítor Dias, Marcos Osório, Maria João Ângelo, Carla Alegria, José Nóbrega e Ana Bica.

A protecção e segurança oferecidas pela minha família, os meus pais e irmão, revelaram-se, mais uma vez, essenciais.

Finalmente, não sei como agradecer o contributo da Sara (Almeida). Porventura, nunca lhe conseguirei retribuir tudo o que fez por mim e por este projecto. Começo por lhe dedicar o seu resultado. Sem a sua presença constante e amparo inquestionável teria facilmente naufragado. Foi a primeira leitora, revisora e mais importante crítica, o farol que me guiou pelo intrincado labirinto da investigação. A ela fico igualmente a dever a quase totalidade das centenas de peças cerâmicas desenhadas que se apresentam e que, com a qualidade de execução e mestria do traço que lhe é reconhecido, lhe consumiram infindáveis horas de trabalho. Iniciei com ela este projecto em finais de 2010 - éramos dois, agora somos três. Uma última palavra para o Guilherme – o meu melhor projecto, o meu maior tesouro!

Siglas e abreviaturas

Ae II – Bronze, grande módulo.

Ae III – Bronze, médio módulo.

Ae IV – Bronze, pequeno módulo.

alt. – Altura.

As – Asse.

c.d.c. – Cerâmica doméstica comum.

Cap. – Capítulo.

Cf. – Conferir.

CRPT – Criptopórtico.

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

DRX – Difracção de raios-X.

Est. – Estampa.

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Fig./figs. – Figura(s).

Frag./frags. – Fragmento(s).

Gal. – Galeria.

Inv. – Inventário.

m. – Metro.

mm. - Milímetros

min. – Mínimo.

MNMC – Museu Nacional de Machado de Castro.

n.º - número.

NMI – número mínimo de indivíduos.

NMáxR – número máximo de recipientes.

p. / pp. – página ou páginas.

s/d – sem data.

s. n. – sem número.

s. p. – sem indicação de página.

séc./sécs. – século(s).

sond. – Sondagem.

TS – *Terra sigillata*

TSI – *Terra sigillata* itálica

TSS – *Terra sigillata* sudgálica

TSH – *Terra sigillata* hispânica

TSA – *Terra sigillata* africana

u.e./u.e.^{s} – unidade estratigráfica(s).

u.m. – unidade mural

vol. / vols. – Volume ou volumes.

0. Introdução

O Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC) é um dos edifícios históricos mais emblemáticos da cidade de Coimbra, celebrizado pela sua ampla e ininterrupta diacronia de ocupação que se dilata por mais de dois milénios. Instalado no ponto de maior centralidade da colina genética de Coimbra (**Fig. 1**), que se debruça sobre o Mondego, ergue-se, ainda hoje, sobre o criptopórtico dos fóruns da antiga cidade romana de *Aeminium* (**Fig. 2**).

De acordo com os mais recentes trabalhos arqueológicos desenvolvidos no local, a edificação do primeiro fórum e criptopórtico romano recua ao principado de Augusto, nos inícios do século I da nossa era. O espaço do centro político, social e económico da antiga *Aeminium* terá sido subsequentemente reformulado e significativamente ampliado em meados do século I d.C., ao que tudo indica, no tempo do imperador Cláudio. A escolha do local para a instalação do complexo forense, no ponto central do núcleo urbano e num terreno de acentuado declive, implicou a construção de um criptopórtico que operasse como suporte de uma plataforma horizontal de assentamento dos novos edifícios. O criptopórtico, constituído por dois pisos de galerias abobadadas (**Fig. 2**), resistiu ao desgaste dos tempos e ao estrago dos homens. Pouco, ou mesmo nada, restou ao nível do registo estratigráfico e arquitectónico para o período que medeia a queda do império romano e o século XI. No entanto, é neste local, após a tomada definitiva da cidade aos muçulmanos (já nas últimas décadas do século XI), que se inicia o processo que levaria à conformação do sítio como paço episcopal. A residência oficial dos bispos de Coimbra irá aqui permanecer até aos inícios do século XX quando, após o advento da República, é oficialmente cedido para a instalação do Museu. Ao longo destes últimos séculos (quase um milénio), este digno exemplar de arquitectura palaciana foi sendo sucessivamente remodelado, convertendo-se numa mole arquitectónica compósita que conjuga espaços construídos em diferentes épocas, estilos e escalas.

As intervenções arqueológicas neste sítio multiplicam-se desde a década de 1930. Numa primeira fase concentraram-se apenas nos trabalhos de desaterro e conservação do criptopórtico romano. Numa fase mais recente, relacionaram-se com os trabalhos prévios e decursivos do projecto de ampliação e remodelação deste museu, concluído em 2009. Do conjunto destas campanhas arqueológicas, sobretudo das realizadas nos últimos anos (2006-2008), resultou um manancial informativo excepcional assente num extenso repertório de registo e interpretação estratigráfica carente de uma conveniente revisão e no volume do espólio recolhido (principalmente cerâmico) que na generalidade se encontrava por estudar. Uma fracção deste

material encontra-se descontextualizada. Outra, mais significativa, redunda numa notável colecção a que foi possível atribuir cronologia rigorosa que, salvo raras excepções, se prolonga do século I até finais do século XVI. Porém, ressalvando alguns apontamentos marginais, a investigação arqueológica deste sítio tem convergido, quase em exclusivo, no estudo da arquitectura do edifício forense e do criptopórtico romano.

O trabalho que se apresenta surge assim em resposta e reacção às lacunas de investigação apontadas, sentidas sobretudo ao nível da cultura material e da ausência de um estudo de síntese da história do monumento. Um trabalho que, combinando o universo dos dados arqueológicos reunidos ao longo das diversas intervenções aqui realizadas, apresente, fundamentando, o estado actual do conhecimento acerca da transformação orgânica deste conjunto patrimonial, desde a instalação do fórum romano de *Aeminium* até ao paço episcopal de finais do século XVI. O âmbito cronológico deste projeto prende-se, essencialmente, com a expressividade e coerência dos níveis estratigráficos analisados que passam a estar praticamente omissos do registo arqueológico a partir da grande restruturação do paço promovida pelo bispo D. Afonso de Castelo Branco, finalizada em 1592, em que o espaço construído adquire, em traços largos, a sua morfologia actual.

Num panorama geral e actual em que os bens móveis recolhidos em contexto arqueológico passaram a ser entendidos como parte integrante e estruturante do património cultural, deverá ser-lhes dedicada a mesma atenção que à valorização e salvaguarda dispensada a monumentos e sítios. Neste sentido, e sendo o conhecimento da cultura material em questão claramente insuficiente no contexto da cidade de Coimbra, torna-se evidente que a resolução deste problema depende da ampliação substancial da actual plataforma de informação. Ou seja, afigura-se imprescindível a multiplicação de trabalhos no seio desta temática e muito concretamente os de cariz regional, micro-regional e de sítio, a fim de evitar meta-regularidades ou abstracções globais reflexo da falta de dados.

Neste âmbito, o objectivo mais lato do presente projecto passa por potenciar o alargamento e beneficiação do *corpus* cerâmico referente ao período que medeia entre o século I e a consolidação da Renascença. No entanto, ressalve-se que a colecção existente não convida a exercícios de generalização, mas em contraposição preconiza a criação de realidades individuais por meio da valorização do estudo regional. Com efeito, tendo por base um inventário volumoso, com um repertório variado de artefactos, formas e estilos, espera-se que este ensaio possa vir a constituir um guia representativo da cidade e área regional envolvente.

O material analisado é apreciado paralelamente e em função dos seus contextos de recolha que, por sua vez, sustentam a determinação e interpretação das transformações do espaço

construído. Com efeito, e consequentemente, pretende-se realizar o estudo de síntese da história do monumento combinando, de forma integrada, todos os recursos informativos disponíveis reunidos ao longo das diversas intervenções desde a década de 1930, tendo especial atenção ao registo minucioso efectuado nos trabalhos que acompanharam a obra de ampliação e remodelação deste museu (2006-2008).

Como forma de responder aos objectivos apontados delineou-se um plano articulado em várias fases contemplando essencialmente acções referentes ao estudo laboratorial e de gabinete, complementado apenas pelo alargamento da sondagem na área da antiga igreja românica de S. João e do antigo fórum augustano em 2011, uma vez que o trabalho de campo se encontrava praticamente concluído. O programa beneficiou de uma etapa inicial que foi além da mera pesquisa bibliográfica e procurou reunir matéria documental diversa (apontamentos, manuscritos, processos administrativos e fotografias) que providenciasse o enquadramento historiográfico das várias intervenções efectuadas no local. Seguiu-se o estudo de todo o mobiliário artefactual exumado no espaço ocupado pelo MNMC que foi submetido a processos de inventário, descrição, registo gráfico e fotográfico e contextualização sobressaindo, nesse processo, os resultados decorrentes do espólio recolhido nas intervenções mais recentes (nomeadamente da campanha de 2006-2008) proveniente de contextos maioritariamente selados e seguramente datados. Por fim, do cruzamento e sobreposição das diversas plataformas de análise, sobretudo da articulação do estudo dos lotes artefactuais com o *corpus* documental e vestigial recuperado surge a presente dissertação que procura concorrer, da forma mais completa possível, para a compreensão da organização e evolução espacial do sítio desde o século I até finais do século XVI.

O produto da investigação apresentada é inédito, não obstante alguns resultados terem já sido publicados (por vezes em colaboração com outros autores) ou se encontrarem no prelo. Esta situação inscreveu-se na opção de desenvolver um plano de divulgação preliminar que acompanhasse progressivamente o desenrolar do nosso trabalho, nos termos determinados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que subsidiou o projeto através de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/68343/2010). Com este enquadramento, destaca-se a apresentação preliminar da reconstituição do fórum de *Aeminium* de meados do séc. I (Alarcão *et alii*, 2009) e o ensaio da composição da malha urbana da cidade a ocidente deste espaço (Carvalho *et alii*, 2010; Silva, 2011a). Outros trabalhos, essencialmente votados ao estudo de colecções cerâmicas, resultam da participação em vários congressos internacionais constando da publicação das respectivas actas (Silva, 2013a; 2013b; 2014 e no prelo: a, b, c, d).

A dissertação é constituída por dois volumes. O primeiro divide-se em quatro partes onde são apresentados os métodos da investigação e os resultados obtidos. No segundo volume, de anexos, junta-se toda a informação gráfica e fotográfica (anexo 1 - Figuras), o desenho dos materiais (anexo 2 - Estampas), quadros de síntese (anexo 3 – Tabelas) e o catálogo estratigráfico das várias sondagens realizadas na campanha de 2006-2008 (anexo 4 – Sequência estratigráfica). Dada a limitação do número de páginas constante das normas de redacção para dissertações integradas no processo de Bolonha, não foi possível, tal como inicialmente se pretendia, juntar algumas das referidas imagens ao corpo de texto, tendo-se optado, ainda assim, por incluir determinados gráficos, tabelas ou quadros recapitulativos que, pela sua importância, auxiliam a leitura.

Parte I – Historiografia e âmbito das intervenções arqueológicas no Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC).

1. A história da investigação arqueológica no MNMC

A *praxis* arqueológica desenvolvida no Museu Nacional de Machado de Castro enreda-se, em certa medida, com a fundação deste espaço museológico (1911-1913) que implicou a realização de sucessivas obras de adaptação e reconversão do edifício que, ao longo de oito séculos, albergara o Paço Episcopal de Coimbra. Tradicionalmente, tem-se feito coincidir o advento da "prática arqueológica" neste local com o início dos trabalhos de desaterro das galerias do piso superior do criptopórtico do fórum romano de *Aeminium* ocorridos na década de 1930. Pode-se, no entanto, recuar a finais do século XIX o despertar da consciência colectiva para o valor patrimonial que este monumento congrega. O despontar desta realidade verifica-se durante a grande campanha de beneficiação da residência prelatícia, no episcopado de D. Manuel de Bastos Pina, em 1895-96, em que são descobertas mas destruídas várias estruturas de épocas anteriores e desmantelados restos arquitectónicos que assinalavam a herança secular do local. O coro de críticas decorrentes destas acções, publicado nos jornais republicanos da época[1], tem como alvo principal o director das Obras Públicas de Coimbra, Franco Franzão, que, entre outras "barbaridades", é responsabilizado pela concretização de um programa mal definido na ala norte do paço reconvertendo os traços de feição manuelina num neomanuelino desacertado e pela proibição do estudo e entulhamento das "enormes e ricas galerias subterrâneas" então descobertas. Entre as vozes mais indignadas encontra-se António Augusto Gonçalves que mais tarde, em 1911, é nomeado como primeiro director do MNMC. Durante o desempenho destas funções, que irá exercer até 1929, vê-se assombrado pela necessidade de adaptar a museu, rápida e forçosamente, com parcos recursos, o edifício até então residencial (que acusava um estado de conservação deplorável (Gonçalves, 1929). As reformas efectuadas durante este período revelam alguma preocupação pela salvaguarda da integridade arquitectónica do edifício. Porém, é também nítida a total ausência de interesses verdadeiramente arqueológicos (mesmo que pré-científicos), limitando-se a sua agenda à diligência antiquária de recolha de fragmentos escultóricos e arquitectónicos descobertos em diversas obras,

[1] Cf., a título de exemplo, TC, "Bagatellas", in *Resistência*, n.º 111, 12 de Março de 1896; TC, "As restaurações artísticas em Coimbra", in *Resistência*, n.º 154, 9 de Agosto de 1896 e n.º 155, 13 de Agosto de 1896.

como é exemplo o conjunto artefactual reunido durante a adaptação da igreja de S. João de Almedina, entre 1915-1922[2], a secção museológica (de arte sacra).

Vergílio Correia toma a direcção do museu em 24 de Novembro de 1929 e, "incorrigivelmente arqueólogo", logo percorreu as "galerias subterrâneas" que A. Augusto Gonçalves lhe assinalara como possivelmente romanas (Correia, 1946: 30). Este facto marca, verdadeiramente, a génese da investigação arqueológica neste local que é coincidente com o período de maior fulgor das obras de remodelação e adaptação do espaço, para o qual contribui, decisivamente, a acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (fundada a 30 de Abril de 1929). É sob a égide deste organismo que se inicia um ambicioso e renovador programa de intervenção no monumento, o qual determina a realização de várias escavações, picagens e demolições de paredes e novas construções. Estas acções tiveram como consequência a revelação de trechos antigos, quer de subestruturas quer de elementos móveis, que ajudam a reconstituir o fórum romano e o paço episcopal que na Idade Média aqui se instalou. As ditas obras foram acompanhadas numa primeira fase, até 1944, por Vergílio Correia e posteriormente, nas décadas de 1950 e 1960, por João Manuel Bairrão Oleiro. Através de relatórios internos, escritos publicados, fotografias e desenhos, ambos foram registando, como podiam, as novas descobertas. É nesta última fase que se libertam e consolidam as galerias do piso superior do criptopórtico (abertas ao público apenas em 1971). Com a conclusão do projecto de reabilitação da DGEMN, toda a actividade arqueológica neste local estagna. A investigação posterior pode ser repartida genericamente em dois momentos: a retoma dos trabalhos arqueológicos na década de 1990 e as intervenções que precederam e acompanharam a última grande obra de ampliação e requalificação do museu, já na viragem do novo século.

Entre 1989-1990 realizam-se novas campanhas de escavação no piso inferior do criptopórtico, sob a orientação de Jorge Alarcão e António Tavares, tendo então sido possível libertar as sete *cellae* centrais dos níveis de entulho, aflorar o nível de circulação original romano e sondar, pela primeira vez, os aterros contemporâneos da construção do edifício. Relacionadas com uma primeira fase de obras de remodelação das instalações do MNMC, decorrem entre 1992-1997 escavações sistemáticas e cientificamente conduzidas por Pedro Carvalho (1998). Esta intervenção permite apresentar uma primeira proposta de planimetria do fórum e fixar a sua cronologia de construção em meados do século I (coetânea do principado de Cláudio).

Em 1998 inicia-se uma nova sequência de trabalhos (prolongando-se por 2000, 2001 e 2003), antecedendo o projecto de requalificação do MNMC na zona contígua ao museu para poente, alvo da sua ampliação. Entre 2006-2008 decorre o acompanhamento arqueológico da obra de

[2] São autorizadas a 23 de Outubro de 1915 e terminam a 17 de Novembro de 1922.

ampliação e remodelação do MNMC que contempla novas escavações arqueológicas e uma particular atenção ao edificado. Os resultados destes trabalhos de salvaguarda contribuíram decisivamente para o esclarecimento de algumas questões que permaneciam em aberto, relacionadas com o edifício em toda a sua transversalidade temporal.

1.1 A intervenção da DGEMN

É sob o patrocínio directo da DGEMN, entre as décadas de 1930 e 1960, que se concretiza o primeiro grande projecto de remodelação e adaptação do monumento à função museológica. A investigação arqueológica durante este período encontra-se, inevitavelmente, associada a dois vultos da historiografia arqueológica em Portugal: Vergílio Correia e João Manuel Bairrão Oleiro. É errado pensar-se que o âmbito das suas acções arqueológicas apenas se confinou ao criptopórtico romano. Apesar desta grandiosa e intrigante construção lhes acossar continuamente o espírito de investigadores, nunca se demitiram de acompanhar as obras que fervilhavam à superfície. No decorrer do projeto e nas palavras de V. Correia (1946: 43) "cada vez que se profunda o seu solo ou descascam os seus muros" colocam-se a descoberto importantes trechos arquitectónicos e vestígios arqueológicos de diferentes épocas. Interessa aqui elencar os principais testemunhos dados à estampa na sequência destes trabalhos e que são determinantes para o estudo sistemático da transformação orgânica deste imóvel a que nos propomos.

Assumindo a direcção do museu em 1929, V. Correia anuncia um renovador e ambicioso programa de intervenção no monumento traçando objectivos claros na redefinição de um percurso museológico assente numa lógica expositiva que obedecesse a uma sequência cronológica e a um discurso racional. É sob a sua administração que os edifícios que compõem o museu vão sofrer uma reforma mais profunda. Contudo, as obras, que só terão início depois de 1932 (Correia, 1944: 10; Correia e Gonçalves, 1947: 162), evidenciam o respeito pela "topografia antiga" e tentativa de valorização dos vetustos fragmentos de arquitectura que vão surgindo. Um desses exemplos é a desobstrução e recuperação da porta medieval da cerca do Paço (também denominada por arco moçárabe), datada da 2ª metade do séc. XII, que concretiza entre 1937-38 (Correia, 1944: 7; Correia, 1946: 59), fazendo recuar o canto sudeste do edifício e alterando o terreiro fronteiro (**Fig. 3 e 4**). Paralelamente, no mesmo ano (1938), é descoberto o ângulo sudoeste do claustro pré-românico da igreja de S. João (Correia e Gonçalves, 1947: 37 e 160). A partir deste cunhal montam-se, no local original, os tramos parciais de duas galerias claustrais com arcadas (**Fig. 5**), reutilizando-se os elementos arquitectónicos ressurgidos nesta obra e nas de 1895-96 (quando se reconstruíam dependências do Paço) e de 1922 (durante a reconversão da igreja a museu de arte sacra (*Ibid*).

Esta estrutura será devidamente enquadrada por um pavilhão de dois andares (**Fig. 10 C e D**), destinados a exposição, levantado a partir de 1940 (Correia, 1946: 44-45). Os trabalhos que decorrem no corpo nascente irão pôr a descoberto os únicos vestígios conservados do templo românico (Correia e Gonçalves, 1947: 37). Subsistem, parcialmente, as paredes laterais e a fachada ocidental e conservam-se as bases de dois pilares colunados que sustentavam a abóbada e parecem perpetuar o traçado das três naves daquele edifício medieval (**Fig. 6**). As escavações realizadas na área correspondente ao actual pátio principal, promovidas em 1935-36[3], permitem identificar um conjunto de ossadas humanas e sepulturas abertas no extradorso das galerias do criptopórtico (**Fig. 7**), já antes reconhecidas por A. Augusto Gonçalves (Almeida, 1946: 122) e que se associam à necrópole medieval de S. João de Almedina. Ao mesmo tempo, em 1935[4], a edificação de um pavilhão no sector nordeste (**Fig. 8**) para albergar as carruagens episcopais leva à destruição do inestético palheiro da cocheira do palácio e à escavação do "terceiro pátio do edifício" localizado na área da "praça do claustro almedinense" (Correia, 1944: 11). Curiosamente, refreado o ímpeto inicial, a desobstrução do piso superior do criptopórtico é retomada em força em Julho de 1936[5]. Estes trabalhos incidiram especialmente nas galerias[6] A e B, que se encontram sotopostas ao corpo norte do edifício (Correia, 1944: 11).

Nos sete anos que se seguem à morte prematura de Vergílio Correia, em Junho de 1944, assume a direcção do museu o seu Conservador Ajudante, António Nogueira Gonçalves. É reconhecida a dedicação que votou ao registo e estudo das coleções, patente nos inventários do Museu ou nos catálogos de ourivesaria, têxteis e cerâmica, bem como a temas relacionados com a arquitetura e a escultura da Idade Média e da Renascença. Não obstante, o plano global de intervenção no edifício elaborado em 1935 pela DGEMN continuava em marcha. Em 1945, as fachadas sul e poente são totalmente refeitas (Correia e Gonçalves, 1947: 162) procedendo-se ao

[3] Cf. MNMC, *Correspondência expedida*, Vergilio CORREIA, "Ofício n.º 3/172 enviado ao Director do Museu e Laboratório Antropológico Doutor Eusébio Tamagnini", 28 de Abril de 1936, fol. 1. Neste documento faz-se referência à entrega de 23 crâneos e várias ossadas ao Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Contudo, Eugénia Cunha, que estuda este espólio no âmbito da sua dissertação de doutoramento, afirma que o respectivo material ósseo terá sido levantado na década de 1940 por Bairrão Oleiro (Cunha, 1994: 66). Não temos a certeza se a totalidade das ossadas terá sido exumada na intervenção dos anos 30, porém sabemos que aquele arqueólogo apenas ingressou no museu na década de 1950. O primeiro estudo desta colecção é publicado por A. Xavier da Cunha (1963).

[4] Cf. MNMC, *Correspondência expedida*, Vergílio CORREIA, "Oficio n.º 3/533 enviado ao Arquitecto Chefe da 4ª Secção dos Monumentos Nacionais", 4 de Abril de 1939, fol. 1.

[5] Cf. em "Relatório dos trabalhos realizados no Museu Machado de Castro entre 1934 e 1936", Julho de 1936, fólio 43.

[6] No capítulo II.2.1.1.1, será exposto, com o detalhe possível, o compêndio do faseamento dos trabalhos arqueológicos no piso superior do criptopórtico.

levantamento, sobre o renque saliente constituído pelo criptopórtico, de uma arcada e varanda corrida na extensão destes alçados (**Fig. 11**). Desconhece-se, porém, a extensão das obras de repavimentação de algumas salas da ala sul do museu (realizadas em 1949) que, acompanhadas por António Nogueira Gonçalves, terão subordinado a intervenção nalguns tramos do criptopórtico (Oleiro, 1956: 154).

Todavia, será entre 1955 e 1962 durante a administração de Luís Reis Santos (1951-1967) e com o acompanhamento de João Manuel Bairrão Oleiro[7] que se retomam e, praticamente, concluem os trabalhos de remoção dos entulhos que preenchiam a quase totalidade das galerias do piso superior do criptopórtico e se procede ao restauro das abóbodas derrubadas[8] (**Fig. 12 e 13**). Ainda assim, a sua abertura ao público do museu, cerca de dez anos depois (em 1971), determina que se realizem pequenas intervenções (em 1968 e 1969) associadas com a pavimentação e iluminação. No entanto, a obra de maior vulto ocorrida durante a direcção de Luís Reis Santos incide no gaveto nordeste, espaço outrora ocupado pelo Instituto de Coimbra (**Fig. 8**), com a construção de um edifício anexo que acolherá os serviços técnicos e administrativos do museu. De igual modo, todo o flanco norte e poente que gravita em torno do antigo pátio interno será alvo de obras de beneficiação entre 1965 e 1969 procedendo-se à sua uniformização com a obliteração dos janelões e traços neomanuelinos de finais do século XIX (**Fig. 9**). Esta campanha é ainda marcada pela decisão de transferência para aquele local, em Maio de 1966[9], da denominada "Capela do Tesoureiro" (obra de João de Ruão pertencente ao convento de S. Domingos), que implica a destruição de uma importante fracção do antigo paço quinhentista (**Fig. 10 A e B**), criando dificuldades de circulação interna e sérios problemas de conservação ao edifício.

O ambicioso ciclo de obras da DGEMN, concluído na década de 1960 e que não deixou um só recanto do museu intocado, tem o seu ponto alto no ano de 1965, quando lhe é reconhecida a sua qualidade de museu nacional.

1.2. Os trabalhos da década de 1990

As duas décadas que se seguiram aos trabalhos da DGEMN são marcadas, ao nível da arqueologia, por alguma acalmia que é fruída na organização e estudo das colecções e divulgação do criptopórtico romano à comunidade científica (Oleiro e Alarcão, 1973) e sociedade civil (Alarcão, 1971a) em geral.

---

[7] Este investigador começa a trabalhar no museu em 1950 como bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, tomando posse do cargo de conservador-ajudante do museu a 27 de Novembro de 1951 (Franco, 1984: XVIII).

[8] Entre Maio e Junho de 1958 procede-se igualmente à impermeabilização e reforço do extradorso das abóbadas do criptopórtico sotopostas ao pátio principal do museu (**Fig. 12**).

[9] Cf. DGEMN (Coimbra), *Capela do Tesoureiro – 1940-1965*, Ofício n.º 285 de 23 de Maio de 1966, pp. 1 e 2.

Em 1989 e 1990 são retomados os trabalhos arqueológicos no piso inferior do criptopórtico. Estas intervenções foram conduzidas no terreno pelo técnico superior assessor do museu António das Neves de Freitas Tavares, sob a orientação de Jorge de Alarcão. Em 1959 a DGEMN havia já realizado uma campanha de remoção de terras parcial direcionada aos entulhos depositados no topo norte durante as obras de beneficiação do Paço de finais do século XIX (1895-96). Aquela entidade terá, porém, privilegiado a intervenção no piso superior, que pretendia abrir aos visitantes do museu, relegando as galerias do andar inferior para um plano secundário, fruto, em parte, das dúvidas que subsistiam acerca da estabilidade das construções anexas. Refira-se ainda que, durante os três decénios (1959-1989) que enquadram estas acções, aquele espaço foi sendo gradualmente transformado em depósito dos elementos arquitectónicos e escultórios dos edifícios históricos desmantelados durante as obras de construção da Cidade Universitária (**Fig. 36 – C e D**). O objectivo traçado em 1989 era claro e pretendia concluir a remoção de terras que se acomodavam junto à parede das casas anexas, tendo em vista a abertura do piso inferior ao público (Alarcão, 1990: 2). A intervenção realizada neste ano e no seguinte terá ficado muito aquém do programa pré-estabelecido, como se depreende pela reduzida extensão da área sondada (**Fig. 14**). Circunstância que terá sido motivada, entre outros factores, pelo perigo de derrocada das casas anexas junto à fachada poente do criptopórtico e pela exiguidade do espaço sobrelotado com os vestígios artístico-patrimoniais (**Fig. 36**) recuperados ao longo dos anos de desmembramento dos edifícios históricos da Alta[10].

Apesar disso, foi possível caracterizar (em duas áreas distintas) a natureza dos aterros contíguos à parede anexa (**Fig. 14** – A8 e A10), libertar as sete *cellae* centrais dos níveis de pós-abandono, aflorar o nível de circulação original romano (**Fig. 14** – C11) e sondar pela primeira vez os aterros contemporâneos da construção do edifício (**Fig. 14** – C9). Contudo, nenhuma destas intervenções integrou um verdadeiro projecto de investigação. Os relatórios destes trabalhos

[10]Este depósito sempre condicionou a valorização e consequente abertura do piso inferior do criptopórtico ao público. As peças que aqui se acomodavam foram transladadas para reserva autónoma do museu entre 2004 e 2005, em momento prévio à execução do projecto de ampliação e requalificação do espaço museológico. Só após esta diligência se pode programar novas intervenções arqueológicas no local que, ainda assim, não tiveram a extensão inicialmente esperada. Em 2007, já em contexto de obra, realizaram-se sondagens na galeria norte e sul, suficientes para demonstrar que seria inapropriado remover os aterros que se encontram junto das paredes das casas anexas. Tal acção não só iria expor as fundações daquelas estruturas e criar problemas acrescidos à circulação no já de si acanhado espaço, como também poderia pôr em perigo a estabilidade desta fachada que suporta a *loggia* renascentista. Em 2009, o andar inferior do criptopórtico é finalmente aberto ao público.

nunca foram publicados e os materiais exumados convenientemente estudados tendo, por isso, pouco contribuído para o acréscimo do conhecimento sobre o sítio.

Assim sendo, com o intuito de clarificar alguns aspectos da organização estrutural do criptopórtico, nomeadamente a configuração e remate das suas fachadas e precisar a cronologia de construção do edifício, os trabalhos de escavação são retomados em 1992, sob a direcção de Pedro Carvalho e coordenados por Jorge de Alarcão, prolongando-se até Julho de 1997 (totalizando cerca de 30 meses de trabalho de campo efectivo). Este longo ciclo de escavações sistemáticas, que incidiu numa área superior a 200m^2 adentro do complexo forense, teve por base, pela primeira vez, os princípios estratigráficos preconizados por Harris (1989) que, de ora em diante, passaram a ser adoptados nas intervenções ulteriores.

A área sondada organiza-se em três sectores (sectores A, B e C (**Fig. 15**), definidos em função da sua localização.

O sector A[11] ocupou uma área de 56m^2 (14mx4m) a norte do antigo pátio interior, contíguo à Capela do Tesoureiro, e pretendia recuperar a configuração e limite da fachada setentrional do edifício romano (Carvalho, 1998: 25). Para além dos níveis estratigráficos coetâneos da construção do criptopórtico romano, destaca-se a identificação das fundações de uma abside (**Fig. 16 e 17**) que integraria a basílica do fórum (*Ibid.*: 26-58). O sector B[12] acomodou-se no espaço das antigas salas de exposição de escultura manuelina, numa faixa que acompanha todo o canto noroeste do edifício desde o remate da *loggia* renascentista até ao limite norte do museu (**Fig. 18 e 19**). Apesar da sequência estratigráfica registada neste sector ser fundamentalmente constituída por níveis de aterro datados dos séculos XVII/XVIII (*Ibid.*: 115), os resultados obtidos contribuíram para esclarecer alguns dos problemas relacionados com a reconstituição desta fracção da fachada poente do criptopórtico. Identificou-se a parede e frestas de iluminação e ventilação das duas *cellae* mais ocidentais do piso superior que se encontram recuadas relativamente às extremidades do criptopórtico (*Ibid.:* 114-116). Para além das estruturas romanas, destaca-se a descoberta de um muro em taipa interpretado como possível testemunho da ocupação inicial do bispado (*Ibid.:* 118,

[11] A primeira sondagem neste sector (**Fig. 16** – A1) foi realizada em Dezembro de 1991 por António Tavares e permitiu recolher um vasto conjunto de materiais cerâmicos de várias épocas e em bom estado de conservação, de onde destacamos o vaso pré-romano (provavelmente do período calcolítico) que se apresenta no capítulo III.1.1 (**Est. I – n.º 1 e Fig. 148-A**).

[12] A intervenção da sondagem 4, localizada no espaço delimitado pelo alçado setentrional do criptopórtico e a fachada norte do edifício do museu (**Fig. 18**), foi novamente realizada por António Tavares em 1993. Este removeu os estratos por camadas artificiais. Torna-se assim difícil interpretar a sequência estratigráfica apresentada no seu pequeno relatório (Tavares, 1994) e contextualizar o espólio exumado, tendo ficado, no entanto, o registo de alguns dos alçados.

fot. 31) e um corredor abobadado (**Fig. 19**), de época posterior, que punha em comunicação o paço episcopal e o logradouro/jardim situado a oeste (*Ibid.:* 123-124; Cf. Pl. 27, sond. 7 e 9 – est. G). Finalmente, a intervenção do sector C, localizado no ângulo sudeste do criptopórtico sob a antiga sala da Renascença (**Fig. 15**), tinha por objectivo desentaipar um vão de acesso a esta zona meridional e esclarecer de que modo se articulava o espaço que medeia a galeria E do piso superior e a fachada sul do edifício. A sequência estratigráfica deste aterro deixou observar uma sucessão de níveis de circulação modernos e medievais que se sobrepunham aos níveis de abandono e/ou destruição do fórum (*Ibid.:* 128-130). Por sua vez, sob este terrapleno foi identificado um patamar com dois vãos de escadas de acesso à esplanada do fórum e o extradorso da abóbada que cobre a cloaca *maxima* que corre de nascente para poente ao longo da parede exterior da galeria E (*Ibid.:* 131-133) (**Fig. 20 e 21**).

Estas intervenções permitiram ao arqueólogo apresentar uma primeira proposta de planimetria do fórum (**Fig. 22**) e determinar a sua cronologia de construção de meados do século I, coetânea do imperador Cláudio (Carvalho, 1998). Para além disso, e pela primeira vez, se documentam de forma científica as escavações e se apresenta um estudo exaustivo do espólio exumado, embora circunscrito ao material de época romana proveniente de unidades estratigráficas cuja cronologia de formação ou depósito é contemporânea ou anterior ao processo de construção das estruturas do complexo forense que lhe estão associadas (*Ibid.*: 21).

A estratégia adoptada por Pedro Carvalho foi sendo retocada em função de condicionalismos resultantes das obras de remodelação que, numa fase inicial, decorriam simultaneamente no museu (Carvalho, 1998: 18). Em 1992, durante os trabalhos de construção de instalações sanitárias e do antigo bar no corpo norte, quando se procedia à decapagem da parede leste-oeste, correspondente à fachada principal do paço voltada a sul, foi posta a descoberto a cantaria de uma porta (**Fig. 23**) que se tem atribuído ao primeiro edifício episcopal (provavelmente de fins do século XI). Por não se conjugar com o projecto de reabilitação em curso, foi então deslocada da sua posição original e remontada noutro ponto, mas incorporada num muro que a ocultou[13] (**Fig. 23**).

Apesar dos sucessivos melhoramentos no edifício, na década de 1990 as áreas continuavam a ser insuficientes, desarticuladas e as infra-estruturas não se adequavam aos quesitos de um museu moderno. Por esta altura, consolida-se o programa de ampliação do museu contemplando todos os aspectos estruturais e expositivos. As obras que irão concretizá-lo serão precedidas e acompanhadas por novas e extensas campanhas arqueológicas.

[13] Redescoberta no decurso das obras realizadas em 2007, foi desmontada.

1.3. Os trabalhos de 1998-2011

Tendo por objectivo delinear a estratégia de futuras intervenções arqueológicas antes do início das obras do grande projecto de requalificação e ampliação do museu, inicia-se em 1998 uma sequência de campanhas arqueológicas (prolongando-se por 2000 (Ramos, 2000), 2001 (Ramos e Ribeiro, 2001) e 2003 (Silva, 2004) que incidem na zona contígua a poente daquele edifício (**Fig. 24**), mais precisamente na área do antigo logradouro do paço episcopal e num espaço devoluto situado num gaveto junto à intersecção da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras, perfazendo cerca de 300m^2 (**Fig. 133**). Estes trabalhos puseram a descoberto vestígios de época romana, em admirável bom estado de conservação, que possibilitaram o ensaio da composição da malha urbana da cidade de *Aeminium* a ocidente do *forum* e da fachada poente do criptopórtico claudiano (Carvalho *et alii*, 2010; Silva, 2011).

Entre 2006-2008 concretiza-se o acompanhamento arqueológico do projecto de execução da obra de ampliação e remodelação do MNMC. Esta nossa intervenção incidiu sobre uma área que totalizou cerca de 750m^2 (**Fig. 24**) e os seus resultados (assim como os elementos recolhidos durante o acompanhamento da picagem e desmontagem de paredes) contribuíram para o esclarecimento de algumas questões relacionadas com a transformação orgânica do edifício, ao longo da sua ampla diacronia, que permaneciam em aberto. Em consequência dos dados obtidos foi já possível elaborar uma inovadora proposta de reconstituição tridimensional do criptopórtico e *forum* claudiano, assim como apresentar novos vestígios que deixam antever a existência de um primeiro fórum (antes desconhecido) de datação augustana (Alarcão *et alii*, 2009). Entre Abril e Junho de 2011, e já integrado no projecto doutoral, procede-se ao alargamento da sondagem arqueológica realizada em 2008 junto ao pilar setentrional da nave central da igreja românica de S. João que concorreu, entre outros contributos, para acrescentar conhecimento sobre este primeiro momento de construção do *forum* de *Aeminium*.

2. A intervenção arqueológica no MNMC à luz do quadro conceptual da Arqueologia Urbana.

Numa cidade com um núcleo histórico perfeitamente consolidado como Coimbra, que assume em diversas épocas uma posição geo-estratégica determinante, as dificuldades em conhecer o seu passado mais remoto são inúmeras. Neste sentido, a arqueologia urbana da cidade, e produzida na mesma, assume um papel de relevo ao conferir-lhe uma nova dimensão espacio-temporal, por vezes desconhecida, conformando-se como derradeira oportunidade para reconstruir ou refutar o discurso histórico vigente. É neste contexto que ao edifício e ao próprio espaço onde se encontra

implantado o Museu Nacional de Machado de Castro se arroga um papel de destaque por encerrar a mais ampla diacronia de ocupação atestada na urbe conimbricense. Este documento histórico, vivo e vivido ininterruptamente ao longo dos últimos dois milénios, onde o passado se encontra presente através dos seus volumes e áreas sobrepostas e em constante mutação, poderá ser visto como um dos casos paradigmáticos no actual quadro da arqueologia urbana em território português.

A riqueza dos vestígios arqueológicos e patrimoniais que este espaço congrega implicou a prossecução de um programa de trabalhos arqueológicos rigoroso com o objectivo de minimizar a ocorrência de impactes negativos, do ponto de vista arqueológico e patrimonial, decorrentes do projecto de execução da obra de ampliação e remodelação do museu, recentemente concluído. É inserido neste panorama que, como já foi sublinhado, desde a década de 90 do século transacto se tem desenvolvido um conjunto de acções preventivas neste monumento e na área contígua a poente - acções consumadas em finais de 2008. A partir da experiência adquirida, tendo em conta as principais linhas metodológicas e estratégias que nortearam o referido processo arqueológico de salvaguarda, e em jeito de balanço da referida intervenção arqueológica, dá-se o mote para uma breve reflexão sobre algumas problemáticas transversais ao cenário da arqueologia urbana em Portugal. Não cabe aqui fazer um diagnóstico aprofundado das várias contingências da prática arqueológica em meio urbano em território nacional. Este, acompanhando a evolução do próprio conceito de Arqueologia Urbana, tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos pelo menos desde 1985, data do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (AAVV, 1986). Desde então, sobre este assunto, já muito foi dito, escrito e rescrito. Importa neste campo citar a acção de autores como Francisco Sande Lemos (1999; 2000; 2004a; 2004b; 2006), Manuela Martins (Lemos e Martins, 1992; Martins e Ribeiro, 2010), Fernando Real (1991), António Carlos Silva (1986), Carlos Fabião (1994), Jorge de Alarcão (1994) entre outros. Por outro lado, a reboque do grande crescimento que a profissão conhece sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990 com a multiplicação de trabalhos de cariz "preventivo", a Arqueologia Urbana irá padecer de muitos problemas que também a actividade arqueológica em geral conhece. A par do desenvolvimento e melhorias significativas, também muitas insuficiências e aspectos negativos poderão ser apontados. Muitas das questões levantadas por vários autores poderiam ser resolvidas por uma reformulação e adequação normativa. A este título refira-se que a recente revisão do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos[14] chega tardiamente e a modos de ser novamente revisto. Para além de continuar a não premiar as "boas práticas" ou a institucionalização do desempenho e conteúdos valorizando o

[14] Decreto-lei n.º 164 de 2014, que vem substituir o Decreto-lei n.º 270 de 1999 que, por sua vez, foi redigido na sequência da estratégia de enquadramento da actividade arqueológica herdada da década de 1980.

mérito e qualidade dos trabalhos que continuam a ter uma componente quase exclusivamente técnica, a Arqueologia Urbana permanece sem um enquadramento normativo particular que responda eficazmente às especificidades que encerra e já antes enunciadas por Francisco Sande Lemos (2006). Voltamos a afirmar que não é nossa intenção fazer uma análise circunstanciada de toda esta problemática que é complexa, envolve vários sectores da actividade arqueológica e que já tem vindo a ser abordada com a devida e necessária profundidade. De todo o modo, não nos coibimos de aqui deixar brevíssimas considerações pessoais a partir do caso do MNMC acerca de alguns tópicos inerentes a esta temática. Não obstante o conjunto de dificuldades e de algumas carências dos trabalhos de arqueologia que se desenrolaram no quadro do projecto de requalificação e ampliação do MNMC, no final poderá entender-se este processo a certo nível modelar, tendo cumprido os principais objectivos centrados no estudo, protecção e valorização do património histórico-arqueológico de um dos sítios mais emblemáticos da cidade de Coimbra. Centremo-nos na importância da implementação de trabalhos prévios à execução da obra, à tentativa de conciliação das exigências da obra com a identificação e salvaguarda do património histórico e na proficuidade de se investigar e publicar atempadamente. Esperamos, por último, que esta dissertação faça prova de que intervenções em contexto de obra e investigação histórica e arqueológica não são nem devem ser processos incompatíveis.

2.1. Os trabalhos prévios

Em Outubro de 2006 marcava-se o arranque da grande obra de ampliação e remodelação do museu e, consequentemente, o início dos trabalhos preventivos de acompanhamento arqueológico da mesma. Não obstante, o forum e criptopórtico de *Aeminium* e suas áreas circundantes contavam, à data, com um vasto historial de investigação arqueológica que importa referir de modo a sublinhar, mais uma vez, a capital relevância da implementação de fases de pré-avaliação e apreciação do impacte arqueológico de um projecto de construção com afectação do subsolo e/ou a cota positiva. O incremento de trabalhos prévios permite reduzir a imprevisibilidade da ocorrência de vestígios patrimoniais relevantes em etapa avançada de execução de determinado projecto e delinear com maior rigor e detalhe o plano de intervenção prevista em fase de obra. Através deste processo o arqueólogo fica habilitado a traçar uma "carta de sensibilidades" onde se diagnosticam as áreas de maior interesse arqueológico, onde é expectável o aparecimento de vestígios mais significativos, e outras de baixo potencial patrimonial ou afectação mínima. Neste sentido, a comunicação destas informações à equipa projectista durante o período de elaboração do projecto concorre para que este se possa adaptar às pré-existências já conhecidas, acautelando danos patrimoniais desnecessários e, em última e desejável instância, poderá mais facilmente

convergir na opção de integrar e valorizar os vestígios arqueológicos mais dignificantes. Por último, autoriza o estabelecimento de um metódico caderno de encargos dos trabalhos arqueológicos a realizar em fase de obra, devidamente calendarizados e cabalmente orçamentados, evitando, em grande parte, os habituais constrangimentos e linhas de tensão que se estabelecem entre os diversos intervenientes: arqueólogo, construtor, projectista e dono de obra.

Como é amplamente apontado anteriormente, a investigação arqueológica no MNMC remonta à década de 1930. Estes trabalhos foram, ao longo dos anos, permitindo recolher informação sobre a génese da ocupação humana no local e acerca dos testemunhos materiais e estruturais dessa presença efectiva ao longo dos últimos dois milénios. Este conjunto alargado de intervenções permitiu que muitas "condicionantes" arqueológicas pudessem ser previstas antes do início da grande obra face ao conhecimento que a equipa de arqueologia dispunha do edifício, acautelando assim a possível ocorrência de impactes negativos sobre os elementos patrimoniais. É neste âmbito que se poderão considerar decisivas as campanhas realizadas por Pedro Carvalho entre 1992-1997 (numa área superior a 200m^2 no espaço do complexo forense – **Fig. 15**) e os trabalhos arqueológicos levados a cabo entre 1998 e 2003 (**Fig. 133 e 141**) na área contígua a poente do edifício do museu[15]. Estas últimas sondagens de diagnóstico que logo se converteram em escavação em área revelaram inesperados testemunhos patrimoniais em muito bom estado de conservação e relevantes não só para o estudo do sítio, mas também para a própria história da cidade, condicionando de imediato o debuxo das novas construções em fase de anteprojecto. Concluídas estas escavações (que abrangeram cerca de 525m^2) procedeu-se à avaliação dos resultados obtidos. Para além de, como veremos, possibilitarem o ensaio da traça da malha urbana da cidade de *Aeminium* a ocidente do forum, atestando a adopção do clássico traçado ortogonal devidamente acomodado às naturais condições geo-morfológicas do terreno, permitiram ainda a reconstituição da fachada poente do criptopórtico claudiano. Facilmente se determinou o inegável valor patrimonial destas estruturas, singulares no contexto urbano de Coimbra e em notável estado de conservação. Com efeito, propôs-se, com sucesso, a valorização e integração destes vestígios no futuro projecto de ampliação do museu.

Em virtude da realização atempada de trabalhos arqueológicos prévios foi possível fornecer à equipa projectista, ainda em fase de concepção do projecto, o levantamento topográfico das estruturas a preservar. O projecto conciliou assim, harmoniosamente, as novas construções e as pré-existências retidas no subsolo. Por fim, o museu viu o seu percurso de visita e consequente

[15] No antigo logradouro do paço episcopal e num espaço devoluto situado num gaveto junto à intersecção da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras.

área expositiva ser ampliada em cerca de 300m^2, que pode ser fruída directa e livremente por toda a comunidade que percorre a Rua Borges Carneiro.

Nem sempre é possível integrar e valorizar ruínas arqueológicas em meio urbano. Esta opção poderá revestir-se, tal como se tem debatido tantas vezes, de uma certa conflitualidade. Ao contrário dos monumentos históricos que conseguiram sobreviver à época que lhes deu origem sendo assumidos por tempos históricos posteriores, é difícil estabelecer uma dialéctica com aqueles, por vezes, desgarrados testemunhos do passado. Apresentam graves problemas de integração num tempo que lhes é estranho e num espaço a que pertencem mas que já não lhes pertence. Queremos com isto sublinhar que a opção de valorização implica simultaneamente preservação, conservação, restauro e musealização, para além de um compromisso de honra inicial do projectista e de futuro entre o promotor e as populações que terão de sentir estas ruínas como suas. De qualquer modo, toda esta problemática que se desenvolve a jusante da descoberta arqueológica só se coloca quando a intervenção é feita prévia e atempadamente ao projeto de execução. A implementação de trabalhos arqueológicos prévios a grandes projectos de construção abrange uma esfera alargada de benefícios favorecendo inicialmente a prática e investigação arqueológica, concorrendo em prol da salvaguarda do património histórico-arqueológico e da memória e identidade colectiva das comunidades que dele podem usufruir e, em última instância, evita o desperdício de dinheiros públicos ou privados decorrente da suspensão ou alteração do projecto em fase de execução.

2.2. O contexto de obra

Apesar do esforço empreendido na realização de trabalhos arqueológicos prévios que abrangessem o máximo de área afectada pelo projecto em causa e de que resultou a caracterização total do espaço que se encontrava devoluto e alvo do projecto de ampliação, foi inevitável adiar a execução de certas escavações decorrentes do programa de remodelação das antigas instalações do museu para contexto de obra. Para além de envolverem a mobilização de meios logísticos de grande porte, implicavam a evacuação provisória de várias colecções expostas e o subsequente encerramento do museu por muito mais tempo. Em consequência, o museu manteve-se em funcionamento até vésperas de instalação do estaleiro de obra, adiando a realização das escavações arqueológicas subjacentes ao projecto para o decurso da obra. Apesar de indesejável, verifica-se actualmente em contextos de reabilitação urbana, pública ou privada, a depravação deste tipo de procedimento. Esta prática comum, e por vezes levada ao extremo, de fazer coincidir os trabalhos de minimização de impacte patrimonial com a execução da respectiva obra, tem consequências negativas para o registo arqueológico que dispensa as pressões habituais

neste tipo de ambiente e latentes à multiplicação dos intervenientes e especialidades presentes, cada um com objectivos distintos. Para além do dono de obra, o arqueólogo passa a ter de dialogar quase diária e constantemente com a equipa do empreiteiro encarregado de executar o projecto e com a equipa projectista. De um modo simplista, poderá dizer-se que à equipa projectista não agrada a imprevisibilidade do aparecimento de vestígios arqueológicos que motivem a alteração do projecto já concluído; ao construtor não agrada que a intervenção arqueológica possa atrasar a calendarização dos trabalhos e ao próprio financiador não apraz a ocorrência de custos acrescidos ao orçamento inicial da empreitada. Neste caso concreto, este tipo de problemas foi de certo modo amenizado. Como já foi referido, dispunha-se de um conhecimento assinalável do sítio, fruto essencialmente do esforço desenvolvido na década de 1990, que proporcionou a previsão dos trabalhos arqueológicos a realizar e do tipo de vestígios que poderiam surgir nas áreas com afectação. No entanto, no decorrer do processo fomos, mais de uma vez, surpreendidos com o aparecimento insuspeito de estruturas de grande valor patrimonial e bem conservadas que motivaram a revisão do projecto. Aparte ocasionais divergências entre as partes envolvidas, o bom senso prevaleceu, tendo o arquitecto projectista considerado os testemunhos mais relevantes como elemento valorizador do edifício que projectava.

Outra particularidade deste processo reside no modo como se delineou a constituição das diversas equipas técnicas e científicas que procederam ao conjunto de acções arqueológicas quer em fase prévia quer em contexto de obra. O dono de obra (o museu) optou sempre pela contratação directa de arqueólogos e, simultaneamente, convidou Jorge de Alarcão e Pedro C. Carvalho (que dispunham de vários trabalhos de investigação sobre o sítio) para assessorarem como consultores científicos todas as intervenções arqueológicas. Sem se dispor de um projecto formalizado, ambicionava-se através deste expediente a articulação dos arqueólogos do terreno com uma entidade coordenadora, com a necessária autoridade científica e institucional, que fomentasse a gestão e confluência dos resultados obtidos e estabelecesse um discurso instrutivo e coerente sobre este arqueossítio. Pretendia-se com este procedimento que a arqueologia de emergência, preventiva ou de salvaguarda a realizar tivesse um programa de continuidade, assente em efectiva investigação científica e onde não bastava a conservação dos vestígios arqueológicos apenas pelo seu registo.

Também aqui a estratégia assumida tentou suprir o que identificamos como uma das principais limitações da arqueologia urbana em território português. A adopção dos princípios patentes na Carta de Malta (1992), ratificada em Portugal pela Assembleia da República em 1997 e introduzidos tanto na lei orgânica do antigo Instituto Português de Arqueologia como na Lei de Bases do Património de 2001, promoveu, positivamente, a multiplicação de medidas preventivas e

minimizadoras de impacte de obras públicas e privadas, suscitando a proliferação das acções designadas como arqueologia de salvamento. Não obstante os factores positivos que daqui advieram, verifica-se que este crescimento se revelou, em certa medida, inconsequente. Com efeito, assiste-se por vezes a um desfasamento entre o investimento aplicado em acções de minimização e o retorno daí decorrente em termos do adequado proveito científico e social. Esta situação fica essencialmente a dever-se, quanto a nós, à "pulverização" dos actores que assumem essas intervenções e que patenteia uma total ausência de pensamento estratégico global para o estudo arqueológico de cada cidade. Salvo raras excepções como Mértola, Braga e até Porto, assiste-se à proliferação de várias equipas de arqueologia que actuam simultaneamente no mesmo tecido urbano, retalhando-o e operando com metodologias distintas, sem que existam plataformas de comunicabilidade e entrosamento de dados antecipadamente definidas. Ora o processo de leitura das antigas cidades hoje ainda vivas, baseado na informação arqueológica, tem a sua especificidade própria. Na verdade, e dispensando-se o pleonasmo, a narrativa histórica ou narração dos dados arqueológicos assume, principalmente nestes contextos urbanos, uma grande volubilidade. O discurso histórico-arqueológico está em constante construção. Outro dos factores que mais condiciona esta situação é a impossibilidade de intervenção em extensão num contexto espacial e temporal coerente ou ajustado com a realidade física de uma dada cronologia remota. Em Portugal, grande parte destas acções arqueológicas em meio urbano são de "circunstância" e traduzem-se em intervenções de pequeno alcance, reduzidas ao acompanhamento de abertura de pequenas valas para colocação de equipamentos públicos ou de pequenos caboucos para instalação de alicerces no interior de pequenas casas. Raramente estes trabalhos permitem decifrar ou obter uma clara compreensão dos débeis testemunhos postos a descoberto. Estes não são mais do que *disjecta membra* – partes sem todo que só ganham a devida significância quando contextualizados junto dos vestígios detectados na área envolvente, sendo por vezes necessário aguardar anos até que seja possível articular os resultados das diversas sondagens que se vão gradualmente realizando em determinado quarteirão urbano. À luz da situação actual e perante a inexistência de um enquadramento formal que englobe todo e cada um destes pequenos trabalhos, torna-se difícil a elaboração de textos de síntese e consequente validação e actualização do conhecimento histórico de sítios complexos como as cidades. É, assim, de fulcral importância a criação de um mecanismo que garanta o necessário apoio e acompanhamento às equipas de campo, que promova a confluência de todos os dados provenientes dessas intervenções, que faça a gestão dessas informações, que defina objectivos comuns e estabeleça as principais linhas que deverão orientar a investigação produzida na cidade. A nosso ver dever-se-á tentar resolver este problema através do esforço participado entre entidades da tutela e autarquias, no qual as universidades e respectivos centros de investigação não podem, nem devem, continuar à margem.

O projecto de requalificação das centenárias instalações do Museu Nacional de Machado de Castro implicava paralelamente uma afectação directa e substantiva ao nível do subsolo e incidente no criptopórtico romano. O conhecimento adquirido do sítio permitiu em algumas áreas articular a remoção mecânica dos níveis superficiais de formação recente com a escavação manual dos estratos selados e em deposição primária. Ao todo, a área alvo da escavação, de grande complexidade e potência estratigráfica, acercou-se dos 450m^2 em pleno espaço ocupado outrora pelo fórum e criptopórtico de *Aeminium*. Grande parte das sondagens efectuadas foi determinada pela necessidade de abertura de caboucos para implantação de sapatas de sustentação de novos corpos, pelos trabalhos de impermeabilização do extradorso das abóbadas do criptopórtico ou inclusão de equipamento de obra (grua) ou novas estruturas de apoio do percurso de visita do museu (piso inferior do criptopórtico). Sem nos alongarmos na apresentação dos resultados obtidos nestes locais que serão seguidamente alvo de descrição detalhada, temos necessariamente de apontar os trabalhos desenvolvidos na ala sul do criptopórtico ou a poente (varanda – *Loggia*) e nascente (igreja de S. João) do antigo fórum romano (**Fig. 25**) por serem sintomáticos do plano de actuação levado a cabo durante todo este processo e que demonstra que o achado imprevisto de alguns elementos patrimoniais significativos acabou por resultar numa valorização do próprio projeto, sendo, em grande medida, conservados e integrados no novo espaço museológico.

Face à descoberta inesperada de estruturas e níveis arqueológicos relevantes abandonou-se, na ala sul do edifício, o programa de instalação de uma sala de reserva subterrânea e procedeu-se à valorização e integração de mais 100m^2 de área ao percurso de visita do criptopórtico (**Fig. 57**).

Na ala poente, sob o pavimento da *Loggia* quinhentista e apesar de se ter constatado a impossibilidade de ventilar e iluminar através de luz natural aquela zona do monumento, o arquitecto projectista alcançou uma solução particularmente engenhosa, desenhando uma plataforma metálica (**Fig. 69-G**) onde assentaria o lajeado do pavimento deixando a área escavada livre de aterros, permitindo observar e visitar pelo interior do piso superior do criptopórtico os únicos vestígios conservados (a cota positiva) da antiga praça do fórum, materializados pelo que resta de uma varanda que delimitava a ala ocidental do complexo forense (**Fig. 68 e 69**).

Finalizadas as escavações preventivas e reunidos os dados daí decorrentes, concluiu-se que subsistiam algumas lacunas de conhecimento que poderiam ser solucionadas através da abertura de uma pequena sondagem no interior da demolida igreja românica de S. João. Beneficiando dos meios logísticos disponíveis e presentes em obra, encetou-se uma negociação com a direcção do museu, onde se tornou evidente, mais uma vez, que os pressupostos do processo de investigação científica sempre nortearam esta intervenção arqueológica de salvaguarda. Com efeito programou-se a realização de uma sondagem junto a uma das monumentais bases de pilar (**Fig. 120**),

remanescente do templo românico, numa área onde o projecto de requalificação do museu não previa nova obra susceptível de afectar o que pudesse subsistir. Os resultados alcançados revelaram-se bastante esclarecedores e proveitosos, motivando o alargamento da zona escavada em 2011 e reclamando uma solução de valorização e musealização (**Fig. 126**) de mais uma área de reserva arqueológica que não estava inicialmente contemplada no projeto de obra.

A intervenção arqueológica aqui retratada não se resumiu apenas à realização de escavações. O projecto de requalificação dos edifícios que compunham a mole do museu previa a desconstrução, desmonte e picagem integral de diversos corpos deste conjunto arquitectónico. Este conjunto era fruto de sucessivas remodelações e ampliações consubstanciadas em reestruturações e reorganizações do espaço edificado com a subtracção de empenas ou sua reinserção parcial em novas realidades construtivas que complexificavam sobremaneira a leitura do monumento construído. Impunha-se, assim, que aquelas acções fossem alvo de acompanhamento presencial e permanente por parte da equipa de arqueologia que se propunha desvendar a evolução arquitectónica do edifício definindo as suas principais etapas construtivas. A partir da exposição dos diversos paramentos procedeu-se à salvaguarda, sob a forma de rigoroso registo gráfico e fotográfico da estereotomia exposta, e à recolha de toda a informação histórico-arqueológica relevante que poderia novamente, em última instância, condicionar a execução do projecto. Neste caso concreto, os elementos subsistentes alvo de afectação e tidos como notáveis ou a preservar foram muito escassos e apenas exigiram pequenas revisões de pormenor. Não obstante, a informação recuperada foi extensa permitindo determinar várias etapas construtivas e recuperar aspectos formais importantes (chave) do edifício que se encontravam ocultos ou transformados por outros elementos menores, potenciando a sua percepção e compreensão.

É neste sentido que, aos trabalhos de reabilitação e estudo dos edifícios antigos, advogamos a capital e crescente autoridade do que se convencionou designar por arqueologia do edificado, arqueologia da arquitectura ou arqueologia vertical (ou a cota positiva). Vários factores poderão ter modelado um edifício até aos nossos tempos, alterando a sua forma, estruturação e funcionalidade. É um processo contínuo no tempo e qualquer reforma originada pela modificação de um destes elementos reflectir-se-á directamente nos restantes, convertendo-se o edifício histórico num sistema complexo. As transformações que se produzem por uma sucessão contínua de acções construtivas, quer sejam motivadas por subtracção de material (a demolição ou o colapso) ou por adição do mesmo (a reconstrução), sobrepõem-se à primeira construção. Uma estrutura arquitectónica antiga transfigura-se assim, pela "estratificação" do material construtivo, num importante documento histórico. É a partir da aplicação dos princípios de estratificação ao estudo do edifício que pretendemos definir a sequência que ordena as suas fases construtivas,

determinando a sua relação sequencial e temporal. Terminada a análise da documentação histórica, a compreensão decorrente da leitura do "documento construído" permite, através do estudo destes depósitos verticais, determinar acções construtivas e ablações. A "arqueologia da arquitectura" é por vezes o último reduto para a percepção de transformações do edificado que, embora indissociáveis, não se encontram materializadas nos depósitos estratigráficos sedimentares. Deverá ser entendida como uma intervenção particular, com especificidades, técnicas e métodos próprios e onde não se poderá continuar a excluir o apoio avalizado de historiadores de arte e arquitectos.

2.3. Em síntese

As extensas demolições e desaterros efectuados ao longo de cerca de 10 hectares no alto do velho casco histórico de Coimbra, sob a égide do Estado Novo na década de 1940, para que ali se construíssem os novos edifícios da Universidade de Coimbra podem ser tidos como uma das maiores atrocidades cometidas contra o património edificado e arqueológico em território português. Esta e outras acções similares concorrem para que hoje a tentativa de produção de um "atlas" do subsolo de Coimbra se debata com embaraçosos espaços em branco, absolutamente irrecuperáveis. Situação que poderá ser parcialmente indemnizada através do estudo sistemático do que ainda subsiste jazente sob o restante casario e arruamentos do núcleo histórico da cidade e que poderá desencadear novas leituras e interpretações sobre o seu urbanismo.

A estratégia assumida na intervenção arqueológica decorrente do projecto de requalificação e ampliação do Museu Nacional de Machado de Castro procurou (pensamos que com sucesso) salvaguardar e registar um importante conjunto de vestígios arqueológicos e patrimoniais subsistentes num significativo talhão deste burgo e, assim, restituir a memória acerca de etapas decisivas do devir desta cidade histórica e viva.

Nestas breves linhas, e a propósito de reflexões despoletadas pela experiência adquirida nesta intervenção, apontaram-se (de forma muito resumida) algumas das lacunas que identificamos na prática da arqueologia urbana em Portugal e que merecem uma análise mais circunstanciada e de maior fôlego. Ainda assim, sublinha-se, mais uma vez, que o reforço do planeamento e da coordenação global ou enquadramento formal das várias intervenções arqueológicas que "pulverizam" o tecido urbano poderá, com base numa discussão participada e abrangente, beneficiar significativamente o panorama da investigação arqueológica das cidades. No caso concreto que se apresenta, o atenuar destas limitações permitiu equiparar a arqueologia de salvamento de um projecto de investigação, do qual resultaram já alguns trabalhos de síntese

(Carvalho, 1998; Alarcão *et alii*, 2009; Carvalho *et alii*, 2010), onde se destaca a reformulação da planta do forum de *Aeminium* de meados do século I e consequente proposta de reconstituição do monumento (**Fig. 207 a 221**). É neste enquadramento circunstancial, e tendo em vista a consumação da investigação encetada, que se entende esta dissertação de doutoramento que procura reunir em obra de tomo os dados obtidos ao longo de mais de oitenta anos de trabalhos arqueológicos e que testemunham a persistência ocupacional neste espaço, desde época romana até à actualidade. Não obstante o trabalho já desenvolvido, as componentes de divulgação e animação e sua respectiva dimensão pedagógica e social não alcançaram ainda a expressão que ambicionamos, fruto essencialmente do tempo consumido no tratamento de todos os dados obtidos. Se é certo que o processo de salvaguarda que orientámos foi favorecido por nos encontrarmos num espaço museológico, esta premissa advoga uma responsabilidade acrescida mas não menos gratificante. A essência de um museu reside na sua vocação para o serviço público e social, não bastando preservar, proteger, estudar, valorizar e expor os bens e estruturas patrimoniais que lhe são confiados, impondo-se também a divulgação e o diálogo com a comunidade, sem esquecer a universalidade dos públicos que pode captar.

O mesmo princípio deve nortear a arqueologia enquanto ciência social e disciplina que produz conhecimento e fomenta a preservação e reforço da memória colectiva e histórica das sociedades. No actual panorama português, talvez no lastro da inconsequente produção científica e do paradoxal incremento das intervenções de arqueologia preventiva e de emergência, tem-se vindo a negligenciar a necessária divulgação de resultados sob a forma de discursos socialmente significativos. A generalidade dos habitantes de uma cidade não reconhece os vestígios arqueológicos como sendo património comum, essencialmente porque os desconhece e ignora. No entanto, são os primeiros a serem afectados no seu quotidiano pelas acções de minimização de arqueologia urbana que, por vezes, retardam a execução dos projectos, contribuindo para o incremento e generalização da imagem negativa do arqueólogo. Urge assim apostar na difusão cultural das questões relacionadas com a arqueologia e o património histórico-arqueológico através de um discurso simplificado, acessível a todos e apoiado em suportes visuais atractivos[16]. Para tal, seria essencial a criação de canais específicos que propiciassem esta comunicação e transferência de conhecimento, de forma mais ou menos institucional mas necessariamente efectiva entre as diversas comunidades (científica e não científica). Só se protege e valoriza o que se conhece e estima, não sendo de todo utópico pretender que os residentes de cada cidade sejam

[16] Neste campo específico, e a título de exemplo, devemos destacar que os trabalhos de reconstituição do fórum claudiano já apresentados (Alarcão *et alii*, 2009) permitiram que se construíssem maquetes (à escala) que têm favorecido a vertente pedagógica das visitas efectuadas a este local e auxiliado a compreensão do sítio a grupos portadores de deficiência (nomeadamente invisuais e doentes de Alzheimer).

potencialmente os primeiros protectores e fiscalizadores do património que se esconde sob as suas casas e as ruas que percorrem diariamente. Afinal é também neste legado comum que se projectam os nossos traços identitários, temporalmente ancorados, articulando passados distintos com vivências do quotidiano e onde, invariável e inevitavelmente, se cimenta o futuro.

Parte II – Análise das intervenções arqueológicas.

1. Áreas de intervenção e metodologia

Da súmula de intervenções arqueológicas realizada no espaço do MNMC resulta, como se tem vindo a assinalar, um manancial informativo desigual que não facilita a leitura integral e diacrónica do monumento. Procurando transpor esta circunstância, a estratégia assumida nesta exposição procurou articular os diferentes registos e combinar distintas escalas de abordagem. Assim, pela abundante informação que forneceu, bem como pela necessidade de contextualização e efectiva compreensão do significado de todos os objectos recuperados, tornou-se imprescindível conjugar o fundo documental e descrição estratigráfica resultante destas intervenções, como forma de obter uma imagem aproximada da organização e evolução do sítio e edifício desde o séc. I até aos finais do séc. XVI.

Neste contexto, os trabalhos arqueológicos por nós próprios dirigidos no terreno e promovidos no âmbito do recente projeto de remodelação e ampliação das instalações do MNMC (2006-2009) foram tão abrangentes que não deixaram um único recanto deste sítio intocado. Esta situação permitiu não só revisitar mas também intervir directamente em todas as áreas de interesse que compõem o monumento, contribuindo para o esclarecimento de várias questões relacionadas com o edifício que se encontravam pendentes e promovendo, em simultâneo, o estudo de síntese em toda a sua transversalidade temporal. Por esse motivo, a análise de todas as intervenções ou o inventário, descrição e interpretação estratigráfica terá como ponto de partida os resultados da campanha de 2006-2008. Com estes se estabelece sempre o confronto com os dados de trabalhos anteriores revendo-se e actualizando, simultaneamente, os discursos pré-existentes à luz de novas informações.

Por se tratar de um espaço de grande dimensão com diversas realidades e horizontes de acção e com o intuito de facilitar a compreensão e leitura do pacote estratigráfico das várias sondagens realizadas, optou-se por apresentar os resultados distribuídos por áreas de intervenção. Deste modo, dividiu-se o espaço estudado em três grandes sectores: o criptopórtico; a plataforma superior; e o quarteirão urbano poente. Por sua vez, como veremos, estes sectores foram repartidos em áreas específicas de intervenção.

O criptopórtico dispensa novas apresentações, tendo o seu espaço sido repartido por disposição de ordem lógica e prática em piso superior, piso inferior e ala sul, neste caso concreto

decalcando toda a faixa meridional alvo de intervenção desde a década de 1990 (**Fig. 25** – sector C-I).

A plataforma superior corresponde à área ocupada pelas instalações do MNMC que abrangem a superfície do antigo fórum de *Aeminium* (**Fig. 1-A**). A localização das sondagens arqueológicas aqui realizadas no contexto da obra de requalificação do museu (2006-2008) foi ditada por factores externos e articulada com a indispensável minimização de impacte que tais acções acarretariam ao nível do subsolo, nomeadamente a abertura de caboucos para implantação de sapatas de sustentação de novos corpos, os trabalhos de impermeabilização do extradorso das abóbadas do criptopórtico e a inclusão de equipamento de obra (gruas). Para efeito de análise dos trabalhos repartiu-se este espaço por quatro áreas distintas – poente, central, nordeste e nascente (**Fig. 25**). A primeira corresponde ao espaço delimitado a poente pela *loggia* quinhentista (sector C – área II). A área central decalca o espaço ocupado pela primitiva praça e basílica do fórum romano de meados do séc. I (sector C – área III). A área nordeste situa-se em torno da Capela do Tesoureiro e contorna do lado exterior o altar-mor da actual Igreja de S. João de Almedina, um espaço até então ocupado pelos serviços administrativos do museu (sector D – área I). Por fim, a área nascente inclui os únicos vestígios que restam da antiga igreja românica de S. João de Almedina e respectivo claustro (sector D – área II).

O projecto de ampliação do MNMC implicou a realização de extensos trabalhos arqueológicos (prévios e decursivos) na zona contígua a poente das suas tradicionais instalações onde se edificaram dois novos corpos (**Fig. 1-B e C e Fig. 26**). A sequência das campanhas arqueológicas iniciadas em 1998 e prolongando-se por 2000 (Ramos, 2000), 2001 (Ramos e Ribeiro, 2001), 2003 (Silva, 2004) e 2007 (Silva, 2009) incidiu na área do antigo logradouro do paço episcopal (sector B) e num espaço devoluto situado num gaveto junto à intersecção da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras (Sector A), perfazendo cerca de 525m^2 (**Fig. 24 e 26**).

Por forma a tornar mais abrangente e intuitiva a denominação das várias áreas intervencionadas e analisadas e melhor incorporar os contributos das campanhas antigas (desde a década de 1930), procedeu-se a um reajuste do sistema alfa-numérico adoptado na campanha de 2006-2008[17] (Cf. **Fig. 25**). No entanto, para efeito de descrição estratigráfica e referenciação do espólio recorre-se ao quadro de referência utilizado naqueles trabalhos em conformidade com a tabela de correspondência apresentada (**Quadro 1**).

[17] Naquela campanha repartiu-se a zona alvo dos trabalhos arqueológicos em quatro sectores de intervenção (A, B, C e D), subdivididos em áreas específicas de intervenção (I, II, III…), nas quais se estabeleceram as diversas sondagens (1, 2, 3, 4…).

Por fim, uma breve nota elucidativa acerca dos princípios metodológicos adoptados pela equipa de arqueologia durante os trabalhos de escavação mais recentes (desde 1992). Optou-se pelo processo estratigráfico, procurando-se sempre escavar manualmente os depósitos respeitando as suas próprias formas e contornos naturais, sendo retirados pela sequência inversa àquela em que foram depositados, de forma a possibilitar a compreensão e a reconstituição da ordem sequencial de deposição dos diversos níveis arqueológicos. Com efeito, a metodologia de escavação aplicada foi a preconizada por Harris (1989). A correcta delimitação dos diferentes interfaces identificados permitiu a leitura dos ritmos de sobreposição temporal e a elaboração de imagens de estratigrafia vertical e horizontal. Cada unidade estratigráfica (u.e.) foi registada sequencialmente segundo a sua ordem de identificação. Este registo foi acompanhado por uma ficha descritiva de u.e.^{s} onde consta a descrição das suas principais características e inter-relações físicas que serão apresentadas de forma sumária no volume anexo (anexo 4 - sequência estratigráfica).

Sectores	Áreas específicas de intervenção	Correspondência com a campanha 2006-2008
Criptopórtico	Piso superior	-
	Piso inferior	Sector C – Área IV – sondagens 1 e 2
	Ala sul	Sector C – Área I – sondagens 1 a 4
Plataforma Superior	Área poente	Sector C – Área II – sondagem 1
	Área central	Sector C – Área III – sondagens 1 a 6
	Área nordeste	Sector D – Área I – sondagens 1 a 5
	Área nascente	Sector D – Área II – sondagens 1 a 3
Quarteirão Poente	Gaveto da R. Borges Carneiro / Beco das Condeixeiras	Sector A
	Antigo logradouro do Paço Episcopal	Sector B

Quadro 1 – Tabela de correspondência das áreas de intervenção

Do mesmo modo, também os trabalhos de acompanhamento da picagem e desmonte dos muros de pedra previstos no projeto se apoiaram na mesma metodologia, definindo-se a estratificação do edifício e permitindo distinguir as etapas históricas em que se construiu a estrutura, diferenciando os componentes que pertencem a cada uma delas, e as relações entre os elementos e as actividades construtivas e destrutivas que as provocaram.

2. Inventário, descrição e interpretação estratigráfica

2.1. Criptopórtico

Tem-se vindo a admitir como muito provável que a presença do criptopórtico tenha dado origem ao nome da antiga *Rua das Covas*[18] (Brandão, 1972: 228), actual Rua Borges Carneiro[19], que, decalcando o traçado do *decumanus* da cidade romana de *Aeminium*, contorna aquele edifício a sul e um pouco a poente, descendo de oriente para ocidente até à Sé Velha. Amadeu Ferraz de Carvalho (1943: 103) atenta que o possível estado de ruína da fachada do criptopórtico, vazada por várias aberturas, seria perceptível do exterior (Correia, 1944: 4) dando aos transeuntes a imagem de *covas* que, na Alta Idade Média, derivando do castelhano *cuevas,* teria o sentido de "grutas" e/ou "subterrâneos" (Alarcão, 2008: 44 e 109). Retemos esta informação por nos fornecer dados inequívocos de que o embasamento romano era do conhecimento público ainda nos inícios do século XII[20] conforme atestam as fontes documentais mais antigas (*Ibid*.: 109). Mais tarde, no século XVI, as *grotas* que Sá de Miranda[21] imortaliza numa das suas poesias e que identifica pela primeira vez como romanas são, como fez notar Mário Brandão (1972: 228), as galerias subjacentes ao Paço Episcopal (MNMC) que, como se depreende, à época se encontravam ainda presentes na memória das gentes da cidade de Coimbra. Todavia, questionamos se estas alusões fazem referência aos dois pisos do criptopórtico ou apenas ao andar inferior. Como se conclui da análise das escavações arqueológicas, estes dois níveis de galerias tiveram vivências e destinos distintos. As intervenções realizadas no piso inferior demonstram inequivocamente que o espaço terá sido ocupado e utilizado ininterruptamente, desde a sua construção, ao longo dos últimos dois milénios. Pelo contrário, a análise dos materiais exumados no terrapleno que colmatava as galerias do piso superior indicam que o aterro do mesmo, ou de partes significativas deste, terá tido início ainda durante o período medieval. A derrocada parcial da fachada poente do criptopórtico que, como veremos, terá ocorrido garantidamente durante o século XVI, pôs a descoberto as *cellae* centrais

[18] No latim medieval surge designada como *vico de Covis*. Afastamo-nos da hipótese apresentada por António de Vasconcelos (1930: 108) que faz coincidir a origem toponímica daquela rua com as sepulturas encontradas durante os trabalhos de revalorização do adro do antigo Paço Episcopal no início do séc. XX.

[19] Em 1883 a antiga Rua das Covas passa a designar-se por Rua Borges Carneiro (Correia, 1945: 238).

[20] Nos finais do século XI, o sítio onde o edifício se erguia era conhecido pela designação de *Mirleos*, a qual parece derivar de *mire laetum*, "admirável ruína" (Alarcão *et alii*, 2009: 39). Caso esteja correcta a etimologia da palavra, poderá induzir-se que se fazia referência ao fórum ainda no século XI, em época em que do piso principal do edifício já nada existia, sobrevivendo apenas o criptopórtico.

[21] *Poesias de Francisco Sá de Miranda*, (ed. preparada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos), Halle, 1885, p. 268.

do piso inferior mas não necessariamente as estruturas do piso superior. Poderão ser, apenas aquelas, as *grotas* que Sá de Miranda evoca. No entanto, a presença de uma cisterna que ocupava parte da galeria interna norte (**Fig. 31** - Gal. B) do nível superior do criptopórtico e cujo reservatório terá sido o principal posto de abastecimento de água do Paço Episcopal até à prelatura de D. Afonso Castelo Branco[22] (Pacheco, 2009: 106-107) dá-nos a indicação de que, pelo menos parcialmente, o criptopórtico seria do conhecimento dos seus residentes em finais do século XVI. Porém, razões de segurança ou outras que desconhecemos conduziram ao seu entulhamento (aparentemente gradual) e a cidade perdeu-lhe memória. Só assim faz sentido o bulício que provocou a sua descoberta durante os trabalhos de reformulação do Paço de D. Manuel de Bastos Pina e de que fizeram notícia e manchete os principais jornais de Coimbra em 1895 e 1896[23]. O século XX recuperou-o lentamente e os trabalhos mais recentes completaram a sua escavação. Entre as intervenções ocorridas nas décadas de 1930 e 1960 e estas últimas assinala-se uma significativa diferença ao nível da metodologia seguida (agora à luz de conceitos modernos) e do registo efectuado que nas recentes campanhas foi minucioso. Das primeiras ficou escassa anotação, em documentos internos ou publicados, fotografias e desenhos que recuperámos e analisámos conjuntamente com os materiais exumados conhecidos (inclusive cerâmicos) e outro tipo de informações que se encontravam dispersas e que, no final, nos poderão autorizar a traçar com mais detalhe a história da evolução dos trabalhos arqueológicos neste local e a estabelecer uma cronologia da(s) fase(s) de colmatação do espaço.

2.1.1. Piso superior do Criptopórtico

O piso superior do criptopórtico (**Fig. 27 e 28**) é constituído por duas galerias em Π, uma envolvente da outra e ambas intercomunicantes por passagens compassadamente colocadas e cobertas por abóbadas de volta redonda. Do lado poente, entre os braços do Π, sete celas, mais pequenas e mais baixas que as do piso inferior, comunicam entre si por apertadas passagens.

---

[22] Época em que se terá procedido ao encanamento de águas provenientes do reservatório localizado no antigo Largo da Feira que se fazia abastecer pelo aqueduto de S. Sebastião reconstruído entre 1570 e 1572 (Cf. Pacheco, 2009: 106).

[23] Num destes documentos pode ler-se que tais "enormes e ricas galerias subterrâneas (…) sejam pelo menos coevas da fundação da monarchia portugueza" demonstrando desconhecimento pela datação romana do monumento que era dado adquirido no século XVI como testemunha a passagem de Sá de Miranda. Cf. "Importante achado histórico", in *Districto de Coimbra*, n.º 148, 10 de Janeiro de 1895; Joaquim de Carvalho, "Descoberta importante", in *O Conimbricense*, n.º 4939, 15 de Janeiro de 1895; TC, "Bagatellas", in *Resistência*, n.º 111, 12 de Março de 1896; TC, "As restaurações artísticas em Coimbra", in *Resistência*, n.º 154, 9 de Agosto de 1896 e n.º 155, 13 de Agosto de 1896.

Poucas alterações se aditam à planta das galerias do nível superior do criptopórtico dada a conhecer por J. M. Bairrão Oleiro em 1956 (Oleiro, 1955-56: 153, fig. 1) e apresentada posteriormente, com maior detalhe, em Roma, num colóquio internacional (Oleiro e Alarcão, 1973: 349-367). É certo que as escavações de Pedro Carvalho da década de 1990 permitiram identificar no lado norte o embasamento da basílica do fórum e os trabalhos mais recentes (que adiante apresentamos) revelaram como se estruturava a ala sul do criptopórtico. Estas intervenções permitiram ainda esclarecer vários problemas que subsistiam, tais como a da composição da fachada ocidental do edifício e a sua cronologia de construção. Não obstante, os trabalhos de esvaziamento daquelas galerias decorreu entre as décadas de 1930 e 1960. Sobre este processo pouco sabemos e de pouca informação dispomos. Será possível reconstituir o faseamento destes trabalhos e acrescentar algo de novo acerca da estratigrafia e da cronologia de depósito daquele aterro? Este capítulo será dedicado à tentativa de resolução destas questões. A pormenorizada análise da orgânica e cronologia/fases de construção do criptopórtico e fórum romano será abordada, com a devida profundidade, na parte final deste trabalho depois de apresentados todos os dados disponíveis.

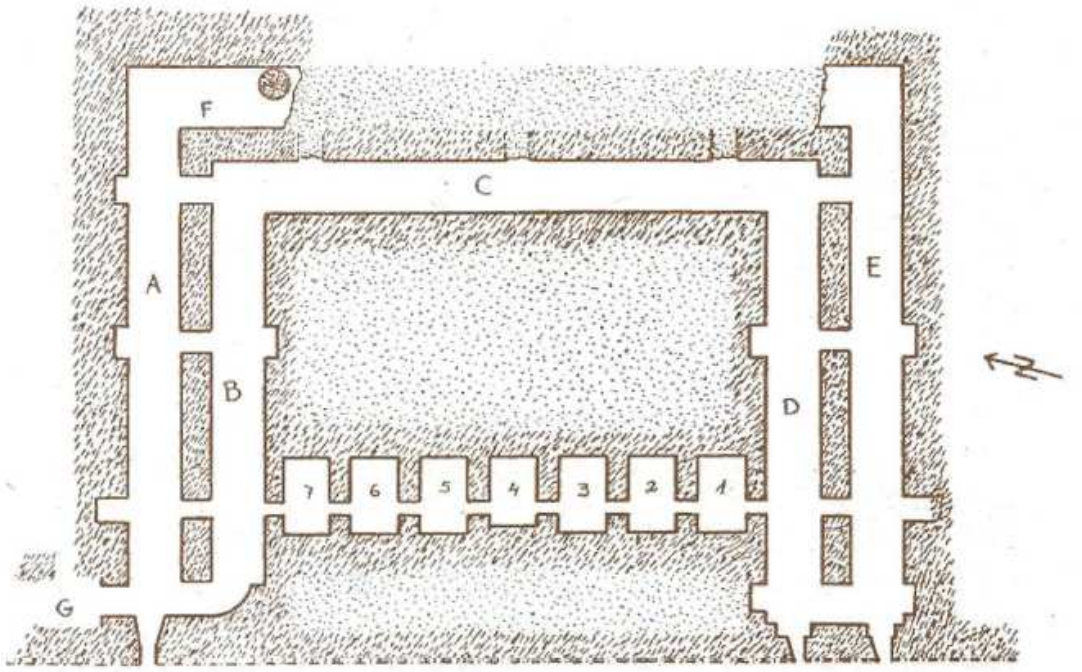
2.1.1.1. Os trabalhos arqueológicos no piso superior do Criptopórtico

A descoberta das galerias do piso superior ocorre no seguimento das obras de restauro do Paço de D. Manuel de Bastos Pina, sendo veiculada a informação, pela primeira vez e com alarido, através da imprensa a 10 de Janeiro de 1895[24]. Franco Frazão, director das Obras Públicas de Coimbra, terá impedido o exame desta superestrutura e ordenado mesmo o seu aterro. O seu estudo será igualmente protelado por A. Augusto Gonçalves (1º director do MNMC), mais interessado na conversão do espaço a museu. Com Vergílio Correia, o conhecimento desta "magnífica construção" passa de prescindível a prioritário. Conforme se depreende do relato apresentado pelo autor numa conferência proferida a 24 de Julho de 1930 no Curso de Férias da Faculdade de Letras de Coimbra[25], tomando posse da direcção do museu em 24 de Novembro de 1929 logo se terá apressado a percorrer e a iniciar os trabalhos de desaterro das galerias. A descrição que apresenta revela que os oito meses que medeiam estes acontecimentos terão sido de grande actividade arqueológica. O exercício de reconstituição destes trabalhos poderá tornar-se confuso pois "os corredores e câmaras subterrâneas abobadadas" são descritas sem indicação de uma planta, sendo a localização por vezes vaga, com referência aos pontos cardeais mas não mencionando os edifícios ou salas que estão sobrepostas, dificultando a interpretação. De qualquer

[24] Cf. "Importante achado histórico", in *Districto de Coimbra*, n.º 148, 10 de Janeiro de 1895.

[25] Publicada no volume I das *Obras* de Vergílio Correia (1946: 13-35) sob o título de "Coimbra romana".

modo, há uma ordem na enumeração que seguiremos tendo por base a planta e respectiva numeração das galerias utilizada nas primeiras publicações do sítio[26] (Oleiro, 1955-56: 153, fig. 1 (que por conveniência reproduzimos abaixo e na **Fig. 28**) e Oleiro e Alarcão, 1973: 369, fig. 15).



Planta do piso superior do criptopórtico em 1956, retirado de Oleiro, 1955-56: 153, fig. 1.

Em Julho de 1930, V. Correia (1946: 33) escrevia: " Das galerias superiores encontra-se, numa quadra situada abaixo do nível do pátio, a entrada de duas [Gal. D e E (?)], aterradas até à curva dos arcos, seguindo, ao invés do inferior, de poente para nascente. Paralelas primeiro, a interior, da esquerda [Gal. D], inflecte à sestra a uma vintena de metros da boca, segue durante quarenta a direcção sul-norte [Gal. C], voltando então para poente [Gal. B], desenhando um quadrilátero que corresponde ao envasamento geral do edifício". A interpretação que apresentamos (**Fig. 29**) só foi possível depois de determinar o ponto ("a boca") de entrada a que V. Correia se refere e que se fixou na faixa ocidental das Galerias D e E[27], no eixo das sete celas localizadas na ala poente, conforme se percebe na leitura da restante descrição: "Do lado esquerdo descobriu-se, perto da boca dessa galeria, um agulheiro semelhante aos de comunicação entre os cárceres do andar inferior. Desobstruída a passagem (…) ficou estabelecida ligação com outra série de cárceres

[26] Deste modo será mais fácil relacionar as galerias com alguns dos achados que, muitas vezes, nas fichas técnicas ou até antigos verbetes indicam a data e local (galeria) exacto da sua descoberta. Note-se que as publicações mais recentes (Carvalho, 1998: Pl. 29 e Alarcão *et alii*, 2009: 45, fig. 20) utilizam uma numeração distinta das galerias.

[27] O extremo poente destas galerias tinha parte das abóbadas arruinadas, tendo sido uma das zonas que terá sido reconstruída durante os trabalhos realizados na década de 1950/1960.

semelhantes dos inferiores, mas mais pequenos (…) que se segue a encontrar o tramo descendente da galeria, mas cuja exploração tivemos de abandonar na número 6 por oferecer perigo de derrocada o entulho acumulado dentro dele, injectado pelas abóbadas rebentadas". Até Julho de 1930 os trabalhos concentraram-se nos tramos das galerias D e C, no ângulo sudeste da B (até ao muro exterior nascente da cisterna) e nas celas ocidentais (da 1 à 5, tendo sido abandonada na 6ª por perigo de derrocada). Contudo, esta terá sido uma campanha, como o próprio investigador sublinha e algumas fotografias (**Fig. 30** (B e H por exemplo) deixam descortinar, de carácter exploratório. Nos tempos que se seguiram deverá ter-se prosseguido o esforço moroso de escoamento de terras das áreas já referidas que, todavia, não terá sido, em todas elas, integral[28]. Em Abril de 1939 escreve[29] que "um tramo longo das galerias romanas" (em nosso entender a gal. C) teria sido finalmente desaterrado, o que atesta a lentidão (nove anos) daqueles trabalhos.

Alguns anos depois, V. Correia refere que o arquitecto Baltasar de Castro, director dos Monumentos Nacionais, "fez esvaziar dois tramos paralelos" de galerias (Correia, 1946: 43). Na introdução ao *Catálogo-Guia das Secções de Arte e Arqueologia* (Correia, 1944: 11), o autor específica que se trata das galerias "sotopostas ao segundo pátio e às construções de noroeste", aludindo à "área da praça do claustro almedinense". Estamos certos de que se refere a tramos das galerias A e B e do ângulo norte da F, onde não houvera derrocado e onde se instalou o acesso ao piso superior do criptopórtico através de claraboia aberta no extradorso daquela abóbada, defronte o claustro da igreja de S. João, conforme se encontra assinalado na planta de 1955-56 (Oleiro, 1955-56: 153, fig. 1 – **Fig. 28**) e como tivemos oportunidade de atestar durante as mais recentes escavações (Cf. Plataforma superior; área central; sond. 4 (u.m. 03) (Sector C-III-4) – **Fig. 85-B, 86 e 87**). Esta situação é confirmada através do registo do aparecimento de alguns elementos arquitectónicos[30] em 1943 durante o "desentulho das galerias romanas" (Correia e Gonçalves, 1947: 37) mais próximas da igreja e claustro de S. João e no "fundão" de uma galeria cuja abóbada se encontrava arruinada (Gal. F). Por esta altura, a 25 de Janeiro de 1943, V. Correia (1946: 45) manifesta o desejo de estabelecer uma comunicação entre a Sala Romana do museu e as galerias. Intenção que se justifica dada a proximidade das galerias agora parcialmente esvaziadas (Gal. A, B e

[28] Como se depreende pela ocorrência de achados significativos na campanha de 1955-56 em zonas já anteriormente intervencionadas. A título de exemplo refira-se a descoberta junto ao acesso das celas (Gal. D) em 1955 da cabeça de Trajano. A intervenção realizada no tempo de Vergílio Correia parece não ter atingido o nível de circulação das citadas galerias.

[29] Em ofício dirigido ao arquitecto-chefe da 4ª secção da DGEMN, onde faz a enumeração das obras concluídas e das que se encontravam ainda em curso (consultado no MNMC).

[30] Referimo-nos a dois elementos ditos "visigóticos" (Correia e Gonçalves, 1947: 37; Correia, 1946: 52) e a parte de cabeça de uma grande estátua de mármore (e outros fragmentos de estátua romana) e à voluta de um capitel jónico (Correia e Gonçalves, 1947: 10 e Correia, 1946: 44).

canto norte da F) com as quatro salas renovadas em 1936[31], localizadas a norte do pátio principal, no seguimento do claustro, para instalação da secção romana[32]. Esse projeto terá sido hipotecado pelo seu falecimento em 1944. À data da sua morte encontravam-se parcialmente desaterradas as galerias A, B, C, D, o extremo norte da F e as celas 1 a 5. Ou seja, exceptuando a galeria E, toda a área livre de ruína ou do perigo de derrocada tinha já sido sujeita a um processo inicial de escavação.

Entre 1944 e 1951 assume a direcção do museu o antigo Conservador Ajudante, António Nogueira Gonçalves. Não temos conhecimento de nenhum registo, ou referência à descoberta casual de algum achado, que comprove a continuidade dos trabalhos de desaterro das galerias romanas durante este período. Não obstante, Matilde Sousa Franco (1984: XVII) refere que o P. António Nogueira Gonçalves, para além de se destacar nos trabalhos de inventariação do espólio do museu, terá desempenhado papel muito relevante nas escavações do criptopórtico (tal como lhe confidenciara o Arq. Amoroso Lopes, antigo director da DGEMN da Zona Centro). Desconhecemos, neste particular, qual terá sido o plano de actuação específico daquele investigador. J. M. Bairrão Oleiro (1955-56: 154) apenas refere que aquele terá acompanhado as obras de repavimentação de algumas salas da ala sul do museu em 1949, embora não especificando quais as consequências daquela acção no prosseguimento dos estudos do piso superior do criptopórtico. De qualquer modo, somos de novo levados a atentar nas palavras de M. Sousa Franco (1984: XVII) que sublinha que em 1950 o criptopórtico seria já visitável, segundo a terá esclarecido o próprio J. M. Bairrão Oleiro que nesse mesmo ano começa a trabalhar no museu como investigador com bolsa do Instituto para a Alta Cultura. Todavia, esta referência é vaga, não se especificando o tipo de visitas (que não seriam certamente abertas ao público do museu) e a área visitável que podia, inclusivamente, contemplar parte do piso inferior que já se percorria livremente até ao extremo norte em 1929 ou as galerias do piso superior desobstruídas por V.

[31] Cf. em "Relatório dos trabalhos realizados no Museu Machado de Castro entre 1934 e 1936", Julho de 1936, fólio 43: "Armaram-se quatro salas, colocando-se nelas as peças romanas existentes no Museu e outras vindas de Conímbriga. Os mosaicos ficaram ornando os muros. Foi trabalho custoso e dispendioso o do transporte, novo enquadramento e colocação dos mosaicos".

[32] Com A. Augusto Gonçalves, a secção romana encontrava-se acomodada na "Sala I" localizada no troço descoberto da Igreja românica de S. João (antiga cocheira e hoje também designada por sala das sapatas). V. Correia transforma este espaço na Sala Românica e transfere e amplia a secção romana para as quatro salas a norte do pátio principal, no alinhamento do claustro conforme se pode conferir a partir das fotografias existentes (**Fig. 147**). No entanto, aquele investigador, na introdução ao *Catálogo-Guia das Secções de Arte e Arqueologia* (Correia, 1944: 9, nota 1), ao mencionar a nova localização da Galeria Romana, diz situar-se agora "pelo rés-do-chão da ala sul" o que tem levado vários investigadores a confundirem-na com a Ala Sul do edifício onde se instalará a sala de exposição da Renascença.

Correia, acedendo-se-lhe a elas através da referida abertura situada no extremo norte da galeria F, citada em 1956 (Oleiro, 1955-56: 153, fig. 1 – **Fig. 28**).

É, no entanto, entre os últimos meses de 1955 e os primeiros de 1956, sob o acompanhamento de Bairrão Oleiro (ocupando a direcção do museu Luís Reis Santos), que os trabalhos de desaterro destas galerias ganham novo e decisivo impulso (*Ibid*.: 154). Desta intervenção reuniu-se informação[33] que nos permite, com algum rigor, reconstituir o seu faseamento. Com efeito, a 24 de Outubro de 1955 recomeçaram os trabalhos de desentulho no topo poente das galerias D e E, evacuando-se as terras pela janela localizada nesta última. No início de Novembro trabalhava-se nas galerias D e C que tinham já sido alvo das campanhas de V. Correia que, apesar disso, não terá sido integral. Pensamos que aquele investigador terá interrompido a escavação daqueles corredores pela cota do nível de circulação das sete celas ocidentais que se encontra alteado relativamente às restantes galerias (como se constata da observação da **Fig. 30-E**). Nesses níveis inferiores, que poderão atingir mais de 0,50m de altura, foram descobertas (a título de exemplo) as cabeças de Trajano e Vespasiano (a 4 de Novembro de 1955). Nos finais deste mês iniciou-se o desaterro das celas 5, 6 e 7 cuja escavação tinha sido protelada por V. Correia devido ao risco de ruína. A passagem da cela 5 para a 6 encontrava-se bloqueada por muro sólido de consolidação provavelmente mandado construir por aquele investigador, o qual foi demolido. Na *cella* 6 (cuja abóbada estava em parte arruinada), encontrou-se uma abertura de ventilação (que comunicava com a antiga sala romana) e uma segunda parede de consolidação (desmontada em Janeiro de 1956) que marca certamente o ponto de interrupção da intervenção de 1930. Conclui-se a escavação da cela 7 cuja abóboda é reconstruída (no mês seguinte). Durante o mês de Dezembro os trabalhos concentram-se no canto poente das galerias A e B, sendo então descoberta a passagem para as galerias do piso inferior. Simultaneamente, procede-se ao desaterro da galeria E. A cisterna, localizada na galeria B, é desmontada entre Janeiro e Março de 1956 (**Fig. 31**). É durante estes meses que se realizam sondagens no ângulo sudoeste do edifício (Oleiro, 1955-56: 154) que permitem descobrir a escadaria de ligação com a praça do fórum e estabelecer uma comunicação provisória entre os dois pisos do criptopórtico (**Fig. 32**). Em Junho de 1956, apenas a galeria F não se encontrava desobstruída por ser necessário refazer em grande parte a sua abóbada arruinada. Pensamos que terá sido escavada em 1958, no seguimento dos trabalhos de impermeabilização do extradorso das galerias sotopostas ao pátio principal do museu (iniciado em

[33] Para além dos dados apresentados em Junho de 1956 por J. M. Bairrão Oleiro no XXIII Congresso Luso-Espanhol (reunido em Coimbra em Junho de 1956) e publicados na revista *Humanitas* (Oleiro, 1955-56), contamos com as rigorosas informações coligidas por Jorge de Alarcão (a quem agradecemos a cedência das mesmas) e com as referências à data e local (galeria) do achado de alguns elementos escultóricos e arquitectónicos que constam nas respectivas fichas de inventário.

Maio desse ano). Os diversos fragmentos escultóricos exumados naquela galeria apresentam data de achado de Setembro de 1958.

Juntamente com a escavação procedeu-se à reconstrução dos troços das abóbadas derrubadas (**Fig. 13**) e que, em 1962[34], já se encontravam totalmente restaurados. Apesar do novo fôlego que a investigação arqueológica do criptopórtico ganhou em meados da década de 1950, a abertura ao público do seu piso superior ocorre apenas em 1971 (**Fig. 33**). Nos anos, imediatamente anteriores a esta inauguração empedrou-se o chão, electrificou-se o espaço e montou-se, em exposição permanente, uma secção de epigrafia romana e outros objectos arqueológicos[35]. Estes trabalhos terão mesmo justificado intervenções ligeiras e localizadas, quase que de limpeza, mas que ainda assim terão propiciado a recolha de espólio relevante nomeadamente de algumas numismas muçulmanas em prata (**Fig. 184-C**) em Janeiro de 1968 e Setembro de 1969. O acesso dos visitantes passou a fazer-se através da escadaria original romana parcialmente conservada a sudoeste (**Fig. 32A**), a qual originalmente permitia a ligação entre o criptopórtico e o fórum, e que foi reconstruída. No lado oposto, a norte, construiu-se de raiz outra escadaria para uso dos serviços do museu, por onde hoje, após o novo arranjo museográfico, se faz a entrada no monumento. A galeria A, mais próxima daquele acesso, ficou durante muitos anos vedada ao público, tendo sido reservada para depósito de escultura e outros elementos em pedra (**Fig. 32B**).

Finalmente, em 1973, J. M. Bairrão Oleiro e Jorge de Alarcão apresentam num colóquio internacional em Roma, subordinado ao tema "Les cryptoportiques dans l'architecture romaine", uma primeira síntese científica e descritiva deste monumento (Oleiro e Alarcão, 1973: 349-367) onde a planta das galerias do piso superior é exposta em toda a sua plenitude.

2.1.1.2. Estratigrafia, materiais e fases de colmatação das galerias do piso superior do criptopórtico

A informação referente aos trabalhos acima enunciados é ainda mais escassa do ponto de vista técnico, sendo praticamente omissa relativamente ao descritivo dos depósitos estratigráficos que colmatavam as galerias do piso superior do criptopórtico. A documentação consultada raramente aborda esta realidade. J. M. Bairrão Oleiro (1955-56: 155) chega mesmo a afirmar que "não foi possível estabelecer níveis estratigráficos (no sentido em que os arqueólogos os entendem) nessas camadas de entulho, pois em várias épocas devem ter sido remexidas". A

[34] Pode constatar-se nas fotografias que documentam a visita do ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, a 5 de Janeiro de 1957 que todo o extremo poente das galerias D e E já se encontrava refeito (**Fig. 33-F**).

[35] Entre 1967 e 1974 o museu foi dirigido por Jorge de Alarcão que orientou as opções museográficas realizadas, nomeadamente, no criptopórtico.

meritória atenção daqueles investigadores centrou-se então, essencialmente, no levantamento arquitectónico das galerias e na recuperação das peças mais significativas que foram surgindo entre os entulhos removidos. Entre estas destacam-se vários fragmentos escultóricos e mais de uma centena de elementos arquitectónicos de época romana procedentes do fórum (Oleiro, 1955-56: 156-157), revelando assim que o próprio criptopórtico terá sido um dos principais vazadouros do processo de desmantelamento do complexo forense. V. Correia (1946: 44) havia já referido que "dentro das galerias nada se encontrava, pois o preenchimento delas tinha sido posterior à destruição ou abandono do imóvel e alheio à sua ruína, embora dela derivado". Mas será que nada mais se poderá acrescentar a esta equação? Existem, de facto, novos elementos que nos autorizam a retomar este tema (ainda que superficialmente). Referimo-nos, com especial destaque, ao estudo do conjunto cerâmico[36], exumado durante as campanhas de 1955-56, que continuava inédito e por estudar. Embora se desconheça a sua proveniência (galerias) exacta, a informação veiculada por estes elementos, à qual se junta a releitura de algumas fotografias antigas (**Fig. 30-33**), feita agora à luz dos resultados dos trabalhos mais recentes, poderá contribuir para revisitar aqueles contextos.

Admitindo como certo o aterro gradual deste espaço, deveremos, numa primeira fase, tentar estabelecer o momento inicial e final do mesmo. A última fase de terraplanagem do espaço parece ter sido realizada de forma intencional e cuidada como se depreende pela disposição regular dos entulhos em todos os vãos (Oleiro, 1955-56: 155) até "à curva dos arcos" (Correia: 1946: 33) que constituem as suas passagens intercomunicantes. Como foi já referido, os dados históricos parecem indicar que a partir do século XVII se perde o conhecimento da existência de galerias no piso superior, depreendendo-se que nesta data já estariam plenamente entulhadas. V. Correia (1946: 44), num primeiro exame aos fragmentos cerâmicos identificados "à superfície ou a pouca fundura dos entulhos", afirma que deverão datar "entre os séculos XII e XVII". Todavia, a análise dos materiais cerâmicos redescobertos não nos permite esclarecer totalmente esta questão.

É clara a existência de três grupos de cronologia distinta: romana, medieval e moderna. O conjunto mais recente é dominado por peças que situamos em meados do século XV. Entre estas destacam-se algumas (cântaros, jarros e jarrinhas) com pintura a branco (**Est. LXXXIII e LXXXIV** e **Fig. 171**) e fabricos importados (com superfície vidrada) que têm paralelo com os objectos integrados na Fase 1 do depósito identificado na ala sul do criptopórtico (**Fig. 182**). Aliás, deverá tomar-se por comparação o estudo daquele espólio (Cf. Capítulo III.1.4) que permitiu estabelecer

[36] Encontraram-se na reserva deste museu cinco contentores com cerâmica cuja única marcação "Galerias" nos remete para o piso superior do criptopórtico. Após uma primeira análise foi possível relacionar o conjunto com as campanhas de 1955-56 pois, de certo modo, associam-se à descrição de Bairrão Oleiro (1955-56: 156) que sublinha a raridade de cerâmica atribuível ao período romano, contrastando com a frequência dos objectos, alguns intactos, de época medieval e posterior.

quatro fases de evolução morfo-tipológica da cerâmica entre o século XV e os finais do século XVI. De facto, parece que aqui terá ocorrido o mesmo fenómeno já verificado naquela lixeira[37], acompanhando um período marcado por importantes reformulações no Paço Episcopal. Isto é, apesar de se constatar a prevalência de formas e fabricos integrados no século XV (Fase 1) ou da viragem e início do século XVI (Fase 2 e 3), assiste-se de igual modo à presença de séries[38] que em Coimbra surgem apenas na segunda metade do século XVI e, naquele caso concreto, fechadas em 1592 (Fase 4). Estamos em crer que, tal como o depósito da ala sul e a cisterna localizada na galeria B, também as restantes galerias do piso superior do criptopórtico terão sido definitivamente colmatadas durante a prelatura de D. Afonso Castelo Branco, muito possivelmente até 1592, quando termina a sua grande campanha de reestruturação do Paço.

Mais problemático será estabelecer o *terminus post quem* do momento inicial de abandono e amortização deste espaço. O conjunto cerâmico mais antigo reporta-se a época romana, revelando-se, no entanto, escasso e principalmente composto por material de construção (Oleiro, 1955-56, p. 156). Neste tipo de contextos de aterro é frequente encontrar-se um conjunto de materiais considerados residuais (com uma cronologia de fabrico bem anterior), sendo que, para este como para outros depósitos, interessam-nos os fragmentos cerâmicos mais recentes como elementos fundamentais de datação. Neste caso concreto será impossível determinar se os materiais romanos proveem de níveis estratigráficos formados nessa época ou, se pelo contrário, correspondem a um grupo "residual" dentro dos níveis formados em época medieval. Não obstante esta interrogação, atentemos, por agora, no conjunto cerâmico romano onde se destacam dois exemplares de cerâmica fina tardo-romana. Trata-se de dois fragmentos de fundo de TS Africana que sobressaem pelos seus atributos decorativos e devem pertencer a um prato (TSA D1) da forma Hayes 59 ou 61 (enquadrado numa cronologia balizada entre meados do séc. IV e inícios do séc. V) e a uma tigela da forma Hayes 67 (com uma datação centrada na primeira metade do séc. V) (Hayes, 1972) (Cf. **Est. XXXIV, nº 5 e 6** respectivamente e capítulo III.1.2.4.1). Assim, a análise circunstanciada do lote de datação romana parece indicar a possibilidade do momento de formação deste depósito ter ocorrido numa época tardia, não obstante se distinguirem três grupos de peças atendendo à sua cronologia. Isto é, dentro deste conjunto diferencia-se: *i)* um grupo "residual" composto por cerâmicas alto-imperiais (*terra sigillata*[39],

[37] Que terá estado em utilização entre meados do século XV e 1592.

[38] Como os alguidares com aba descaída e alguns tipos de cântaros e púcaros.

[39] Os entulhos do criptopórtico mostraram-se muito pobres relativamente à recolha de *terra sigillata*. Deverá, no entanto, referir-se a identificação de quatro fragmentos (dois de fabrico itálico e outros dois de fabrico hispânico) que se encontram já estudados e publicados (Alarcão, 1971: 45).

cerâmica cinzenta fina polida e cerâmica doméstica comum (c.d.c.) de cozinha[40]; *ii)* um grupo, mais numeroso, constituído por c.d.c. de produção tardo-romana (cerâmica calcítica); *iii)* e os dois fragmentos de TS Africana.

Estas duas peças poderão eventualmente testemunhar o momento (primeira metade do séc. V?) a partir do qual as galerias do piso superior do criptopórtico foram sendo preenchidas com detritos e restos da ruína do fórum. Contudo, a escassez da amostra e o desconhecimento do seu contexto estratigráfico impede que se fixe, com base unicamente nesta informação, o momento em que as galerias começaram a receber entulhos. Não obstante Bairrão Oleiro (1955-56: 155) afirmar, a dado passo, que "os achados mais antigos e mais importantes" (fragmentos escultóricos de época romana) foram exumados numa camada mais profunda (sobre o pavimento das galerias) com cerca de 0,50 m de espessura, não temos dados que nos permitam associar estas ou outras cerâmicas ao nível estratigráfico que marcaria esse momento inicial de colmatação daquele espaço.

Por fim, o exame dos materiais de época medieval aqui exumados vem dificultar, sobremaneira, esta análise. A difícil classificação de dois candis[41], possivelmente do séc. X – XI (**Fig. 161**), e a presença de quatro *dirhams* em prata de época almóada (datadas de 1161/1268 – Cf. anexo 3.1. - quadro I), estabelecem uma ampla diacronia cronológica dentro deste período. De facto, o restante material cerâmico é bastante heterogéneo e composto por formas e fabricos que fixamos entre os séculos X/XI e XIII, parecendo comprovar esta realidade (Cf. Capítulo III.1.3.5). Ressaltam novamente os embaraços decorrentes do desconhecimento dos contextos exactos de proveniência dos materiais, embora neste particular se possam traçar algumas conjecturas relativamente ao aterro das sete celas ocidentais e da galeria (F) mais oriental.

As escavações recentemente realizadas na área da *loggia* do séc. XVI (área poente, Sector C – II) possibilitaram reconstituir esta área da fachada poente do fórum claudiano. Como se verá com mais detalhe, esta zona seria ocupada por uma varanda porticada e rebaixada relativamente à praça do fórum, que, por sua vez, permitia a abertura de frestas de iluminação e ventilação das sete celas do piso superior do criptopórtico (**Fig. 68 a 71**) - varanda que terá sido aterrada. Os materiais incluídos no terrapleno, que subia até ao nível da praça forense, não ultrapassam o séc. XI. Se para o restante piso superior não se poderá considerar válida a explicação de V. Correia

[40] Torna-se, por vezes, difícil distinguir as que deverão pertencer a fabricos tipicamente alto-imperiais das que poderão eventualmente reflectir uma determinada continuidade de produção.

[41] Já referenciados por Bairrão Oleiro (1955-56: 156) mas dos quais apenas dispomos de fotocópia das respectivas fotografias (**Fig. 161**).

(1946: 43) que fundamenta o seu entulho através de terras arrastadas pelas claraboias das galerias voltadas a nascente, o mesmo já não poderemos dizer para estas celas. Ou seja, não nos parece crível que as sete *cellae* ocidentais possam ter sido aterradas em momento posterior à varanda para a qual corresponderiam. Com efeito, advogamos que toda esta área poente possa ter sido simultaneamente e definitivamente colmatada, provavelmente em finais do séc. XI.

Por outro lado, não podemos esquecer que, para além das galerias que se encontravam intactas e que terão sido intencionalmente aterradas, a derrocada de alguns troços de abóbodas (**Fig. 12**) terá, forçosamente, ditado a colmatação de outras galerias. Neste particular, destaca-se a galeria F (a mais oriental e anexa à igreja românica de S. João) que se encontrava amplamente danificada. As fotografias tiradas ao seu recheio (**Fig. 12 D-F**) deixam perceber que nas terras que se dispunham sobre as abóbodas arruinadas, quase à superfície, se encontra uma sepultura plenamente estruturada e delimitada por alinhamento de pedras (**Fig. 12-F**). A presença de necrópole associada ao templo românico, disposta no espaço ocupado pelo seu adro, encontra-se há muito testemunhada pela presença de inúmeras sepulturas abertas no extradorso das galerias sotopostas ao pátio principal do museu. No entanto, a existência de enterramentos[42] nos níveis superficiais do terrapleno da galeria F deixa antever que a sua destruição e consequente colmatação deva ter ocorrido em momento anterior ou coetâneo à construção da igreja românica de S. João[43], em finais do séc. XII.

Chegamos assim à inevitável conclusão de que este exercício, até certo ponto infrutífero na obtenção de respostas definitivas, terá contribuído, antes, como despoletador de questões. A informação disponível não autoriza o estabelecimento de uma linha interpretativa segura. Contudo, parece-nos plausível, apesar de não comprovada, que o início de colmatação do piso superior do criptopórtico coincida com o momento de destruição e abandono do complexo forense que tal como noutros contextos identificados (Cf. Capítulo III.1.2.4) se tem igualmente fixado a partir do séc. V. O seu aterro terá sido progressivo, explicando-se assim a ampla diacronia cronológica dos materiais exumados nos entulhos das galerias transformadas, durante vários séculos, em vazadouro. Como fica demonstrado, o processo de colmatação não foi semelhante em todo o espaço, tendo sido, porém, concluído em definitivo em finais do séc. XVI, provavelmente durante os primeiros anos da prelatura de D. Afonso Castelo Branco.

---

[42] Bairrão Oleiro (1955-56: 156) destaca a existência de vários restos ósseos humanos entre os entulhos das "galerias de Nascente". O mesmo pudemos testemunhar (e recolher) durante a limpeza recente de algumas terras que subsistiam nos vãos e parede da galeria F.

[43] As obras de construção daquela igreja poderão ter motivado mesmo a derrocada parcial da abóbada da galeria F.

2.1.2. Piso inferior do Criptopórtico

O piso inferior do criptopórtico (**Fig. 34**) é constituído por sete celas cobertas por abóbadas de berço, cujos eixos são perpendiculares à linha da fachada poente. As celas comunicam entre si por estreitas passagens, baixas e arqueadas (**Fig. 36-E**). Estas, por sua vez, seriam servidas por uma comprida galeria abobadada, com eixo sul-norte, que se encontra parcialmente abatida. Nos dois extremos do lado ocidental, que facultavam a comunicação directa à rua, amplas escadarias permitiam a comunicação entre os dois pisos do criptopórtico.

Ao contrário do que se verificava para o piso superior, as galerias inferiores podiam percorrer-se livremente em 1929, tal como se depreende das palavras proferidas por V. Correia (1946: 32-33) em Julho de 1930[44]. À descrição que aquele investigador apresenta deste piso, pouco mais há a acrescentar actualmente. Como se conclui da análise dos depósitos estratigráficos recuperados mas também através das marcas visíveis nas suas paredes (**Fig. 37 C-D**), é facto atestado que o piso inferior, por oposição ao superior, foi sendo continuamente ocupado ao longo dos últimos dois milénios. A única excepção, reportada por V. Correia (1946: 33), condiz com o extremo norte que terá sido aterrado durante as obras de beneficiação do Paço Episcopal em 1895-96, data da sua "re"descoberta. De facto, os exploradores que tornam pública a existência de galerias subterrâneas sob a residência episcopal terão acedido a este espaço a partir da galeria setentrional de acesso ao piso inferior que se encontra designada na planta de 1956 (Oleiro, 1955-56: 153, fig. 1 – **Fig. 28**) como galeria G. Cumprindo as ordens de Franco Frazão, director das Obras Públicas de Coimbra, todo o espaço que compreende aquela galeria (que se encontrava em ruína), o lanço de escadas setentrional de comunicação entre os dois pisos e o patamar de acesso localizado no extremo norte da galeria longitudinal do piso inferior foi totalmente entulhado (**Fig. 35 A-B e F**). Os trabalhos de desaterro de toda esta área realizam-se em 1959. Entre os materiais recuperados nesta intervenção destaca-se um conjunto bastante diversificado de 70 moedas[45]. Os espécimes revelam lata diacronia (Cf. anexo 3.1. – quadro II) sendo o numisma mais antigo anterior à

[44] "Dos dois andares de corredores e câmaras subterrâneas abobadadas, percorri primeiro o inferior. Inicia-se por um túnel de paredes de silharia regular, (…), muito espessa. No prolongamento desse túnel desembocam sete cárceres magníficos, altos, mais de 4 metros, comunicando lateralmente por agulheiros (…).Um muro de consolidação, lançado a todo o comprimento das câmaras, impossibilita o conhecimento do modo como essas câmaras se ajustavam na galeria longitudinal. Passados as bocas dos cárceres volta o túnel na sua altura inicial, bastante longo, quási de todo entulhado por rebotalhos de demolição, ali depositados a quando da restauração em gosto manuelino, feita em parte do Paço, durante o episcopado de D. Manuel de Bastos Pina".

[45] Todas elas com ficha de registo de entrada no museu datada de 1959 e com indicação de proveniência designada de "Galeria G".

nacionalidade (dinheiro de Afonso VI de Castela (1072-1109) e o mais recente uma moeda de 20 Reis de D. Luís I (1861-1889), comprovando a colmatação definitiva do espaço em finais do século XIX.

Por falta de informação não é possível reconstituir com mais detalhe a extensão dos trabalhos da DGEMN (em 1959) neste piso inferior. Para além do desaterro do extremo setentrional (**Fig. 35**), estes parecem resumir-se ao restauro das escadarias que comunicam com o andar superior (**Fig. 32-A**) e a uma limpeza de superfície que permitiu recolher vários fragmentos cerâmicos (sobretudo faianças) de épocas compreendidas entre o séc. XVII-XVIII. Desconhecemos qual a verdadeira natureza e amplitude das escavações realizadas nas celas centrais. Na verdade, fruto provavelmente das dúvidas que persistiam acerca da estabilidade das construções anexas, o investimento concedido à intervenção nas galerias inferiores ficou aquém do desejado. O local parece ter sido mesmo votado ao abandono, tendo sido transformado durante décadas em depósito de vários elementos arquitectónicos e escultórios (**Fig. 36 C-D**) recuperados durante a demolição dos edifícios da "velha alta" aquando da sua reconversão em "campus universitário".

Entre 1989-1990 realizam-se novas campanhas de escavação no piso inferior do criptopórtico, sob a orientação de Jorge Alarcão e António Tavares, embora condicionadas pela exiguidade do espaço e principalmente ao perigo de derrocada das casas anexas. Apesar da reduzida extensão da área sondada, foi possível caracterizar (em duas áreas distintas) a natureza dos aterros contíguos à parede anexa (**Fig. 14** – A8 e A10), libertar as sete *cellae* centrais dos níveis de pós-abandono, aflorar o nível de circulação original romano (**Fig. 14** – C11) e sondar pela primeira vez os aterros contemporâneos da construção do edifício (**Fig. 14** – C9). Porém, o registo e a descrição efectuada dos estratos exumados[46] não são totalmente satisfatórios, impossibilitando mesmo uma completa interpretação estratigráfica que nunca chegou a ser feita. Não obstante, foi possível identificar com segurança alguns dos níveis de construção do edifício romano na sondagem C9 (**Fig. 37 -B**). O conjunto de materiais cerâmicos exumados denota a supremacia da cerâmica doméstica comum, onde predominam os fragmentos de cerâmica cinzenta fina com decoração brunida. A nossa atenção voltou-se, essencialmente, para as produções que poderiam fornecer uma cronologia aproximada da deposição destes estratos. Neste sentido, para além de fragmentos informes de lucernas e de cerâmica de paredes finas, destaca-se a classificação de 22 frag. de *terra sigillata* sudgálica (entre eles um prato Drag. 15/17 e uma taça Drag. 24/25) e 7 de fabrico itálico (destacando-se a forma Consp. 1 (**Est. XXVII-n.º 1**) e do bocal de uma ânfora Dr. 7/11 (**Est. XXXVI-n.º 4**) que permitem conciliar estes níveis com os horizontes de meados do séc. I que datam o período de construção do fórum claudiano.

[46] Que podem ser consultados nos respectivos relatórios (Alarcão, 1990 e 1991).

Mais difícil se torna a caracterização dos estratos que se sobrepõem aos níveis de construção romanos. Desejávamos perceber, com mais detalhe, como se relacionavam os estratos que aqui se acomodaram no período de pós-abandono do complexo forense, nomeadamente, a sua relação com a parede anexa. Importava esclarecer se os níveis contíguos a esta construção e escavados nas sondagens A8 e A10 podiam eventualmente datar a sua edificação. Os resultados desta análise não foram concludentes. Apenas foi possível verificar que os materiais cerâmicos aqui exumados ilustram formas e fabricos que se inserem no período inicial da época moderna (séc. XV/XVI) (**Est. CXCV**). Para além disso, saliente-se que as numismas (Cf. anexo 3.1. – quadro II) recolhidas nestas sondagens não ultrapassam a 2ª dinastia (finais do séc. XVI).

O esclarecimento de algumas questões que subsistiam da arquitectura desta zona do monumento romano e a abertura ao público de todo o piso inferior foi sendo consecutivamente adiado, prolongando-se esta situação até ao início das obras de requalificação e ampliação do museu. A expropriação e demolição das casas anexas à fachada poente do edifício (**Fig. 38 A-D**) e a remoção total dos vestígios artístico-patrimoniais que se amontoavam neste local muito contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos mais recentes. Embora sempre condicionados pelas necessidades e exigências da dita obra, foi possível reunir elementos que nos permitem já indagar sobre o modo como o nível de circulação dos patamares norte e sul se relaciona com a cota sugerida pelas passagens intercomunicantes das celas centrais; de como se articula a galeria longitudinal com essas mesmas sete celas; e acerca da cronologia de construção do muro de encosto que suporta a *loggia* renascentista.

2.1.2.1. Trabalhos recentes

2.1.2.1.1. Os patamares sul (sond.1) e norte (sond.2) da galeria longitudinal do piso inferior do Criptopórtico (sector C – área IV)

O projecto de execução da obra de requalificação e ampliação do museu previa o rebaixamento dos patamares localizados ao fundo do lanço das escadas laterais a Sul (sondagem 1) e a Norte (sondagem 2) do piso inferior (**Fig. 39**). Esta acção tinha como objectivo instalar uma passadeira que permitisse a visita do público a esta ala do criptopórtico romano, ao nível da cota aproximada da original (marcada pelas soleiras das estreitas passagens que permitem a comunicação entre as sete *cellae* centrais). A escavação realizada veio demonstrar ser de difícil concretização o rebaixamento da actual cota de circulação pois entrava em confronto com os alicerces do muro de alvenaria que delimita esta área das casas anexas e que suporta a *loggia* quinhentista. Este factor levou a que se cancelasse a remoção das terras de toda a zona paralela às

sete *cellae* que subsistiram da intervenção de 1989/90 e que se optasse por instalar a passadeira sobre os níveis existentes (**Fig. 37 – E**). Não obstante, a intervenção realizada nas sondagens 1 e 2 constituiu uma oportunidade para percebermos como, em época romana, se procedia à ligação entre o nível de circulação das celas e o corredor que se iniciava ao fundo do lanço das escadas laterais e entender os processos deposicionais neste local.

A contínua ocupação deste espaço e os sucessivos aterros aqui depositados acamaram o nível de circulação do piso inferior pela cota de referência dos patamares localizados nos extremos da galeria longitudinal. Por sua vez, a cota de soleira das estreitas passagens de comunicação entre as sete celas perpendiculares encontra-se cerca de 1,40m abaixo desse nível. Para além disso, a parte inicial da galeria (sul-norte) é composta por um corredor abobadado de 17m até se alcançarem as celas. A sua cobertura, abobadada, encontra-se desnivelada. Ou seja, contamos com um primeiro tramo (com seis metros de comprimento) cujo intradorso da cobertura se sobreleva 2,54m em relação à restante extensão da galeria (**Fig. 34 e 40-G**). Estas evidências demonstravam, de forma inequívoca, que entre a cota do primeiro patamar e o pavimento das celas existiria, no segundo lanço do corredor inicial, forma de vencer este desnível. Os resultados obtidos nas sondagens 1 e 2 são esclarecedores relativamente à compleição desta articulação de níveis de circulação do piso inferior do criptopórtico e quanto à natureza e cronologia dos processos deposicionais posteriores.

A sondagem 1 localiza-se no extremo sul do piso inferior entre os muros do criptopórtico que delimitam o início da galeria transversal sul-norte. Ocupa uma área de 10mx2,40m (24m^2), entre o início das celas e o patamar ao fundo do vão de escadas de acesso ao piso superior (**Fig. 39**), tendo posto a descoberto os vestígios do pavimento original desta área do criptopórtico claudiano. Este nível de circulação integra o afloramento rochoso calcário que foi toscamente afeiçoado para o efeito (**Fig. 40 F-H e Fig. 41**). As zonas onde o substrato geológico se encontrava mais deprimido foram preenchidas por um formigão muito compacto composto por seixos e argamassa. Apresenta-se rampeado com uma pendente descendente no sentido sul-norte (**Fig. 43**). No extremo meridional da sondagem intercepta-se a *cloaca maxima* (u.m. 15) (**Fig. 40-F e 41**), correspondente à continuação do tramo identificado na ala sul (sector C – área I) e que, correndo de leste para oeste, cruza esta galeria sob as paredes do criptopórtico até ao exterior da sua fachada poente **(Fig. 41 a 43)**. O extradorso da abóbada da cloaca (em cerca de 1,20m de largura) foi integrado no pavimento, notando-se sinais de desgaste. Para regularizar o topo da abóbada que a cobre circundou-se esta estrutura com uma espécie de conglomerado de pequenas pedras (gravilha) e barro muito compactado (u.e. 16).

Junto ao lado norte da sondagem verifica-se a existência de um declive mais acentuado, parecendo ter sido amenizado pela presença de sulcos (degraus) escavados na rocha (**Fig. 41 a 43**). Apesar da tentativa de normalização deste nível de circulação, este não deixa de ser, por vezes, acidentado e tosco. No entanto, deveremos pensar que o pavimento detectado se encontra já algo degradado e que os acabamentos, que poderiam conciliar argamassa, terra batida[47] e até plataformas (degraus ou sobrados) em madeira, podem ter-se deteriorado. A análise dos estratos de aterro que cobrem directamente o pavimento romano original levam-nos a admitir que este nível de circulação tenha permanecido em uso até aos inícios da época moderna, justificando-se assim o seu avançado desgaste. O espólio recolhido nestes níveis de terrapleno (u.e.^{s} 10, 11, 12 e 13) apontam para uma cronologia de depósito de inícios da época moderna[48] (finais século XVI-século XVII) (**Fig. 40 C-E e Fig. 42**). Estes, por sua vez, regularizaram toda a área de rampa para que sobre eles se instalasse um pavimento composto por pedras de pequeno porte, seixo de rio e tijolo (u.e. 09) (**Fig. 40 - A**) que terá sido utilizado até aos inícios da época contemporânea tal como indicam os materiais exumados no respectivo nível de abandono (u.e. 08). Por fim, as camadas superficiais que remanescem testemunham a contínua ocupação deste espaço até aos nossos dias. Nos inícios do século XX, este corredor inicial terá sido convertido numa carvoaria - actividade que se encontra marcada pela presença de um forno de carvão escavado na parede nascente da cela mais meridional (**Fig. 37-A**), pela existência de fuligem negra nas paredes neste local ou pela grande abundância de restos de carvão atestado no seu respectivo nível de abandono (u.e. 04).

A sondagem 2, implantada no extremo oposto (**Fig. 39**), permitiu (apesar da exiguidade do espaço sondado - 6m^2 – 5mx1,20m) atestar a existência de igual solução ao nível do pavimento original romano. Também no corredor setentrional se vencia o desnível existente entre o primeiro patamar (defronte da escadaria de acesso ao piso superior) e o pavimento das celas centrais através de rampa localizada no segundo lanço do corredor inicial. No entanto, aqui o processo deposicional de pós-abandono parece ter ocorrido em época distinta. Cobrindo o pavimento romano (**Fig. 44, 45, 46 e 47**) detectaram-se vários níveis de aterro (u.e.^{s} 03, 06, 07, 09 e 10) de cronologia medieval. Apesar da fraca representatividade do espólio recolhido, destaca-se presença

[47] Verifica-se que o pavimento original do piso superior é constituído por um conglomerado composto por argamassa e terra batida.

[48] Para além de alguns fragmentos de malgas com filete a azul em faiança e de dois fragmentos de porcelana chinesa o restante espólio exumado reporta-se à c.d.c. onde se destacam os grandes alguidares com superfície interior vidrada ou apenas polida e os grandes cântaros com linhas brunidas que se integram na Fase 4 (2ª metade do século XVI – cf. Capítulo III.1.4). Para além destes, sublinhe-se a presença de um grande número de fragmentos de azulejos hispano-árabes e de algumas moedas (Cf. anexo 3.1 – quadro II).

de algumas formas[49] e de cerâmica com pintura a branco[50] semelhante a peças recolhidas noutros sectores de intervenção em estratos datados de época alto-medieval. Sobre estes acomodam-se os estratos de época moderna (u.e.[s] 02 e 05) que no lado sul marcam a primeira colmatação e anulação do nível de circulação original romano.

2.1.2.1.2. O remate ocidental do Criptopórtico (sector B – sondagem 2)

A necessidade de expropriar e demolir as casas que invadiam a fachada poente do criptopórtico (**Fig. 38**) é apontada desde a década de 1950 por Bairrão Oleiro (1955-56: 1959) como um dos pontos fulcrais no sentido de ultimar o desenho da planta e dessa fachada do monumento, bem como a valorização e musealização deste edifício histórico. Aquelas casas, ao longo de séculos reconstruídas ou transformadas, só foram totalmente demolidas no âmbito da actual renovação do museu. Foi a demolição desses prédios que permitiu observar ocultos pormenores até então ignorados, autorizando igualmente a reconstituição da fachada ocidental do monumento que apresentamos na parte final deste trabalho. Por agora, interessa-nos perceber como se articulariam as abóbadas da galeria de sentido sul-norte com as abóbadas das celas centrais, cujos eixos são perpendiculares ao da primeira.

A primeira intervenção arqueológica neste local é realizada em 1998 por Pedro Carvalho no extremo sul deste sector (**Fig. 141**). Em 2003, decapou-se a área confinada ao extremo oposto (Silva, 2004). Finalmente, durante os trabalhos mais recentes removeram-se na totalidade os aterros coetâneos das casas adossadas à parede exterior do criptopórtico (**Fig. 48**), por uma faixa de cerca de 50m^2 e que remanesciam das intervenções anteriores **(Fig. 141)**, como forma de integrar aquelas estruturas no novo projecto museológico. A remoção destes níveis permitiu pôr a descoberto as fundações das galerias do piso inferior do criptopórtico (**Fig. 49**), que contam com 1,5m de espessura/largura e se encontram distanciadas entre si por 2,60m (**Fig. 48 D-F**), prolongando-se até ao limite da fachada. Conjugados estes dados com a observação dos vestígios do interface de destruição destas galerias visíveis no flanco sul da sondagem (**Fig. 48 C-D**), é possível descortinar o modo como se articulavam as galerias. É de admitir que a abóbada da galeria de sentido sul-norte tinha o seu fecho a nível imediatamente inferior ao do arranque das abóbadas das celas ou que houvesse uma ligeira "penetração" da primeira nas segundas (**Fig. 218**).

---

[49] Menciona-se a comparência de grandes cântaros e de alguns potes ou panelas de corpo globular e bordo extrovertido com lábio espessado e boleado.

[50] Que surge sempre sob a forma de traços ou serpentiformes no colo, bordo e em asas com canelura central pertencentes a grandes cântaros, encontrando-se igualmente representada no fragmento de uma sertã ou prato e no colo de uma pequena bilha.

Os aterros que se sobrepunham aos vestígios destas fundações eram compostos por terras pouco compactas e muito remexidas (u.e.[5] 03, 04, 05 e 06 – **fig. 50**) onde foi possível recolher algum material cerâmico que, apesar de pouco numeroso, permite apontar uma datação de finais de época moderna (séc. XVIII).

Os níveis de construção da estrutura romana não sofreram aqui qualquer afectação significativa, tendo sido apenas necessário aprofundar pontualmente no interior de uma das *cellae* (**Fig. 49** – u.e. 10) para o assentamento de uma sapata que suporta a estrutura metálica aqui instalada. Apesar da exiguidade do espaço sondado e da escassez do espólio recolhido, destaca-se o achado de um fragmento de *terra sigillata* de fabrico sudgálico (**Est. XXX – n.º 8**) com marca do oleiro *Crestius* (já referenciado noutras campanhas (Carvalho, 1998) que aponta, mais uma vez para uma datação de meados do séc. I d.C.

2.1.2.1.3. A derrocada da fachada ocidental do fórum e o muro de suporte da *loggia* quinhentista

A fachada ocidental do edifício romano, que, tal como a reconstituímos (**Fig. 220**), teria uma altura provável de cerca de 29m até ao cume do telhado do pórtico do fórum, encontra-se parcialmente desmoronada. Ao contrário do restante edifício, os alicerces desta fachada não assentam em terreno muito firme mas antes numa camada argilosa sobrejacente ao calcário da encosta (**Fig. 51**). Este facto foi já apontado (Alarcão *et alii*, 2009: 39) como uma das principais causas para a progressiva perda de resistência face a possíveis abalos de origem natural. Não deixa de ser curioso o facto de o arquitecto não ter acautelado devidamente esta situação através do reforço por intermédio de um qualquer contraforte exterior tal como fez na parede interior das celas do piso inferior (**Fig. 37-B**). Independentemente das causas que terão motivado a sua derrocada, interessa-nos saber a data dessa ocorrência e quando terá sido construído o muro que encosta ao interface mais saliente dessa destruição, admitindo-se que entre uma acção e outra não terá decorrido muito tempo.

Os níveis de destruição procedentes do desmoronamento desta fachada nunca foram detectados. Legitimamente julgou-se possível identificá-los durante a intervenção arqueológica realizada no antigo logradouro do paço episcopal (sector B) que se estende contiguamente a poente do edifício. Tal derrocada terá originado tão grande volume de pedra que não passaria decerto despercebido. Contudo, para além de vestígios residuais de alguns destroços de

abóbadas[51] encontrados em 2003 junto à fachada do monumento, nada mais se encontrou. Depreende-se que a pedra tenha sido reutilizada na construção do muro de suporte e, porventura, em edificações vizinhas. A opinião expressa na década de 1990 pelo Professor Laginha Serafim[52] de que algumas fissuras visíveis no criptopórtico só se poderão explicar por efeito de um sismo, levou-nos, num primeiro momento, a equacionar a hipótese da ruína ter ocorrido no decurso do séc. XIV, altura em que se encontra registada a ocorrência de vários sismos em Portugal (Moreira, 1991: 12-15), alguns deles sentidos em Coimbra (Costa e Fonseca, 2007: 5-6). Contudo, desde logo, a documentação histórica parece refutar essa proposta. Referimo-nos à carta de entrega do paço episcopal de Coimbra ao Cabido da Sé por falecimento D. Gil Alma (1415), datada de 1416[53]. O referido auto, para além do arrolamento dos bens do bispo, faz um inventário sumário das acomodações do paço onde é notório o seu estado avançado de degradação, mas nunca aludindo à ruína parcial da fachada poente ou à existência de obra nova que a tivesse reconstruído.

Dadas as dificuldades em estimar a cronologia aproximada da destruição da fachada ocidental do fórum, prosseguiu-se o exame tentando apurar a época de construção do muro de encosto, cuja datação não terá sido muito posterior àquela ruína. Inicialmente, tendo por base uma análise precipitada do espólio[54] recolhido nos níveis de aterro que encostam às fundações desta parede de alvenaria, admitiu-se que esta poderia ter sido construída no âmbito da reforma de D. Jorge de Almeida. No entanto, o exame mais detalhado da composição daquele alicerce da *loggia* quinhentista veio esclarecer a sua cronologia de edificação. De facto, para além da reutilização das pedras calcárias da antiga fachada romana desmoronada foi possível observar na sua própria construção a inclusão de diversos fragmentos cerâmicos (**Fig. 52**) que estamos agora em condição de datar da 2ª metade do século XVI. Trata-se de formas e fabricos[55] que, face ao estudo intensivo do depósito moderno identificado na ala sul do criptopórtico (Cf. Cap. III.1.4), se pode, sem dúvidas, associar à sua Fase 4, coetânea das obras promovidas por D. Afonso Castelo Branco e

[51] Estes, porém, encontravam-se envolvidos pelos níveis de aterro que em período alto-medieval nivelaram a varanda que se dispunha a poente do complexo forense (Cf. Cap. II.2.2.1), não permitindo datar o momento da derrocada parcial desta fachada.

[52] Da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

[53] Arquivo da Universidade de Coimbra, Colecção de Pergaminhos, documento n.º 33. Consultado através do artigo publicado por Milton P. Dias Pacheco (2013) e do trabalho académico de A. J. Peixinhos Caia (1989: 54-56).

[54] Onde se destacava uma taça decorada por reflexos metálicos proveniente da zona de Paterna/Manises (**Est. CXCV**).

[55] A título de exemplo menciona-se a presença de peças de pasta branca com superfícies vidradas e vários alguidares de bordo em aba descaída em pasta vermelha com polimento interior (**Fig. 52**) que neste local surgem apenas na 2ª metade do século XVI (**Quadro 24** – Fase IV e **Quadro 25**).

concluídas em 1592. Deste modo, pode-se afirmar que o muro de encosto da fachada poente e de suporte da *loggia* quinhentista é resultado de projecto simultâneo e contemporâneo à construção daquela varanda porticada. Neste contexto, auferem nova dimensão os materiais arqueológicos associados aos níveis de aterro que no piso inferior se encontram adossados a esta parede, claramente datáveis do séc. XV e XVI e cujas moedas mais recentes fecham a sua série no reinado de D. João III (Cf. anexo 3.1. – quadro II), constituindo mais uma prova do que se acaba de afirmar.

Subsiste, porém, a dúvida de quando terá ocorrido o desmoronamento parcial desta fachada. Terá ocorrido no intervalo que medeia a morte de D. Manuel de Meneses (1578) e o início da prelatura de D. Afonso Castelo Branco (1585), que nessa data não residia no paço. Será difícil precisar com maior rigor tal ocorrência, não sendo de descartar que dada a manifesta instabilidade da fachada, que constituía uma séria ameaça em termos de segurança, a mesma tenha sido intencionalmente desmontada pelas suas linhas de fractura, ao invés de ter derrocado.

2.1.3. Ala Sul (sector C – área I)

Os trabalhos arqueológicos na ala sul do criptopórtico foram iniciados na década de 1990 por Pedro Carvalho. Esta campanha incidiu sobre o ângulo sudeste daquela área (Carvalho, 1998, sector C – **Fig. 24 e 25**) e tinha por objectivo desentaipar o vão (visível da galeria E do criptopórtico – **Fig. 21**) de acesso a esta zona meridional e sondar todo o espaço até à fachada sul do edifício. A sequência estratigráfica registada deixou observar uma sucessão de níveis de circulação modernos e medievais que se sobrepunham aos níveis de abandono e/ou destruição do fórum (*Ibid.:* 128-130). Por sua vez, sob este terrapleno foi identificado um patamar com dois vãos de escadas de acesso à esplanada do fórum e o extradorso da abóbada da cloaca *maxima*, que corre de nascente para poente ao longo da parede exterior da galeria E (*Ibid.:* 131-133) (**Fig. 20**). Os resultados desta intervenção faziam prever que a restante área da antiga sala de exposição renascentista, ocupando mais 100m^2 para ocidente, reservasse idêntica realidade estratigráfica, isto é, uma sucessão de níveis de circulação de época contemporânea justapostos a um pavimento em calçada em seixos do rio solidário com a estrebaria do paço episcopal que, por sua vez, se sobrepunha a uma grande terrapleno formado por aterros coetâneos da construção do criptopórtico romano de meados do séc. I e que colmatavam todo o espaço até ao extradorso da abóbada da cloaca *maxima* que cruza a sala. Perante este cenário, a equipa projectista idealizou a construção, neste local, de uma sala de arquivo subterrânea que seria implantada após a escavação metódica da restante área ainda não intervencionada. Contudo, a prossecução destes trabalhos pôs em evidência um admirável conjunto de estruturas e níveis arqueológicos que determinou a revisão do projeto inicial, tendo-se prontamente decidido valorizar e integrar estes vestígios no percurso visitável do novo museu.

A informação colhida na intervenção realizada por Pedro Carvalho fundamentou a adopção de uma estratégia e metodologia de escavação dos estratos superficiais que articulou meios mecânicos e manuais. Todos os níveis de circulação de época contemporânea (u.e. 01 a 08) foram removidos através de meios mais expeditos até se atingir a superfície do pavimento de seixos de finais do século XVIII, iniciando-se neste ponto a escavação através de meios manuais. Esta situação não comprometeu o registo da sequência estratigráfica inicial. O pavimento existente (u.e. 01) era composto por lajes calcárias e terá sido aplicado pela DGEMN. Constatou-se a existência de duas lajes grafitadas a carvão onde se pode ler a data de 28.07.1949, comprovando-se a informação veiculada por Bairrão Oleiro (1955-56: 154) de que naquele ano, sob a direcção do Padre Nogueira Gonçalves, terá sido refeito todo o pavimento da ala sul do museu. Este piso terá vindo substituir outro em mosaico hidráulico (u.e. 03) que data dos tempos de António Augusto Gonçalves (**Fig. 53 A-B**).

Nesta sucessão de pisos de circulação assume particular destaque o pavimento de seixos (u.e. 09) datado de finais do séc. XVIII[56] (**Fig. 53 C-D**), provavelmente contemporâneo da prelatura de D. Francisco Lemos (1779-1822). Este corresponderá ao último nível de circulação da cocheira do paço episcopal, correlacionando-se com as manjedouras encastradas nas paredes norte e sul desta sala (**Fig. 53-C, 54 e 55**). Estas parecem ter sido deslocadas da sua posição original. O seu alteamento é perceptível através dos espaços vazios (ocos) existentes por baixo destas pias (**Fig. 53-D**) que agora assentam em pequenos muretes que, por sua vez, se apoiam nos muros romanos. Esta situação testemunha a ocorrência de reformas que alteraram o primeiro plano da estrebaria que deverá remontar aos finais do séc. XVI.

A remoção do nível de construção (u.e. 10) ou preparado para assentamento do referido pavimento de seixos pôs a descoberto quatro muros (com 1,40m de largura e 4,40m de comprimento) dispostos transversalmente à galeria E do criptopórtico (confinados entre esta galeria e a parede exterior sul do fórum - **Fig. 27**), constituídos por blocos calcários facetados, e apostos à cloaca *maxima* (**Fig. 56 e 57**). Assumindo-se como contraforte interno do criptopórtico e de embasamento dos edifícios localizados na ala sul do fórum, delimitavam quatro "divisões" (com 2,60m de largura e 4,40m de comprimento) totalmente preenchidas por volumosos aterros. Por conveniência de ordem técnica, optou-se por assumir como sondagens os espaços intra-muros ("compartimentos"), alvo da escavação, com cerca de 25m^2 cada, totalizando 100m^2 (**Fig. 56**).

Inicialmente suspeitou-se que todo este terrapleno teria aqui sido depositado em momento coetâneo à sua construção, em meados do século I d.C. Contudo, o pacote deposicional evidenciava uma realidade mais complexa, tornando-se notória a ocupação contínua deste espaço no decurso das épocas subsequentes ao século I d.C. Neste sentido, os testemunhos estratigráficos registados nesta ala meridional do criptopórtico retratam inequivocamente a ampla diacronia ocupacional do local.

Retomando a sequência estratigráfica deste espaço identificou-se, sob os níveis de construção do último pavimento da cocheira do paço episcopal, um alinhamento de sapatas[57] ao longo do eixo longitudinal da sala (**Fig. 58**). Por seu turno, no seu enfiamento também os muros transversais romanos se encontram afeiçoados existindo mesmo num deles (u.m. 14, sond. 3 e 4 – **Fig. 56 e Fig.**

[56] Datação auferida a partir de uma moeda de 5 Reis de D. José I de 1750 e outra de 10 Reis de D. Maria I/D. Pedro III de 1777 (Cf. anexo 3.1. – quadro III), recolhidas no respectivo nível de construção (ou preparado de assentamento) deste pavimento (u.e. 10).

[57] Estas estruturas de formato circular (com cerca de 1m de diâmetro), constituídas por pedra irregular argamassada, foram implantadas no centro da sond. 2 (u.e. 20), sond. 3 (u.e. 22) e sond. 4 (u.e. 23) (**Fig. 58**).

58-D) um fuste de coluna reaproveitado. Não é inteiramente clara a reconstituição deste alinhamento estrutural que intercepta medianamente toda a ala sul do criptopórtico. A hipótese de corresponder ao assentamento de suporte do travejamento de uma cobertura ajusta-se à presença homogénea de um possível nível de destruição[58] presente em todas as sondagens (constituído por telhas de meia cana, restos de argamassa ou material de construção indiferenciado, carvão e vestígios de traves carbonizadas eventualmente pertencentes à armação de madeira de um telhado). No entanto, o espólio exumado aponta para uma cronologia de construção de finais do séc. XVI, possivelmente coetânea da *loggia* (de 1592), contrariando de certo modo esta hipótese uma vez que aquela varanda porticada de dois pisos estabelecia a ligação entre os corpos norte e sul do paço, pressupondo já a existência, à data, de um segundo piso nesta ala meridional. Em todo o caso, não deixa de ser curioso que no desenho de Baldi (1669) não se encontre figurado nenhum corpo de dois pisos na ala sul do paço episcopal, sendo a varanda quinhentista rematada, no ângulo sudoeste, por um torreão (**Fig. 59**). Mesmo questionando o rigor daquela gravura, constata-se que o seu autor representa com exactidão outros volumes arquitectónicos do paço, sendo disso exemplo a orientação da antiga igreja românica de S. João.

Exceptuando-se a sondagem 1, onde estas sapatas se encontram ausentes, a estratigrafia dos restantes espaços intervencionados será perturbada por aquelas fundações que assentam e cortam níveis de cronologia medieval e romana. No caso concreto da sond. 1, os níveis de época moderna sobrepõem-se directamente ao enchimento de uma fossa detrítica de época medieval (**Fig. 60 A e C**) que, por sua vez, corta os níveis de construção (aterro) do criptopórtico romano (**Fig. 61**). Na zona mais meridional (u.e. 27), a fossa associa-se a uma "abertura" rectangular presente na parede romana do muro sul do criptopórtico (**Fig. 60 B-D**). Aquele "nicho" foi encerrado por pedras disformes que se diferenciam nitidamente do aparelho romano, sendo bem perceptível a existência de um negativo de um vão. Esta reparação só poderá ter ocorrido em momento imediatamente anterior à colmatação da dita fossa. Os materiais recolhidos naqueles estratos (u.e.^{s} 25, 26, 27, 30 e 31) apontam para uma datação alto-medieval (séc. XII – cf. Cap. III.1.3.4). Não foi possível esclarecer se aquela realidade na fachada sul do criptopórtico romano corresponderia a um vão de comunicação para a rua. Contudo, facilmente se poderá correlacionar com uma outra unidade mural (u.m. 29 – sond. 1), solidária e coetânea dos restantes muros de contraforte internos do criptopórtico, que delimita aquela "moldura". Este, por seu turno, difere daqueloutros ao nível do aparelho de construção, sendo constituído por pedras não facetadas, sem qualquer tipo de paramento e apenas com terra de permeio, e quanto às dimensões apresentadas (larg. máx.

[58] Constituído pela u.e. 18 da sond. 1 e 2, u.e. 19 da sond. 3 e u.e. 20 da sond. 4.

0,60m; compr. 4,80m – **Fig. 56 e 62-D**). Facto que levou a interpretá-lo como alicerce de um pequeno vão de escadas que permitiria o acesso ao piso superior do fórum (**Fig. 207 e 208**). Com efeito, o referido rasgo regular identificado na fachada sul do criptopórtico poderá corresponder a uma entrada de iluminação natural daquela suposta escadaria.

Na sondagem 2, a sapata de formato circular (u.e. 20) de época moderna corta, de igual modo, o enchimento (u.e.[s] 19, 19a, 21, 22 e 23 - **Fig. 63**) de uma fossa que, pela análise do material cerâmico exumado (cf. Cap. III.1.3.4), poderá também recuar ao período alto-medieval (séc. XI-XII). Por sua vez, o interface de abertura da fossa corta a continuidade original do último nível de aterro romano (u.e. 24) contemporâneo da construção do criptopórtico. Constata-se, porém, que esta terá sido a sondagem onde os níveis estratigráficos romanos terão sido menos perturbados pelas construções de épocas posteriores. Situação que permitiu remover a totalidade dos estratos[59] até ao substrato rochoso calcário e expor, em toda a sua extensão, o embasamento da ala sul do criptopórtico romano. Verifica-se que estas fundações assentam directamente no afloramento rochoso, afeiçoado para o efeito, não se vislumbrando a presença de qualquer vala de fundação.

Por outro lado, deixou observar na íntegra um troço da cloaca *maxima* (**Fig. 62-C**) que, já fundo, corre para oeste ao longo da galeria E do criptopórtico[60], tal como já se suspeitava desde a sua descoberta no extremo nascente desta sala (Carvalho, 1998). Este esgoto público consiste numa galeria abobadada[61], formada por uma espécie de formigão (*opus caementicium*), que assume aqui a particularidade de se apresentar reforçado, na face sul. Expediente encontrado para melhor acomodar os portentosos muros do criptopórtico que se sobrepõem. Torna-se evidente a dissemelhança com o troço da cloaca identificado a nascente[62], onde não se regista igual solução (muro de apoio). Na sondagem 1 (sob a u.m. 29) denota-se facilmente a união entre dois tramos da cloaca com técnicas de construção distintas (**Fig. 62-A**). Como ficará demonstrado, tal situação

[59] Apenas na sondagem 2 se logrou alcançar o substrato geológico. A presença de estruturas de diversas épocas nas outras sondagens condicionou o prosseguimento da escavação face à reformulação do projeto de obra que passou a contemplar a integração deste espaço no novo percurso de visita do museu, justificando a manutenção e valorização de todos os vestígios patrimoniais relevantes.

[60] Corresponde à u.m. 42 da sond. 1A (**Fig. 62 B e F**), u.m. 43 da sond. 1 (**Fig. 62-A**), u.m. 36 da sond. 2 (**Fig. 62-C**) e u.m. 33 da sond. 3 (**Fig. 65 B e C**) (não tendo sido detectada na sond. 4 por não se ter alcançado a cota necessária à sua descoberta).

[61] Com cerca de 1,80m de largura externa, podendo atingir igualmente cerca de 1,80m de altura no exterior.

[62] E com o ramal daquela cloaca (**Fig. 62 B e F**), identificado na sond. 1A (u.m. 45), que se dispõe com uma orientação norte-sul, encontrando-se alinhado pela antiga rua das Cozinhas (**Fig.139**) cujo arruamento, suprimido aquando a construção da Faculdade de Letras em meados do séc. XX, poderá remontar à época romana.

juntamente com o facto do esgoto passar sob o monumento público e não pelo eixo longitudinal do arruamento sugerem a existência de um primeiro tramo construído nos inícios do séc. I (coetâneo do primeiro fórum) que terá sido assimilado na ampliação do complexo forense de meados da mesma centúria. A reconstrução do primitivo troço augustano, no seu percurso a poente da sondagem 1A, deverá explicar-se pela dificuldade em conciliar esta pré-existência (que poderia estar inclusivamente a carecer de reparação) com a ampliação para sul do fórum e criptopórtico, composto nesta zona por volumosas paredes estruturais.

Na sond. 3 não foram detectados níveis de datação medieval. Os estratos que envolvem a sapata circular (u.e.^{s} 20 e 21 – **Fig. 58 -B**) sobrepunham-se a um terrapleno (com cerca de 3,5m de potência estratigráfica) que se interpretou como lixeira face à abundante presença de detritos orgânicos e despojos domésticos. Esta massa de descarte, composta por vários níveis diferenciados de despejo (u.e.s 23, 23a, 24, 25, 26, 28, 29, 29a, 30 e 31-**Fig. 64**), assenta directamente sobre o extradorso da cloaca *maxima* e estratos seus contemporâneos. A escavação deste depósito detrítico permitiu reunir um significativo conjunto de material arqueológico composto essencialmente por cerâmica[63] (mas também por peças metálicas, em vidro e osso trabalhado) notável pela sua quantidade/qualidade, variedade e estado de conservação. No acervo, ganham particular relevância as 350 moedas recuperadas (cf. anexo 3.1. – quadro IV) que permitem agrupar os referidos estratos de proveniência em quatro momentos distintos de deposição. Considerando a cronologia relativa proporcionada por estes elementos como *terminus post-quem*, poderemos fixar o processo de formação desta lixeira entre a segunda metade do século XV e o último quartel do século XVI (até 1592).

O depósito de época moderna envolve igualmente uma estrutura (u.m. 27 - com larg. máx. de 0,60m e cerca de 2,10m de altura) rebocada e ligeiramente abobadada na parte superior onde comporta um canal (*specus*). Cruza longitudinalmente toda a sondagem (**Fig. 56 e 65**), com uma orientação E-O, entroncando a Este (u.m.18) e a Oeste (u.m. 14) nos grandes muros estruturais que limitam esta sondagem. Esta estrutura hidráulica, para além de não conter qualquer abertura de escoamento, também não apresenta continuidade para oriente (sondagem 2) e, ao que tudo indica, para ocidente (sondagem 4), pressupondo a existência de outros canais de condução de água no interior dos muros romanos com os quais converge. Para além de se atestar assim a contemporaneidade de construção desta estrutura com as envolventes, prevê-se a existência de

[63] A notabilidade do espólio cerâmico aqui recolhido, contextualizado pelas excepcionais condições de achado, justificou o desenvolvimento do estudo intensivo desta colecção que apresentamos no capítulo III.1.4 deste trabalho.

um complexo sistema de canalizações inserido no maciço estrutural do criptopórtico, potencialmente relacionado com actividades desenvolvidas na praça do fórum.

A análise estratigráfica desta sondagem (**Fig. 64**) revela outra singularidade relativamente às áreas contíguas pelo facto do espaço se encontrar liberto de níveis de aterro de época romana até ao extradorso da cloaca, a cerca de 5m abaixo do topo dos muros romanos. Este encontra-se sobretudo preenchido pela lixeira de época moderna (activa desde meados do séc. XV até 1592), quando se concluem as obras promovidas por D. Afonso Castelo Branco, das quais será contemporânea a sapata circular que sela estes níveis. Na verdade, todos os compartimentos adjacentes revelam ocupações posteriores ao período romano mas apenas com impacto em níveis superficiais (nunca implicando a remoção de tão imensa potência estratigráfica). Por outro lado, não parece plausível que se tenha extraído o volumoso aterro romano para que deste espaço se fizesse vazadouro, com tantas outras áreas disponíveis neste sítio (como as galerias do criptopórtico) para esse fim. Mas será então verosímil que este espaço não tivesse sido aterrado aquando da sua construção em meados do séc. I? Caso se considere esta suposição, então por que motivo não terá sido colmatado como os restantes? Após vários ensaios explicativos não se conseguem encontrar respostas para as interrogações apontadas. Uma das formulações inicialmente consideradas, assentava no facto deste "compartimento" se localizar no eixo longitudinal da abside da basílica a Norte do fórum (**Fig. 207**), levantando a hipótese do espaço poder estar reservado a uma cripta, possivelmente de um pequeno templete, que se encontrava simétrico e no lado oposto àquele edifício. Conjectura que após várias tentativas de reconstituição se acabou por refutar. Não só pelas reduzidas dimensões desta área, mas também pelas evidências arqueológicas constatadas. Tal premissa implicaria a detecção de materiais que apontassem para a existência de abóbadas ou de pisos romanos de qualquer outra forma. Para além de não se terem identificado quaisquer níveis de abandono/destruição do fórum romano nesta sondagem (o que subentenderia novamente a limpeza desta "divisão"), a própria queda ou demolição dos elementos que compunham este monumento levariam à destruição da estrutura hidráulica (u.m. 27) que corre a meia altura neste compartimento.

Aliado ao facto de não se encontrar explicação satisfatória para a ausência de colmatação daquele espaço aquando da sua construção, também parece inverosímil que o lugar se mantivesse devoluto (vazio) até ao séc. XV. No entanto, convém destacar que, após a remoção dos estratos adstritos à lixeira moderna, se pôs a descoberto um negativo rectangular (que permanecia oco), aberto nos níveis de aterro romanos (u.e. 32) e facilmente compatível com um barrote de madeira (**Fig. 65**). Chegou-se a equacionar a hipótese de o espaço ter sido coberto por sobrado de madeira que teria, porém, pouca resistência.

A pouca documentação medieval sobre o sítio indica que esta área sul, em 1164, seria ocupada por três casas particulares que foram adquiridas por D. Miguel Salomão (Alarcão, 2008: 128-129). Não deixa de ser sugestiva a reconstituição que Jorge de Alarcão apresenta do paço episcopal em meados do séc. XII (*Ibid.*, fig. 52) surgindo a área circunscrita a esta sondagem reservada a um quintal ou pátio lateral de uma daquelas habitações (**Fig. 222**). Posteriormente, num auto lavrado em 1416, por morte do bispo D. Gil (Arquivo da Universidade de Coimbra, caixa de pergaminhos avulsos, doc. 33), de que já se fez referência, atesta-se que este corpo meridional seria ocupado (de oriente para ocidente) por cavalariças, um palheiro, uma atafona com duas mós e, sobre as cavalariças, um celeiro (*Ibid.*: 129). Embora se aponte para que a colmatação daquele espaço tenha tido início em momento posterior (meados do séc. XV), aquela descrição não permite esclarecer se alguma daquelas instalações promoveu o seu desaterro. Em todo o caso, parece melhor fundamento que este e todos os outros "compartimentos" estivessem totalmente aterrados em época romana. Não tendo encontrado comunicações entre eles, nem com o piso superior do criptopórtico, nem com o exterior, não subsistem grandes dúvidas de que estes muros serviriam apenas de contrafortes internos que, no entanto, poderão ter sido reutilizados para outros fins em épocas posteriores.

Esta parece ser também a realidade constatada na sondagem 4. De facto, os níveis de época moderna (u.e.^{s} 19 e 20) solidários de uma terceira sapata de formato circular (u.e. 23 – **Fig. 58-D**) cobrem uma nova estrutura que reaproveitou as pré-existências romanas. Corresponde a um muro constituído por pedras irregulares de pequeno e médio porte apenas com terra de permeio e que a meia altura se desenvolve em taipa (u.m. 24) (**Fig. 56, 66 e 67**). Com uma orientação Este-Oeste, divide o espaço da sondagem encontrando-se associado a sul a uma "estrutura térrea" em negativo com formato cruciforme que faria ligação à parte norte da sondagem através de um orifício localizado na base do muro de pedra (**Fig. 67 B e C**). Por sua vez, as paredes romanas envolventes encontram-se forradas de cal (**Fig. 67-E**).

O abundante lote cerâmico exumado nos respectivos níveis de abandono (u.e. 28) e de destruição (u.e. 27 – **Fig. 58 - C**) e nos níveis que envolvem a estrutura (u.e.^{s} 22 e 25) apontam para uma cronologia alto medieval que não deverá ultrapassar o séc. XI (Cf. capítulo III.1.3.3), pelo que a sua construção/utilização deverá ter ocorrido em momento anterior à sua colmatação, porventura durante o período emiral, muito embora não tenham sido identificados níveis de construção associados. A identificação desta estrutura (u.m. 24) e a opção de a integrar no novo projecto expositivo do museu condicionou a continuidade da escavação da sond. 4. Não obstante, realizou-se uma secção (com 0,80m de largura) a norte daquela unidade mural (**Fig. 56 e 66**) para averiguar

a natureza dos estratos em que assenta, que se constatou serem correspondentes ao nível de aterro de época romana (u.e. 32 – **Fig. 66**) associado à construção do criptopórtico.

Exercício mais complexo afigura-se a interpretação daquela instalação. A ausência de paralelos parece explicar-se pela absorção de pré-existências estruturais (muros romanos do criptopórtico) no seu esquema construtivo. Não obstante, o cruzamento de alguns dados permite traçar, num plano teórico, uma solução interpretativa hipotética. Realmente, o facto de as paredes romanas (parte integrada e componente desta construção) se encontrarem revestidas com cal poderá esboçar algumas semelhanças com outras estruturas em negativo usualmente designadas por silos. Para além disso, não se descortina qualquer outra função para a estrutura térrea "cruciforme" senão a de caixa-de-ar (que circularia pelo orifício existente na base da estrutura (**Fig. 67 B e C**) onde se sobrepunha um estrado em madeira (atestado pela presença de grandes quantidades de carvão). Estes indícios levam-nos a propor o funcionamento deste espaço como celeiro ou depósito de cereais, como hipótese mais credível nesta etapa da investigação.

Finalmente e relativamente ao período romano, sublinha-se que os dados provenientes deste sector de intervenção vieram corroborar algumas propostas já previamente apresentadas (Carvalho, 1998) e contribuir para a uma nova hipótese reconstitutiva do fórum. Os estratos identificados referentes a este período circunscrevem-se aos níveis de aterro contemporâneos da construção desta ala do criptopórtico. A análise dos materiais (Cf. Cap. III.1.2.3) confirma a sua datação de meados do século I d.C. (já antes proposta por Pedro Carvalho (1998) para a construção desta área do criptopórtico). De facto, as cerâmicas datáveis recolhidas nestes níveis apontam para uma cronologia de depósito de meados do séc. I d.C. Recordamos, por exemplo, que foram apenas classificados fragmentos de *terra sigillata* de produção itálica e gálica, encontrando-se ausentes quer os fabricos hispânicos quer os serviços flavianos das produções gálicas.

2.2. Plataforma superior

2.2.1. Área poente (sector C- área II)

No extremo norte da ala poente delimitada pela *loggia* quinhentista havia já sido realizada uma sondagem arqueológica (**Fig. 24 e 25**) na década de 1990 por Pedro C. Carvalho (1998, sector B) que pôs a descoberto as frestas de iluminação e ventilação das duas últimas *cellae* do piso superior do criptopórtico romano. Estas comunicariam para o exterior, a uma cota inferior em relação à praça do forum, para um nível de circulação em *opus signinum* de um hipotético pórtico aberto de dupla colunata. Esta galeria porticada não se estenderia por toda a fachada poente do edifício, embora exceda o comprimento das sete *cellae* do piso superior do criptopórtico, traçado mais tarde replicado pela *loggia* quinhentista.

A intervenção de 2007 consubstanciou-se na abertura de uma sondagem com cerca de 60m^2 (sond. 1 – **Fig. 25**) a todo o comprimento da *loggia*, tendo como objectivo desbloquear as restantes cinco frestas das *cellae* mencionadas e assim ventilar e iluminar toda aquela zona do piso superior do criptopórtico romano. Após a remoção do lajeado (u.e. 01) reposto pela DGEMN em meados do séc. XX e do seu nível de construção (u.e. 02), verificou-se que os restantes níveis superficiais se encontravam bastante perturbados pelas fundações da colunata (u.e. 06) que compõe o pórtico da *loggia* quinhentista (**Figs. 68 A-B, 70 e 71**) e respectivo nível de construção (u.e. 04) e de aterro de regularização (u.e. 03) para assentamento do primitivo pavimento coetâneo desta estrutura. As sapatas de sustentação dos seus pilares assentam, por sua vez, a nascente sobre a construção romana (u.m. 05) e a poente sobre um terrapleno de época alto-medieval (u.e. 07). Esta intervenção ganha particular interesse pois permitiu pôr a descoberto os vestígios da antiga varanda de época romana (**Fig. 71**) e registar a sua transformação em época medieval.

Ao longo da ala oriental da *loggia*, sobressaindo cerca de 1,20m para além do alinhamento da sua colunata nascente, destaca-se a parede ocidental das sete *cellae* do piso superior do criptopórtico (u.m. 05) (**Figs. 68 e 71**), constituída por blocos facetados de médio e grande porte unidos por uma argamassa bastante consistente. Na sua face pontuam, a espaços regulares, as frestas de iluminação e ventilação das referidas *cellae* do criptopórtico enquadradas por um arco de volta redonda (**Figs. 68, 69 A-B e 70**). As *cellae* do piso superior estão recuadas relativamente às extremidades ocidentais das galerias que correm de leste para oeste (**Fig. 27**). As frestas comunicam directamente para o exterior do criptopórtico, para um piso em *opus signinum* (u.e. 08) que se prolonga ao longo de toda a sondagem ao nível daqueles parapeitos (**Figs. 68, 71 e 72**). Este

pavimento assenta sobre a galeria abobadada longitudinal intermédia, parcialmente derrocada (**Fig. 48 A-D**), que por sua vez circula sobre o nível inferior do criptopórtico.

Esta área do fórum encontrava-se aterrada, até à cota das fundações da *loggia*, por um estrato (u.e. 07 – **Figs. 69-C e 72**) cujos materiais cerâmicos (Cf. Cap. III.1.3.3) nos autorizam datá-lo do séc. XI. Este dado indica que, nos finais do séc. XI ou inícios do seguinte, em instante facilmente relacionável com a fixação da residência dos bispos neste local, se procedeu ao nivelamento de toda esta área, nomeadamente do piso sobre a galeria exterior do criptopórtico, ao longo da fachada oeste. Este aterro terá sido realizado em momento anterior à derrocada parcial da varanda romana, conforme se atesta a partir dos poucos vestígios daquela destruição encontrados no logradouro, junto ao fontanário romano, que se encontram em parte envolvidos por aquele mesmo nível de terrapleno (u.e. 07). No entanto, esta sequência cronológica apresenta grandes disparidades relativamente àquela que foi registada por Pedro Carvalho (1998: 115) durante a intervenção que efectuou no extremo norte deste local, junto das duas frestas mais setentrionais. Naquela intervenção, os níveis de entulho que cobriam esta zona da estrutura romana apontam para uma cronologia de depósito atribuível aos séculos XVII-XVIII. Vários factores poderão ter contribuído para esta situação. Em primeiro lugar, deverá mencionar-se que as duas arcadas setentrionais da *loggia* resultam de um acrescento à obra original quinhentista efectuado no último quartel do séc. XX. Para além disso, aquela sondagem encontrava-se delimitada (exactamente pela zona demarcada por este acrescento) por um muro de grande porte transversal ao pórtico renascentista (**Fig. 69 D-E**) indicando a possibilidade daquele espaço ter sido utilizado a certa altura e até ao ao séc. XVII-XVIII (data do seu aterro) como uma simples cave. Esta hipótese é reforçada pelos sinais evidentes de reconstrução que a estrutura romana aqui evidencia. Verifica-se, neste lugar concreto, a utilização de um tipo de aparelho diferente (pedras não esquadriadas), a supressão do arco de volta redonda na fresta mais a norte e sua substituição por um arco com verga de pedra (**Fig. 68 - C**) que sugere uma intervenção medieval.

As estruturas romanas aqui identificadas permitiram esclarecer vários pormenores acerca do modo como se articularia esta ala poente da praça do fórum. Apesar de se reservar para capítulo posterior a exposição mais detalhada de uma proposta de reconstituição do monumento e daquela que seria a sua fachada ocidental, apresenta-se já, de uma forma sintética, a planta desta área ocidental do complexo forense.

O piso deste pórtico, feito de *opus signinum*, ficaria cerca de 1,20m abaixo do nível da praça pública. Para além de algumas considerações de ordem estética, o rebaixamento da cota do pavimento deste pórtico permitia a abertura de frestas que iluminavam e ventilavam as celas do piso superior do criptopórtico. O acesso a esta ampla varanda deveria fazer-se através de uma

pequena escada situada a meio, sobre a *cella* central. A parede ocidental da cela mediana encontra-se recuada relativamente às outras. Para além disso, observa-se a existência de pequenos patamares afeiçoados no arco de volta redonda que enquadra esta fresta central (**Fig. 68-E**). As escavações de Pedro Carvalho (1998) detectaram igualmente uma outra escadaria no extremo norte do edifício. Para além da escada central, os extremos desta galeria porticada ocidental poderiam ser rematados por outros dois acessos. Aquelas escavações possibilitaram igualmente detectar que este pórtico se estenderia, a norte e a sul, até perto dos extremos do edifício, para além dos limites da *loggia* (**Fig. 207**), oferecendo ao transeunte uma imagem cenográfica sobre a encosta da colina genética de Coimbra e o Mondego.

2.2.2. **Área central** (sector C – área III)

O projecto de requalificação do museu previa a instalação de sapatas de betão de apoio à construção do novo edifico que assentariam sobre o extradorso das abobadas e muros do criptopórtico nesta área central da sua plataforma superior. A inclusão destas fundações implicou a prossecução de quatro sondagens arqueológicas (sond. 2 (8m^2), 3 (8 m^2), 4 (35 m^2) e 5 (85 m^2) – **Fig. 25** - em áreas que ainda não tinham sido escrutinadas por trabalhos anteriores. Nesta zona, foi ainda implantada a grua de apoio à obra. Seleccionou-se para o efeito o espaço mais a nordeste desta área, onde se demarcou uma sondagem com cerca de 25 m^2 (sond. 6 – **Fig. 25**), escavada manualmente antes da instalação da fundação da grua. Mais tarde, houve necessidade de deslocar a grua para outro local. Em consequência, demarcou-se no pátio central do museu uma nova sondagem com cerca de 50m^2 (sond. 1 – **Fig. 25**).

A par da repavimentação do átrio central do museu (área a nascente da *loggia* que perpetua, grosso modo, a antiga praça do fórum de meados do séc. I), o projecto contemplava igualmente a impermeabilização da superfície do criptopórtico que não fica sob a área coberta do museu. Esta acção implicou a remoção de todo o volume de terras do pátio central do museu até à cota do extradorso das abóbadas do criptopórtico. Durante as décadas de 50 e 60 do século XX, os trabalhos de reconstrução das abóbadas do criptopórtico e sua primeira impermeabilização, patrocinados pela DGEMN, afectaram todos os níveis arqueológicos aqui existentes (**Fig. 7, 12 e 13**). O conhecimento prévio desta situação fundamentou o plano de trabalhos. A escavação destes aterros, de época contemporânea, foi desenvolvida através de meios mecânicos (**Fig. 73-A**). O acompanhamento arqueológico desta acção permitiu confirmar que o volume de terras aqui depositado resulta dessas obras contemporâneas, traduzindo-se em contextos de deposição secundária. Embora não existam relatórios arqueológicos dessas actividades, a análise de algumas

fotografias depositadas no acervo deste museu levam-nos a pressupor que os estratos afectados deveriam relacionar-se essencialmente com os primeiros anos de instalação do Paço Episcopal neste local, nomeadamente com a necrópole das igrejas de S. João (séc. XI-XII), face à descoberta de várias sepulturas (**Fig. 7**).

A sondagem 1 (com cerca de 50 m^2 e 1m de profundidade – **Fig. 25**) foi implantada sobre o aterro existente no maciço central interior envolvido pelas galerias do criptopórtico, para que se procedesse à instalação da sapata de suporte de uma grua (**Fig. 73-C e 74-D**). Os níveis superficiais encontravam-se perturbados por construções recentes promovidas pelos Monumentos Nacionais (**Fig. 77 e 78**). Desta época identificaram-se três unidades murais (u.m.^{s} 08, 10 e 11 – **Fig. 73-E e 75**) relacionadas com os sistemas de drenagem do pátio principal do museu e um ossário (u.e. 02 – **Fig. 75 e 77**) constituído por ossos humanos e de animais desarticulados e em deposição secundária (**Fig. 73-D**). Parece tratar-se de uma "vala comum" onde foram novamente soterrados vestígios osteológicos desconexos, remexidos no decorrer das obras da DGEMN. Situação análoga verificou-se no enchimento da vala de fundação (u.e. 09) de um daqueles muros (u.m. 08 – **Fig. 75 e 78**), tendo também aqui sido detectadas várias ossadas humanas em desconexão.

Estas realidades de época contemporânea assentam e cortam contextos primários, constituídos por uma fossa detrítica de época alto-medieval (u.e.^{s} 05 e 07) que corta a continuidade original dos aterros de cronologia romana de meados do séc. I (u.e.^{s} 03, 04, 13 e 14) (**Figs. 74 A-B, 75 e 79**). Embora a escavação tenha cessado ao nível de afectação da obra (1m), foi possível determinar os limites daquela estrutura em negativo que apresenta planta ligeiramente elipsoidal. Registaram-se dois níveis coetâneos de enchimento de onde se exumou um conjunto de materiais cerâmicos que permite balizar a condenação desta fossa entre os finais do séc. XI e XII (Cf. Cap. III.1.3.4).

Por sua vez, parte significativa dos aterros romanos encontra-se selada por uma camada de argamassa muito compacta (u.e.^{s} 03, 03a e 03b **– Fig. 73-F, 76 e 77**) que deverá corresponder ao primeiro nível de "obra" (construção) do criptopórtico. O espólio proveniente das unidades de aterro romanas[64] (u.e.^{s} 04, 12, 13 e 14) aponta novamente para uma cronologia de depósito de meados do século I, fazendo prever que todo o maciço central envolto pelas galerias do criptopórtico esteja preenchido por um volumoso terrapleno da mesma época.

[64] Destaca-se a recolha de nove fragmentos de terra *sigillata* itálica e cinco de fabrico sudgálico (Cf. Cap. III.1.2.3).

A sondagem 2 (8m^2) situa-se no canto nordeste do pátio central do museu (**Fig. 25**) sob as antigas instalações sanitárias construídas nos inícios da década de 1990. A construção deste equipamento implicou a remoção de todos os estratos originais até ao extradorso da abóbada da galeria C do criptopórtico, impossibilitando determinar a natureza, sucessão e cronologia dos depósitos que se teriam acumulado sobre aquela estrutura (**Fig. 80 A-B, 81 e 82**). Destaca-se apenas a existência de dois blocos de calcário aparelhados e facetados, com cerca de 1,30m de comprimento e 0,64m de largura (u.m. 08), que surgem confinados ao canto SO da sondagem (**Fig. 80-A e 81**) e assentam sobre os níveis de construção de época romana (u.e. 06). A ausência de materiais nas u.e.^{s} identificadas e a exiguidade da sondagem não permitem esclarecer a sua função ou datação.

A sondagem 3 (8 m^2) localiza-se no extremo oposto à sondagem 2 (**Fig. 25**), sob o pavimento da antiga cafetaria do museu. De igual modo, também neste local a sucessão estratigráfica (**Fig. 84**) se encontra muito perturbada pelas obras realizadas durante a segunda metade do séc. XX, tanto de construção do bar (u.e.^{s} 03 e 05) como, na faixa sul, de impermeabilização do extradorso das abóbadas do criptopórtico (u.e. 04). Sob os níveis contemporâneos, pôs-se a descoberto o extradorso da abóbada da 6ª cela longitudinal do piso superior do criptopórtico (u.m. 06) (**Fig. 80 C-D e 83**), onde se observa rasgo colmatado por uma série de placas calcárias em cutelo que deverá corresponder, tal como referenciado por V. Correia (1946: 33), a uma zona que se encontrava abatida.

A sondagem 4 estende-se imediatamente a poente do claustro pré-românico (**Fig. 25**) por uma faixa que ronda os 38 m^2 (nunca ultrapassando os 0,40m de profundidade). Também aqui se constatou que os estratos superficiais se encontram relacionados com as obras promovidas em meados do século XX pela DGEMN. Entre essas acções destaca-se o restauro do extradorso da galeria F do piso superior do criptopórtico, a impermeabilização da galeria C e a montagem da Capela do Tesoureiro (na década de 1960). O extradorso da galeria F (u.m. 12) encontra-se rasgado pelo "poço" de acesso que facilitou o trânsito de pessoas e materiais durante grande parte dos trabalhos de escavação e restauro do piso superior do criptopórtico (**Fig. 28 e 85-B**). Terá sido bloqueado assim que o restauro terminou e a circulação se passou a efectuar pela escadaria localizada no canto sudoeste do criptopórtico. Da mesma altura deverá datar o encerramento, através de placa de cimento (u.m. 03b), de um dos respiradouros da construção original da galeria C. Para além do nível de assentamento do lajeado contemporâneo (u.e. 02), foi identificado um lastro composto por pedras irregulares de médio porte, restos de lajes facetadas e alguns

elementos arquitectónicos reaproveitados, unidas por argamassa de cal (u.m. 05), que poderá ter sido utilizado como sapata de assentamento da Capela do Tesoureiro (**Fig. 86**).

Apesar dos revolvimentos contemporâneos, foi possível identificar algumas estruturas mais antigas. É o caso de alguns muros (u.m.^{s} 06 e 07 **– Fig. 85-A e 87**) compostos por pedras irregulares de pequeno e médio porte unidas entre si por argamassa de cal e faces exteriores regulares (com cerca de 0,60m e 0,40m de largura respectivamente). Também neste caso as contingências da obra impossibilitaram a remoção integral dos estratos que os envolvem (u.e.^{s} 08 e 09) e sua consequente datação e interpretação. Não obstante, note-se o sugestivo posicionamento destas unidades murais face ao claustro pré-românico (**Fig. 85-C, 86 e 87**).

Refira-se ainda a presença de um pequeno troço da fachada este do fórum romano (u.m. 10) na zona de um dos respiradouros que, da galeria F do piso superior do criptopórtico, comunicavam para o exterior do edifício. Apenas são visíveis três silhares aparelhados e bem facetados de arenito poroso e muito friável. Adossado a estes, encontram-se alguns tijolos (*lateres*) em cutelo, evidenciando o arranque de uma abóbada de cobertura do respiradouro (**Fig. 85-D e 87**). Assinale-se que a utilização do arenito como material de construção apenas foi atestada nos cunhais e ombreiras das passagens igualmente da galeria F do piso superior do criptopórtico, à qual se atribui uma cronologia anterior (augustana) ao restante monumento. Por último, foi ainda possível registar o muro divisório (u.m. 11) entre as galerias C e F do criptopórtico, constituído por silhares de médio e grande porte, aparelhados e facetados, unidos entre si por forte argamassa, onde se observa a cobertura em arco composta por tijolos (*lateres*) de um dos respiradouros da galeria C.

A sondagem 5 localiza-se na faixa poente do antigo pátio interior do museu, sob a área outrora ocupada pelo pórtico que o circundava, totalizando 85m^2. Trabalhos anteriores, dirigidos por Pedro Carvalho numa zona limítrofe (**Fig. 25**), colocaram a descoberto as fundações da abside da basílica, implantada na faixa norte do complexo forense claudiano (Carvalho, 1998 – sector A). Com a recente intervenção pressupunha-se pôr a descoberto o extradorso das abóbadas das galerias do piso superior do criptopórtico que são contíguas a toda aquela área. Sem grande surpresa, verifica-se que estas estruturas murais de época romana se encontram imediatamente abaixo do pavimento lajeado contemporâneo (u.e. 01), apenas cobertas por uma camada (u.e. 02) de regularização do terreno que acomoda aquele nível de circulação (**Fig. 89 e 90**). Este nível de regularização assume também aqui a particularidade de ser composto pelo descarte de restos de obra onde são visíveis abundantes fragmentos de azulejos “hispano-árabes”, semelhante a tantos outros contextos congéneres identificados nas diversas áreas de intervenção e que caracteriza os terraplenos depostos pela DGEMN durante as obras de requalificação de meados do século XX.

Identificaram-se os extradorsos das abóbadas das galerias A (u.m. 09) e B (u.m. 11) e o topo das respectivas paredes divisórias e de suporte (u.m.ˢ 08, 10 e 12) (**Fig. 89 e 90**). O extradorso das abóbadas, tal como se evidencia noutras zonas, é formado por uma espécie de formigão, constituído por uma mistura bastante compacta de pequenas pedras com argamassa (*opus caementicium*). Os muros divisórios (com 1,60m de largura) são constituídos por silhares de médio e grande porte, aparelhados e facetados, unidos entre si por forte argamassa. Sobre o extradorso da galeria B atesta-se a presença do antigo poço de acesso à cisterna de época medieval/moderna (**Fig. 89**), descoberta e destruída durante os trabalhos de desaterro do criptopórtico promovidos pela DGEMN (**Fig. 31**). No canto noroeste da sondagem é também visível o topo da abóbada da galeria (u.m. 07) que intermediava a passagem entre os dois pisos do criptopórtico, designada durante os primeiros anos de investigação como galeria G (Oleiro, 1955-56: 153, fig. 1). Apesar desta ter sido totalmente restaurada pela DGEMN, verifica-se que o muro exterior que delimita a fundação da abside da basílica (u.m. 05) se encontra bem conservado (**Fig. 88-F**).

Não obstante a previsibilidade da descoberta destas estruturas romanas, destaca-se a identificação de outras cuja respectiva compleição e localização é crucial para a reconstituição da planta do elemento basilical do fórum de meados do séc. I. Com efeito, sobre os muros de fundação e de divisão das galerias do criptopórtico (u.m.ˢ 10 e 12) encontram-se os restos de outros dois muros (u.m.ˢ 13 e 14) mais estreitos, com cerca de 0,80m de largura (**Fig. 88 A-B e 90**). Ambos se apresentam constituídos por pedras de pequeno e médio porte, unidas entre si por argamassa.

O muro identificado no canto sudoeste da sondagem (u.m. 13 – **Fig. 88 C-D**) encontra-se implantado sobre o limite sul da basílica, podendo mesmo tratar-se da sua fundação ou parte do seu alçado (**Fig. 207**). A outra unidade mural (u.m. 14 – **Fig. 88-E**), disposta um pouco mais a norte, parece alinhar-se pelo eixo da colunata central que se projecta para a basílica e que a subdividia em duas naves dispostas transversalmente e defronte da abside. Deverão corresponder a uma marcação ou aos restos fundacionais daquela colunata, uma vez que se encontram parcialmente sobrepostos por um conjunto de quatro lajes calcárias dispostas horizontalmente (u.m. 15 – **Fig. 88-E**), que se associa ao nível de circulação (lajeado) original da basílica.

A disposição da sondagem 6 decorreu, mais uma vez (tal como na sond. 1), da necessidade de implantação de uma sapata de sustentação da grua afecta à obra. Para o efeito, seleccionou-se a zona mais a nordeste do antigo fórum claudiano onde as anteriores sondagens realizadas por Pedro Carvalho (imediatamente a nascente da abside da basílica – **Fig. 25**) haviam revelado a inexistência de estruturas. Assim, procedeu-se ao alargamento da área previamente sondada, de modo a conformar-se com a dimensão da dita sapata (mais ampla). Isto é, demarcou-se uma

sondagem com cerca de 25 m^2 (sond. 6 – **Fig. 25**) entre a zona previamente escavada (a sul) e a parede exterior do edifício do museu (a norte).

A opção de localização desta sondagem prendia-se com a improbabilidade do aparecimento de novas estruturas, pressuposto de imediato contrariado após a remoção do antigo pavimento (u.e. 01) e dos estratos superficiais de época moderna e contemporânea. Estes níveis de aterro assentavam sobre um novo tramo de cloaca (u.m. 12) identificada, desta feita, no lado exterior da parede norte do fórum (**Fig. 91-A e 92**). Correndo de leste para oeste, seguindo talvez a rua que bordeava o fórum pelo lado norte, este troço, parcialmente escavado na rocha, mostra-se construtivamente semelhante à cloaca identificada na ala sul do criptopórtico e no quarteirão poente exterior ao complexo forense (o extradorso da abóbada é formado por uma espécie de formigão, constituído por uma mistura bastante compacta de pequenas pedras com argamassa (*opus caementicium*). No seu tramo visível, ao longo de cerca de 7,80 metros, apresenta as seguintes dimensões: altura interior – 1m; largura interior – 0,62/0,64m; altura exterior – 1,38m; largura exterior – 1,28m (**Fig. 91 C-E, 92 e 94**).

Esta ocorrência implicou pequenos ajustes ao projecto inicial de modo a preservar[65] a estrutura. Não obstante, o facto desta se encontrar parcialmente derrocada (no extremo poente da sondagem) facultou o prosseguimento da escavação apenas naquela área específica (**Fig. 91 C-D**).

Após a remoção do pavimento lajeado (u.e. 01) colocado pela DGEMN em meados do século XX e do seu nível de preparação (u.e. 02), registou-se, pela primeira vez nesta área, um pavimento em tijoleira (u.e. 04). Os dados recolhidos tanto nos níveis de ocupação/abandono (u.e. 03 e 03a) como no respectivo nível de construção (u.e. 05) não permitem avançar com uma proposta de datação segura, reportando-se, muito provavelmente a finais do séc. XVII/inícios do séc. XVIII, altura em que se procede a um grandioso programa renovador do paço episcopal, durante a prelatura de D. João de Melo (1684-1704). Associamos à mesma época os níveis de aterro que se sucedem (u.e.^{s} 06, 07, 08 e 08a), aparentemente relacionados com a deslocação da fachada setentrional do edifício cerca de 2m para norte dos limites definidos pelo primitivo alçado norte do fórum (**Fig. 91-B e 93**). A ruína parcial da cloaca romana parece ter sido provocada por esta grande obra. Nos seus níveis de destruição (u.e.^{s} 10 e 10a), para além de vestígios derrocados da abóbada (**Fig. 91-C**), foi exumado um conjunto artefactual que, apesar de pouco representativo, aponta para um período na Época Moderna. Refira-se ainda que no seu interior, no nível de aluvião acumulado durante o período em que esteve em funcionamento (u.e. 11), foram recolhidos fragmentos de

[65] No final da intervenção foi novamente aterrada, tendo-se optado por executar a travessia das novas canalizações a uma cota superior ao extradorso da abóbada desta cloaca.

cerâmica doméstica comum (asas com incisões por ex.) que, com as devidas reservas, indiciam que estaria ainda em carga durante a época alto-medieval.

2.2.3. Área nordeste (sector D – área I)

A área nordeste dispõe-se em torno da Capela do Tesoureiro e do lado exterior do altar-mor da Igreja barroca de S. João de Almedina (**Fig. 25**). Todo este espaço, por onde em época alto-medieval se prolongaria o primitivo claustro "almedinense" (**Fig. 222**), foi alvo de sucessivas e profundas reformas. Enquanto paço episcopal destaca-se a reformulação do bloco norte promovida por D. Jorge de Almeida ou, já nos finais do séc. XVII, a construção do templo barroco de S. João. O séc. XX traz consigo uma série infinda de restruturações que descaracteriza por completo este gaveto. Destas já se fez nota em capítulo anterior (Cf. cap.I.1.1). Convém, porém, relembrar que é sob a direcção de Vergílio Correia que aqui se inicia a construção de um pavilhão que deveria albergar as carruagens episcopais (**Fig. 8**) e se procede à aplicação dos portais de S. Tomás e Santo Agostinho, procedentes, respectivamente, do Convento de S. Tomás e do de Santa Ana, à data já secularizados. Um perfil estratigráfico registado junto ao portal de S. Tomás (antiga entrada para os serviços administrativos do Museu – **Fig. 95-D e 97**) mostra como estas obras parecem ter revolvido grande parte dos níveis identificados (u.e.[s] 03, 04, 05 e 06), quase até ao substrato geológico[66]. Em meados do século XX (sob a direcção de L. Reis Santos – após 1955) o espaço será ocupado por edifício que irá albergar os serviços administrativos do museu cujas fundações e rede de infraestruturas irão afectar o subsolo em profundidade. A compleição da caixa forte e do quadro eléctrico geral do antigo museu provocou a remoção de todo o sedimento e o corte do afloramento rochoso no canto nordeste desta área (**Fig. 95 A-C**). Por fim, a instalação da Capela do Tesoureiro, oriunda do convento de S. Domingos, acaba por revolver toda a zona sudoeste deste sector.

Perante as exigências do projeto de rebaixamento de toda esta zona e tendo em conta a informação disponível e a natureza dos aterros aqui depostos, procedeu-se à remoção mecânica destes níveis profundamente perturbados, sobretudo, em época contemporânea (**Fig. 95 A e C**). Subsequentemente, com a identificação de contextos arqueológicos de época medieval e, principalmente, do período romano prosseguiu-se a escavação de modo manual. Estes últimos

[66] Ainda assim, foi possível exumar um estrato que deverá corresponder ao nível de abandono de uma ocupação baixo-medieval / inícios de época moderna (u.e. 07) e um possível nível de ocupação de época medieval (u.e. 08).

revelaram-se essencialmente sob a forma de muros e pavimentos truncados a espaços e parcialmente selados por depósitos com materiais medievais e modernos.

Um primeiro espaço, delineado por sólidos muros e com pavimento em *opus signinum*[67] (**Fig. 99 A-C**), foi identificado junto ao ângulo nordeste do fórum **(Fig. 96 – A**). Com 4,14 m de largo, este compartimento prolongar-se-ia para debaixo da chamada "Capela do Tesoureiro", não podendo assim ser definido na sua totalidade – é possível, no entanto, que medisse cerca de 5m, se atendermos às dimensões do outro compartimento descoberto, e que descreveremos em seguida, e ao próprio comprimento dos espaços anexos à abside da basílica do fórum. Os muros de delimitação, a leste e a oeste, possuem 0,58/0,60m de largura e foram construídos com pedras facetadas, de pequeno e médio porte, argamassadas entre si. Por sua vez, a norte, o limite corresponde à rocha base (que surge nesse lado a uma cota mais alta) talhada e aprumada. No muro leste, aparentemente ao centro, duas pedras colocadas em cutelo parecem denunciar a presença original de um pequeno vão (0,60 m) (**Fig. 99-D**). O muro oeste, por sua vez, dista cerca de 3,30 m da parede exterior do fórum (**Fig. 96**).

Um outro compartimento, semelhante e paralelo a este, foi identificado a nascente (**Fig. 96 – B e 100-D**). Possui características construtivas idênticas: pavimento em *opus signinum* de boa qualidade (embora aqui se encontre mais danificado), aproximadamente à mesma cota e cobrindo um espaço com 4,32m x 5,04m, delimitado por muros com 0,59/0,60m de largo (talhado na rocha também a norte). Este compartimento, observável na íntegra, apresenta na parede sul alguns silhares de grande porte (com 0,70m x 1,00/1,54 m) e uma soleira ao centro a marcar o largo vão de acesso (**Fig. 100-B**). Uma outra passagem, mais pequena, parece vislumbrar-se na parede oeste, em frente à registada na parede leste do primeiro compartimento (**Fig. 96**). Certos pontos do pavimento em *opus signinum* apresentam vestígios de reparação, utilizando-se tijolos para o efeito (**Fig. 100-C**). Noutros pontos, danificados e não reparados, foi possível constatar que este pavimento (tal como o anterior) assentava praticamente sobre o substrato rochoso.

Ambos os compartimentos, embora separados, parecem fazer parte de um mesmo plano. Este comportaria outro espaço, identificado entre os dois compartimentos, com 7,80m de largo e sem qualquer vestígio de pavimento. Neste espaço, porém, os contextos estratigráficos, pós-romanos, ultrapassavam em profundidade a cota dos pavimentos em *opus signinum*. Assim sendo, para além de não ter sido possível verificar quais eram as características desse chão em época romana,

[67] Sempre se pensou que a descoberta destes pavimentos romanos em *opus signinum* era inédita. Porém, recentemente, ao estudar todos os objectos arqueológicos oriundos das antigas escavações realizadas no museu, verificou-se que um anel em pasta vítrea tinha como indicação de proveniência "junto ao portal de S. Tomás sob pavimento de *opus signinum*" (Alarcão, 1971b: 42). Apesar de não se poder comprovar como certo, julgamos que deverá tratar-se de um dos pisos novamente registados e de que se dá conta.

também não pudemos observar se – no sentido leste / oeste – correriam por aqui outras paredes. De qualquer modo, e embora não tenham sido identificados materiais associados susceptíveis de datação, julgamos que este conjunto de elementos – atendendo às suas características construtivas – será contemporâneo do fórum (e coevo da sua construção). Por debaixo destes pavimentos, em certos pontos específicos que foi possível sondar, apenas se recolheram – como materiais que sugerem datações – alguns fragmentos de cerâmica cinzenta fina (decorada com traços brunidos) de cronologia alto-imperial. Sobre os pavimentos, por sua vez, exumou-se cerâmica medieval (associada a cerâmica romana), parecendo denunciar (tal como as reparações dos pavimentos) a continuidade de utilização destes níveis de circulação em época pós-romana.

Depois de se proceder ao rebaixamento desta área havia ainda necessidade de abrir os caboucos para as fundações do novo edifício que poderiam afectar níveis arqueológicos selados (**Fig. 100-A**). Para este efeito e em momento prévio, demarcaram-se no terreno cinco sondagens (sondagem 1 a 5 – **Fig. 25 e 96**) que seriam escavadas manualmente até ao substrato rochoso.

Na sondagem 1 (**Fig. 25**), grande parte dos estratos identificados (u.e.^{s} 02, 04, 06 e 07) corresponde a níveis de aterro e argamassa relacionados com a montagem, neste local, da Capela do Tesoureiro durante a década de 1960. Ainda assim, foi possível isolar duas unidades murais (u.m.^{s} 03 e 05) (**Fig. 98 e 101-B**) que parecem corresponder, pela localização e características (e apesar de não se terem atingido os respectivos níveis de construção), ao edifício romano (fórum). Estes sólidos muros são constituídos por grandes silhares de arenito e algumas pedras irregulares de calcário, unidos por forte argamassa. Encontram-se muito destruídos pelas construções contemporâneas (**Fig. 101-C**), pelo que não foi possível determinar integralmente as suas dimensões. Apesar disso, deverão destacar-se dois aspectos dissonantes do padrão regular conhecido para o local. O primeiro relaciona-se com a largura (0,60m) de um dos muros (u.m. 03), diferenciando-se claramente das dimensões de outras estruturas fundacionais e sugerindo tratar-se do arranque de uma unidade mural que se desenvolveria em cota positiva. O segundo prende-se com o facto de, em planta, estas estruturas se localizarem sobre o canto nordeste projectado (**Fig.25 e 207**) para a construção de meados do séc. I, muito embora os componentes do aparelho pétreo identificado apontem para uma datação anterior. De facto, provou-se noutros locais (nomeadamente no criptopórtico – **Fig. 202-A e B**) que a presença de arenito era uma característica da construção de época augustana. Logo, a sua utilização no segundo edifício forense (de meados do séc. I), que privilegia o uso exclusivo do calcário local, não deixa de ser um elemento discordante apesar de poder ser interpretado como um caso de reutilização de material de construção.

A sondagem 2 ocupou uma pequena área (com cerca de 3,50m^2) a poente do muro (u.m. 03) que delimita o compartimento A (**Fig. 25, 96 e 102**). Também aqui se verifica a intrusão de níveis e estruturas de época contemporânea que afectaram os depósitos primários de épocas anteriores. Os muros (u.m.^{s} 01 e 02) do antigo edifício administrativo do museu afectaram em profundidade o subsolo desta área (u.e.^{s} 04 e 05) (**Fig. 103**). Para além dos níveis mais antigos de época romana, esta estrutura veio anular uma anterior, abobadada (talvez de época moderna), ainda visível na parede exterior da Capela do Tesoureiro (**Fig. 101-D**). O entaipamento em pedra e argamassa (u.e. 06) assenta sobre uma laje de betão (u.e. 07) que corta a continuidade original de estratos de época romana (u.e.^{s} 08, 09 e 10) assentes sobre o substrato rochoso (**Fig. 101 D-E, 102 e 103**). Estes, por sua vez, assumem a forma de aterros parecendo relacionar-se com a construção do compartimento A (u.m. 03). Apenas um (u.e. 10) forneceu espólio, destacando-se (e tal como na sondagem 3) a cerâmica cinzenta fina de tradição alto-imperial.

A sondagem 3 foi implantada no compartimento A (**Fig. 25 e 96**), onde se encontrava prevista a instalação de uma viga de fundação do novo edifício (**Fig. 104-A**). Apesar desta se traduzir na abertura de uma vala ao longo do pavimento (6m x 0,80m), com a decorrente destruição associada, a secção criada seria, de igual modo, uma oportunidade para "sondar" os respectivos níveis de construção que se encontravam selados pelo piso de *opus signinum* (u.e. 04). Este pavimento encontra-se confinado por dois muros (u.m.^{s} 01 e 02) formados por pedras irregulares de pequeno e médio porte unidas por argamassa, sendo parcialmente revestidos por um paramento de argamassa nas respectivas faces internas (**Fig. 99 e 104-B**). Os níveis de construção do compartimento sobrepõem-se sob a forma de pequenos aterros (u.e.^{s} 05 a 15) assentes sobre o substrato geológico irregular (**Fig. 104 B-E, 105 e 106**). O espólio recolhido nestes estratos, além de escasso, apenas contempla fragmentos informes de cerâmica doméstica comum. Entre esta, destaca-se, mais uma vez, a presença da cerâmica cinzenta fina, por vezes decorada por traços brunidos, que sugere uma contemporaneidade com a reformulação do complexo forense de meados do séc. I.

A sondagem 4 (8mx1,60m (cerca de 13m^2) foi implantada sobre a franja norte do espaço que intermedeia os compartimentos A e B (**Fig. 25, 96 e 107-A**). O substrato rochoso encontrava-se quase à superfície verificando-se que, no limite norte da sondagem, a rocha de base, mais alta, se apresenta talhada e aprumada formando um alinhamento estrutural (u.m. 02) (**Fig. 107 C-D e 109**). Não foi possível atribuir uma datação consistente para o momento em que o substrato terá sido afeiçoado e aproveitado como muro. Não obstante, correlacionado com este soco detectou-se um possível nível de circulação (que lhe encosta) ou preparação para o assentamento de um pavimento composto por tijolos rectangulares (tipo *lateres*) dispostos ordenadamente e horizontalmente (u.e. 04) e assentes directamente sobre o substrato calcário (**Fig. 107-B e 109**).

Igual solução (provavelmente coetânea) tinha já sido identificada nos remendos visíveis no compartimento B (**Fig. 100-C**) para os quais se tinha já avançado uma cronologia de finais de época romana ou já alto-medieval. De qualquer modo, a destruição provocada, essencialmente, em época contemporânea dificulta a compreensão destes fenómenos. Neste caso particular, um muro de grande porte (u.m. 01), pertencente às antigas instalações do museu (de meados do séc. XX), afectou toda esta área, cortando parcialmente as realidades mais antigas (**Fig. 107-A**).

Ainda assim, identificaram-se duas sepulturas talhadas no substrato calcário[68] na faixa nascente desta sondagem (**Fig. 109**). Uma (sep. 1 - u.e. 06) apresenta configuração oval (com perfil sub-rectangular) e conservava duas lajes calcárias de cobertura, dispostas horizontalmente e unidas por argamassa (**Fig. 107 E-G e 110**). Pelas suas dimensões (1,20m de comprimento, 0,48m de largura e 0,36m de altura) e através da análise dos restos osteológicos recuperados (Simão, 2008: 17-26), deverá tratar-se de uma sepultura de criança. Uma outra (sep. 2 - u.e. 08), imediatamente a nascente daquela (cortando o pavimento de *opus* do compartimento B – u.e. 09), apresenta uma configuração antropomórfica. Apesar do seu mau estado de conservação foi possível recuperar o seu perfil (**Fig. 108 D-E e 111**), dispondo de 2,50m de comprimento, 0,76m de largura máxima, 0,54m de largura mínima e 0,46m de altura (**Fig. 108 e 111**). As lajes de cobertura encontravam-se derrubadas no interior, bastante remexido (**Fig. 108-A**), principalmente na zona da cabeceira com a construção do muro contemporâneo (u.m. 01). Recolheu-se de cada uma delas um esqueleto incompleto e um vasto ossário composto por restos osteológicos bastante fragmentados (**Fig. 107 E-F e 108-B**) e, dos quais se retirou pouca informação (Simão, 2008). A localização, configuração, orientação e características destas sepulturas sugerem uma datação alto-medieval encontrando-se, provavelmente, relacionadas com a necrópole associada à Igreja de S. João que, neste caso concreto, gravitava em torno do seu claustro.

Por fim, a sondagem 5 fixou-se no quadrante nordeste do edifício (com cerca de 11m^2) (**Fig. 25**), entre a parede exterior leste do museu assente num muro maciço com cerca de 2m de largura (u.m. 02) e a fachada nascente do altar-mor da actual Igreja de S. João de Almedina (u.m. 01) (**Fig. 112-A e 113**). Para além de embasamentos de época contemporânea (u.m. 03) (**Fig. 112-B e 114**), os estratos superficiais correspondem sobretudo a níveis de aterro de época moderna (u.e.^{s} 04 e 05) coetâneos da construção da igreja barroca de S. João de Almedina. Após a sua remoção, identificaram-se algumas lajes de calcário interpretadas como tampas de outras duas sepulturas (u.m.^{s} 06 e 07). Estas dispõem-se transversalmente à sondagem e prolongam-se sob a u.m. 02 (**Fig. 112-C e 113**). O interesse patrimonial destas sepulturas relacionando-se, possivelmente, com o recinto românico ou pré-românico, justificou a sua conservação, alterando-se o projecto e

[68] Com uma orientação W (cabeça) - E (pés).

suspendendo-se a escavação. As referidas sepulturas mantêm-se incólumes, sob uma nova caixa de escadas, permitindo que, no futuro, em momento oportuno, se possa prosseguir a intervenção.

Não obstante a reduzida área intervencionada e a fragilidade dos dados cronológicos obtidos, as estruturas identificadas neste quadrante nordeste do edifício permitem esboçar um primeiro ensaio reconstitutivo desta área em época romana. A natureza dos vestígios identificados apontam para o arranjo urbanístico deste espaço em meados do séc. I d.C., contemporâneo do fórum "claudiano".

Numa primeira análise equacionou-se a hipótese de o traçado do *cardo* passar pelo espaço devoluto (com c. 7,80m de largo) que identificámos entre paredes regulares e pavimentos em *opus signinum* (**Fig. 96**). No entanto, após se constatar que esta zona especifica seria, originalmente, ocupada pelo primitivo fórum de datação augustana, prontamente se invalidou tal formulação. O fórum de meados do séc. I assimilou toda esta área (formando um quadrado com cerca de 62 ou 63 m de lado), confrontando mais adiante com o traçado do *cardo* (Rossa, 2001: 101)[69].

Toda esta área nascente terá sido forçosamente objecto de obras de reformulação e adaptação à nova realidade construtiva erigida em meados do século I d.C. Os únicos dados de que dispomos são os que agora apresentámos – dois compartimentos com pavimento em *opus signinum* (**Fig. 96**). Que função teriam dentro deste novo plano organizacional? Uma possibilidade será a de os compartimentos corresponderem a lojas de um pequeno mercado – equipamentos vulgarmente presentes nos *fora*. Outra, seria a de integrarem um espaço ajardinado e porticado, como estruturas de contenção e circulação de água (beneficiando da proximidade do término do aqueduto[70]). Para vencer a diferença de cotas, a ligação ao *cardo* poderia fazer-se através de uma escadaria "monumental". Seja como for, encontra-se completamente em aberto a interpretação da configuração e funcionalidade desta outra fracção do *forum* de *Aeminium*, que terá de ser revista em futuros projectos.

[69] O *cardo maximus* atravessaria de norte a sul a cidade num traçado aproximadamente rectilíneo, talvez ainda perpetuado pelas ruas de Sá de Miranda, de S. João e de S. Pedro – que precederam a Couraça dos Apóstolos que hoje rasga a área das Faculdades.

[70] Veja-se, a este propósito, a utilização de jogos e espelhos de água no arranjo arquitectónico que apresenta a praça (e *nymphaeum*) situada nas imediações do *forum* e na intersecção do cardo e *decumanus* da cidade de *Valentia* (Marín *et alii*, 1999: 20, 22, 24-26).

2.2.4. Área nascente - Claustro e Igreja de S. João de Almedina (sector D-área II)

A área nascente foi delimitada tendo como referência o espaço onde se conservam vestígios preservados da igreja românica de S. João de Almedina e respectivo claustro (**Fig. 25**). A intervenção arqueológica neste sector contabilizou três sondagens realizadas em fases diferentes e obedecendo a distintos critérios e objectivos. A sondagem 1 localiza-se na área claustral e as restantes (sond. 2 e 3) no interior do templo românico (**Fig. 25**).

2.2.4.1. Claustro de S. João de Almedina – sondagem 1 (D-II-1)

A sondagem 1 decorre de um imperativo da obra que previa a construção de fundações (com um 1m de profundidade) na área do primitivo claustro de S. João (sond. 1 – **Fig. 25**). No que concerne ao claustro, segundo a informação disponível, apenas os alicerces do quadrante sudoeste se encontravam *in situ*. Tal como referido anteriormente, a configuração actual desta estrutura fica a dever-se, em grande parte, ao esforço de reconstituição levado a cabo por Vergílio Correia na década de 1930 (**Fig. 5**). Com efeito, esta sondagem (de $4m^2$) foi implantada na zona nascente do claustro, determinando o desmonte das duas arcadas orientais. Os níveis arqueológicos identificados correspondem essencialmente a estratos associados aos alicerces de edificações da DGEMN. O muro localizado a norte da sondagem (u.m. 01 **– Fig. 115-A e 116**) corresponde ao embasamento da fachada do edifício de dois andares construído durante a direcção de V. Correia (**Fig. 10 C-D**). Por sua vez, o muro sul (u.m. 02 **– Fig. 115-B e 116**) condiz com o soco de assentamento da colunata do claustro "reinventado" pela DGEMN na mesma altura. Entre as duas estruturas corria um pavimento de tijoleira (u.e. 04) assente num aterro formado por restos de obra (u.e. 05) coetâneo da construção da u.m. 01. Efectivamente, as obras promovidas pela DGEMN terão condicionado, neste local, a identificação de depósitos primários, cortando a continuidade original de alguns estratos (u.e.^{s} 07 e 08 **– Fig. 116 e 118**) que, por se encontrarem à cota de afectação da obra, apenas foram parcialmente escavados (**Fig. 115-D**). Apesar disso e do reduzido espólio exumado, estes parecem corresponder ao nível de abandono/destruição do complexo forense.

2.2.4.2. Igreja de S. João de Almedina – sondagens 2 e 3 (D-II-2 e 3)

O eixo da igreja barroca de S. João de Almedina (do século XVII) é perpendicular ao traçado da antiga igreja que recorrentemente se atribui ao século XII. Da construção românica (demolida pelo bispo D. João de Melo para que se construísse o templo actual) apenas subsistem, parcialmente, as paredes laterais e da fachada ocidental. Conservam-se igualmente as bases de dois pilares

colunados (**Fig. 6**) que sustentavam a abóbada e perpetuam o traçado das três naves do edifício. Permaneciam muitas dúvidas quer relativamente ao desenho do templo medieval quer no que concerne à sua real datação. Aproveitando o quadro de obra e com o objectivo de atestar a autenticidade e localização de algumas evidências estruturais da igreja românica (pilares), realizou-se (em 2008) uma sondagem arqueológica (com cerca de 6 m^2 – sond. 2) junto do pilar setentrional (**Fig. 25**).

A análise dos contextos estratigráficos aqui identificados revelou-se esclarecedora quanto às interrogações que persistiam em relação àquela estrutura medieval. Para além disso, os níveis de cronologia romana identificados revolucionaram a imagem vigente do complexo forense de *Aeminium*.

De início, constatou-se que a base quadrangular (u.m. 01) do pilar colunado setentrional assenta num monumental alicerce (u.m. 08 - constituído por pedras de calcário irregulares de médio e grande porte argamassadas entre si), que implicou o corte dos estratos antecedentes até ao substrato rochoso (**Fig. 119-D, 120 e 125**). Os materiais exumados no enchimento da vala de fundação (u.e. 13 – cf. Cap. III.1.3.4) remontam a finais do século XII, confirmando, assim, a construção românica desta igreja.

Por outro lado, verifica-se que a cota do nível de circulação actual (u.e. 02 – pavimento de lajes colocado pela DGEMN – **Fig. 6**) deverá coincidir com o da antiga igreja românica, não só por se encontrar em concordância com a base do pilar colunado, mas também pela existência (imediatamente abaixo do nível de assentamento do lajeado (u.e. 03) de várias sepulturas associadas à fase de ocupação desta igreja. O pavimento original deveria ser em tijoleira rectangular, semelhante à que se encontra encastrada na base do pilar colunado (u.e. 01a) (**Fig. 125**).

Imediatamente abaixo do nível de circulação foram detectados três enterramentos coetâneos da ocupação da igreja românica (**Fig. 119 A-C e 121**). O estudo osteológico dos três esqueletos exumados poderá ser consultado no respectivo relatório antropológico (Silva *et alii*, 2008), entretanto publicado (Silva *et alii*, 2009). Os esqueletos 1 e 2 encontravam-se depositados no ângulo nordeste da sondagem. O primeiro[71] encontrava-se em decúbito dorsal, assentando e cortando parcialmente o esqueleto 2[72] (**Fig. 121**), e assim denunciando a existência de duas fases

[71] A orientação do enterramento 1 é Oeste (crânio) – Este (pés). O indivíduo apresentava o crânio incompleto, membros superiores cruzados sobre o peito (**Fig. 119-B**) e membros inferiores igualmente cruzados. A análise antropológica identificou um indivíduo do sexo masculino que terá falecido com uma idade superior a 45 anos (Silva *et alii*, 2008: 7).

[72] O esqueleto 2 encontrava-se perturbado. Foi deposto em decúbito dorsal com uma orientação Oeste (crânio) – Este (pés). Os membros superiores encontravam-se provavelmente cruzados e os inferiores

distintas de inumação. Embora ambas sejam coetâneas da utilização do templo românico, apenas é possível sugerir uma cronologia de depósito para o enterramento mais antigo (ent. 2) que deverá coincidir com os primeiros anos dessa ocupação (finais do século XII – inícios do século XIII) conforme se testemunha a partir da análise do conjunto de materiais provenientes dos estratos que o envolvem (u.e.^{s} 06 e 06a). O mesmo se aplica ao estrato (u.e. 11) que envolve o enterramento 3[73] (remetido ao ângulo sudoeste da sondagem) correspondente ao esqueleto de uma criança depositado em momento coetâneo ao ent. 2 (**Fig. 121**).

Nesta primeira fase de intervenção não foram identificados indícios estruturais de uma ocupação medieval anterior ao período românico. No entanto, verifica-se que tanto a vala de fundação do pilar colunado (u.e. 13) como as valas abertas pelos enterramentos (u.e. 04 e 11) cortam a continuidade original de estratos (u.e.^{s} 16, 17 e 19) anteriores ao séc. XII (**Fig. 122, 123 e 125**). O espólio recolhido nestes níveis de aterro revelou-se insuficiente para a obtenção de uma cronologia de deposição fiável. A resolução deste impasse foi ultrapassado com o alargamento da área de intervenção (sond. 3) de que faremos nota adiante.

Sob os níveis medievais identificou-se uma sucessão de estratos de cronologia romana. A análise estratigráfica conjugada com o estudo do espólio exumado permite assinalar a existência de três momentos de deposição distintos (**Fig. 122 a 125**).

O mais recente é composto por níveis de "obra" e de aterro (u.e.^{s} 20, 20a, 20b, 21, 21a, 22 e 23) de cronologia claramente alto-imperial. Entre o material exumado destaca-se a presença de um fuste e duas bases de coluna monumentais em arenito (na u.e. 21 **– Fig. 119-E**) e em mau estado de conservação. Uma das bases pertence à ordem jónica e remete-se a um período não posterior ao reinado de Augusto (Cf. cap. III.4.1). Estes elementos testemunham a existência de vestígios de um monumento público de época augustana que foram depositados nos níveis de construção da ampliação do complexo forense em meados do século I d.C.

O momento de deposição intermédio (formado pelas u.e.^{s} 24, 25, 26, 27 e 28) encontrava-se delimitado por um estrato composto por fina película de argamassa de cal branca amarelada, muito compacta e arenosa e superfície regular (u.e. 24) (**Fig. 119-F**). Parece corresponder ou a um nível de circulação ou a um último nível de regularização para assentamento de um pavimento,

---

achavam-se estendidos e paralelos entre si. O estudo antropológico determinou que se trata de um indivíduo do sexo masculino que faleceu entre os 16 e os 20 anos de idade (Silva *et alii*, 2008: 14).

[73] O esqueleto que compõe o ent. 3, pertencente a um individuo não adulto, encontra-se bem preservado apesar de não terem sido recuperados os ossos do braço esquerdo e dos pés. A deposição foi realizada directamente na terra, em decúbito dorsal. A orientação é sensivelmente Oeste (cabeça) – Este (pés) (**Fig. 119-C**). Os restos dentários recuperados permitem estimar uma idade à morte entre os 2,3 e 3,8 anos (Silva *et alii*, 2008: 17).

talvez um lajeado como sugerem os sulcos em negativo visíveis na sua superfície. Esta camada de argamassa sobrepunha-se a uma sucessão de estratos dispostos horizontalmente (**Fig. 122 a 123**). A composição dessas unidades estratigráficas alternava de forma regular entre camadas muito compactas de terra avermelhada arenosa e/ou argilosa (u.e.^{s} 25 e 27) e níveis de areia de rio e argamassa de cal (u.e.^{s} 26 e 28). Estas características revelam que este nível de aterro / regularização do terreno foi arquitectado de forma precisa e cuidada, empregando técnicas semelhantes às que seriam utilizadas na construção de vias públicas. A análise do espólio exumado aponta, indubitavelmente, para uma cronologia augustana. Apesar de escasso, o material recolhido é bastante coerente. Para além da ausência total de *terra sigillata*, realça-se a presença de uma ânfora de tipo Dressel 1 e a grande quantidade de cerâmica cinzenta de tradição indígena.

Por fim, sob estes estratos atesta-se a existência de outro nível de circulação (u.e. 29), composto por terra argilosa muito compacta, correspondente a um nível de regularização do substrato rochoso calcário de época pré-augustana.

Os resultados alcançados nesta pequena intervenção deixavam antever as potencialidades histórico-arqueológicas deste local. Desde logo se delineou um plano de alargamento desta sondagem[74] e a escavação integral do espaço entre pilares (sond. 3 - cerca de 20m^2 **- Fig. 25**). Esperava-se que estes novos trabalhos contribuíssem para aprofundar o conhecimento acerca do templo românico; fornecer dados das ocupações medievais anteriores ao séc. XII (nomeadamente da igreja pré-românica); facultar informação relativa à construção, ocupação e abandono do complexo forense de meados do séc. I; e que confirmassem a existência neste local de um edifício público augustano, provavelmente o primeiro fórum da cidade romana de *Aeminium*. Simultaneamente, os dados da nova intervenção de 2011 serviriam de apoio à equipa técnica e projectista do museu, no sentido de encontrar solução para a valorização e musealização desta área que passou a ser entendida, pela própria direcção, como uma reserva arqueológica de importância singular para a história da cidade de Coimbra. No entanto, este entendimento condicionou, em certa medida, a evolução dos trabalhos arqueológicos e a escavação integral dos pacotes estratigráficos identificados. Nem sempre foi possível conciliar os objectivos científicos com o propósito museológico desta intervenção. Deste modo, optou-se por não se aprofundar a escavação até ao substrato rochoso, conservando-se assim alguns dos vestígios estruturais detectados (mas impossibilitando a colheita de dados que poderiam afinar a cronologia de

[74] Integrada neste projeto de investigação doutoral, enquadrou-se, simultaneamente, esta intervenção no âmbito das acções preconizadas no PNTA "*O Museu Nacional de Machado de Castro – um ensaio de arqueologia urbana em Coimbra*". A direcção dos trabalhos de campo foi partilhada com Pedro C. Carvalho.

construção dos mesmos), e deixando visível um perfil estratigráfico característico e demonstrativo da evolução cronológica do espaço que estacou o prosseguimento da escavação de toda a faixa oriental da sondagem (**Fig. 126 e 128**). Apesar disso, os resultados obtidos foram, na sua globalidade, bastante positivos, colaborando para a desmitificação de algumas problemáticas que subsistiam acerca do local, sobretudo sobre a evolução do espaço após o abandono do complexo forense romano.

À semelhança do que foi registado na sondagem 2, verifica-se a continuidade de três contextos de época romana, que correspondem a três diferentes momentos de deposição. O mais antigo corresponde a um nível de circulação composto por barro cozido e argamassa, que terá sido utilizado para a regularização do substrato rochoso (u.e. 40, que se correlaciona com a u.e. 29 da sondagem 2 – **Fig. 132**). Atribui-se-lhe genericamente uma datação pré-augustana por se encontrar sobreposto por um aterro (u.e.^{s} 33, 34, 35, 36, 36A, 37, 37A, 37B, 38, 39, 41 = u.e.^{s} 25 a 28 da sond. 2 – **Fig. 128 e 129**) interpretado como nível de preparação para o assentamento do pavimento da praça do primitivo *forum* augustano. Nesta campanha apenas se procedeu à escavação da secção remanescente da sondagem 2 (**Fig. 126 B-C**), permanecendo a restante área em reserva arqueológica. Durante a decapagem da película de argamassa de cal (u.e. 35) que colmata os referidos níveis de aterro e na qual se deveria dispor o lajeado da supracitada praça, foram identificados novos elementos. Estes materializam-se sob a forma de dois negativos de forma arredondada (u.e.'s 34 e 41 **– Fig. 126 B-E e 132**), escavados naquele terrapleno, que surgem alinhados e equidistantes em cerca de 2m junto ao perfil oeste. A meio da sondagem surge outro negativo, não tão profundo como os anteriores, de formato quadrangular (u.e. 33 - **Fig. 126 B-E e 132**). Após o ensaio de algumas hipóteses interpretativas não se augura nenhuma explicação conclusiva para tais evidências. Não obstante, conforme se apresentam (**Fig. 132**), aqueles negativos poderão estar relacionados com o assentamento de elementos arquitectónicos ou escultóricos em plena praça do fórum augustano, estando, supostamente, os primeiros relacionados com um pórtico colunado e o último com uma base de estátua.

Mais uma vez se regista a escassez de materiais nos níveis de construção deste pavimento, na sua maioria, compostos por c.d.c. onde predomina a cerâmica cinzenta fina brunida alto-imperial e alguns elementos em cerâmica cinzenta fina de tradição indígena. Destaca-se, no entanto, a recolha de uma asa e bordo de ânfora de tipo Dressel 1 e de um fragmento informe de *terra sigillata* de tipo itálico que consolidam, mais uma vez, a provável datação augustana destes vestígios.

Por sua vez, o último momento de deposição de época romana corresponde ao enchimento dos negativos encontrados no pavimento augustano (u.e.^{s} 29, 31, 32 e 42) e ao aterro composto

inteiramente por desperdícios de obra (u.e.[s] 22, 23, 24, 24A, 25, 26, 27, 28), como fragmentos de fustes de coluna (**Fig. 127-A**), provavelmente relacionados com os descartes provenientes do fórum augustano. Nestes contextos, para além da c.d.c., destaca-se a recolha de dois bordos de *terra sigillata* itálica (pertencentes às formas Consp. 18 e Consp. 23), um bordo de ânfora Dressel 14 e um bojo possivelmente pertencente a uma Haltern 70. Estes elementos concordam com a interpretação cronológica vigente, sugerindo uma deposição em meados do séc. I (possivelmente durante o principado de Cláudio) e patenteando a elevação da cota de circulação do segundo *forum* de *Aeminium*.

Tal como havia já sido evidenciado na primeira fase de intervenção neste local (sond. 2), os níveis de época romana encontram-se cobertos por estratos de datação medieval (que se caracterizam pela sua tonalidade castanho escura (**Fig. 126 D e F**).

À semelhança do constatado no pilar colunado norte, também a vala de fundação do pilar sul (u.e. 18A **– Figs. 127-B, 128, 129 e 132**) cortou os estratos de datação medieval e romana até ao substrato rochoso. A exumação do estrato que preenchia esta vala de fundação (u.e. 18) providenciou a recolha de uma grande quantidade de c.d.c. (entre a qual surgem asas golpeadas, tipicamente medievais, da época da Reconquista) e fragmentos residuais de TS sudgálica que, por si só, serão insuficientes para confirmar a datação românica daquela estrutura. Porém, destaca-se a identificação de um dos raros fragmentos de cerâmica com superfícies vidradas (**Fig. 159-G**) proveniente de contextos medievais na área do MNMC. Elemento que, por norma, se encontra ausente dos contextos anteriores ao séc. XII.

A campanha de 2008 permitira já a identificação de três enterramentos humanos (1 a 3 - Silva *et alii*, 2008) nos níveis medievais associados à ocupação românica. A recente escavação fez dilatar este número para 17, tendo sido identificados 14 novos enterramentos[75] (4 a 17). Estes foram igualmente depostos em duas fases de inumação. O primeiro nível é composto pelos enterramentos 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 (**Fig. 127 F-H e 131**) que dispõem de valas individuais [sepulturas 06A, 10A, 14A, 15A, 16A, 17A e 19A], abertas no solo (u.e. 20) e com uma orientação W-E. O enchimento destas sepulturas não forneceu qualquer espólio relevante para a obtenção de datações. No entanto, estamos em crer que a deposição destes restos osteológicos deverá estar

[75] Os trabalhos de antropologia física foram orientados por Ana Maria Silva do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra e contaram com a participação de vários alunos do 2º ciclo do Mestrado em Evolução e Biologia Humanas da FCTUC. Aguarda-se pelos resultados do estudo antropológico destes enterramentos que ainda não foi concluído. No âmbito de uma dissertação de mestrado (Jesus, 2012) foi já possível analisar o espólio ósseo exumado dos enterramentos 4, 5, 6, 7 e 8 e concluir que estamos perante 6 indivíduos (quatro adultos e dois adolescentes).

relacionada com a fase inicial de ocupação da igreja românica de S. João (séc. XII/XIII). Este facto é reforçado pela presença de um segundo nível de inumação com enterramentos (4, 5, 6, 7, 10, 17) (**Fig. 127-I e 130**) sem vala que se posicionam directamente sobre aqueles. Estes deverão associar-se a um período mais tardio de ocupação da igreja românica, encontrando-se em muito mau estado de conservação, fruto de perturbações posteriores.

A campanha de 2011 permitiu ainda, pela primeira vez, identificar uma unidade mural de época medieval. Trata-se de um muro (u.m.11 – **Fig. 126-A, 128, 130, 131 e 132**) em pedra seca que cruza a sondagem no sentido Norte-Sul. Esta estrutura sem vala de fundação assenta sobre as u.e.'s 13 e 13ª (**Fig. 126 A e F**) que, por sua vez, cobrem as u.e.'s 20 e 21 (**Fig. 127-A**). Em primeiro lugar, deverá destacar-se o facto de a estrutura se encontrar parcialmente cortada pelos enterramentos 8, 11 e 12 (u.e.s 10A, 15A e 16A – **Fig. 126 A e F e 131**). Tendo em conta a possível contemporaneidade daquelas sepulturas com a primeira fase de ocupação da igreja românica de S. João (século XIII), torna-se perceptível o facto de tanto a estrutura como os níveis onde assenta serem anteriores ao templo românico. Os depósitos em que assenta este muro sobrepõem-se directamente aos níveis romanos alto-imperiais. A sua escavação permitiu a recolha de fragmentos de c.d.c. onde se evidenciam alguns elementos decorados por aplicação de cordão plástico digitado. Destaca-se ainda a presença de alguns fragmentos de cerâmica fina de produção regional (alaranjada fina) onde sobressaem os pratos que imitam as formas Hayes 61 em *terra sigillata* africana (TSA), e mesmo de um fragmento de fundo decorado com motivo estampilhado em TSA, datado entre 350 e 450 (Hayes, 1972) e de uma asa de ânfora possivelmente de produção galega (ânfora de Bueu) do tipo Regional II=Almagro 50 (Morais, 2005) que permitem fixar o *terminus post quem* (e talvez o próprio momento de depósito) no início do séc V[76]. Os dados reunidos são ainda insuficientes para traçar uma linha interpretativa consistente. No entanto, parece certo que a construção do referido murete terá ocorrido em momento posterior aos inícios do século V e anterior ao século XII. A este propósito, importa referir que a composição e orientação deste alinhamento não se encontram em harmonia com os vestígios conhecidos do templo pré-românico que aqui se instalou no século XI e cujo claustro ainda se conserva em parte (reconstruído) a norte desta sondagem.

Por fim, na zona poente desta sondagem foram detectados, pela primeira vez no local, três estruturas em negativo de formato subrectangular que cortam os níveis de datação medieval e romana. Estas "fossas" (u.e.s 06A, 07A e 08A respectivamente) encontravam-se colmatadas com

[76] Para uma análise mais detalhada do espólio aqui referenciado – cf. capítulo III.1.2.4.5.

uma quantidade assinalável de restos osteológicos humanos totalmente desarticulados (**Fig. 127 C-E e G, 130 e 131**) tendo, por isso, sido interpretadas como ossários[77].

A cronologia relativa dos ossários, que cortam o nível dos enterramentos, é reforçada pelo espólio exumado. Para além de c.d.c. (onde mais uma vez se realçam as asas golpeadas e os bojos com cordões plásticos digitados), destaca-se a recolha, no enchimento da fossa 3 (u.e.6), de um fragmento de cerâmica vidrada verde e de azulejo enxaquetado azul (séc. XVII), e no aterro da fossa 2 (u.e.7), de um bordo de prato em faiança com pintura a azul também datado do século XVII. Elementos que parecem suficientes para datar a colmatação dos ossários do período de abandono da igreja românica e relacioná-los com a construção da igreja barroca de S. João edificada durante a prelatura do bispo D. João de Melo (1684-1704). De facto, a abertura das fundações da igreja moderna terá implicado o levantamento de vários enterramentos. Pensamos que desse revolvimento terá resultado a exumação de várias ossadas, reunidas em fossas (ossários) abertas no espaço exterior (e a poente) da nova igreja. As fossas 1, 2 e 3 parecem revelar um expediente que continuou a ser utilizado neste local até à contemporaneidade como atestam as fossas (ossários) abertas pela DGEMN e identificadas na sond. 1 da área central (C-III-1).

A intervenção realizada na igreja de S. João mostrou-se decisiva para o esclarecimento de algumas questões que se encontravam pendentes, nomeadamente a comprovação da existência de um fórum primitivo de época augustana, e da ampliação desse espaço em época claudiana. Para o período posterior, para além dos dados referentes à ocupação românica, destaca-se a identificação de uma estrutura medieval pré-românica e de testemunhos da profunda reestruturação daquele espaço em época moderna (ossários). Por fim, estes trabalhos permitiram exumar uma vasta colecção osteológica humana que poderá favorecer o estudo antropológico destas comunidades medievais.

[77] Até ao momento apenas foi analisado o espólio osteológico proveniente da fossa 1 (Jesus, 2012). Aquele estudo permitiu contabilizar 67 número mínimo de indivíduos. Entre estes individualizam-se 45 adultos (com idades compreendidas entre 21 e 59 anos aquando a morte) e 22 não adultos (com idade inferior a 12 anos).

2.3. O quarteirão urbano a poente do fórum de *Aeminium*

2.3.1. Gaveto da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras (Sector A)

O espaço devoluto situado na intersecção da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras (sector A) foi já alvo de amplas intervenções arqueológicas em 2001 (Ramos e Ribeiro, 2001), 2003 (Silva, 2004) e 2007 (Silva, 2009), totalizando uma área sondada de cerca de 190 m^2 (**Fig. 133**).

Para além dos vestígios esperados associados às habitações que, até há poucos anos, ocupavam o gaveto (**Fig. 38 E-F**) foi registado, quase logo à superfície e num estado de conservação que superou as expectativas iniciais, um conjunto de estruturas romanas que permitem inferir como a malha urbana se encontraria cerzida nesta zona particular da cidade romana (**Fig. 134**). Os referidos vestígios foram já alvo de aturada discussão em trabalho anterior (Carvalho *et alii*, 2010), dispensando grande apresentação. No entanto, a sondagem realizada na área da igreja românica de S. João de Almedina em 2008 (e concluída em 2011) trouxe à colação novos dados ignorados aquando a produção daquele texto. Ao invés do que se cogitava, comprovou-se a existência de um edifício anterior ao fórum de Cláudio (Alarcão *et alii*, 2009). O primitivo fórum de *Aeminium*, ao qual pertenceria a galeria oriental do piso superior do criptopórtico, data de época de Augusto. Em meados do século I terá sido absorvido por nova construção e consideravelmente ampliado com a edificação do criptopórtico que hoje se conhece, composto por dois níveis de galerias abobadadas, assente em terreno declivoso e escarpado para poente. Este terá sido o móbil de toda a reorganização urbanística do quarteirão urbano a ocidente do fórum. Estas conclusões não alteram o plano anteriormente proposto que alude à existência de um conjunto de estruturas datadas de meados do século I. Não obstante, à luz dos novos dados, foi possível enquadrar e obter uma nova leitura dos vestígios estruturais aqui detectados, anteriores e, em boa parte, destruídos por aquela reforma urbanística.

Esta sequência estratigráfica encontra-se praticamente intacta a escassos centímetros do nível de circulação do actual arruamento e apenas sobreposta pelos estratos relacionados com as habitações de época moderna e contemporânea que aqui se ergueram e varreram, quase por completo, os vestígios de ocupação de períodos intermédios. Ainda assim foi possível identificar algumas manchas de lixeiras e uma fossa detrítica que cortaram os níveis de aterro romanos e cujo

espólio[78] cerâmico sugere a sua colmatação em período alto-medieval. Para além disso, no canto noroeste deste local delimitou-se parte de um estrato que deverá corresponder ao nível de abandono/destruição daquelas estruturas romanas ocorrido, pela análise dos materiais recolhidos (nomeadamente um conjunto de sete numismas[79] e um fragmento de ânfora tipo Almagro 51c (**Est. XXXVII – n.º 3**), após o século IV d.C. Com efeito, o pacote estratigráfico identificado neste local cinge-se, essencialmente, a dois momentos cronológicos: os que são coetâneos da renovação urbanística de meados do séc. I e os que foram condenados por esta transformação (**Fig. 136**). Por isso mesmo, de seguida, privilegiar-se-á a análise destas duas fases de ocupação.

2.3.1.1. A renovação urbanística de meados do século I d.C.

Os trabalhos efectuados no espaço exterior contíguo à fachada poente do criptopórtico (Sector B) contribuíram decisivamente, como veremos, para esclarecer a sua configuração em meados do século I d.C. Deste alçado bastante danificado sobreviveu, quase incólume, um fontanário (**Fig. 135 – A**) abastecido por nascente que brotava do subsolo do criptopórtico (Alarcão *et alii*, 2009: 43; Carvalho *et alii*, 2010: 80). No entanto, foi a análise do conjunto de estruturas descobertas a poucos metros de distância, no gaveto formado pelo Beco das Condeixeiras com a Rua Borges Carneiro, que permitiu ensaiar, com maior rigor, a composição da malha urbana da cidade romana nesta zona.

Este gaveto encontra-se fortemente marcado pela presença de um troço da *cloaca maxima*[80] (**Fig. 137 – A**) que percorre todo o espaço (com uma orientação W-E) ao longo de cerca de 10m. Nesta desaguavam dois pequenos ramais[81], um correndo de norte e outro do sul, localizados no extremo ocidental deste espaço (**Fig. 137 – D e E**). Estas construções abobadadas assentaram directamente sobre o substrato calcário, rasgando-o quando necessário.

---

[78] O espólio cerâmico recolhido no enchimento desta fossa resulta na coleção que compõe, em exclusivo, o grupo datado do séc. IX-X apresentado no cap. III.1.3.2. Foi também aqui exumada uma mão, em mármore, segurando uma caixa cheia de grãos de incenso e com um anel desenhado no dedo anelar (n.º 8 do cap. III.3.1.2 – **Fig. 189**) – semelhante a outras encontradas noutros *fora*, como no da *civitas Cobelcorum* ou de *Collipo*.

[79] Referimo-nos a um *follis* de Constantino Augusto datado de 330-337 e um conjunto de seis Ae II cuja série termina em 388 (Cf. anexo 3.1. - quadro VI).

[80] É formada por pedras talhadas de pequeno e médio porte, sendo interiormente revestida por *opus caementicium* Apresenta no exterior uma altura máxima de 2.10m e uma largura de 1.53m, enquanto que a galeria que forma no interior apresenta cerca de 1.70m de altura e 0.79m de largura.

[81] Com 0,60m de largura.

Paralelo à cloaca (a cerca de 2.36m da sua face norte) identificou-se um muro intercalado por quatro bases de pilar (**Fig. 134 B-D e 137 – B**) ligadas entre si por troços de um muro recto. Os pilares, com dimensões que variam entre os 0.56 x 0.95, 0.76 x 0.57, 0.52 x 1m e os 0.52 x (?), bem implantados sobre o substrato rochoso, apresentam rigorosamente o mesmo tipo de construção que, por exemplo, a abside que suportava as paredes do *aedes Augusti* (Carvalho, 1998: 26 e ss.). Contrastando com a cuidada construção que os pilares evidenciam, dada a utilização de pedras criteriosamente facetadas e o reboco esmerado das juntas de ligação, os troços de muro que os unem, com c. 0.34m de largo (e não assentando no substrato rochoso na totalidade da sua extensão), são compostos por pequenas pedras toscamente talhadas, unidas por barro, e sem qualquer vestígio de argamassa a rebocar as faces, o que lhes confere uma feição irregular. Estas diferenças construtivas resultarão do seu uso diferenciado, isto é, os pilares e os muretes destinar-se-iam a suportar distintos elementos construtivos. Se para os pilares se admite a possibilidade de terem funcionado como base de sustentação de um pórtico, já a construção menos robusta que compõem os troços de muro tosco que unem os diversos pilares deverá interpretar-se como simples lastro de um murete baixo ou então como lastros de soleiras que marcavam largas entradas para o espaço porticado.

Por último, a 2,48m a norte (a partir da face interna dos pilares), corre outro alinhamento com cerca de 0,52m de largura, aparentando semelhante técnica construtiva, e marcado por dois troços de construção mais robusta (**Fig. 137 – C**) (um com 1.75m e o outro com 1.43m de comprimento), concernentes à fachada de um edifício (*insula* ?).

O modo como estas estruturas se relacionam e a sequência estratigráfica registada em seu torno sugerem a sua contemporaneidade. Com efeito, os níveis de aterro que em parte envolviam essas estruturas, depositados aquando da sua construção, forneceram exclusivamente um conjunto de materiais (fragmentos de *terra sigillata* itálica (informes) e gálica (Drag. 24/25 e 27) que permite sugerir os meados do séc. I d.C. como data de arranque deste alargado processo de obra.

Partindo do pressuposto de que os esgotos públicos de uma cidade correm sob o pavimento das ruas e seguem o eixo longitudinal dos arruamentos[82], é-nos possível recriar uma imagem de aproximação ao fórum claudiano pela encosta poente da cidade. A localização da *cloaca maxima* sugere o eixo de uma das principais artérias da cidade – o *decumanus maximus*. Neste troço do seu percurso, este seria ladeado por um edifício com uma fachada porticada. A presença de um pórtico

[82] A este respeito deverão ser tidos em conta os vários exemplos reunidos na recente obra de Francisco A. Escudero Escudero e M. Pilar Galve Izquierdo (2013: 307-326 e 355-426).

corrido ao longo de todo o trajecto do *decumanus*, à semelhança do que se verifica (e por vezes a uma escala mais monumental) noutras cidades do Império, é sugerida pela fileira de pilares que surgem regularmente espaçados. Porém, não se detectaram indícios do seu prolongamento até à fachada ocidental do fórum. Por outro lado, se tivermos em conta o alinhamento deste pórtico e considerarmos que os eixos longitudinais da cloaca principal e do *decumanus* coincidiriam, poderemos propor uma largura de cerca de 6,50 m (c. 22 pés) para este troço da rua romana que antecede o fórum.

O traçado deste arruamento (**Fig. 139 -B**) seguiria e alcançava a fachada do criptopórtico com certa obliquidade e a meio desta, onde a *cloaca maxima* receberia os resíduos de um outro colector secundário que corre defronte ao fontanário público que se encontra adossado à base do embasamento monumental do fórum (**Fig. 135**), onde se abriria um largo ou praceta. Aí, desenhando um cotovelo, continuava para sul, contornando o criptopórtico e fórum até cruzar o *cardo maximus* que correria a oriente do complexo forense.

Por último, deverá reforçar-se a importância de que se reveste o conhecimento da localização não só da *cloaca maxima* como também dos seus ramais, cujo percurso poderá denunciar o traçado das ruas transversais ao *decumanus*. A distância entre as *cloaculae* detectadas no gaveto e a que se desenvolve, como veremos, junto ao espaço fronteiro do fontanário anda em torno dos 31,70m, cerca de metade do comprimento do fórum (Carvalho, 1998: 187 e 201; Alarcão *et alii*, 2009). Tendo em conta a topografia de *Aeminium*, marcada por fortes pendentes, não imaginamos que o seu traçado urbano decalque um modelo clássico em plano perfeitamente ortogonal e regular. No entanto, aquele valor terá de ser tido em conta na projecção modular do urbanismo da cidade romana e poderá constituir uma medida padrão aproximada do dimensionamento dos quarteirões ou *insulae*.

2.3.1.2. O quarteirão urbano a poente do fórum no dealbar do século I d.C.

A construção do conjunto de estruturas de meados do século I acima descritas terá implicado, neste espaço, a remoção de terras até à rocha. A *cloaca maxima*, as suas condutas secundárias e os alinhamentos que integram o espaço porticado assentam directamente no substrato rochoso, não se tendo detectado nitidamente associada qualquer vala de fundação cortando níveis estratigráficos anteriores. A intervenção terá sido, portanto, profunda. Contudo alguns locais foram poupados a este desmantelamento, mantendo-se aí uma sequência estratigráfica que conserva ténues mas relevantes indícios de uma fase de ocupação que antecedeu a profunda renovação claudiana.

A esta fase mais antiga pertencerá uma construção que se estende ainda por parte considerável do gaveto, posicionando-se de uma forma distinta relativamente aos eixos de orientação adoptados pelo conjunto de estruturas anteriormente referido (**Fig. 135**). O desenho dos seus alinhamentos parece delinear, pelo menos, quatro espaços individualizáveis, cujos níveis de circulação correriam a cotas desiguais. Ao centro da área escavada surgem claramente dois espaços de configuração e características semelhantes (**Fig. 138 – A e B**). Ambos são delimitados em grande parte por muros talhados na rocha que se apresentam rebocados por estuque grosseiro. Apenas o flanco sul é fechado por alinhamento erguido com duas fiadas paralelas e justapostas (formando um muro com cerca de 0.45m de largura) de pequenos blocos calcários talhados nas faces voltadas para o exterior e igualmente rebocados. Exibem vestígios de um pavimento de argamassa que se estende sobre uma superfície rochosa cortada para o efeito. O espaço mais a poente (**Fig. 138 - A**) conta com cerca de 4.39m de largo. O outro espaço, imediatamente a nascente (**Fig. 138 - B**), surge a uma cota mais elevada (cerca de 0.70m em relação ao pavimento anterior) e delimita uma área com cerca de 3.38m x 4.30m. Este compartimento apresenta ainda, junto ao seu muro leste, restos de um pequeno lanço de duas escadas que possibilitaria o acesso a outro espaço que se desenvolve a uma cota ainda mais elevada (cerca de 0,80m). Neste, por sua vez localizado junto ao limite da área escavada, detectou-se um outro compartimento (**Fig. 134-E e 138 – C**), com 3.62m de largo, que se caracteriza sobretudo por apresentar um bom pavimento em *opus signinum* (e rebordo em meia cana), delimitado por muros em parte talhados na rocha que se encontram totalmente desbastados.

A sul da cloaca (**Fig. 134-F e 138 – D**), por sua vez, identificou-se outro pavimento em *opus signinum*, delimitado por uma parede com a face interna estucada (com cerca de 3,50m de comprimento). A todo este conjunto edificado, que se desenvolve em patamares, pertencerão também os negativos talhados na rocha de outras paredes no flanco norte deste espaço (**Fig. 138 – E**). Esta área terá sido bastante afectada pela construção de um prédio de época contemporânea. Facto que nos permite apenas sugerir a presença de outros compartimentos de menor dimensão mas coetâneos e perfeitamente integrados neste mesmo projecto.

Todos estes elementos serão contemporâneos e farão parte de um plano construtivo anulado com o arranjo subsequente ao redimensionamento do fórum. Ou seja, neste lugar específico, a construção da cloaca (e do *decumanus*) e da área porticada implicou a demolição de todo este conjunto de estruturas. Sob estas estruturas não foi possível escavar níveis arqueológicos selados com materiais susceptíveis de datação. Os muros e respectivos pavimentos, antes referidos, assentam quase na totalidade sobre o substrato rochoso. Todavia, atendendo quer ao tipo de construção que estas estruturas evidenciam, quer ao tipo de materiais recolhidos (*sigillata* itálica)

nos respectivos níveis de ocupação, poderemos integrar este conjunto de elementos numa fase já plenamente romana. Assim, estes talvez correspondam aos restos de um edifício construído em período augustano, e que se manteve em funcionamento durante algumas décadas até ser desmantelado em meados do século I d.C.

A exiguidade do espaço escavado e a descontinuidade das estruturas identificadas (cortadas pelas construções romanas que lhes sucederam) tornam difícil perceber a forma como este espaço se articularia e qual a função ou natureza do mesmo. Tomamos como certo que nestes compartimentos deveria circular água se atendermos à presença de pavimentos em *opus signinum* (ligados por uma meia cana às paredes) e de frágeis canalizações identificadas – uma no compartimento A (com cerca de 0.20 / 0.25 m de largura, delimitada por pequenas pedras talhadas e cravadas no substrato argiloso) e outra emergindo do compartimento D, coberta por fiadas de pedras dispostas na horizontal (**Fig. 138 – F e G** respectivamente).

Mas a que tipo de estabelecimento poderá corresponder este conjunto estrutural? Dispomos apenas do espaço central de um edifício dominado pela presença de três tanques unidos ou apenas separados por muros divisórios, dispostos em patamares escalonados. A sul, separado por um corredor, encontra-se um outro tanque (**Fig. 140**).

É possível, face às suas características, que estas instalações integrassem um espaço urbano ocupado por oficinas dedicadas a actividades artesanais ou industriais. A comparência de estruturas hidráulicas com características e disposição muito semelhantes a estas em estabelecimentos comuns na Península Itálica, como em Pompeios e Óstia (Uscatescu, 1994: 62-82), mas igualmente presentes na Hispânia romana, como em Barcino (actual Barcelona – Beltrán de Heredia Bercero, 2000), leva-nos a sugerir que estes vestígios possam estar associados a uma *fullonica*. Estes estabelecimentos dedicados à lavagem e branqueamentos de tecidos e roupas usadas (como as actuais lavandarias) e ao acabamento de tecidos em lã[83] são identificáveis, essencialmente, pela presença de "piscinas" ou grandes tanques – *lacunae fullonicae*. Não obstante, este elemento, só por si, é também característico das *tinctoriae* (tinturarias). Não é fácil a distinção entre estes dois tipos de oficina; contudo há uma série de diferenças arquitectónicas que poderão auxiliar a destrinça. Um dos elementos mais distintivos é a presença de um forno que não existe, por regra, nas *fullonicae* mas é essencial no labor das *tinctoriae* (Uscatescu, 1994: 16, 54 e 164). Este factor determinou a nossa interpretação, embora se reconheça que não dispomos da

[83] A questão sobre a(s) funcionalidade(s) deste tipo de estabelecimentos não se encontra totalmente esclarecida, como fica patente através da leitura do artigo de M. Bradley (2002) e respectivas recensões de M. Flohr (2003) e A. Wilson (2003).

planta total do edifício. Apesar destes estabelecimentos surgirem várias vezes associados e por vezes integrados em sectores industriais, não se conhecem para já vestígios dessa evidência nas imediações deste local[84].

Outra peculiaridade e característica exclusiva das *fullonicae* (Pietrogrande, 1976: 77) é a existência de plataformas onde se dispunham pequenas cubas de "pisamento" onde se lavavam os tecidos com detergente – *saltus fullonici*. É, principalmente, a ausência deste elemento específico e distintivo o principal motivo para que se aborde este ensaio interpretativo com tantas cautelas. No entanto, a sua inexistência, neste espaço, poderá estar justificada pelo facto de só dispormos da planta central do edifício. De facto, as *fullonicae* construídas *ex novo* para este efeito parecem adoptar um esquema que se coaduna com esta situação. As *lacunae fullonicae* (ou grandes tanques) estariam implantadas no centro do espaço maior do edifício e seriam ladeadas pelos *saltus fullonici* (recipientes para o piso) reservados aos extremos da sala (Uscatescu, 1994: 57). São vários os exemplos de plantas similares, embora mais tardias (inícios do século II), em Óstia (Pietrogrande, 1976: 77-79 e fig. 4, 15 e 20). A zona imediatamente a sul (Rua Borges Carneiro), a poente e a nascente (Beco das Condeixeiras) deste espaço central não foi intervencionada. Pelo contrário, toda a franja norte foi sondada. No entanto, como já foi referido, a construção de um prédio de habitação contíguo a esta área desbastou irreversivelmente e até à rocha toda aquela faixa. Não obstante, no ângulo noroeste detectaram-se os negativos do que parecem ser pequenos reservatórios rectangulares talhados no substrato rochoso. Não parecem estar relacionados com a função de pisoeiro, mas antes associados a pequenos tanques, de menor dimensão que as *lacunae fullonicae*, também comuns nestes locais (Uscatescu, 1994: 30) e reservados a tratamentos especiais de tecidos mais finos.

À parte dos pormenores tipológicos, a interpretação destes vestígios como pertencentes a uma *fullonica* levantam outra série de questões. Desde logo, para o seu adequado funcionamento deveria estar assegurado o fornecimento de água. A este respeito, a provável presença, neste ponto do talvegue entre colinas, de um veio ou curso de água assegurava esse abastecimento. A nascente que brota no subsolo onde se ergueu posteriormente o criptopórtico claudiano deveria

[84] Neste particular, não podemos deixar de mencionar a presença de um grande reservatório (2,66m de largo x +de 8m de comprimento) com as mesmas características construtivas que as estruturas aqui retratadas (paredes com face interna rebocada e pavimento em *opus signinum* com meia cana), deslocado cerca de 15m para Nordeste deste local – no logradouro ou sector B (**Fig. 143**). Esta estrutura, apesar de coetânea, surge isolada e aparentemente sem correspondência directa com aqueloutras (**Fig. 135 – B**). No entanto, não se deverá descartar definitivamente a hipótese de poder estar associada com outras actividades que surgem recorrentemente relacionadas com as *fullonicae*. Existem vários casos de proximidade directa com outros estabelecimentos dedicados ao sector têxtil e que incluem na sua planta um grande tanque como as *officinae lanifricariae* (Uscatescu, 1994: 57).

drenar uma boa reserva aquífera, tanto mais que terá sido canalizada e integrada de forma particularmente engenhosa e original através do fontanário adossado àquele monumental embasamento (**Fig. 135 – A**).

Outro aspecto a ter em conta é o seu enquadramento cronológico. Embora de tradição pré-romana, estas actividades têm o seu momento de maior desenvolvimento entre o século III a.C. e o século IV d.C. no império romano do Ocidente (Uscatescu, 1994: 18). Apesar disso, ponderámos a existência deste tipo de estabelecimentos, tão bem estruturados e organizados, já no dealbar do século I d.C. numa cidade do extremo ocidental desse mesmo império. Neste particular, a menção às *tabernae fullonicae* na legislação imperial sobre a exploração mineira no *Vicus Mettallum Vipascense* (CIL, II, 5181), ou na denominada Tábua I de Bronze de Aljustrel (Domergue, 1983), acaba por solver em parte esta incerteza. A data de elaboração deste texto não é totalmente unânime. Embora se aponte os finais do século I/ inícios do século II d.C., não se descarta inteiramente a possibilidade de ser anterior (Encarnação, 1984: 211). Todavia, esta referência faz supor a existência, neste local, de uma *fullonica* em pleno século I d.C., apesar de ainda não se encontrar atestada arqueologicamente.

Ainda ao nível das pendências levantadas, questionou-se a localização desta oficina, por norma tida como algo infecto, em pleno centro urbano de *Aeminium*, ladeando o primitivo *decumanus maximus* e não muito longe do primeiro fórum da cidade. Na verdade e tendo como referência Pompeios (onde se identificaram mais de duas dezenas deste tipo de estabelecimentos), verifica-se que as *fullonicae* se distribuem indiscriminadamente pelo centro da cidade e junto a ruas mais largas e melhor posicionadas para o escoamento dos seus produtos (Uscatescu, 1994: fig. 10). Por outro lado, no caso de *Aeminium* teremos de imaginar o fórum augustano bastante mais recuado que o plano claudiano (**Fig. 139**) e cingindo-se à plataforma superior deste vale. Neste caso verifica-se uma pendente de cerca de 20m e uma distância razoável para que a insalubridade daquela oficina não se fizesse sentir naquela zona nobre da cidade.

Por último, e tendo como ponto de partida a planta, ainda que fragmentária, destas estruturas poderá indagar-se sobre o traçado do *decumanus maximus* em período augustano (**Fig. 139 – A**). Em primeiro lugar, a orientação ligeiramente divergente destes vestígios em comparação ao eixo adoptado pelo conjunto de estruturas posterior sugere que o alinhamento daquele eixo viário fosse mais oblíquo relativamente ao plano de meados do século I. Por outro lado, a continuidade dos alinhamentos destas estruturas, cortadas pela *cloaca maxima* (que seria o eixo do *decumanus* mais recente) e que se prolongam sob a actual Rua Borges Carneiro, implica que o seu traçado original estivesse mais recuado para sul. A este propósito devemo-nos igualmente socorrer da informação obtida na intervenção realizada na ala sul do criptopórtico claudiano. Sob esta área do

monumento circula grande parte do traçado da *cloaca maxima*. Surpreendeu-nos o facto do esgoto público passar sob o criptopórtico ao invés de se alinhar, como seria normal, pelo eixo de um arruamento. Esta situação fica a dever-se, mais uma vez, ao redimensionamento também para sul do fórum e criptopórtico de meados do século I. Esta ampliação não quis comprometer o anterior alinhamento da cloaca pré-existente, sendo possível discernir onde termina o traçado augustano e se inicia o refeito troço claudiano (Alarcão *et alii*, 2009: 55 e fig. 30). Unindo os pontos entre o escoadouro augustano e a área onde se localizam estas estruturas e tendo como referência a orientação assumida por estas, poderá propor-se o traçado daquele primitivo eixo viário. Desconhece-se a configuração do terreno escarpado onde se instalou o criptopórtico, porém também não se conhecem entraves para o que o percurso do *decumanus*, embora íngreme, não assumisse, nos inícios do século I, um trajecto mais rectilíneo (**Fig. 139**) embora ainda distante de um modelo plenamente ortogonal. Não pretendemos com esta análise imiscuirmo-nos na discussão acerca dos traçados viários da cidade romana de *Aeminium*, fruto já de várias reflexões (Mantas, 1992: 509; Alarcão, 2008: 57-66 entre outros). No entanto, nenhum desses autores dispunha das informações agora dadas à estampa. Talvez por isso se tenham sempre encarado estes percursos como algo estanque e não susceptíveis de transformações pontuais e ajustes localizados.

2.3.2. Antigo Logradouro do Paço Episcopal (Sector B)

A estratégia de intervenção adoptada no antigo logradouro do paço episcopal (Sector B) foi sendo em parte condicionada pela permanência de restos de estruturas de época moderna e contemporânea. Este tipo de entraves, tão habituais nas intervenções em meio urbano, impediu a escavação simultânea de uma ampla área (ou mesmo o prolongamento de algumas sondagens). Demonstrativo dessa situação é a existência de um conjunto alargado de campanhas (prévias e decorrentes do projeto de ampliação do MNMC) em 1998, 2000 (Ramos, 2000), 2003 (Silva, 2004) e 2007 (Silva, 2009) que perfizeram um total de área sondada de cerca de 335m^2 (**Fig. 141**). As intervenções de 1998 e 2000 incidiram na zona norte deste sector, tendo sido possível registar, apesar das várias perturbações que toda esta área sofreu durante o período moderno, um conjunto de estruturas de época romana e alto-medieval (**Fig. 143**). Em 2003 os trabalhos são retomados no quadrante sudoeste tendo sido exposto parte do que resta da fachada poente do criptopórtico romano, à qual se axializa um fontanário (**Fig. 142**). Em 2007, durante as obras de ampliação do MNMC, foi necessário realizar uma sondagem de 125m^2 (sond. 1 – **Fig. 141**) na faixa sul deste local numa zona ainda não intervencionada mas onde se sabia da existência da continuação do traçado da *cloaca maxima* (que se prolonga pelo gaveto da R. Borges Carneiro

(Sector A). A manutenção desta estrutura assim como dos vestígios da fachada poente do criptopórtico e fontanário romano foram previamente contemplados e acautelados no projeto de arquitectura tendo-se procedido à sua valorização e integração museológica (**Fig. 142 - E**).

Parte substancial da sequência estratigráfica registada neste sector era composta por volumosos aterros aqui descarregados durante a época moderna e contemporânea e que visaram terraplanar todo o espaço. Ainda assim, os resultados obtidos ao longo das várias campanhas foram significativos e particularmente interessantes no que diz respeito ao período romano, revelando um conjunto de elementos que contribuem decisivamente para esclarecer em parte duas das questões que permaneciam totalmente em aberto: a configuração do alçado poente do criptopórtico e do espaço exterior contíguo a essa mesma fachada.

Na área mais a norte do antigo logradouro do paço episcopal, para além de um conjunto de estruturas de época romana e por debaixo do aterro moderno e contemporâneo, foi possível descortinar (em 1998 e 2000) a existência de alinhamentos de muros do período alto-medieval (**Fig. 143**). Estes sobrepunham-se parcialmente às estruturas romanas, intrincando com outras estruturas de épocas posteriores que revolveram, por completo, os contextos primários a eles associados. Procedentes do enchimento de pequenas bolsas isoladas relacionadas com os seus níveis de construção recolheram-se alguns fragmentos cerâmicos de cronologia medieval (séc. IX-X – cf. cap. III.1.3.2) que possibilitam sugerir aquela datação.

Pelo contrário, os vestígios de época romana foram, em parte, poupados à acção demolidora de época moderna tendo-se identificado um muro erguido com blocos calcários facetados de média dimensão, assente sobre a rocha, em tudo semelhante ao tipo de construção que se verifica no criptopórtico. Orientado a norte, mas não exactamente paralelo à fachada do *forum*, este muro desvia-se adiante, em ângulo recto, para poente, sendo nesse troço desenhado e facetado a partir do desbaste vertical do substrato calcário que nessa zona se encontra a uma cota mais elevada; logo adiante é rematado por um outro muro (também com c. 0.50m de largo), desenhando assim uma divisão com 2.66m de largura e pelo menos com 8m de comprimento (**Fig. 135 – B**). Com a superfície interna das paredes coberta por um reboco regular de argamassa esbranquiçada, este compartimento é pavimentado a *opus signinum*, mostrando a usual meia-cana a debruar os seus limites – esta característica aliada ao formato alongado do compartimento, parcialmente talhado na rocha, levanta a possibilidade de corresponder a um reservatório.

A nascente deste espaço construído, parcialmente escavado na rocha calcária (quando a pendente o exige), com uma largura de 0.50m e chegando a atingir uma profundidade de 0.70m, corre de norte para sul uma canalização que, originalmente, poderia ser coberta por lajes

colocadas horizontalmente (**Fig. 135 e 144-D**). A sua continuidade foi registada ao longo de cerca de 26m (passando, designadamente, em frente ao fontanário (**Fig 142-C**) que apresentaremos em seguida), orientando-se de forma sempre rectilínea em direcção à *cloaca maxima* (**Fig. 144-B**). No interior desta canalização registaram-se (em 2000 e 2003) duas unidades estratigráficas: na primeira, sobre a superfície de circulação das águas, recolheram-se alguns materiais atribuíveis genericamente à 2.ª metade do séc. I d.C. e ao séc. II, onde se destaca a recolha de dois asses – um cunhado em *Ebora* em 12 a.C. e outro em *Caesaraugusta* em 23 d.C.; na segunda, depositada sobre a primeira e documentando a perda de funcionalidade desta conduta, surgiu uma série de materiais com um espectro cronológico mais alargado, balizado entre o séc. I e o séc. IV-V[85]. A continuação da limpeza desta estrutura realizada durante a intervenção de 2007 permitiu recolher do interior desta estrutura, em estrato bastante revolvido, quatro novas numismas: dois asses (um ilegível e outro cunhado em *Emerita Augusta* e datado entre 14-37 d.C.), um semis de Trajano (datado de 114-117) e um Ae IV cunhado em Roma durante o reinado de Teodósio II (423-425) (Cf. anexo 3.1 – quadro VII).

Ao longo do limite sul deste sector (sondagem 1 de 2007), como aliás já referimos, foi possível colocar a descoberto um troço da *cloaca máxima* (**Fig. 135, 144 e 145**). Apresentando a mesma solução construtiva observada no gaveto da R. Borges Carneiro (Sector A), e curvando mais acima para sul (como forma de contornar em parte o edifício do *forum*), este troço da cloaca encontrava-se também envolvido por aterros depositados aquando da sua construção (u.e.^{s} 06, 06a, 07) (**Fig. 144-E e 146**). O estudo do pequeno lote de *terra sigillata* (composto, exclusivamente, por 11 fragmentos de fabrico itálico (onde se destaca a forma de um prato Consp. 20 e uma taça Goudineau 40 (**Est. XXIX, n.º 4 e 5**) e um de produção sudgálica (Drag. 24/25) e do material anfórico (bocal de uma peça tipo Haltern 70 (**Est. XXXVI – n.º 6**) recolhido nestes estratos permitem ancorar, mais uma vez, a cronologia de construção desta estrutura a um período, seguramente, pré-flaviano.

Ao contrário, porém, do que se verificou no sector A, os aterros, nesta área, encontravam-se depositados sobre o substrato rochoso, não sendo possível identificar qualquer elemento construtivo que pudesse ser atribuído a uma fase imediatamente anterior. Em escavação, porém, foram recolhidas, nestes contextos alto-imperiais, algumas peças que julgamos poder associar à ocupação da II Idade do Ferro do morro (Cf. cap. III.1.1.1; **Est. II – n.º 2, 3 e 6 e Est. IV – n.º 3**).

[85] Uma particular referência para as moedas recolhidas: um asse de Augusto, um dupôndio de Trajano, um sestércio de Antonino Pio e um Ae III de Constâncio II cunhado em Roma em 357.

De igual forma, também não foi possível observar nenhuma outra estrutura contemporânea da *cloaca*. Isto é, não se identificou nenhum indício da presença de um pórtico a ladear a *cloaca*/*decumanus* (tal como se tinha antes observado no sector A). Embora os contextos estratigráficos romanos se encontrassem aqui mais perturbados e truncados por unidades de época moderna e contemporânea, julgamos que esse pórtico não se prolongaria para esta área, podendo estender-se apenas até ao lugar onde hoje corre o Beco das Condeixeiras.

A identificação de vários troços da parede exterior ocidental do criptopórtico (**Fig. 135 – A e 142**) constitui um dos aspectos centrais da intervenção arqueológica no logradouro. Coincidindo (*grosso modo*) com a fachada do Museu que se projecta mais para poente, a parede exterior do criptopórtico encontrava-se aqui totalmente encoberta pelas casas adossadas à parede de alvenaria que – levantada em frente da galeria do piso inferior do criptopórtico – suporta a *loggia* quinhentista. Com as mesmas características construtivas dos restantes muros do criptopórtico, esta parede da fachada apresenta (quando é possível medir) 1.50 m de largo. Marcando o centro desta larga fachada – e situando-se no eixo longitudinal do *decumanus* e ao nível desta rua – surge um arco "de volta perfeita" (com 2.70m de vão e 0.88m de flecha: medidas internas) formado integralmente por aduelas em pedra (**Fig. 142**). O facto deste arco se situar precisamente no centro da fachada e no enfiamento da rua romana (embora se localize a uma cota muito baixa e apresente dimensões não muito significativas), poderia levar-nos a pensar que terão sido razões de ordem estética a presidir à sua concepção. No entanto, se partirmos do princípio de que, originalmente, a parede da fachada do *forum*/criptopórtico se encontraria rebocada, parece-nos preferível relacionar este arco com a descarga de forças, obedecendo a sua construção, portanto, a ditames de ordem estrutural. Ao mesmo tempo, serviria também de enquadramento a uma pequena abertura quadrangular, com 0.16m de largo (dimensão verificada à face exterior da fachada): trata-se de uma canalização (anteriormente identificada na quarta galeria do piso inferior do criptopórtico) que escoaria para o exterior parte das águas pluviais que circulariam no interior do *forum*/criptopórtico (**Fig. 142 - A**).

A identificação, em 2003, nesta mesma fachada do *forum* de uma monumental fonte (*lacus*) constituiu uma das descobertas mais interessantes e inesperadas (**Fig. 135-A e 142**). Trata-se de uma construção abobadada que cobre um espaço quadrangular (com 1.92m de largo e 2.65m de altura), ao qual se acede a partir de um pequeno lanço com quatro degraus (originalmente poderiam ser cinco). Esta, por sua vez, enquadra o início de uma estreita galeria (0.60m de largo e 1.50/1.40m de altura) que se desenvolve por debaixo do nível inferior do criptopórtico, sob a forma de um "L invertido" (com 9.20m de comprimento máximo no primeiro lanço e 4.70m no segundo).

A rematar o exterior desta galeria, uma bica talhada na pedra conduzia as águas para um tanque quadrangular (com 2m de lado) revestido a *opus signinum*. O escoamento das águas para o exterior – tendo como direcção última a cloaca – far-se-ia depois por uma estreita tubagem (com ligação, a poente, ao canal escavado na rocha). A provável presença, neste ponto do talvegue entre colinas, de um veio ou curso de água, terá inspirado esta solução construtiva particularmente engenhosa e original. E ao carácter utilitário desta obra pública, aliou-se ainda a própria valorização estética ou ornamental da fachada. Localizado quase ao centro da fachada mais imponente do *forum*, este fontanário público poderia abrir-se ainda para uma pequena praça, servida pelo *decumanus*, tornando assim particularmente aprazível este lugar adjacente ao principal centro cívico da cidade de *Aeminium* (à *utilitas* juntava-se assim a *amoenitas*). Concebido e construído em simultâneo com o restante edifício do *forum*, este fontanário só terá sido abandonado após os inícios do séc. VI tal como sugerem os materiais recolhidos nos seus níveis de abandono e condenação (nomeadamente dois exemplares de *terra sigillata* focense – cf. cap. III.1.2.4.4 e **Est. XXXV**).

A intervenção nesta área permitiu ainda colocar a descoberto o que resta das fundações das sete galerias (*cellae*) do piso inferior do criptopórtico (cap. II.2.1.2.1.2). Identificou-se uma sequência de muros (com 1,5m de largura) paralelos e regularmente espaçados entre si (em 2,60m) e dispostos transversalmente à fachada e articulando-se estreitamente com ela. Estes robustos muros apresentam a particularidade de os silhares que os compõem mostrarem nas suas faces horizontais pequenas perfurações circulares (não ultrapassando os 0,07m de diâmetro e de fundura), preenchidos com talos metálicos (denunciados pelos pedaços de ferro que algumas ainda conservavam) para solidificar a ligação entre as fiadas sobrepostas de cantaria (**Fig. 48, 49 e 135**).

Não obstante o cuidado patente na concepção e execução da fachada poente do *forum* / criptopórtico, esta não suportou a carga que nela descarregava, tendo arrastado na sua derrocada tanto uma parte considerável da galeria que corria ao longo do piso inferior do criptopórtico, como parte da pequena galeria intermédia que suportava a varanda porticada que corria na área poente da praça do *forum*. Os vestígios desta enorme derrocada não se evidenciaram na escavação arqueológica do logradouro, revelando assim que este espaço terá sido literalmente "limpo" para que se pudessem erguer nele construções mais recentes[86].

[86] Mesmo os níveis com uma cronologia de formação genericamente atribuível ao Baixo-império são também residuais, assentando quase sempre os depósitos com materiais medievais e modernos sobre a sequência estratigráfica alto-imperial.

Por último, refira-se que os contextos estratigráficos primários aqui registados continuam a integrar, quase sempre, um horizonte cronológico estreitamente associado ao processo de construção do *forum* (e ao arranjo urbanístico envolvente). Os materiais datáveis recolhidos continuam a sugerir uma cronologia pré-flaviana para o início desse processo de obra. A este propósito, porém, não podemos deixar de mencionar o aparecimento – num nível de aterro localizado junto ao fontanário e à fachada do criptopórtico – de um pequeno lote de *terra sigillata* hispânica (Drag. 15/17 e Hisp. 17 (**Est. XXXII**) e peças associadas ainda a fragmentos de produção gálica, Drag. 18, 18/31 (**Est. XXXI – n.º 2 e 3**). Ao contrário do que se verifica noutros contextos estratigráficos similares, que julgamos terem uma cronologia de depósito idêntica à das construções monumentais envolventes, este nível de terras caracterizou-se precisamente por conter alguns fragmentos de *terra sigillata* hispânica – peças que se destacavam pelo excelente fabrico, ostentando um verniz vermelho bastante vivo e brilhante, em tudo semelhante àquele que é designado por "grupo B" das *sigillatas* hispânicas de *Conimbriga* (Delgado *et alii*, 1975: 155). Se estas peças foram recolhidas num nível estratigráfico contemporâneo do processo de construção do criptopórtico (e do *decumanus* que o circundava), não sendo este resultante de intervenções ou arranjos pontuais feitos posteriormente no local, este conjunto de materiais poderá documentar as primeiras remessas das produções hispânicas chegadas a *Aeminium*, podendo mesmo testemunhar a finalização do amplo processo de obra nessa área – ocorrido, provavelmente, mais de uma década depois do seu início.

Parte III – O espólio arqueológico

0. Introdução, objectivos da análise e metodologia

O MNMC dispõe de uma vasta e heterogénea coleção de materiais arqueológicos, da mais diversa proveniência, que se encontrava só em parte inventariada e raramente identificada de forma conveniente. Tendo em conta que dos primeiros anos de actividade arqueológica no museu não resultaram relatórios e que os principais achados são de acaso, são os fragmentos reunidos peças únicas e fundamentais no esforço de aproximação à história do edifício. Entre eles, avultam os materiais provenientes dos trabalhos realizados no criptopórtico (1930-1960), que há muito se lamentava permanecessem por estudar, importantes pelo seu testemunho e contributo para o estudo da evolução do monumento. Do conjunto do espólio arqueológico em reserva no museu interessava-nos em exclusivo, dado os objectivos do trabalho, os materiais cujo registo disponível apontasse para a sua incontestável e comprovada proveniência neste local. Esta tarefa, de determinação da procedência exacta dos variados objectos e lotes artefactuais, demonstrou ser bastante complexa e, nalguns casos, inconclusiva.

A coleção arqueológica do museu encontrava-se, ainda em 2003, quando pela primeira vez experimentámos reorganizá-la, numa situação caótica. O Fundo antigo de arqueologia, pelas próprias condições museológicas da sua incorporação, estava mal ou mesmo nada documentado e as aquisições e incorporações posteriores só em parte registadas. Este Fundo provém, na sua maior parte (n.º de inventário antigo 1 a 550), do "Museu Archeologico do Instituto", transferido em 1911 ou 1912 sem acompanhamento de "qualquer documento da respectiva secção"[87]. Do "Museu de Antiguidades", como foi depois conhecido, ficaram publicados catálogos que cobrem as incorporações de 1873 a 1877 (Campos, 1877) mas em face dos quais nem sempre é fácil identificar as espécies, tal como já J. M. Bairrão Oleiro (1973: 75) tinha notado. Acresce o facto de grande parte destas peças, por serem provenientes de Conímbriga (de escavações anteriores às campanhas luso-francesas (**Fig. 147 A-D e F**), terem sido transferidas em 1962-63 para o respectivo Museu Monográfico, sem que tivesse ficado um registo minimamente satisfatório desses movimentos.

O trabalho preliminar realizado é comparável, até certo modo, a uma "escavação" das reservas e fundo documental do museu[88]. Este processo contemplou a identificação das peças

[87] Cf. MNMC, *Livro 3*, Vergílio CORREIA, ofício n.º 206, 1 de Agosto de 1936.

[88] Este trabalho foi iniciado por A. E. Maia do Amaral, arqueólogo contratado pelo museu na década de 1980. Infortunadamente o museu, e por conseguinte nós próprios, viu-se privado dos resultados da sua pesquisa até muito recentemente terem sido entregues juntamente com documentação inédita e que retinha

descritas nos vários livros de inventário e catálogos antigos, a reconstituição do andamento das incorporações e consequente determinação de proveniências, reunião e descrição dos diversos lotes artefactuais. Muita informação importante está omissa nos livros de inventário tendo sido recuperada a partir da leitura exaustiva dos livros de notas, diários e apontamentos, bem como na correspondência e até em etiquetas, verbetes e fotos antigas (**Fig. 147**). Importa, talvez, salientar que muitas das peças recolhidas neste local ao longo dos tempos são especialmente difíceis de distinguir nos acervos do museu por não terem sido adequadamente registadas e inventariadas no momento da sua descoberta. Se por um lado se reconhece que a recolha de toda esta informação contribuiu para o esclarecimento de referências dúbias e para cimentar alguns aspectos da história das colecções e mesmo do edifício, por outro deverá admitir-se que não resultou num aumento considerável de peças ou conjuntos inéditos. Como facilmente se perceberá, o núcleo central do espólio arqueológico abordado neste trabalho é composto pelos materiais exumados nas intervenções mais recentes, proveniente de contextos perfeitamente identificados, selados e datados. De qualquer modo, da nossa experiência actual fica a certeza que da revisão ou reexame (arqueológico e histórico-museográfico) dos achados antigos depositados em museus e colecções, quase tantas "novidades" há a esperar como de novas escavações. Este tipo de estudos tem, na nossa opinião, particular interesse e actualidade no campo da Arqueologia Urbana e importância determinante para o conhecimento das cidades antigas.

Como foi já referido, dispunha-se de um interessante e numeroso conjunto de bens móveis que comprovava a ocupação continuada do local entre o séc. I e os finais do séc. XVI. Em primeiro plano destaca-se a diversidade da coleção composta por objectos cerâmicos, escultóricos, elementos arquitectónicos, numismas, artefactos de vidro, metal ou osso, restos osteológicos humanos e faunísticos entre outros, aos quais se concedera atenção desigual em trabalhos anteriores. Torna-se evidente a preferência conferida à análise dos objectos escultóricos ou arquitectónicos, de época romana ou medieval, face aos restantes grupos. Destacam-se, neste âmbito, os trabalhos de síntese sobre a escultura romana efectuados por Vasco de Souza (1990) e Luís Gonçalves (2007) e o estudo dos vestígios artísticos de época medieval (românicos) a cargo de Manuel Luís Real (1974). Nestes casos concretos e face aos novos dados adquiridos, limitámo-nos a corrigir algumas proveniências, actualizar o *corpus* e a ensaiar, ocasionalmente, novas leituras contextuais de conjunto. Para os outros grupos era evidente o défice de investigação produzida,

---

informação singular. A título de exemplo refiram-se as fichas de inventário dos elementos arquitectónicos romanos maioritariamente encontrados no criptopórtico, situação que, como veremos, impossibilitou o seu exame e estudo atempado.

encontrando-se alguns mesmo votados ao esquecimento. A sua quantidade e diversidade, mas sobretudo a abrangência de problemáticas e o domínio específico de algumas áreas de especialização que envolviam a análise de alguns destes lotes colocavam um entrave ao seu estudo que só poderia ser superado numa escala que transpusesse este projeto doutoral. Com efeito, foi necessário socorrermo-nos do apoio de vários colaboradores e instituições que integraram projectos transversais e interdisciplinares. Com este enquadramento evidencia-se a análise petrográfica de alguns lotes cerâmicos desenvolvida por uma equipa do Laboratório Hércules em Évora (Mirão *et alii*, 2015), o estudo dos vestígios faunísticos realizado por Cleia Detry e dos restos osteológicos humanos que se encontra ainda a ser desenvolvido e coordenado por Ana Maria Silva no Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Sublinha-se ainda a cedência do espólio vítreo a Teresa Medici para estudo que foi integrado na sua dissertação de doutoramento (Medici, 2014). O mesmo sucedeu com todo o espólio metálico, de osso ou pasta vítrea que foi objecto de análise de Luís Fareleira na sua tese de mestrado[89] (Fareleira, 2014). Por sua vez, o estudo numismático integrou um projeto mais amplo e paralelo que previa a realização do catálogo de toda a colecção de numismas à guarda do MNMC, no qual participámos em colaboração com Isabel Pereira, Teófilo Silva e António Pacheco (Pereira *et alii*, no prelo). Com este plano de actuação pretendia-se esgotar a informação que estes elementos podiam fornecer, contribuindo assim para alcançar os objectivos gerais delineados. Por outro lado, libertavam-se os recursos necessários para o estudo dos vários lotes cerâmicos a que foi dada preferência e prioridade. A cerâmica, pela recorrência do seu achado, por ser maioritariamente proveniente de contextos selados e seguramente datados, por se fazer representar superiormente em termos quantitativos e por apresentar uma diacronia ampla e quase ininterrupta exigiria outro tipo de diligência, dando, *a priori*, garantias de sucesso na aquisição de informações cruciais para a leitura de alguns contextos estratigráficos e, consequentemente, da génese e evolução arquitectónica dos diversos espaços construídos. Para além disso, o seu estudo contribuiria decisivamente para colmatar algumas das muitas lacunas ao nível do conhecimento dos respectivos quadros tipológicos de referência, revestindo-se assim de uma relevância supra-local ou regional.

[89] Orientada por nós próprios e em colaboração com Helena Catarino.

1. A cerâmica - Introdução e metodologia

Das intervenções arqueológicas aqui decorridas desde a década de 1930, sobretudo das realizadas nos últimos anos, resulta um manancial informativo singular, quer em termos quantitativos quer qualitativos, assente, essencialmente, na profusão do espólio cerâmico. Pela sua variedade, abundância, resistência e uso generalizado, a cerâmica foi considerada, neste ensaio, como o primordial documento arqueológico que permitiria recuperar o percurso relativo à ocupação deste espaço, colmatando, simultaneamente, assinaláveis hiatos no quadro histórico da cidade de Coimbra. Apesar disso, a cerâmica era, no início do nosso estudo, a categoria material proveniente deste local cujo estudo se encontrava mais deficitário. De todo o conjunto, apenas o espólio cerâmico exumado nas campanhas arqueológicas dirigidas por Pedro C. Carvalho (1998) entre 1992-1997 se encontrava convenientemente examinado, muito embora circunscrito ao material de datação romana. Revelou-se evidente que a superação deste estado da questão dependia da ampliação substancial da actual plataforma de conhecimentos. Com efeito, o programa tomou por principal objecto de estudo um vasto e diversificado conjunto cerâmico exumado ao longo dos anos, valorizando-se sobretudo o espólio recolhido durante as intervenções prévias e decorrentes do projecto de remodelação e ampliação do MNMC, entre 2000 e 2008.

Para esta selecção contribuíram as excepcionais circunstâncias de recolha associadas àquelas campanhas. Os contextos de proveniência do espólio apresentam-se maioritariamente selados e seguramente datados revelando, para além disso, uma ocupação contínua deste espaço na longa diacronia que vai do século I ao século XVII. Não se enjeitaram os fragmentos cerâmicos reunidos nas diversas intervenções realizadas até à década de 1990, mas apenas se contemplaram as peças cujo contexto histórico-arqueológico era inequívoco. Tarefa que acabou por não excluir uma grande porção de objectos, muito embora surjam sem informação estratigráfica associada. Neste caso concreto podemos dar o exemplo do conjunto cerâmico proveniente dos aterros que colmatavam as galerias do piso superior do criptopórtico. A única informação de que dispomos é a localização genérica da sua origem. Como já foi dito, estes trabalhos, promovidos pela DGEMN, encontram-se mal documentados. Ignoramos até em que campanha terá sido recolhido, embora pela leitura de texto escrito por Bairrão Oleiro (1955-56) se suspeite possa reportar maioritariamente aos trabalhos por ele acompanhados. Assim, este conjunto cerâmico, juntamente com os poucos elementos escultóricos, arquitectónicos e numismáticos ali exumados são os únicos testemunhos que poderiam auxiliar na reconstituição cronológica das diversas fases de colmatação das referidas galerias.

Posto isto, tornava-se prioritário definir um quadro tipológico-funcional, articulando a totalidade dos fragmentos cerâmicos no seu contexto arqueológico. Este processo incluía uma fase prévia para criação de ferramentas analíticas que usufruíssem de características de replicabilidade, assim como a definição de uma base teórica e dos critérios descritivos a aplicar, como a terminologia e nomenclatura. Concluída esta etapa inicial, proceder-se-ia à inventariação da totalidade dos artefactos, à sua descrição e registo (gráfico e fotográfico) das peças mais significativas. Quando fosse possível, perpectivava-se elaborar tabelas de evolução morfológica, tipológica e decorativa e consumar a análise integrada dos resultados aferidos a partir das características observáveis. A ocorrência da repetição de atributos deveria permitir detectar padrões ou regularidade nos processos de fabrico e no modo de utilização. Assim sendo, procurar-se-ia estabelecer convergências entre variáveis na tentativa de identificar sistemas de relações e esquemas de referências com significado, como por exemplo verificar se as categorias morfo-funcionais reflectem o agrupamento tendencial de atributos morfo-tecnológicos. Por fim, pretendia-se definir padrões de influência, permanência ou colapso de tendências ao longo deste quadro temporal.

O âmbito cronológico da coleção cerâmica compilada decalcava a diacronia em análise referente ao período que medeia entre o século I e a consolidação da Renascença. No entanto, a identificação de cerâmica pré-romana, sempre em deposição secundária, que não quisemos excluir deste estudo, vem dilatar ainda mais o período cronológico da amostra.

Com efeito, dividiu-se a coleção em quatro grupos cronológicos principais: pré-romano; romano; medieval; e moderno (séc. XV-XVI). No entanto, tendo em conta os contextos de recolha, foi possível refinar esta periodização dentro de cada época genérica. Neste caso concreto, para o período romano distinguiram-se os níveis augustanos dos níveis claudianos e, face à ausência de níveis de ocupação posteriores, isolaram-se apenas os contextos tardios referentes ao abandono e destruição do complexo forense. Deste modo, fica também assegurada a possibilidade frequente destes contextos, geralmente de aterro, contemplarem a presença de um conjunto de materiais considerados residuais[90] com uma cronologia de fabrico anterior e cuja presença se ficará a dever a revolvimentos de terras transportadas de outras zonas. Porém, para estes como para todos os outros contextos, teve-se em conta como elementos fundamentais de datação os fragmentos

[90] Ainda que, por vezes, se torne difícil distinguir os que deverão constituir material com uma cronologia de fabrico muito anterior à da formação do estrato, dos que poderão eventualmente refletir uma determinada continuidade de fabrico.

cerâmicos mais recentes, os quais permitem estabelecer o *terminus post quem*. Ainda no período romano, e tendo em consideração o conjunto de problemáticas que estes lotes poderiam ajudar a dissolver, optou-se por individualizar os contextos procedentes da área do complexo forense (fórum e criptopórtico) dos que foram identificados no quarteirão urbano a poente (sectores A e B).

Em época medieval teve-se igualmente em atenção a existência de vários contextos com distinta periodização. Neste sentido, foi possível individualizar os materiais provenientes de estratos selados e datados dos sécs. IX-X, séc. XI e sécs. XII-XIII. Por se desconhecer em pormenor as condições da exumação das cerâmicas recolhidas nos níveis de colmatação das galerias do piso superior do criptopórtico optou-se por analisar aquele espólio separadamente.

A coleção cerâmica de época moderna estudada é proveniente, quase em exclusivo, de um depósito (lixeira) identificado na sond. 3 da ala sul do criptopórtico (C-I-3), cuja sucessão de estratos selados foi possível integrar em quatro momentos distintos de deposição, entre os séculos XV e XVI (Cf. **Quadro 24**), a partir da análise dos 350 numismas recuperados.

Dada a diversidade dos lotes cerâmicos e a forma desigual como surgem representados no registo arqueológico foi difícil (nalguns casos mesmo impossível) obedecer ao mesmo protocolo metodológico ou formato de apresentação final dos resultados, embora este seja sempre uniforme para cada um dos períodos cronológicos estabelecidos. Contudo, seguindo o raciocínio de Jorge de Alarcão (1974: 21), deu-se sempre prioridade, como primeira etapa distintiva, ao critério tecnológico. Estabeleceram-se os fabricos e só depois se determinou o reportório formal presente em cada um.

Os grupos tecnológicos foram definidos prioritariamente pela natureza da pasta, sendo posteriormente subdivididos tendo em conta outros critérios complementares como a textura e dureza, a cozedura, os processos de acabamento, os elementos decorativos ou a cor, conforme se encontra preconizado por Jorge de Alarcão (1974: 24-28).

A primeira distinção de pastas resultou de uma observação macroscópica, posteriormente confirmada e depurada, no caso das cerâmicas comuns de época romana e medieval, através de análise mineralógica realizada no laboratório Hércules[91]. A composição mineralógica das pastas comuns romanas e medievais foi estabelecida por difracção de raios-X (DRX) e, uma vez que esta

[91] Através desta parceria encontra-se em desenvolvimento a análise química dos vidrados das cerâmicas modernas, cujos resultados não foi possível integrar atempadamente neste estudo. A composição química dos vidrados será obtida por espectroscopia de raios-X acoplada a um microscópio electrónico de varrimento (SEM-EDS) e através da técnica de espectrometria de massa com ablação a laser com plasma indutivamente acoplado.

técnica apenas responde a sólidos cristalinos e não identifica os materiais amorfos, foi complementada através da observação de lâminas delgadas ao microscópio petrográfico com luz polarizada como forma de identificar e semi-quantificar as suas inclusões, ou seja, os elementos líticos e minerais que compõem as pastas.

Os restantes parâmetros de análise tiveram por base a análise macroscópica.

A cada fabrico corresponde um reportório mais ou menos vasto de tipos ou formas. As denominações dos recipientes dependem da sua forma e função, assim como do tamanho e tipo da abertura, podendo ainda variar segundo os períodos cronológicos. Dado o alargado espectro cronológico da coleção e considerando a riqueza do vocabulário português, tornou-se bastante difícil estabelecer classificações definitivas. Socorremo-nos, em primeiro lugar, da tipologia utilizada para a cerâmica comum do período romano (Alarcão, 1974). No entanto, dada a diversidade formal (relacionada com a própria evolução dos hábitos de consumo) e as diferentes nomenclaturas que fomos encontrando nos períodos posteriores, houve necessidade de adaptar a terminologia empregue à que é normalmente referenciada nos estudos de referência de cada período cronológico retratado. Assim sendo, para o período medieval, tendo em conta todas as justificações apresentadas pela autora, teve-se como referência o trabalho de Helena Catarino (1997-98). Para a época moderna, teve-se especial atenção à documentação sobre a olaria coimbrã no séc. XVI reunida por J. M. Teixeira de Carvalho (1917 e 1921), ao trabalho sobre o livro de cozinha da Infanta D. Maria (Gomes, 1996) e ainda aos estudos de Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1921), Margarida Ribeiro (1984) e Isabel Maria Fernandes (1999), que compilam as várias designações dos recipientes cerâmicos que constam na documentação medieval e moderna.

De acordo com as características de cada lote cerâmico e sempre que se julgou oportuno, a panóplia formal foi agrupada em conjuntos funcionais. Para o efeito, depois de analisarmos a metodologia de classificação proposta por vários autores[92], resolvemos adoptar a que é seguida por Helena Catarino (1997-98: 759-760) por melhor se adequar aos nossos objectivos, não obstante se proceder pontualmente a algumas adaptações tendo em conta a natureza dos lotes em apreciação. Assim sendo, distinguem-se oito grupos: recipientes de cozinha (onde se integram por exemplo as panelas, tachos, caçoilas e sertãs); recipientes exclusivamente de mesa (distinguindo por vezes os que são destinados ao consumo de sólidos e semissólidos, dos reservados à ingestão de líquidos); recipientes de cozinha e mesa (púcaros ou pucarinhos); recipientes de armazenamento de alimentos (talhas e potes); recipientes de armazenamento, transporte e serviço

[92] Nomeadamente a de Navarro Palazón (1986) para a região de Múrcia (que tem sido seguida noutros trabalhos), onde propõe nove grupos de formas cerâmicas distribuídas conforme a sua funcionalidade.

de líquidos; recipientes destinados à iluminação; objectos de uso complementar (tampas ou testos); recipientes de preparação de alimentos / higiene pessoal (alguidares).

A repetição de determinados atributos dentro destas formas ou tipos configura, por vezes, pequenas divergências de pormenor que considerámos como variantes. Estas variantes, quando conveniente, surgem designadas por letras.

A análise quantitativa das cerâmicas obedeceu, de igual modo, a critérios distintos tendo em conta as características dos lotes. As condições particulares de recolha de alguns destes elementos, o seu elevado grau de fragmentação e o facto de alguns terem sido objecto de uma selecção prévia determinou a aplicação de distintos métodos de quantificação. Foi possível fazer a contagem do número mínimo de indivíduos (NMI) para o lote de cerâmicas integradas no período moderno devido, sobretudo, ao bom estado de conservação das peças, muitas inteiras e muitas outras possibilitando reconstituição integral. Pelo contrário, para a cerâmica comum de época romana e medieval adoptou-se o método tradicional de quantificação do número máximo de recipientes (NMáxR). No caso particular das cerâmicas pré-romanas e dos serviços importados romanos contabilizou-se o número total de fragmentos (Frag.) registados[93].

Por fim, deverá fazer-se referência à ausência de um catálogo clássico individual de descrição das características de cada peça. Esta foi uma opção fundamentadamente intencional. A descrição exaustiva dos fabricos, formas e suas variantes que se foi apresentando ao longo dos textos e o copioso registo gráfico em estampas, tabelas e quadros recapitulativos dispensa, em nosso entender, este tradicional expediente. No texto explicitam-se os pormenores individuais de cada peça e nas estampas oferece-se informação relativa à sua dimensão e proveniência estratigráfica[94]. Nos quadros recapitulativos apresentados encontra-se salvaguardada a proporcionalidade da escala entre as peças representadas. Porém, por motivos de comodidade de escala e para efeitos de consulta de dimensões deverá recorrer-se às representações constantes nas estampas. Deste modo, tendo em conta a atenção particular conferida às ilustrações (que representam um número alargado e diversificado de objectos) e à extensiva descrição dos atributos tecnológicos, a elaboração de um catálogo afigurava-se como um exercício redundante. A opção tomada converte-o, assim, num inventário mais eloquente pelas imagens, de fácil processamento e menos fastidioso.

[93] Sendo que conjuntos onde tenha sido possível efectuar colagens são quantificados como apenas se tratando de um fragmento.

[94] Essa informação encontra-se explicíta na legenda da estampa ou na legenda individual de cada imagem. Neste caso, a seguir ao n.º de ordem consta informação do sector (A, B, C ou D), área (I, II, III…), sondagem (1,2,3…) e u.e. (sempre entre ( ) e por vezes seguida do n.º de inventário) de proveniência que deve ser lida tendo em conta o **quadro 1**.

1.1. Cerâmica de época pré-romana

A recolha de espólio cerâmico de cronologia pré-romana no MNMC não é inédita. Já antes, Pedro Carvalho (1998) havia dado nota da presença de um escasso conjunto de materiais cerâmicos residuais, procedentes dos níveis de aterro do embasamento da basílica do fórum formados a partir de meados do séc. I d.C., de fabrico manual e cronologia seguramente anterior àquela deposição, onde se destaca um pote com bordo golpeado e alguns fragmentos com decoração estampilhada (*Ibid.:* 89-92). Da análise dos materiais recolhidos tanto nas intervenções mais antigas como, principalmente, nas campanhas mais recentes (essencialmente a de 2006-08), resulta um considerável acréscimo (de mais 28 peças) e diversificação daquela coleção. Uns como outros partilham o facto de serem totalmente provenientes de contextos de recolha secundários. Apesar de serem maioritariamente oriundos dos níveis de aterro coetâneos da construção do fórum e criptopórtico de meados do séc. I d.C., provém igualmente, em menor número, de contextos datados de época medieval e até moderna, produto dos típicos revolvimentos associados a sítios com continuada ocupação humana. Na verdade, o maior interesse deste lote heterogéneo e "descontextualizado" é o de ampliar significativamente o espectro tipológico e cronológico da cultura material conhecida até ao momento para esta cidade.

A par da abordagem analítica assente em critérios tecnológicos, ensaia-se uma seriação de objectos com base na determinação de uma sequência cronológica genérica, muito embora sem esquecer que a ausência de contextos e a natureza local das produções impede o estabelecimento de intervalos de datação estreitos e convida ao agrupamento de peças que poderão não ter sido literalmente contemporâneas.

1.1.1. A colecção

Inicia-se o catálogo com uma peça que, pelas suas características e provável datação, constitui uma excepção no conjunto. Trata-se de um contentor manual que se encontrava depositado na reserva do museu e que terá sido recolhido durante a escavação desenvolvida em 1991[95] junto ao embasamento da basílica do fórum, da qual não resultou qualquer relatório e acerca do qual se desconhece com rigor o seu contexto deposicional[96]. O vaso globular de colo baixo (**Est. I – n.º 1**) possui pasta densa, de boa qualidade e textura homogénea, dura e com cozedura redutora com arrefecimento oxidante (**Fig. 148-A**). O acabamento superficial consiste num alisamento brunido sobre as paredes que oscilam em tons de castanho com manchas avermelhadas e escuras. Este é,

[95] A referida escavação foi iniciada por António Tavares e depois retomada por Pedro Carvalho (1998).

[96] Este aspecto deve ser encarado com redobrado interesse, dado que tanto a integridade da peça como a existência de casos atestados (Cardoso, 2011), convidam a ponderar a possibilidade de se poder estar perante um depósito intencional de significado ritual.

justamente, um tipo com longa pervivência cronológica ao longo da Pré-história Recente, com especial incidência entre meados do III e o II milénio a.C. Esta forma, que surge frequentemente decorada, encontra-se referenciada numa mancha territorial bastante vasta. A título de exemplo é possível estabelecer correspondência com o tipo 5B do Buraco da Pala - Mirandela (Sanches, 1995) e 6 da Fraga da Pena – Fornos de Algodres (Valera, 1997). Contudo, a peça que mais se assemelha, particularmente do ponto de vista tecnológico, é o vaso calcolítico do Outeiro Redondo - Sesimbra (Cardoso, 2011: 94, fig. 13 e 96, fig. 15). Este vaso deverá ser considerado como um achado isolado que evoca a presença de uma ocupação remota deste local (anterior ao período proto-histórico[97]), uma vez que o restante conjunto se enquadra maioritariamente no círculo temporal do I milénio a.C.

Da análise macroscópia das pastas dos restantes fragmentos cerâmicos foi possível identificar três grupos de fabrico distintos.

Ao fabrico 1 correspondem as produções de qualidade mediana a grosseira, de fabrico manual, com pastas compactas e com abundantes inclusões de quartzo e mica de médio calibre. As paredes apresentam-se irregulares com alisamento descuidado e de cor pouco uniforme, manchadas em tons de cinza e castanho (**Fig. 148-B**). A este grupo (composto por sete indivíduos) associam-se exclusivamente formas fechadas - potes, potinhos e grandes potes (**Est. II**). Este tipo de recipientes, particularmente relacionados com a confecção e acondicionamento de alimentos, é muito comum em termos regionais, enquadrando-se num lastro cronológico genericamente associado à Idade do Ferro, pelo que dificilmente se poderá assumir como indicador de uma cronologia mais fina. Peças semelhantes encontram-se já referenciadas no centro histórico de Coimbra (Almeida *et alii*, 2011: 40-42), destacando-se o próprio espaço do MNMC (Carvalho, 1998: 89-90, Est. XVII – n.º 1-3), bem como noutros locais na região do Baixo Mondego (Pereira, 2009: fig. 44).

O segundo grupo, correspondente às cerâmicas cinzentas finas, caracteriza-se pela boa qualidade do seu fabrico, montado com auxílio de torno[98], com pastas compactas, cinzentas micáceas e bem depuradas, nalguns casos com presença significativa de grãos de quartzo de médio calibre. O aspecto superficial das peças é marcado, na generalidade dos artefactos, pela profusão cintilante de palhetas de mica sobre o fundo cinza tendencialmente claro, sublimado pelo polimento incipiente das superfícies (**Fig. 148 E-F**). Este grupo reúne, essencialmente, formas

[97] A esta época poderá igualmente reportar-se um fragmento de lâmina retocada em sílex (**Fig. 148 - I**) exumado na sondagem 4 da área nordeste (D-I-4) nos trabalhos de limpeza do substrato geológico (u.e. 12).

[98] Exceptuando-se o n.º 6 da Est. III que aparenta modelação manual e características técnicas de qualidade inferior às restantes e o n.º 2 da Est. III por revelar fabrico e acabamentos mais grosseiros.

abertas, nomeadamente taças de paredes esvasadas de pendor recto e bordo pouco destacado (**Est. III**). Distinguem-se, de um modo geral, três variantes: uma de bordo boleado com inflexão interna (**Est. III – n.º 1**); uma com bordo ligeiramente esvasado, por vezes rematado no interior por linha incisa (**Est. III – n.º 3 a 5**); e, finalmente, uma outra de bordo levemente espessado e lábio plano (**Est. III – n.º 6 e 7**). Sobressaem do conjunto algumas peças com pormenores decorativos. Assinala-se um grafito reproduzindo motivo triangular (**Est. III – n.º 5**), executado pós-cozedura, salientando-se que formas semelhantes com grafitos afins se encontram referenciadas em Santa Olaia (Rocha, 1904-8: Est. XXVI e XXVII). Testemunha-se ainda a aplicação de mamilos (**Est. III – n.º 6**) e canelura (**Est. III – n.º 7**). Apesar de inéditas em Coimbra, formas semelhantes marcam presença noutros sítios integrados no contexto regional. São disso testemunha os elementos recolhidos em Santa Olaia nos níveis dos séculos VII a V a.C. (Pereira, 2009: fig. 35 a 37) e em Conímbriga, associados ao século VI a.C. (Correia, 1993: fig. 7) e igualmente detectados em ambientes posteriores datados dos séculos VI-III a.C. (Arruda, 1997: fig. 4, 8 e 12).

Apesar da prevalência das peças abertas, assinala-se ainda a presença de dois contentores fechados também associados a este fabrico (2). O primeiro (**Est. IV – n.º 1 e Fig. 148-C**) corresponde a um potinho de perfil em S, de fabrico cuidado e pasta dura, com inclusões de calcite, mica e partículas ferruginosas de pequeno calibre. As superfícies revelam uma coloração castanho acinzentada, ostentando polimento intenso no exterior e no dorso do bordo, revelando a restante superfície (interna) estrias de alisamento indicadoras do recurso ao torno lento. Do mesmo modo, é possível encontrar paralelos para este recipiente na área de influência do estuário mondeguino, nomeadamente num pote de brilho metálico de Santa Olaia datado dos séculos VI-V a.C. (Pereira, 2009: fig. 38) e em recipientes sidéricos de Conímbriga (Alarcão, 1974: Pl. XI, n.º 200A e 207; Arruda, 1997: fig. 13). O segundo (**Est. IV – n.º 2**) corresponde a um pote montado ao torno, com pasta escura, de qualidade inferior, ostentando as típicas superfícies "polvilhadas" de palhetas de mica e acusando afagamento exterior (**Fig. 148-F**). Em termos morfológicos colhe paralelo nos níveis do séc. IV/III a.C. de Conímbriga (Arruda, 1997: fig. 7, n.º 2).

Por fim, alista-se um terceiro grupo, em tudo semelhante ao fabrico fino tipo A identificado na R. Fernandes Tomás (Almeida *et alii*, 2011: 38-39) e que se distingue por agrupar produções de notável qualidade, montadas com auxílio a torno, normalmente com cozedura oxidante. A pasta, geralmente bem depurada, evidencia inclusões de quartzo, mica e partículas ferruginosas. A sua característica mais distintiva refere-se ao acabamento superficial que evidencia a aplicação de uma aguada negra intensamente polida (**Fig. 148-D**). Neste conjunto identificaram-se recipientes fechados de pequeno a médio porte (potes – **Est. I – n.º 2 a 4**) com desenhos de bordo mais ou menos desenvolvidos e colos mais ou menos definidos, podendo ser armados de asa (**Est. I – n.º 2**).

Registou-se igualmente um fragmento de fundo de base côncava (**Est. I – n.º 5**). Assinala-se ainda, a par de um fragmento estampilhado com círculos concêntricos (**Est. I – n.º 6**), a recolha de bordo revirado decorado por sequência de puncionamentos sobre canelura, formando um falso cordão horizontal a demarcar o colo pouco desenvolvido (**Est. I – n.º 4 e Fig. 148-D**). O perfil evoluído da peça bem como os paralelos locais para esta produção (*Ibid*.: 41 e fig. 6) apontam para o estabelecimento de uma cronologia avançada dentro da II Idade do Ferro.

Para além dos grupos formatados e enunciados anteriormente, menciona-se a recolha de fragmentos cerâmicos que, embora amorfos, ostentam motivos decorativos a que tradicionalmente se atribui uma cronologia sidérica. Neste caso, a principal categoria compreende fragmentos de fabrico manual com matrizes estampilhadas de dimensão considerável (**Est. IV – n.º 3 e 4 e 6 a 8 e Fig. 148-G**). Um dos motivos (**Est. IV – n.º 3**) encontra-se atestado no lote da R. Fernandes Tomás e um segundo (**Est. IV – n.º 4**) revela semelhanças evidentes com aqueles (Almeida *et alii*, 2011: Fig. 10, n.º 6 e n.º 5 respectivamente).

Além destes destaca-se um fragmento de cerâmica com decoração pintada com bandas a vermelho, branco e negro (**Est. IV – n.º 5 e Fig. 148-H**) que poderá, eventualmente, aproximar-se dos recipientes com pintura polícroma identificados em Conímbriga (Alarcão *et alii,* 1976: 6-10) e Santa Olaia (Pereira, 1997).

Importa, por fim, referir a presença de uma peça metálica que poderá inscrever-se no mesmo horizonte cronológico. A peça corresponde ao apêndice caudal de uma fíbula de cabuchão em bronze (**Est. IV – n.º 9**) do tipo 4h de Schüle ou Ponte 32c (Schüle, 1969: 148; Ponte, 2006: 271-280), vulgarmente designadas por "tipo transmontano". Apresenta-se fragmentada e bastante degradada sendo formada por um apêndice caudal constituído (ao que parece) por seis anéis agrupados três a três, de forma simétrica em relação ao anel central, mais espesso. É encimado por um cabuchão ou espelho em forma de disco, com orifício de fixação para elemento decorativo (desaparecido). Trata-se de um tipo com cronologia de fabrico bastante lata, entre finais do séc. IV a.C. e finais do séc. I d.C., embora com especial projecção durante os sécs. III-II a.C. e que Salete da Ponte (2006: 276 (quadro 87) e 277) associa a contextos militares romanos ligados aos *oppida* da faixa ocidental da Península.

1.1.2. Síntese e problematização

Acautelando as evidentes ressalvas decorrentes da natureza e volume do lote apurado, deverão elencar-se algumas linhas de interpretação possíveis. Em primeiro lugar, fica patente que esta colecção congrega dois grupos de materiais de cronologia pré-romana bem diferenciada,

sendo que o mais antigo poderá recuar ao III milénio a.C. e o mais recente (e abundante) se centra no I milénio a.C.

A descoberta do vaso calcolítico que se traz à estampa poderá vir a reforçar os indícios conhecidos, atestados pela já conhecida ponta de seta recolhida no alcácer (Mantas, 1983; Vilaça e Ribeiro, 2008: 24), que apontam para uma ocupação no morro de Coimbra durante a Pré-história Recente. No entanto, esta ideia arrasta consigo uma série de questões que reclamam esclarecimentos futuros. A ausência de contextos, a exiguidade dos testemunhos e a dificuldade em estreitar a janela cronológica do material não permitem teorizar acerca do modelo de ocupação subjacente a estes vestígios, nem tão pouco estabelecer conexões com o povoamento envolvente. Não obstante, o reconhecimento de um horizonte ocupacional mais remoto é um dado positivamente significativo pela complexificação das questões subjacentes à ocupação antiga da cidade.

Por outro lado e mais uma vez, não se identificaram elementos atribuíveis ao II milénio a.C. que, por contingência do registo arqueológico ou mera casualidade, teimam em não aparecer na cidade. Sabendo que, nestes moldes, a sua aparente ausência não comprova a sua inexistência, não deixa de ser um dado curioso para o qual se deverá estar atento e que, em última instância, poderá indicar a descontinuidade de ocupação da colina genética de Coimbra.

Por sua vez, o material proto-histórico (do I milénio a.C.) ganha coerência quando colocado em confronto com os dados já conhecidos. Excluindo os fragmentos de cerâmica com decoração polícroma, é de admitir que a restante colecção seja de proveniência local. A maioria dos indivíduos corresponde a fabricos manuais de qualidade mediana a grosseira, encontrando-se igualmente presente o fabrico fino de filiação nas cerâmicas de verniz negro. É manifesta a familiaridade com o material já publicado das anteriores intervenções no museu (Carvalho, 1998: 89-92), bem como com o lote recolhido na intervenção na R. Fernandes Tomás (Almeida *et alii,* 2011), tanto ao nível dos fabricos como dos tipos morfológicos. A excepção aplica-se ao fabrico composto por cerâmicas cinzentas micáceas (**Est. III**), associadas aqui sobretudo a recipientes abertos, que eram até agora desconhecidas em Coimbra. A justificação para se encontrarem ausentes no núcleo da R. Fernandes Tomás, fixado na segunda metade do I milénio a.C., poderá residir exactamente na sua datação. De facto, o grupo das cerâmicas cinzentas micáceas parece reportar-se ao momento que antecipa a viragem da primeira para a segunda metade do milénio. Efectivamente, o arcaísmo do perfil das variantes 2 e 3 é reforçado pela associação a elementos que evocam ambientes mais recuados como sejam os mamilos. Curiosamente, a denunciada ausência de formas abertas no contexto da R. Fernandes Tomás (Almeida *et alii*, 2011: 46) já havia sido comentada sob este ponto de vista.

Em síntese, sem implicar uma revolução no quadro interpretativo vigente, o espólio apresentado ganha interesse por lançar luz sobre um horizonte arqueológico longínquo fixado entre o III e o II milénio a.C. e dar mais consistência ao espectro da cultura material associada à ocupação sidérica de Coimbra. Neste contexto é de sublinhar a ocorrência de um segmento dentro dos fabricos cerâmicos identificados em que se poderá testemunhar, pela primeira vez, a ocupação do sítio no período de transição entre a I e II Idades do Ferro (séculos VI-V a. C).

1.2. Cerâmica de época romana

O material cerâmico de época romana recolhido no decorrer das intervenções arqueológicas de 2000 a 2008 caracteriza-se não só por continuar a evidenciar o mesmo espectro de produções, tanto locais como importadas, já registadas nas campanhas anteriores (Carvalho, 1998), como também por acrescentar àquela amostra alguns novos elementos. A ampliação da área escavada permitiu recuperar um conjunto de dados que, também sob o ponto de vista do espólio exumado, vem ajudar a definir barreiras cronológicas referentes às sucessivas ocupações deste espaço. Neste caso, sublinhe-se a identificação, pela primeira vez, de níveis estratigráficos datados dos inícios do séc. I, coetâneos da construção do primeiro fórum e criptopórtico de *Aeminium*, datado de época augustana. No entanto, os lotes mais significativos continuam a ser aqueles que provêm de contexto de aterro associados à ampliação do fórum e criptopórtico em meados do séc. I (provavelmente em época claudiana). Pelo contrário, os vestígios que documentam a fase de ocupação do complexo forense continuam ausentes, ao passo que os seus níveis de abandono e destruição, apesar de escassos, se revelaram pontualmente tendo sido possível, também pela primeira vez, isolar e abordar alguns lotes cerâmicos provenientes de contextos mais tardios.

Deste modo, e tendo em conta o conjunto de problemáticas que o estudo desta coleção poderia ajudar a resolver, optou-se primeiramente por dividi-la por contextos estratigráficos de proveniência específicos. Com efeito, individualizaram-se os lotes provenientes dos níveis augustanos, dos contemporâneos da reformulação do complexo forense de meados do séc. I e dos contextos tardios associados aos seus níveis de abandono e destruição. Com este expediente, como já foi referido, fica de certo modo salvaguardado a possível existência de materiais residuais com uma cronologia de produção e utilização anterior à data em que se conformaram os ditos depósitos.

Numa segunda fase e tendo por referência os diferentes ambientes de recolha, diferenciam-se os referidos contextos identificados na área do complexo forense, dos recolhidos no quarteirão urbano a poente.

Por fim, referira-se que a sequência estratigráfica em estudo, marcada pela acentuada presença de níveis de construção e ausência de níveis de ocupação, é constituída por níveis de aterro formados por terras transportadas de outros locais com o objectivo de nivelar e preparar o terreno para a prossecução da actividade construtiva. Situação que explica em parte a inexistência de recipientes ou perfis completos o que, por sua vez, dificulta a contagem e seriação dos mesmos, promovendo o estabelecimento de agrupamentos mais genéricos, tendo em conta as características de fabrico e os aspectos morfológicos mais marcantes.

1.2.1. Os fabricos

Numa primeira fase de categorização dos fabricos presentes na coleção de cerâmica de época romana distinguiu-se a cerâmica comum[99] dos serviços importados (*terra sigillata*, ânforas, lucernas, etc.) e daqueles que por dúvida ou por constituírem um tipo de fabrico distinto ou mais cuidado facilmente se diferenciam daquelas produções locais podendo ter uma origem mais longínqua. Se para os primeiros houve necessidade de criar grupos tecnológicos, para a classificação dos restantes recorreu-se às tipologias pré-definidas[100] e usualmente utilizadas neste tipo de trabalhos.

Como foi já referido, na definição dos grupos tecnológicos de cerâmica comum teve-se em conta, como primeiro critério de classificação, a natureza da pasta. Neste particular, procedeu-se à análise mineralógica de 24[101] amostras previamente selecionadas de distintos pontos de recolha, após o exame macroscópio de toda a coleção. Pretendia-se caracterizar e definir grupos com composições semelhantes ou estabelecer as devidas diferenças. Após a execução de lâminas delgadas, as referidas amostras foram observadas em microscópio petrográfico, com luz polarizada, tendo sido posteriormente analisadas igualmente por difracção de raios-X[102]. Os dados desta investigação constam de relatório (Mirão *et alii*, 2015) em que se baseia a caracterização e repartição mineralógica que se fez do conjunto.

De um modo geral, verifica-se que o quartzo é a fase mineral mais abundante. O feldspato potássico e/ou as plagióclases (*i.e.* feldspato de sódio e/ou cálcio) são quase ubíquas. A moscovite é quase sempre o único filossilicato identificado, muitas vezes sob a forma de desengordurante, demonstrando que a temperatura foi suficiente para amorfizar os minerais das argilas.

Em contraponto com a diversidade de amostras analisadas, verifica-se, ao nível das composições mineralógicas, uma relativa uniformidade. De facto, verifica-se a existência de um grande grupo que petrograficamente é dominado pelo quartzo, moscovite e feldspato. De amostra para amostra varia a razão entre esses minerais e sobretudo a distribuição granulométrica do desengordurante. Apesar disso foi possível distinguir neste conjunto dois grandes grupos: o grupo A de matriz avermelhada denotando o enriquecimento em ferro férrico e uma atmosfera oxidante

[99] Aqui entendida, tal como preconiza Jorge de Alarcão (1974: 29-30), como toda a cerâmica de fabrico local e regional de uso corrente, destinada à confecção, transporte e armazenamento de alimentos.

[100] Refira-se, a título de exemplo, o recurso à tipologia do *Conspectus* (1990) ou de Goudineau (1968) para a classificação das formas de *terra sigillata* de tipo itálico ou das tipologias consagradas de Dragendorff (1948) e Ritterling (1912) na classificação das produções de *terra sigillata* do Sul da Gália.

[101] Outras três amostras (R2; R3 e R4) foram excluídas do estudo por serem peças de origem não local.

[102] Ambos realizados no Laboratório Hércules da Universidade de Évora e por uma equipa coordenada por José Mirão, a quem agradecemos.

(**Fig. 149**); e o grupo B que evidencia um enriquecimento em componentes difusos de cor negra, interpretados como elementos de ferro ferroso ou de matéria orgânica, indicando uma atmosfera redutora (**Fig. 150**). Para além destes, foi possível distinguir um terceiro grupo (grupo C) bem distinto dos anteriores. Neste caso, a proporção de quartzo é relativamente baixa, o feldspato (potássico e as plagióclases) está presente em quantidade diminuta ou encontra-se mesmo ausente e não se identifica a presença de moscovite. A característica mais relevante e distintiva do grupo C é a abundância de calcite, identificada como 75-89% da amostra por difracção de raios-X (**Quadro 4**). A análise petrográfica demonstra que a calcite ocorre sob a forma de desengordurante em elementos bem cristalizados (**Fig. 151**), comprovando que não se trata de um carbonato de neoformação. Neste caso, a calcite foi submetida a todo o tratamento térmico de cozimento que não será superior a 800-850º tendo em conta a capacidade daquele mineral.

Relativamente à origem destes grupos os resultados não foram totalmente conclusivos. A posição charneira de Coimbra face a vários ambientes geológicos complexifica esta análise que, também por falta de tempo, não foi possível concluir. De facto, esta cidade situa-se quase sobre o limite geológico entre o Maciço Hespérico a leste, com rochas metamórficas (xistos, grauvaques, quartzitos) e rochas granitoides e a Bacia Lusitaniana a oeste, com rochas sedimentares como os arenitos, calcários e margas (Mirão *et alii*, 2015: 13). Para além disso, a proximidade com o Mondego permitirá o acesso a sedimentos com origens mais longínquas e transportadas pelo curso de água. Ainda assim, para os grupos A e B, constituídos pelas fases minerais quartzo, feldspato e moscovite, verifica-se que os grãos de quartzo se apresentam relativamente angulosos e compatíveis com um pequeno transporte. Facto igualmente sustentado pela moderada alta razão feldspato-quartzo, conciliável com inúmeros ambientes sedimentares, sejam eles recentes (como os sedimentos do Mondego), seja por mobilização de sedimentos mais antigos.

Em síntese, da análise mineralógica das pastas da cerâmica comum, foi possível definir três grupos petrográficos (A, B e C). No entanto, a análise de outros critérios complementares como a dispersão dos elementos não plásticos, os processos de acabamento ou os elementos decorativos permitiu definir vários fabricos que se distribuem pelos grupos enunciados. Deve-se sublinhar que da observação minuciosa daqueles itens poderia resultar uma multiplicidade de tipos de fabrico que, na nossa perspectiva, poderia ser prejudicial ao estudo que se pretendia pragmático e simples, assente numa descrição e distinção sumária, mas suficiente, das características mais relevantes e representativas do conjunto. Com efeito, individualizaram-se oito tipos de fabrico onde se inserem as cerâmicas comuns de produção local ou regional:

Grupo A – Cerâmicas de matriz avermelhada

Composição mineralógica totalmente dominada pelo quartzo, moscovite e feldspato (**Quadro 2**). Em algumas amostras verifica-se a presença de mullite (1 a 2%). Numa delas (R10), foi detectada

plagióclase (6%) e, noutra (R27), hematite (1%). Enriquecimento em ferro férrico. Atmosfera oxidante.

A1 – Cerâmica alaranjada

Incluem-se neste conjunto todas as pastas finas e compactas, com escasso desengordurante, bem classificadas com grãos de fino calibre (raros de pequeno calibre). Sofreram uma cozedura oxidante, o que lhes proporcionou uma coloração bege-alaranjada. Apenas denotam o alisamento como acabamento. Integram-se exclusivamente neste fabrico alguns serviços de mesa (nomeadamente bilhas). Alguns exemplares apresentam uma pasta medianamente classificada, aparecendo pontualmente um ou outro grão de médio calibre que, apesar disso, foi insuficiente para distinguir e criar um novo fabrico.

#	Quartzo	Calcite	Plagióclase	Feldspato -K	Mullite	Moscovite	Hematite	Filosilicatos intestratificados	Caulinite	Goethite
R1	85			13	2					
R5	55			16		29				
R8	60			24		17				
R10	34		6	43		17				
R11	41			32		27				
R12	73			25	2					
R16	50			32	1	18				
R22	45			28		28				
R26	38			39	1	22				
R27	54			18		27	1			

Quadro 2 - Abundância relativa dos diferentes minerais por aplicação do método RIR a dados de difracção de raios-X nas amostras de cerâmicas romanas do grupo A.

A2 – Cerâmica alaranjada grosseira

Pasta mal classificada, com grãos de pequeno, médio e grande calibre. Não apresenta qualquer tipo de acabamento especial para além de um ligeiro alisamento. A maioria das peças foi cozida num ambiente oxidante embora em algumas se note uma leve cozedura redutora com arrefecimento oxidante comprovada pelo cerne acinzentado claro. A coloração da superfície oscila entre o laranja (por vezes pálido) e o laranja-acastanhado. Ao nível da decoração, verifica-se, com maior frequência, o recurso à incisão de linhas onduladas em momento anterior à cozedura. Reportam-se, essencialmente, aos grandes potes ou talhas (dolia). Corresponde, grosso modo, ao fabrico integrado em Conímbriga no grupo das talhas de argila de Pombal-Barracão (Alarcão, 1974: 71-72).

A3 – Cerâmica alaranjada fina

Pastas muito finas, com e.n.p. de fino calibre (apenas com alguns grãos visíveis a partir de observação macroscópica) que lhes confere grande compacticidade e dureza. O tratamento superficial é cuidado, encontrando-se sempre muito alisadas e frequentemente quase que polidas (**Fig. 152-A**). A cor é sempre alaranjada embora seja comum a presença de manchas escuras (acinzentadas) à superfície denotando a existência de alternâncias de temperatura durante o processo de cozedura. O esmero dos processos de acabamento parece não ter sido acompanhado durante a cozedura. Algumas peças apresentam no cerne da pasta uma linha acinzentada. Encontra-se adstrito aos serviços de mesa.

Corresponde ao fabrico que em Conímbriga é também denominado de alaranjada fina (Alarcão, 1974: 93-95 e 103-105), embora muitos exemplares de Conímbriga surjam dispersos noutros volumes das *Fouilles* e com outras designações. No entanto, enquanto naquela estação surge referenciado em níveis alto e baixo imperiais, no lote em estudo é totalmente proveniente e exclusivo de contextos tardios associados ao abandono e destruição do fórum de *Aeminium*. Trata-se de um conjunto de cerâmicas de imitação de *sigillata* de produção regional, que acabam por apresentar cronologias das formas que imitam (ou das formas em que se inspiram), normalmente peças de TS Hispânica Tardia e TS Africana.

A4 – Cerâmica alaranjada fina polida

Pastas muito compactas e depuradas e superfícies polidas, ambas de cor laranja (**Fig. 152-B**). Surgem várias vezes decoradas por brunimento (quase sempre por linhas verticais). Do ponto de vista tecnológico, dos processos de acabamento, decoração e até do repertório formal são idênticas às cerâmicas cinzentas finas polidas diferenciando-se apenas destas pela sua tonalidade alaranjada e por se encontrarem representadas em número bastante inferior.

Grupo B – Cerâmicas de matriz negra

Composição mineralógica totalmente dominada pelo quartzo, moscovite e feldspato (**Quadro 3**). Numa das amostras (R15) revela-se a presença de plagióclase e, noutra (R25), 1% de hematite. Enriquecida por elementos de ferro ferroso ou de matéria orgânica. Atmosfera redutora.

B1 – Cerâmica cinzenta

Pastas pouco compactas, com grande quantidade de desengordurante medianamente classificado com grãos de pequeno e médio calibre. Os tons acinzentados (cinza e cinza escuro) dominam o cerne e a superfície das pastas (**Fig. 152-C**). Não se descortina qualquer tipo de acabamento para além do alisamento rude das superfícies. Relaciona-se quase exclusivamente com

os serviços de cozinha (panelas e pequenos potes), sendo que a maioria das peças apresenta fuligem exterior e, por vezes, interior. Assemelha-se ao fabrico que em Conímbriga surge denominado de grés cinzento (Alarcão, 1974: 54).

#	Quartzo	Calcite	Plagióclase	Feldspato -K	Mullite	Moscovite	Hematite	Filosilicatos intestratificados	Caulinite	Goethite
R7	55			31		14				
R9	57			43						
R13	45		9	21		25				
R15	53		14	33		9				
R17	55			41						
R18	56			42						
R19	49			22		29				
R20	47			29		24				
R21	42			28		30				
R25	46			24		29	1			

Quadro 3 - Abundância relativa dos diferentes minerais por aplicação do método RIR a dados de difracção de raios-X nas amostras de cerâmicas romanas do grupo B.

B2 – Cerâmica cinzenta fina (de tradição indígena)

Este fabrico caracteriza-se por apresentar pastas depuradas e compactas de tom acinzentado. As superfícies, de tom cinza-escuro, são alisadas surgindo frequentemente polidas. Esta produção local/regional dispensa grandes apresentações, encontrando-se referenciada em Conímbriga (Alarcão, 1974: 58-71), tendo sido igualmente classificada no fórum aeminiense em trabalhos anteriores (Carvalho, 1998: 96-101). No entanto, ao contrário das campanhas anteriores onde os escassos fragmentos identificados correspondem a recipientes abertos, nas recentes intervenções a forma mais comum reporta-se aos potes ou potinhos de bordo ligeiramente esvasado. As formas recolhidas em Conímbriga encontram-se datadas dos séculos II e I a.C., admitindo-se a sua presença em contextos da primeira metade do século I d.C. (Alarcão, 1974: 62). Do ponto de vista tecnológico apresentam grandes similitudes com o conjunto de cerâmica cinzenta fina alto-imperial.

B3 – Cerâmica cinzenta fina polida

Como veremos, este agrupamento constitui um dos fabricos mais característicos e abundantes nos diversos níveis estratigráficos em estudo tal como tinha já sido evidenciado em estudos anteriores (Carvalho, 1998: 103). Apresentam pastas muito compactas e depuradas de cor cinzento-clara e superfícies polidas de cor maioritariamente cinzento-escura (**Fig. 152 D-F**). O uso habitual do brunimento como técnica decorativa, bem como o repertório formal, marcadamente

romanizado, demarcam-no nitidamente do fabrico anterior. A decoração brunida surge em quase todos os fragmentos, existindo uma razoável diversidade ao nível dos padrões decorativos que oscilam entre as linhas brunidas rectas ou verticais, onduladas, os reticulados, formando por vezes esquemas mais complexos (linhas oblíquas de inclinação contrária em zonas sobrepostas ou triângulos). Os exemplares identificados parecem não evidenciar uma grande variedade formal, correspondendo maioritariamente a potes ou potinhos. Em Conímbriga é considerada uma produção característica da 2ª metade do séc. I d.C. (Alarcão, 1974: 103), embora em *Aeminium*, bem como noutros locais, se comprove a sua presença em contextos anteriores (Cf. Carvalho, 1998: 103).

Grupo C – Cerâmica calcítica

Composição mineralógica dominada pela abundância de calcite (75-89% por amostra); pouco quartzo e feldspato; ausência de moscovite. Algumas amostras (**Quadro 4**) denotam a presença muito ténue de caulinite (2 a 5%) e de goethite (1%). Cozedura inferior a 800-850º. Atmosfera oxidante.

Este grupo não foi subdividido, estabelecendo-se (ele próprio) como um fabrico homogéneo. A sua pasta caracteriza-se pela abundância de e.n.p. (calcite) de médio (por vezes grande) calibre que se encontra medianamente distribuída, tornando-a pouco compacta. A cor oscila entre o vermelho e o castanho-avermelhado, embora possam ocorrer exemplares com manchas acinzentadas à superfície, fruto de diferentes posições na câmara de cozedura ou de um arrefecimento redutor no final da cozedura (**Fig. 152 G-H**). Outras vezes, dado que este fabrico se associa aos serviços de cozinha, esse tom cinzento na face exterior pode ter resultado da sua utilização (fuligem). É mais numeroso nos contextos tardios embora se encontre igualmente presente nos níveis de meados do séc. I registados no quarteirão exterior poente do fórum. Corresponde ao fabrico identificado em Conímbriga, também denominado de cerâmica calcítica (Alarcão, 1974: 43-44, 81 e 110), onde a sua longa pervivência, desde período pré-augustano até aos níveis do Baixo-Império, se encontra igualmente atestada (*Ibid.*: 110).

#	Quartzo	Calcite	Plagióclase	Feldspato -K	Mullite	Moscovite	Hematite	Filosilicatos intestratificados	Caulinite	Goethite
R6	10	90		0						
R14	13	77		0				4	5	1
R23	14	83		2						
R24	14	81		2					2	1

Quadro 4 - **Abundância relativa dos diferentes minerais por aplicação do método RIR a dados de difracção de raios-X nas amostras de cerâmicas romanas do grupo C.**

1.2.2. Os níveis augustanos (inícios do séc. I d.C.)

São escassos os contextos estratigráficos datados dos inícios do séc. I d.C., aqui denominados de augustanos, identificados nas intervenções realizadas no MNMC. Na plataforma superior apenas foram reconhecidos na área nascente (Sector D – II) durante a realização das sondagens 2 (u.e.^{s} 25 a 28) e 3 (u.e.^{s} 36 a 39) implantadas em plena nave central da antiga igreja românica de S. João. Estes estratos de construção, compostos por níveis de aterro por vezes sem qualquer tipo de espólio arqueológico, forneceram um número muito reduzido de recipientes cerâmicos, essencialmente constituídos por fragmentos informes de cerâmica comum. Ainda assim foi possível discernir a presença de quatro fabricos que se fazem representar por um limitado repertório formal. Numa primeira análise, salta em evidência a quase total ausência de fabricos incluídos no Grupo A – cerâmicas de matriz avermelhada. Esta situação é apenas quebrada pela presença de fragmentos incluídos no grupo A2 (cerâmica alaranjada grosseira) correspondentes a quatro recipientes de armazenamento (grandes potes) com bordo simple, extrovertido (**Est. VIII – n.º 1**).

A cerâmica de matriz negra é o grupo (B) melhor representado e mais característico destes níveis. Neste particular, refira-se a preponderância do fabrico B1 (cerâmica cinzenta – 58% (**Quadro 5**) onde se contabilizam 18 elementos exclusivamente relacionados com o serviço de cozinha. A panóplia formal é reduzida e totalmente constituída por potes/panelas de bordo extrovertido e lábio boleado ou triangular (**Est. XV**).

A cerâmica cinzenta fina encontra-se igualmente representada. No entanto, contrariamente ao que seria expectável, apenas se identificou um elemento claramente integrado no fabrico B2 (de tradição indígena) que afigura um fragmento de prato/taça de paredes arqueadas. Com alguma surpresa verifica-se que a cerâmica cinzenta fina polida (B3) com decoração brunida se encontra muito bem representada (8 NMáxR). As formas identificadas correspondem unicamente a potinhos de perfil em S, com lábio boleado (**Est. XXI – n.º 1 a 3**). Os fundos exumados são planos, por vezes de base alargada (**Est. XXI – n.º 4**), contando com um exemplar com traços brunidos na superfície exterior (**Est. XXI – n.º 5**). Neste lote predominam as asas de rolo arrancando directamente do bordo. Relativamente aos motivos decorativos brunidos testemunha-se a presença de linhas verticais ou ligeiramente oblíquas sobre o colo (**Fig. 52 E-F**), enquanto nos bojos se presencia uma maior variação de esquemas decorativos - reticulados, triângulos e meandros brunidos (**Est. XXI – n.º 6 e 7**).

Ao escasso lote de cerâmica comum de produção local ou regional acresce a rara ocorrência dos serviços importados. Nestes níveis apenas se identificou um pequeno fragmento informe de TS de produção itálica. O material anfórico, apesar de mais numeroso, encontra-se de igual modo muito mal representado. Regista-se um fragmento de bocal de pequenas dimensões, com bordo vertical, pouco esvasado, ligeiramente triangular, mas arredondado, distinguindo-se pouco do colo.

O elevado grau de fragmentação da peça dificulta a sua classificação. No entanto, a particularidade do bordo surgir desenhado pelo característico lábio oblíquo de secção triangular e demarcado do colo por pequeno ressalto/moldura é suficiente para que se tenha classificado como se tratando possivelmente de uma variante mais antiga do tipo Dressel 1 (**Est. XXXVI – n.º 1**), genericamente integrado no período tardo-republicano e associado na Península Ibérica ao contexto de conquista romana deste território. As características da pasta, compacta, parecem corroborar esta classificação, destacando-se a cor avermelhada/rosada e a presença de partículas negras de origem vulcânica características da região da Campânia. Os mesmos atributos tecnológicos são partilhados por uma asa e um bico fundeiro igualmente recolhidos nestes estratos de referência.

Fabricos	NMáxR	%
A2 **Alaranjada grosseira**	4	12,9%
B1 **Cerâmica cinzenta**	18	58,1%
B2 **Cer. cinzenta fina (tradição indígena)**	1	3,2%
B3 **Cer. cinzenta fina polida**	8	25,8%
Total	31	100%

Quadro 5 – Níveis de construção do fórum e criptopórtico de inícios do séc. I d.C. – distribuição do NMáxR por fabrico.

O espólio exumado nos níveis de construção do primitivo fórum de *Aeminium*, além de pouco numeroso, não permite realizar grandes avanços do ponto de vista cronológico. Sublinhe-se que, neste caso concreto, a obtenção de datações apoiou-se de modo determinante na própria sequência estratigráfica, sendo que por vezes a ausência de elementos ou produções poderá ser encarada como importante índice cronológico. Não obstante, os parcos materiais analisados, apesar de pouco contribuírem para refinar cronologias, não excluem a hipótese destes níveis datarem de inícios do séc. I d. C. e, por isso mesmo, coetâneos do principado de Augusto.

No quarteirão urbano a poente do fórum, exceptuando um caso concreto, não foram reconhecidos níveis sedimentares claramente integrados nos inícios do séc. I d.C. No que concerne a níveis construídos, deverá ser tido em conta um conjunto de estruturas identificadas no gaveto da R. Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras (Sector A) correspondente à primeira fase de construção. Neste caso concreto, e como foi já referido, (cap. II 2.3.1.2), a reforma urbanística de meados do séc. I d.C. (construção da *cloaca maxima* e espaço porticado que ladeia o *decumanus*) terá sido tão profunda que cortou e contaminou todos os estratos até ao substrato rochoso. Alguns

testemunhos estruturais associados a esta primeira fase foram poupados a este desmantelamento, quase sempre sob a forma de pavimentos em *opus signinum*. Mais uma vez, as cronologias obtidas são relativas. O único estrato que indubitavelmente se associa à construção das estruturas da 1ª fase (Sector A, 2006-08, sond. 1, u.e. 13) apenas forneceu cinco fragmentos informes (uma asa e quatro frag. de bojo) integráveis no fabrico B2 (cerâmica cinzenta fina de tradição indígena).

1.2.3. Os níveis claudianos (meados do séc. I d.C.)

Ao contrário dos anteriores, são numerosos os níveis estratigráficos associados à ampliação do complexo forense de meados do séc. I d.C. identificados, sobretudo, durante a intervenção realizada na ala sul do criptopórtico. Sublinhe-se que, por se encontrarem já devidamente estudados e publicados, foram excluídos deste estudo os materiais exumados durante as campanhas realizadas entre 1992-98 (Carvalho, 1998). Relativamente aos trabalhos anteriores realizados no criptopórtico e fórum de *Aeminium* apenas se selecionaram dois estratos específicos, indubitavelmente relacionados com a sua construção, exumados durante a intervenção de 1989-90 no piso inferior do criptopórtico. Como se poderá ver no **quadro 6**, os materiais agora estudados foram essencialmente exumados nos trabalhos arqueológicos de 2006-08 e 2011.

Sectores	Áreas específicas de intervenção	Estratos / Níveis de construção de meados do séc. I d.C.
Criptopórtico	Piso inferior	1989/90: C9 – 02 e 04
		2006/08: Sector B – Sond. 2: u.e. 10
	Ala sul (Sector C – Área I)	Sond. 1: u.e.^{s} 32 a 34; 37 a 42
		Sond. 1ª: u.e.^{s} 29 a 31ª; 33 a 41; 43
		Sond. 2: u.e.^{s} 24 a 35
		Sond. 3: u.e. 32
		Sond. 4: u.e. 32
Plataforma superior (Fórum)	Área central (Sector C – Área III)	Sond. 1: u.e.^{s} 04, 13 e 14
	Área nascente (Sector D – Área II)	Sond. 2: u.e.^{s} 20 a 23
		Sond. 3: u.e.^{s} 22 a 32

Quadro 6 – Níveis de construção de meados do séc. I d.C. do fórum e criptopórtico de onde provém o espólio cerâmico analisado.

De igual modo, no quarteirão urbano a poente foi possível identificar um conjunto estratigráfico associado à grande reforma urbanística que a ampliação do fórum e criptopórtico terá motivado nesta zona da cidade. Como vimos, o processo de arranjo do espaço exterior contíguo ao fórum (construção do fontanário adossado à sua fachada ocidental) e a construção da

cloaca *maxima* ou novo alinhamento do *decumanus* terá ocorrido em simultâneo ou em momento imediatamente posterior àquela ampliação e, com efeito, ainda durante os meados do séc. I d.C. O **quadro 7** arrola em pormenor os estratos desta fase de construção/remodelação. Saliente-se que foi excluído deste estudo todo o espólio procedente da campanha de 2000 realizada no topo norte do antigo logradouro (Sector B). Da leitura do relatório daquela intervenção (Ramos, 2000) não foi possível isolar com segurança os níveis adstritos à construção das estruturas identificadas (tanque e ramal da cloaca) e que deverão pertencer ao mesmo plano construtivo. Sublinhe-se, igualmente, que por ter sido em grande parte descartado (Ramos e Ribeiro, 2001), não foi possível proceder à realização de contagens do material exumado nos níveis da 2ª fase de construção identificados no gaveto da R. Borges Carneiro (Sector A), mesmo que do número máximo de recipientes.

Sectores	Áreas específicas de intervenção	Contexto/Acção	Estratos / Níveis de construção de meados do séc. I d.C.
Quarteirão poente	Gaveto da R. Borges Carneiro / Beco das Condeixeiras (sector A)	2ª Fase de construção (cloaca e *decumanus*)	**2001**: D22 B1 (u.e.^{s}: 17, 19, 20, 21; D27 A (u.e.^{s}: 22, 23, 25, 26, 32); D27 B (u.e.^{s}: 20 a 26 e 41 a 45); C26 B (u.e.^{s}: 13, 15, 18, 24, 26, 27); C31A (u.e.^{s}: 11, 12, 15, 17); C31 B (u.e.^{s}: 20, 21)
			2003: D32 A (u.e.^{s}: 14 a 18); D22 A (u.e.^{s}: 15 e 16)
			2006-08: Sond. 1 – u.e. 06; Sond. 2 – u.e. 03
	Antigo logradouro do Paço Episcopal (sector B)	Construção do fontanário	**2003**: C'5A – 05 e 06; C'5B – 05; C'4A – 06 e 07
		Construção da cloaca	**2006-08**: Sond. 1 - u.e.^{s} 06; 06A; 07

Quadro 7 – Níveis de construção de meados do séc. I d.C. do quarteirão urbano poente de onde provém o espólio cerâmico analisado.

A. do fórum e criptopórtico

A.1. Cerâmica doméstica comum

A coleção de cerâmica doméstica comum torneada exumada nos níveis de construção do fórum e criptopórtico de meados do séc. I d.C. continua a evidenciar a presença do mesmo tipo de fabricos já constatados em trabalhos anteriores (Carvalho, 1998). Do mesmo modo e comparativamente aos níveis de inícios do séc. I, assiste-se a uma supremacia das cerâmicas de matriz negra nomeadamente do fabrico B1 (46%) e B3 (34,9%). Deverá registar-se pela primeira vez a ocorrência de cerâmicas incluídas no fabrico A1 (ainda que pouco representadas – 2,6%) e da

cerâmica alaranjada fina polida (A4). A cerâmica calcítica (grupo C) e alaranjada fina (A3) continuam ausentes dos lotes em análise (**Quadro 8**).

A cerâmica alaranjada (A1) reduz-se a seis peças que, à excepção de uma tampa, se poderão inserir no grupo dos recipientes de mesa quer destinados ao serviço de líquidos (bilhas) quer ao consumo de sólidos ou semissólidos (tigelas). No primeiro caso, foram identificadas duas bilhas de gargalo curto e/ou afunilado. Um dos exemplares, com gargalo decorado por ranhuras ou sulcos horizontais (**Est. V – n.º 4**), enquadra-se na categoria 1K de Nolen (1985: 42) com bojo piriforme e apresentando ligeiras semelhanças, apesar da sua datação mais avançada (trajânica), com a peça n.º 586 de Conímbriga (Alarcão, 1974: 98 e Est. XXVIII). O outro, de gargalo moldurado (**Est. V – n.º 3**), é comparável com o tipo 1C de Nolen (1985: 38) e com a peça em cerâmica siltosa n.º 509 de Conímbriga (Alarcão, 1974: 90-92, Est. XXIV) que poderá fixar-se adentro do século I d.C. As tigelas, embora sempre de bordo aprumado, configuram dois modelos distintos: um com moldura e espessamento interno (2 NMI – **Est. V – n.º 9**) e outro com bordo triangular (1 NMI – **Est. V – n.º 8**). A tampa destaca-se por apresentar grafito na face interna, realizado num momento pré-cozedura (**Est. V – n.º 6**).

A cerâmica alaranjada grosseira (A2) faz-se representar por recipientes de armazenamento (grandes potes, talhas ou *dollia*). Os bordos obedecem genericamente a três variantes: bordo revirado para o exterior e arqueado (5 NMáxR – **Est. VIII – n.º 2**), de lábio ligeiramente triangular (2 NMáxR - **Est. VIII – n.º 3**) ou boleado, levemente amendoado (10 NMáxR - **Est. VIII – n.º 4**).

Como foi já referido, os níveis de meados do séc. I d.C. revelam, pela primeira vez, a presença de cerâmica alaranjada fina polida (A4). Com características tecnológicas muito semelhantes, apenas diferem da cerâmica cinzenta fina polida (B3) na tonalidade alaranjada e pela menor frequência. Prevalecem as superfícies decoradas por traços brunidos, quase sempre verticais. Os fragmentos recolhidos não evidenciam grande variedade formal. Os exemplares individualizados correspondem maioritariamente a potes ou potinhos de bordo esvasado (10 NMáxR – **Est. XIV – n.º 2**). Para além destes, refira-se a presença de um púcaro (?) com asa a arrancar sob o lábio (**Est. XIV – n.º 3**) e de dois gargalos de pequenas bilhas ou garrafas (**Est. XIV – n.º 1**).

A cerâmica cinzenta incluída no fabrico B1 continua a ser a mais numerosa (108 NMáxR). Apesar disso, não apresenta uma variedade morfológica significativa, pautando-se antes por alguma monotonia das formas dentro da louça de cozinha, representada maioritariamente por potes/panelas (89 NMáxR). Adicionalmente, foi possível discernir a presença de grandes potes (13 NMáxR), tigelas (ou sertãs? – 4 NMáxR) e duas tampas.

Todos os potes/panelas apresentam bordos esvasados. O modelo dominante (70 NMáxR) possui bordo de perfil triangular, por vezes com aleta (**Est. XVI – n.º 3 a 6**). Menos numerosos são os exemplares com bordo revirado para o exterior (8 NMáxR – **Est. XVI – n.º 7 e 9**), esvasado com

ligeiro espessamento externo (3 NMáxR – **Est. XVI – n.º 10**), soerguido (**Est. XVI – n.º 1 e 2**) ou ligeiramente esvasado com colo alongado (6 NMáxR - **Est. XVI - n.º 8**). Os grandes potes apresentam bordo extrovertido simples (9 NMáxR – **Est. XVII – n.º 7**), ligeiramente espessado (1peça – **Est. XVII – n.º 8**), ou de perfil triangular (3 NMáxR – **Est. XVII – n.º 6**). As tigelas (ou sertãs?) de paredes arqueadas apresentam maioritariamente (3 NMáxR – **Est. XVII – n.º 2 e 3**) bordo com lábio engrossado ligeiramente convexo, estando presente um exemplar com lábio simples boleado (**Est. XVII – n.º 1**). Por fim, as duas tampas configuram modelos bem distintos. Um é acampanado (**Est. XVII – n.º 4**), enquanto o outro pertence ao tipo cónico (**Est. XIII - n.º 5**). Alguns autores conferem a estes tipos uma dupla funcionalidade, podendo terem também servido como malga ou tigela.

Fabricos	NMáxR	%
A1 **Cerâmica alaranjada**	6	2,6%
A2 **Alaranjada grosseira**	17	7,2%
A4 **Cer. alaranjada fina polida**	13	5,5%
B1 **Cerâmica cinzenta**	108	46%
B2 **Cer. cinzenta fina (tradição indígena)**	9	3,8%
B3 **Cer. cinzenta fina polida**	82	34,9%
Total	235	100%

Quadro 8 – Níveis de construção do fórum e criptopórtico de meados do séc. I d.C. – distribuição do NMáxR por fabrico.

A cerâmica cinzenta de tradição indígena (B2) continua a estar mal representada, tendo-se apenas identificado nove exemplares que configuram potes de bordo extrovertido simples (**Est. XX – n.º 1 a 3**) ou muito revirado (**Est. XX – n.º 4**). Contrariamente, as cerâmicas cinzentas finas polidas (B3) constituem um dos fabricos mais característicos e representativos (82 NMáxR) destes níveis de meados do séc. I d.C. Apesar de os fragmentos recolhidos não evidenciarem grande variedade formal, constata-se alguma riqueza ao nível dos padrões decorativos (**Est. XXII – n.º 5 a 9**). Estes correspondem maioritariamente a potes ou potinhos (68 NMáxR - **Est. XXII – n.º 2 a 4**). Destacam-se algumas peças maiores (9 NMáxR – **Est. XXII – n.º 10 e11**) e outras que parecem indiciar a presença de bordo trilobado (5 NMáxR – **Est. XXII – n.º 1**). Por fim, refira-se a abundante recolha de

asas (**Fig. 152-D**) que parecem arrancar sempre (ou quase sempre) do bordo, dividindo-se entre as de secção elíptica e as de rolo (por vezes de duplo rolo geminado).

A.2. Cerâmicas importadas

A.2.1. *Terra Sigillata*

Nos contextos de aterro contemporâneos da ampliação do complexo forense de *Aeminium* que ainda não se encontravam estudados (**Quadro 6**) recolheram-se mais de quatro centenas de fragmentos de *terra sigillata* (411 fragmentos), apenas de produção itálica e sudgálica[103] (pré-flavianas). A *terra sigillata* itálica (TSI) é ligeiramente mais numerosa (57,2% - 235 fragmentos) que o lote de *terra sigillata* sudgálica (TSS) (42,8% - 176 fragmentos. Em ambos os casos, poucos foram os fragmentos em que foi possível proceder a uma classificação tipológica. Apenas em 18,3% (43 indivíduos) das produções itálicas e em 19,3% (34 indivíduos) das produções do sul da Gália foi possível proceder a atribuição formal.

Relativamente à TSI apenas se regista a presença de formas lisas, algumas com decoração aplicada, que se distribuem por um repertório formal pouco extenso. Assinala-se a superior representatividade dos pratos (34 indivíduos) face às taças (9 exemplares). Os pratos fazem-se representar pelas formas Consp. 1 (4 frag.), Consp. 4 (4 frag.), Consp. 18 (9 frag.) e Consp. 20 (o mais abundante com 17 frag.). Nas taças identificaram-se dois exemplares das formas Consp. 23, Consp. 32 e Consp. 35 e um exemplar das taças Consp. 22, Consp. 31 e Consp. 34.

Seguindo as cronologias determinadas por Goudineau (1968), verifica-se que as *formas precoces* apenas se encontram representadas pelo prato Consp. 1 de parede esvasada com bordo de secção semicircular (**Est. XXVII – n.º 1**). Trata-se de uma das formas mais antigas balizada entre 40-15 a.C. (*Conspectus*: 52) e que ainda não tinha sido identificada neste sítio arqueológico. Embora tradicionalmente integrada no grupo das *formas clássicas*, os exemplares dos pratos com bordo de lábio semicircular e parede convexa desta coleção, integrados genericamente na forma Consp. 4, parecem corresponder a uma das suas variantes mais tardias (Consp. 4.6 - (Est. **XXVII – n.º 8**), que podem atingir os meados do séc. I (*Conspectus*: 58). Os restantes pratos configuram

[103] Note-se que não se faz qualquer referência a centros produtores específicos por falta de análises químicas que determinem a origem de cada peça. Nas produções itálicas deverá sublinhar-se a presença de duas marcas de oleiro atribuídas a uma oficina de Arezzo. Relativamente à *sigillata* sudgálica, a observação macroscópica das características da pasta e verniz parece indicar, à semelhança do que já havia sido salientado (Carvalho, 1998: 59), a proveniência exclusiva dos *ateliers* de La Graufesenque. Contudo, a análise realizada é manifestamente insuficiente para se poder determinar a origem com rigor e total segurança.

formas tardias. A forma 18 de Conspectus (prato com base plana e bordo vertical côncavo (**Est. XXVII – n.º 2 e 4**) tem uma maior incidência durante o reinado de Augusto evoluindo (abandona-se a divisão interna do bordo) para a forma Consp. 20 (de longe a mais numerosa do conjunto (**Est. XXVII – n.º 3 e 5**) sobretudo a partir do reinado de Tibério, chegando a atingir os meados do século I (*Conspectus*: 86).

A forma Consp. 22 inicia a sequência das taças, correspondentes aos pratos anteriormente descritos (Consp. 18 e 20), do chamado serviço II de Haltern. A taça de corpo cónico e bordo vertical côncavo, embora se faça representar nesta coleção por um único exemplar (**Est. XXVIII - n.º 2**), é uma das formas melhor representadas em território nacional. Em Conímbriga, esta corresponde à forma 27 de Goudineau, sendo igualmente das mais comuns (Delgado *et alii*, 1975: 16 e pl. V e VI, n.º 101-117). A sua cronologia de produção centra-se entre finais do século I a.C. e inícios do século I d.C. (meados dos reinados de Augusto e Tibério). No final do reinado de Tibério, o seu perfil evolui para a forma Consp. 23. Fundamentamos a classificação das peças incluídas neste lote (**Est. XXVII – n.º 6 e XXVIII – n.º 1**) na verticalidade da parede superior, sem qualquer divisão interna, que contrasta com o perfil troncocónico das taças Consp. 22[104]. Por sua vez, a forma Consp. 31 inicia um conjunto de taças (Consp. 31 a 38), integradas numa *fase tardia*, que expõem diversas soluções ao nível do bordo e perfil da parede. O exemplar figurado (**Est. XXVII – n.º 7**) apresenta perfil biconvexo e decoração de *guilhoché* no bordo, restringindo-se, assim, aos finais do reinado de Augusto e inícios de Tibério (*Conspectus*: 106). Identificaram-se dois exemplares de taça Consp. 32, com bordo aplanado (um com decoração aplicada no topo) e voltado para o exterior (**Est. XXVIII – n.º 3 e 4**). Apesar de surgir com a forma anterior, apresenta uma diacronia de produção mais ampla que poderá transpor o reinado de Tibério (*Conspectus*: 108). As restantes taças identificadas, uma Consp. 34 (**Est. XXVIII – n.º 6**) e duas Consp. 35 (**Est. XXVIII – n.º 5**), poderão abranger uma cronologia mais tardia tendo sido produzidas a partir de finais de Tibério (*Conspectus*: 112).

Ainda no grupo da TSI regista-se a presença de dois fragmentos com marca de oleiro. Atribuímos ambos à oficina de *Publius Cornelius* de Arezzo[105]. Este é, em território português, um dos oleiros com maior volume de produção atribuída, talvez um pouco matizada pela grande longevidade da sua laboração. Ao contrário de grande parte dos oleiros itálicos que cessam a sua actividade antes de 10 d.C., as oficinas deste produtor sobrevivem até 40 d.C. (Silva, 2005: 99). Um dos fragmentos possui no fundo externo (?) uma cartela rectangular de ângulos rectos com uma

[104] No entanto, perante a dificuldade sentida na orientação das peças, por se tratar de fragmentos de pequena dimensão, admite-se que possam integrar as diversas variantes de Consp. 22.

[105] As marcas de oleiro referenciadas são inéditas neste local. Já antes se tinham identificado duas marcas uma da oficina de *Cn. Ateivs*, também de Arezzo, e outra de *Ivnivs*, de Pozzuoli (Carvalho, 1998: 156-157).

marca bilínea, onde se assinala a letras bem definidas e separadas por uma linha auxiliar a seguinte assinatura: [QUARTIO / P.COR] (**Est. XXVIII – n.º 8**). A leitura da segunda linha [P.COR] não apresenta dificuldades e expõe abreviatura muito comum nas oficinas de *Publius Cornelius*. Por outro lado, na primeira linha, o corte superior verificado nas últimas letras coloca, numa primeira análise, algumas dificuldades de leitura. No entanto, estamos convictos de que se trata da impressão de um punção relativo a um dos "dependentes", talvez de estatuto servil, daquele oleiro, de nome *Quartius*. Este encontra-se registado no catálogo de Hofmann (1985: Arezzo, pl. IX, n.º 125). A forma da marca, uma cartela rectangular de duas linhas separadas por um traço (OCK 261), é utilizada sobretudo durante a época de Augusto (Silva, 2005: 110). A marca detectada no segundo fragmento coloca-nos algumas interrogações. Esta localiza-se no fundo interno numa cartela semicircular e encontra-se incompleta (**Est. XXVIII – n.º 7**). A primeira leitura sugere-nos [(…) PCOI]. A primeira e última letra não são de leitura fácil e segura. Questionamos se a última letra não será um R, o que compunha uma das abreviaturas mais recorrentes de *Publius Cornelius*.

O conjunto morfológico de TSS é constituído apenas por sete formas, exclusivamente lisas. O repertório formal contempla modelos pré-flavianos que imitam protótipos itálicos, essencialmente integráveis na designada fase produtiva de *esplendor* (Vernhet, 1979: 18) com cronologia fixada entre 40 e 60 d.C., característicos do período de Tibério-Cláudio. Do mesmo modo que nas produções itálicas, também na TSS se verifica a supremacia dos pratos (20 exemplares) face às taças (14 indivíduos). Entre os primeiros destaca-se a presença maioritária da forma Drag. 15/17 (11 frag.), seguida das formas Drag. 18/31 (6 frag.), Drag. 17B (2 frag.) e Drag. 2/21 (1 frag.). No grupo das taças foi possível discernir as formas Ritt. 8 (6 frag.), Drag. 27 (5 frag.) e Drag. 24/25 (3 frag.).

Os pratos Drag. 15/17 com paredes verticais, molduradas externamente (**Est. XXX – n.º 3**), são os mais numerosos do conjunto. Apesar de imitarem o perfil de protótipos itálicos (Consp. 21), apresentam cronologia de produção ampla, balizada entre a década de 30 e o final do séc. I. No entanto, as peças em análise expõem bordos de perfil moderadamente oblíquo e meia cana relativamente curta parecendo associar-se a uma fase inicial de produção. Pelo contrário, os pratos Drag. 18/31, com perfil simples e bordo boleado (**Est. XXX – n.º 4**), deverão circunscrever-se ao reinado de Cláudio. Um dos exemplares, de difícil classificação devido às suas modestas dimensões, parece tratar-se de um prato Drag. 2/21 de parede rectilínea (**Est. XXX – n.º 1**), forma a que é atribuída uma cronologia tiberiana. Com datação semelhante para o início de produção, embora se possa prolongar até o período claudiano, regista-se a presença de dois exemplares de prato da forma Drag. 17B (**Est. XXX – n.º 2**), com semelhanças nas variantes mais tardias do modelo itálico Consp. 20.

Entre as taças, a forma Ritt 8 (**Est. XXX – n.º 7**) é a mais numerosa, surgindo com o seu típico perfil hemisférico que deriva do modelo itálico Consp. 36. As peças que correspondem à forma Drag. 27 ostentam parede curvilínea, aberta, prolongada por um bordo com igual curvatura e inclinação (**Est. XXX – n.º 6**). Embora seguramente de tradição itálica, poderão datar do amplo período que medeia os finais do reinado de Augusto e o final do séc. I. Os dois exemplares de taça Drag. 24/25 (**Est. XXX – n.º 5**) apresentam a habitual decoração em guilhoché que possibilita atribuir uma cronologia anterior à época de Cláudio-Nero.

Apenas se identificou uma marca na superfície externa de um fragmento de fundo. No selo, incompleto, em cartela rectangular de ângulos arredondados, pode ler-se [CRESTI (…)] (**Est. XXX – n.º 8**). Proveniente da oficina de *Crestus* (ou *Crestius*)[106], de La Graufesenque, a sua produção é usualmente datada da época de Cláudio - Vespasiano.

Campanha arqueológica / Área especifica de proveniência	TS itálica		TS sudgálica	
	Total Frag.	Com Forma	Total Frag.	Com Forma
1989/1990 – Piso inferior Crpt. (C9 – 02 e 04)	5	1	22	2
1992-98 – Abside da basílica (Sector A – Carvalho, 1998)	105	37	102	34
1992-98 – Ala sul Crpt. (Sector C – Carvalho, 1998)	188	43	127	51
2006-08 – Ala sul Crpt. (Sector C – I)	218	37	148	31
2006-08 – Área central (Sector C – III)	9	3	5	1
2006-08 – Piso inferior Crpt (Sector B – sond. 2)	-	-	1	-
2006-08 – Área nascente (Sector D – II – sond. 2)	1	-	-	-
2011 – Área nascente (Sector D – II – sond. 3)	2	2	-	-
Total	528	123 (23,3%)	405	119 (29,4%)

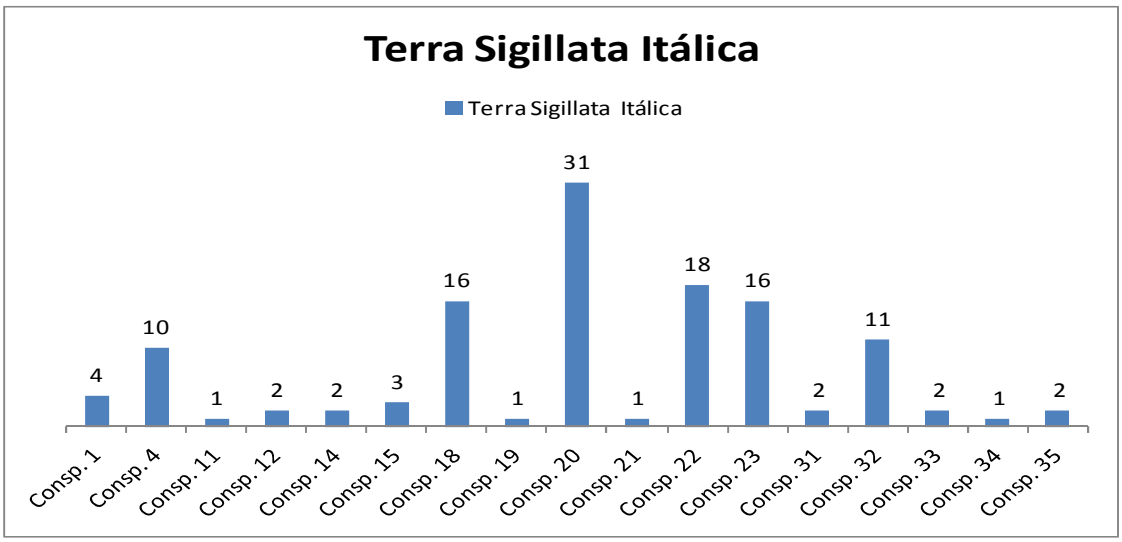
Quadro 9 – Total de frag./produções de *terra sigillata* exumada nos níveis de construção do complexo forense de meados do séc. I d.C. em todas as intervenções arqueológicas realizadas no MNMC.

O conjunto inédito de *terra sigillata* analisado vem novamente comprovar e reforçar o que já antes havia sido constatado por Pedro Carvalho (1998). Verifica-se uma maior representatividade de TSI (**Quadro 9**) e a total ausência de *terra sigillata* hispânica (TSH). Todas as formas integradas nas produções do sul da Gália correspondem a formas de imitação de protótipos itálicos que se

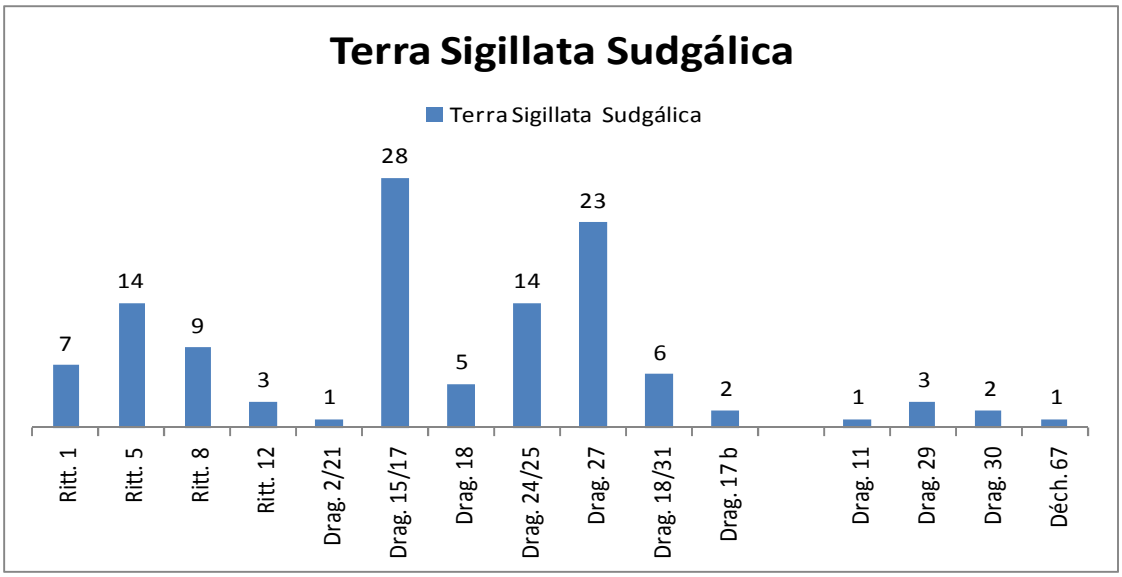
[106] A mesma marca tinha já sido identificada neste local durante as campanhas de 1992-98 (Carvalho, 1998: 157)

enquadram, segundo Alain Vernhet (1979: 18), nas fases ditas *primitivas* (20-40 d.C.) e de *esplendor* (40-60 d.C.). A ausência de formas integráveis nos serviços flavianos (**Quadros 10 e 11**) (Vernhet, 1976) constitui um factor decisivo para delimitar o âmbito cronológico destes contextos de recolha. Por conseguinte, uma vez que correspondem em exclusivo aos níveis de construção associados à ampliação do criptopórtico e fórum, parece possível confirmar novamente a datação antes avançada por Pedro Carvalho (1998: 180). A ampliação do complexo forense deverá fixar-se em meados do séc. I d.C., provavelmente durante o principado de Cláudio e nunca posterior a Nero.

Em baixo, deixamos uma relação do universo de *terra sigillata* (inclusive o grupo estudado por Pedro Carvalho (1998) proveniente dos níveis de construção do 2º fórum de *Aeminium* e no qual baseamos esta interpretação de índice cronológico.



Quadro 10 – Distribuição das formas de terra sigillata de tipo itálico



Quadro 11 – Distribuição das formas lisas e decoradas de terra sigillata sudgálica

A.2.2. Ânforas

O conjunto de fragmentos de ânfora recolhido nestes contextos é pouco numeroso. Embora se tenham recolhido vários fragmentos indiferenciados de bojo deste tipo de recipientes, apenas 5 elementos permitem uma classificação segura.

Todos os exemplares identificados incluem-se no grupo das produções peninsulares. Destaca-se a presença maioritária (com dois indivíduos cada) dos contentores associados ao transporte de preparados piscícolas – Dressel 7-11 (Beltrán I) e Dressel 14 (Beltrán/Parker IV B). Os primeiros, de bocal largo e esvasado (**Est. XXXVI – n.º 3 e 4**), parecem corresponder à forma A da Classe 17. Os segundos deverão integrar-se na Classe 20/21 (**Est. XXXVI – n.º 5**), sendo usualmente considerados os primeiros produzidos na Lusitânia destinados ao transporte e comercialização de *garum*, inscrevendo-se numa cronologia de produção ampla que se terá iniciado a partir dos inícios do séc. I, prolongando-se ao longo de todo o séc. II.

Realce-se ainda a presença de dois bicos fundeiros [C-I-2 32] de difícil atribuição tipológica e de um fragmento de asa bífida [C-I-2 34] cuja análise nos permitiu classificar como pertencente a uma ânfora Haltern 70 (= Classe 15). Esta peça apresenta uma pasta branca/amarelada, típica das produções da Bética. Este tipo de contentores, utilizados para o transporte de vinho, apresentam uma cronologia de circulação que medeia a 2ª metade do séc. I a.C. e meados do séc. I d.C.

Embora escasso e revelando fraca diversidade de produções, o material anfórico classificado assume particular relevância uma vez que põe novamente em evidência os centros de origem privilegiados. Por outro lado, do ponto de vista cronológico, qualquer um dos tipos de ânfora identificados enquadra-se perfeitamente na época de construção estimada para a ampliação do complexo forense, já antes enunciada.

A.2.3. Outras

Os níveis estratigráficos em estudo proporcionaram ainda a recolha de vários fragmentos de cerâmica de paredes finas. No entanto, parte muito significativa do lote não permite atribuição formal. Apresentam sempre uma pasta muito fina e homogénea, de fractura rectilínea, oscilando a cor entre o ocre claro e o bege. O engobe é alaranjado, matizado por vezes com uma tonalidade acastanhada, e quase sempre com reflexos metálicos. Todos os fragmentos apresentam decoração com areia na superfície externa. Apenas se isolaram dois fragmentos com forma que correspondem a taças do tipo Mayet XXXVII (**Est. XXXIX – n.º 1 e 2**), com lábio ligeiramente espessado para o interior. Ambas possuem decoração arenosa na face externa, salvo numa franja situada abaixo do bordo (no primeiro caso (**Est. XXXIX - n.º 1**) uma fina moldura separa o bordo liso da pança

decorada). Ao nível da decoração parecem incluir-se na variante 1a por apenas contarem com decoração na superfície exterior. Este modelo, considerado o mais abundante e genuíno destas produções hispânicas, é datável de meados do séc. I d.C. (López Mullor, 1989: 176).

Contabilizaram-se escassos fragmentos de lucernas em cerâmica (discos, asas, *infundibulum*, bases…) que nunca permitiram uma classificação tipológica. No entanto, com base nas características da pasta e do engobe, podemos agrupá-los em três fabricos distintos. O mais numeroso caracteriza-se por possuir uma pasta de cor branco-amarelada, bem depurada, sem qualquer tipo de revestimento. O segundo corresponde a uma produção bastante cuidada, moldada, de paredes muito finas e regulares. Apresenta uma pasta de cor bege-amarelada, bem depurada, e um engobe muito aderente, homogéneo e brilhante, em tons alaranjados matizados com manchas acastanhadas. Associado a este fabrico destacamos um fragmento de disco que dispõe de decoração em alto-relevo de uma representação de Eros numa biga (**Est. XXXVIII – n.º 1**). O último conjunto, apenas representado por um exemplar (**Est. XXXVIII – n.º 2**), exibe um fabrico mais grosseiro que os anteriores, associado a pasta de cor castanho-alaranjada, de matriz calcítica, compacta.

Por fim, destaca-se a presença de um almofariz de bordo esvasado com espessamento interno e externo marcado por ressalto (**Est. XL – n.º 4**). A linha de fractura encontra-se imediatamente abaixo do bordo impedindo descortinar a possível existência, na face interna, do típico estriado. As características da pasta, medianamente compacta e de coloração branco-amarelada, aproximam este exemplar das produções originárias da Bética. Assemelha-se a outros recipientes recolhidos em Conímbriga (Alarcão *et alii*, 1976: planche XVII –n.º7).

B. do quarteirão urbano poente

B.1. Cerâmica doméstica comum

As 73 peças (NMáxR) de cerâmica comum identificadas nos níveis de construção do fontanário e cloaca *maxima* durante as intervenções realizadas no antigo logradouro do paço episcopal (sector B) em 2003 e 2006-08 continuam a evidenciar a presença do mesmo tipo de fabricos e formas já antes constatadas nos níveis contemporâneos (de meados do séc. I d.C.) registados no interior do fórum e criptopórtico. Não obstante, saliente-se a ausência de exemplares integrados nos fabricos A4 e B2. A cerâmica cinzenta (B1 – 30,1%) e a cinzenta fina polida (B3 – 28,7%) continuam a ser preponderantes (**Quadro 12**). No entanto, surgem pela primeira vez referenciadas as cerâmicas calcíticas (grupo C - 19NMI – 26%), ausentes nos contextos coetâneos registados no interior do complexo forense.

A cerâmica alaranjada (A1) continua a ser minoritária (5,6%) e a fazer-se representar unicamente por peças integradas no serviço de mesa. Destaca-se a presença de duas bilhas de gargalo moldurado curto (**Est. V – n.º 1 e 2**). Regista-se ainda a presença de uma tigela/prato com bordo espessado internamente (**Est. V – n.º 7**) e um pequeno pote com lábio amendoado (**Est. V – n.º 5**).

A cerâmica alaranjada grosseira (A2) faz-se de novo representar por grandes contentores de armazenamento tipo *dollium*. Estes podem apresentar lábio aplanado (2 NMáxR - **Est. VIII – n.º 6**), bordo revirado mais (2 NMáxR – **Est. VIII – n.º 5**) ou menos desenvolvido (3 NMáxR - **Est. VIII – n.º 7**).

Fabricos	NMáxR	%
A1 Cerâmica alaranjada	4	5,6%
A2 Alaranjada grosseira	7	9,6%
B1 Cerâmica cinzenta	22	30,1%
B3 Cer. cinzenta fina polida	21	28,7%
C Cerâmica calcítica	19	26%
Total	73	100%

Quadro 12 – Níveis de construção do fontanário e *cloaca maxima* (Sector B) de meados do séc. I d.C. – distribuição do NMáxR por fabrico.

A cerâmica cinzenta (B1) identificada não se distingue da que tem já sido posta em evidência. Continuam a prevalecer os serviços de cozinha constituídos por panelas/potes de bordo extrovertido com lábio boleado (5 NMáxR - **Est. XVIII – n.º 1**) ou triangular (15 NMáxR - **Est. XVIII – n.º 2**). Refira-se, no entanto, a presença de um exemplar inédito com bordo extrovertido de lábio boleado, canelura no ombro e fundo plano (**Est. XVIII – n.º 3**). Apesar de não termos obtido colagens, parece-nos credível que este recipiente dispusesse de duas asas. Foi ainda possível identificar um exemplar que se poderá integrar no grupo dos grandes potes com bordo vertical (**Est. XVIII – n.º 4**). Para além destes, destaca-se uma peça circular com o grafito [P] em ambas as faces, talvez utilizada como peça de jogo (**Est. XVIII – n.º 5**).

A cerâmica cinzenta fina polida (B3) constitui um grupo bem representado, figurando essencialmente os típicos potes/potinhos de perfil em S, com bordo simples extrovertido (20 NMáxR – **Est. XXIII – n.º 2 e 3**). Vários exemplares ostentam padrões brunidos (**Est. XXIII – n.º 4 e 5**) e as asas, que arrancam sempre (ou quase sempre) do bordo, são maioritariamente em rolo (raras

vezes de duplo rolo geminado – **Est. XXIII – n.º 7**) e menos frequentemente em fita. Destaca-se, pela singularidade da forma, um fragmento de bilha ou garrafa de gargalo curto e asa em fita, imediatamente abaixo do bordo (**Est. XXIII – n.º 1**). Refira-se ainda a presença de um fundo grafitado onde se pode ler [GARANI] (**Est. XXIII – n.º 6**).

A cerâmica calcítica integra peças do serviço de cozinha como as panelas (11 NMáxR) ou os pratos/frigideiras (3 NMáxR) e contentores de armazenamento – grandes potes (5 NMáxR). Distinguem-se três modelos de panelas. O mais frequente (7 NMáxR) corresponde a exemplares com bordo extrovertido e lábio boleado com espessamento externo (**Est. XXIV – n.º 3**). Outro tipo (3 NMáxR), que passará a ser predominante nos contextos mais tardios, possui bordo dobrado sobre o ombro (**Est. XXIV – n.º 4**). Apenas um exemplar apresenta bordo extrovertido em fita (**Est. XXIV – n.º 5**). Relativamente aos pratos/frigideiras identificaram-se duas variantes distintas: uma de bordo amendoado introvertido (1 peça - **Est. XXIV – n.º 1**) e outra de bordo aprumado com lábio arredondado (2 peças - **Est. XXIV – n.º 2**). Por fim, os grandes potes revelam perfis com bordo simples extrovertido (**Est. XXIV – n.º 6**).

B.2. Cerâmicas importadas

A escavação de contextos associados aos níveis de construção da 2ª fase no gaveto da R. Borges Carneiro /Beco das Condeixeiras (Sector A) forneceu vários fragmentos de *terra sigillata*, unicamente de fabrico itálico e sudgálico, que permitem refinar a cronologia desta grande reestruturação do quarteirão urbano a poente do complexo forense. Apesar de se tratar, em grande medida, de um conjunto de fragmentos informes, foi possível determinar a forma de alguns exemplares. Relativamente às produções itálicas, refira-se a recolha de uma taça da forma Consp. 23 (**Est. XXIX – n.º 2**) já antes identificada nos níveis de construção do segundo fórum aeminiense. Para além desta, destaca-se pelo seu ineditismo relativamente ao conjunto anteriormente apresentado, um prato da forma Consp. 12 (**Est. XXIX - n.º 1**). Esta forma que corresponde ao tipo 15 e 17 de Goudineau está entre a *sigillata* itálica mais comum em Conímbriga (Delgado *et alii*, 1975: 13 e pl. III e IV, n.º 28-54). Atribui-se-lhe um curto período de produção, entre 15 e 10 a.C. Quanto aos serviços sudgálicos regista-se a presença de um conjunto de formas já antes referenciado e constituído por duas taças Drag. 24/25 (**Est. XXXI - n.º 4**) e outra Drag. 27 (**Est. XXXI - n.º 5**) e um prato Drag. 15/17 (**Est. XXXI - n.º 1**).

Destaca-se por fim a identificação de um fragmento de bocal de ânfora que parece corresponder ao tipo 1 da tabela de Dressel (**Est. XXXVI – n.º 2**). As características do lábio apontam para uma possível integração na variante Dr. 1A (= classe 3). A abundância de partículas negras vulcânicas visíveis na sua pasta aponta para uma provável proveniência campaniense. Estas

produções itálicas, associadas ao transporte e comercialização de vinho, terão começado a produzir-se nos inícios do último terço do séc. II a.C., sendo sucessivamente substituídas por outro tipo de contentores a partir da 2ª metade do séc. I a.C.

Com efeito, os níveis de aterro (com restos do processo de construção) que envolviam essas estruturas, depositados aquando da sua construção (e consequente destruição das estruturas da 1ª fase), forneceram um conjunto de materiais que permite sugerir os meados do séc. I d.C. como data de arranque deste alargado processo de obra.

O espólio cerâmico exumado na sondagem 1 realizada em 2006-08 no antigo logradouro do Paço Episcopal (Sector B) revela semelhanças notórias com o material dos níveis coetâneos do Sector A, conferindo consistência à cronologia avançada para a construção da *cloaca maxima*. De facto, os serviços importados identificados nos aterros que envolviam aquela estrutura e depositados aquando a sua construção (u.e.^{s} 06, 06a, 07) são, *grosso modo*, idênticos aos que têm vindo a ser enunciados. Como se poderá constatar, as datações sugeridas apontam para uma cronologia de construção seguramente pré-flaviana que não deverá ultrapassar a governação de Cláudio/Nero.

Foram recolhidos onze exemplares de *terra sigillata* itálica e apenas um de produção sudgálica. Trata-se essencialmente de fragmentos de pequena dimensão e maioritariamente informes. Ainda assim foi possível classificar, com as devidas reservas, alguns recipientes. No que respeita às formas das produções itálicas sobressai, pela sua singularidade, o fragmento de bordo que (com algumas dúvidas) poderá figurar um cálice Consp. R.2.2., com bordo pendente e destacado da parede (**Est. XXIX – n.º 3**). A confirmar-se, acrescente-se que a cronologia apontada para esta peça vai de meados a finais do reinado de Augusto (*Conspectus*: 168). As outras formas identificadas reportam-se ao prato Consp. 20 (**Est. XXIX – n.º 4**) e a uma taça Consp. 23 (= Goudineau 40) (**Est. XXIX – n.º 5**) cujo perfil dominará a produção itálica a partir de 15 d.C. Destaca-se ainda a recolha de um fundo com marca de oleiro *in planta pedis* na superfície interna com a leitura [SAFEI] (**Est. XXIX – n.º 6**). Este fragmento, cuja forma não se determinou, será proveniente da oficina de *Saufeius*, de Arezzo, cuja produção não se prolonga para lá do reinado de Augusto. Encontramos um selo semelhante no catálogo de Hofmann (1985: Arezzo, pl. XIV, n.º 274.6).

O único elemento de fabrico sudgálico encontra-se fragmentado na zona do lábio. No entanto, o perfil remanescente sugere que possa pertencer a uma típica taça Drag. 24/25. O que resta do bordo apresenta decoração em guilhoché, enquadrando-o, genericamente, entre os reinados de Tibério e Cláudio.

No que concerne ao material anfórico e embora surjam neste aterro vários fragmentos de bojo e um fragmento de asa, apenas um bocal permite uma classificação segura. Este parece proceder de uma ânfora vinária de tipo Haltern 70 (**Est. XXXVI – n.º 6**). Estas produções de pasta clara, originárias da Bética, apontam para uma cronologia de circulação que medeia a segunda metade do século I a.C. e os meados do século I d.C.

Alude-se, por último, à recolha de outro tipo de peças de produção não local ou regional. Para além de três fragmentos de cerâmica de paredes finas e um fundo de lucerna inclassificáveis, referem-se dois exemplares de almofariz com superfície interna áspera devido à aplicação de areias antes da cozedura. Uma das peças apresenta bordo em forma de aba abaulada, pança curva e fundo plano com ligeiro pé (**Est. XL – n.º 2**). Tem uma pasta compacta com elementos não plásticos de pequeno calibre bem distribuídos, superfícies alisadas e tonalidade bege. Ostenta estreita semelhança com o n.º 54 de Conímbriga (Alarcão et *alii*, 1976: planche XIX), ali datado da segunda metade do séc. I – primeiro terço do século II d.C. Tudo indica ser um recipiente de origem bética com afinidades com a forma Dramont D1. Assemelha-se aos almofarizes de produção bética encontrados em *Bracara Augusta* e integrados por R. Morais (2004: 567-568) no grupo I a que atribui uma cronologia júlio-claudiana.

O outro almofariz é, em termos formais, semelhante ao anterior, divergindo no desenho de pormenor do bordo (**Est. XL – n.º 1**). No entanto, distingue-se em termos tecnológicos por apresentar pastas de tonalidade muito negra, apesar do tom laranja das superfícies.

Assinale-se ainda um grande prato em cerâmica de engobe vermelho de tipo pompeiano. Tem pasta compacta com e.n.p. de pequeno calibre e bem distribuídos, de tonalidade cinzenta. As superfícies foram polidas, estando a face interna e o dorso do bordo revestidos com engobe avermelhado (**Est. XXXIX – n.º 3**). Este prato corresponderá a uma reprodução (imitação) da forma 6 de Aguarod (= Oberaden 21, Luni 5). O perfil da parede e a ligeira inflexão do lábio levam-nos a incluí-lo no grupo A de *Conimbriga* (Alarcão *et alii*, 1976: 52; planche XII, n.º 8 a 11) e no grupo I de *Bracara Augusta* (Delgado e Morais, 2009: 47-49). Esta parece ser a forma dominante, não só em Conímbriga mas também um pouco por todo o território português, em locais onde se encontra documentado este tipo de cerâmica como é o caso, por exemplo, de Lisboa (Fernandes e Filipe, 2007), Santarém (Arruda e Viegas, 2002), Braga (Delgado, 1994) ou *Ammaia* (Dias, 2014) entre outros. Nas anteriores intervenções no fórum de *Aeminium* tinham já sido identificadas outras duas peças semelhantes (Carvalho, 1998: 79-80), bem como um prato da mesma forma na campanha arqueológica de 2000 (que incidiu no lado norte do logradouro) agora dado à estampa (**Est. XXXIX – n.º 4**). A forma 6 original é uma produção iniciada na Campânia a partir da época de Augusto e que perdura até ao final da última metade do séc. I d.C. (Aguarod Otal, 1991, 77-78).

Os contextos estratigráficos até agora analisados e associados ao arranjo urbanístico envolvente do complexo forense continuam a integrar um horizonte cronológico estreitamente associado ao processo de ampliação do *fórum*, com materiais datáveis que continuam a apontar uma cronologia pré-flaviana para o início desse extenso programa arquitectónico. A este propósito, porém, não podemos deixar de mencionar o aparecimento de um conjunto de materiais dissonantes da realidade até agora constatada, nos níveis que associamos à construção do fontanário romano localizado na fachada poente do criptopórtico. De facto, para além das produções em TSI (11 fragmentos disformes) e de dois pratos sudgálicos (Drag. 18, 18/31 – **Est. XXXI – n.º 3 e 2**) identificou-se um lote composto por 97 fragmentos (de reduzida dimensão) de *terra sigillata* hispânica. Estas peças destacam-se pela excelência do fabrico, ostentando um verniz vermelho bastante vivo e brilhante, em tudo semelhante àquele que é designado por "grupo B" das *sigillatas* hispânicas de *Conimbriga* (Delgado *et alii*, 1975: 155), e poderão documentar as primeiras remessas das produções hispânicas chegadas a *Aeminium*. Para além dos fragmentos (**Est. XXXII – n.º 3 a 6**) que poderão pertencer a formas decoradas (Drag. 29, 29/37, 37), apenas foi possível classificar uma taça Drag. 15/17 e um prato da forma Hisp. 7 (**Est. XXXII – n.º 1**).

Fica assim a interrogação se os níveis estratigráficos de recolha destas peças, que de início foram associados ao processo de ampliação do criptopórtico (e de arranjo do *decumanus* que o circundava), não estarão antes relacionados com intervenções ou arranjos pontuais feitos posteriormente no local ou testemunhar a finalização do processo de obra nessa área – ocorrido, provavelmente, mais de uma década após o seu início.

1.2.4. Os níveis de abandono e destruição

Os vestígios que documentam a fase propriamente dita de ocupação do complexo forense de *Aeminium* são escassos, ao passo que os seus níveis de destruição e abandono se revelaram apenas muito pontualmente. Por sua vez, os séculos que imediatamente se seguiram à ocupação romana teimaram em não se mostrar nas sequências estratigráficas documentadas. Contudo, face à importância da cidade antiga e ao que se conhecia para *Conimbriga*, supunha-se que esta ausência fosse apenas aparente. Não era de todo credível que este lugar, situado no epicentro da cidade antiga, se tivesse tornado subitamente ermo após tão marcante presença. De facto, o estudo das diversas ocupações do espaço do fórum de *Aeminium* confronta-se com um conjunto específico de problemáticas de certo modo transversais à arqueologia urbana e, sobretudo, a certo tipo de sítios com lata diacronia ocupacional. Neste caso em particular, verificou-se que os diversos níveis de ocupação, abandono ou destruição foram sendo sucessivamente limpos, apagados ou então reintegrados em novas construções por vezes muito posteriores. Contudo, o estudo mais

circunstanciado das últimas campanhas arqueológicas realizadas neste local, assim como o reexame das intervenções mais antigas (mediante o exame dos lotes cerâmicos ainda não estudados), permitiu descortinar e juntar todo um conjunto de materiais e de sequências estratigráficas que, apesar de frequentemente ténues e desconexos, depois de uma análise pormenorizada, testemunham um tempo centrado entre os finais dos séculos IV e os inícios do VI. Comprova-se, deste modo, a continuidade de ocupação deste local em período tardio e revela-se um outro tempo que marcou a desativação do fórum e acompanhará a sua ruína. Estes novos dados, ainda que não possibilitem um desenho mais detalhado desta outra fase que se estende pela Antiguidade Tardia, permitem revelar melhor os traços quer do período tardo-antigo de uma região ainda com escassos indicadores, quer de uma cidade onde se desconhecia registo coevo, pelo menos publicado.

Efectivamente, apenas se identificaram três núcleos estratigráficos de cronologia tardo-antiga na extensa área sondada que, por vicissitudes várias, permaneceram selados até aos nossos dias. Referimo-nos, concretamente, aos níveis de destruição/abandono das estruturas (da 2ª fase) que ladeavam o *decumanus* no gaveto da R. Borges Carneiro (Sector A), aos níveis de abandono do fontanário romano, adossado à fachada poente do criptopórtico (Sector B), e a certos níveis de aterro registados no espaço ocupado pela antiga igreja românica de S. João de Almedina (área nascente (sector D-II-2 e 3). Para além destes, deverá fazer-se referência a um conjunto de cerâmicas finas tardias proveniente de outros dois pontos de recolha (ainda que, para ambos, o suporte estratigráfico não seja seguro): dos terraplenos de colmatação das galerias do piso superior do criptopórtico e da zona norte do logradouro do paço episcopal (campanha de 2000).

1.2.4.1. Cerâmica fina tardia exumada nos aterros do piso superior do criptopórtico

Como foi anteriormente referido (cap. II.2.1.1), durante os trabalhos de desaterro do piso superior do criptopórtico (realizado, faseadamente, entre 1929 e os finais da década de 1960) foram recolhidas, dos entulhos removidos, algumas peças tidas por mais significativas. Entre estas destacam-se vários fragmentos escultóricos e elementos arquitectónicos de época romana (de que se fará nota no cap. III.3.1 e III.4.1 respectivamente) procedentes do fórum (Oleiro, 1955-56, p. 156-157), revelando assim que o próprio criptopórtico terá sido um dos principais vazadouros do processo de desmantelamento do complexo forense.

A cerâmica de época romana revelou-se escassa, sendo principalmente composta por material de construção (Oleiro, 1955-56: 156). Neste conjunto, porém, identificaram-se dois magníficos exemplares de cerâmica fina tardo-romana. Trata-se de dois fragmentos de fundo de TS Africana que se destacam pelos seus atributos decorativos. O de maior dimensão – TSA D1 (**Est. XXXIV - n.º**

5), possivelmente um prato da forma Hayes 59 ou 61 (provavelmente oriundo do território em torno de Cartago), apresenta decoração disposta em banda à base de palmetas com nervura central, alternando com um motivo de três círculos concêntricos – estes correspondem a motivos típicos do *Style* A(i)-(ii) de Hayes que se enquadram numa cronologia balizada entre meados do séc. IV e inícios do séc. V (Hayes, 1972). O outro fragmento de fundo, mais reduzido, apresenta decoração ligeiramente diferente (**Est. XXXIV - n.º 6**), ou seja, neste caso, os motivos, de maior dimensão, compreendem palmetas de nervura central que alternam com grandes rosetas de oito folhas. A sua aparência (bem como o seu tamanho e forma) leva-nos a vinculá-lo à oficina de El Mahrine ou a uma das que gravitavam em seu torno. As palmetas parecem assemelhar-se ao motivo EM. 3.2 e as rosetas estão muito próximas (mas não idênticas) das que se encontram também documentadas neste centro oleiro – motivos EM. 134/136 (Mackensen, 1993). Estes motivos associam-se ainda ao *Style* A(iii) de Hayes (1972) e, por conseguinte, fornecem uma datação centrada na primeira metade do séc. V. Face à espessura do fundo, afigura-se muito provável que possa pertencer a uma grande tigela da forma Hayes 67.

Estas duas peças poderão eventualmente testemunhar o momento (primeira metade do séc. V?) a partir do qual as galerias do piso superior do criptopórtico foram sendo preenchidas com detritos e restos do fórum em ruína. Contudo, o carácter residual da amostra e o desconhecimento do seu rigoroso contexto estratigráfico de achado dificultam a fixação do momento em que as galerias começaram a receber entulhos com base unicamente nesta informação. Com efeito, e não obstante Bairrão Oleiro (1955-56: 155) afirmar, a dado passo, que "os achados mais antigos e mais importantes" (fragmentos escultóricos de época romana) foram exumados numa camada mais profunda (sobre o pavimento das galerias) com cerca de 0,50 m de espessura, não temos dados que nos permitam associar estas ou outras cerâmicas a tal nível estratigráfico que marcaria esse momento inicial de colmatação daquele espaço.

Para além dos exemplares de cerâmica fina deverá fazer-se igualmente referência a um conjunto, escasso, de outras peças de datação romana que se encontravam junto àquelas, embora neste caso seja impossível atribuir-lhes uma cronologia.

Em primeiro lugar, destaca-se um almofariz de parede quase recta e esvasada, superfície interna estriada e bordo com lábio em "martelo" (**Est. XL – n.º 3**). Apresenta pasta pouco compacta de tonalidade clara (amarelada) de origem, provavelmente, bética. Assemelha-se à forma IV-A-2 de S. Cucufate (Pinto, 2003: 260-262, fig. 164) a que se atribui genericamente uma cronologia (não exclusiva) alto imperial.

Isolou-se, de igual modo, um conjunto de sete pratos, todos incluídos no fabrico A1 (cerâmica alaranjada), com parede arqueada e bordo simples (**Est. VI – n.º 1 e 2**) ou introvertido (**Est. VI – n.º 3 e 4**).

Por último, contempla-se a presença de três potes/panelas em cerâmica calcítica (grupo C) onde figura um modelo com bordo extrovertido e colo curto (**Est. XXV – n.º 1**) e outros dois, mais característicos, com bordo dobrado sobre o ombro (em forma de rim).

1.2.4.2. Cerâmica fina tardia recolhida na zona norte do logradouro do paço episcopal

No chamado logradouro do paço episcopal (na zona norte exterior poente contígua ao edifício do criptopórtico), registou-se um conjunto de cerâmica fina tardia em deposição secundária. Como foi já mencionado, a campanha realizada no ano 2000 no lado norte deste espaço colocou a descoberto uma estrutura romana rectangular (revestida a *opus signinum*) parcialmente refeita em época alto-medieval e posteriormente soterrada por volumosos e extensos aterros de época moderna. O espólio tardo-antigo aqui recolhido é proveniente de estratos muito revolvidos e com várias intrusões de períodos posteriores. De todo o modo, não obstante esta perturbação, a presença de elementos tardo-antigos, importados do Mediterrâneo, como sejam as *sigillatas* africanas e as focenses, acaba por denunciar a integração de Coimbra nos circuitos económicos consolidados no litoral hispânico durante este período, revestindo-se também de particular interesse articular mais adiante estes dados com aqueles provenientes dos contextos selados onde coexistem outros fabricos de origem local ou regional.

Desta área em particular provêm dois fragmentos africanos e três focenses. Entre os fabricos africanos encontra-se o bordo de um atípico exemplar da forma Hayes 58 (**Est. XXXIV - n.º 1**) na sua variante A (Hayes, 1972), possivelmente produzido na zona sul de Tunes (*Bizacena*) e incluído na sub-produção C3 africana. Mais comum é o prato da forma Hayes 59A (**Est. XXXIV - n.º 2**) do fabrico D1 (norte de Tunes). Este corresponde a uma das formas mais típicas da produção africana, sendo em certos contextos a mais frequente, como se observa em Braga (Delgado *et alii*, 2014) ou mesmo em *Conimbriga* (Delgado *et alii*, 1975). Para a fachada atlântica, estas duas formas em TSA podem ser associadas, sem reservas, a um contexto da segunda metade do séc. IV (Fernández Fernández, 2014). As restantes peças importadas documentadas correspondem a *sigillatas* focenses *(LRC)*. O único bordo conservado corresponde a uma tigela da forma Hayes 3 (**Est. XXXIV - n.º 3**), na sua variante C, datada de finais do séc. IV (Hayes, 1972). O fundo com pé conservado (**Est. XXXIV - n.º 4**) deve pertencer a outro indivíduo da mesma forma (Hayes 3), ainda que não seja possível determinar a sua variante. Ambos os indivíduos estabelecem correspondência com o fabrico do Grupo 1 de Vigo, caracterizado pela sua dureza, pela presença de partículas de

carbonato de cálcio e cor vermelho-acastanhado ou mesmo púrpura (Fernández Fernández, 2014: 223-224). Este não será o caso do outro fundo decorado (**Est. XXXIV - n.º 7**) que devemos antes incluir no Grupo de fabrico 2 de Vigo, composto por peças de pastas mais brandas, alaranjadas e sem inclusões observáveis à vista desarmada (*Ibid.*). A peça de *Aeminium* apresenta um motivo zoomórfico (uma lebre correndo – **Est. XXXIV - n.º 7**), estampada em posição central, compondo provavelmente a única decoração de um prato que corresponderá, seguramente, a outro indivíduo da forma Hayes 3. O desenho não encontra paralelos entre os publicados por J. Hayes (1972), ainda que se possa perspetivar como uma nova variante do Motif 35 (Hare) (*Ibid*., fig. 74-75). Este motivo pertence ao Grupo II ou aos inícios do Grupo III, podendo apresentar, por conseguinte, uma cronologia ampla, entre c. 440 e os inícios do séc. VI (*Ibid*.: 349) – as suas dimensões e disposição, porém, levam-nos a integrá-lo (seguindo de perto o próprio Hayes) num momento de finais do séc. V, coincidindo com a fase final do uso do punção, o qual não deve ir muito além dos inícios do séc. VI (*Ibid*.: 357).

Em suma, o conjunto de materiais tardo-antigos exumado neste local apresenta uma diacronia, balizada por um grupo africano da segunda metade do séc. IV e um grupo focence da segunda metade do séc. V e dos inícios do VI. Se cruzarmos este arco cronológico com os indicadores fornecidos pelos dois fundos recolhidos no criptopórtico, é possível avivar os traços de uma sequência quase completa entre c. 350 e c. 500 d.C.

1.2.4.3. Os níveis de destruição/abandono das estruturas da 2ª fase construtiva do sector A (gaveto da R. Borges Carneiro)

No canto noroeste da área escavada no gaveto da R. Borges Carneiro (Sector A), delimitou-se parte de um estrato[107] perturbado pelas fundações do prédio de habitação de época contemporânea que circunscreve todo este espaço a norte, que deverá corresponder ao nível de destruição /abandono das estruturas romanas que ladeavam o *decumanus* e condizentes com a 2ª fase construtiva aqui identificada. A obtenção de cronologia foi, neste caso, favorecida pela recolha de um conjunto de sete numismas (um *follis* de Constantino Augusto datado de 330-337 e um pequeno tesouro constituído por seis bronzes (Ae II) cuja série termina em 388 (Cf. anexo 3.1 - quadro VI) e que sugerem uma deposição posterior aos finais do séc. IV.

O material cerâmico recuperado era composto, para além de um conjunto de cerâmica comum incaracterística, por 18 fragmentos de *terra sigillata* (2 de fabrico sudgálico e 16 de produção hispânica). Embora sem bordo, mas dotado de um perfil biconvexo, pensamos que um dos fragmentos sudgálicos poderá pertencer a uma taça Drag. 27. Entre as produções hispânicas

[107] Trata-se da u.e. 03 da sondagem 3 realizada na campanha de 2006-08.

destaca-se a presença de três fragmentos de taças Drag. 27 (**Est. XXXIII – n.º 3**) (que pode perdurar por um período longo (século I a IV), dois de tipo Drag. 24/25 (**Est. XXXIII - n.º 2**) (que atingirá, em alguns contextos, o século III) e um fragmento de um prato de parede convexa da forma Drag. 18 (**Est. XXXIII - n.º 4**). Para além destes, sobressai um bocal de ânfora piscícola, de produção lusitana, da forma Almagro 51C (**Est. XXXVII – n.º 3**). Estes contentores, típicos do período baixo imperial, terão circulado dos finais do século II ao século IV d.C., integrando-se perfeitamente no âmbito cronológico projectado pelas numismas recuperadas.

1.2.4.4. Os níveis de abandono do fontanário romano

Aquando da sua descoberta, parte da conduta (de abastecimento de água) e tanque do fontanário romano (adossado à fachada ocidental do criptopórtico) encontravam-se preenchidos por aterros que se estendiam parcialmente para o seu exterior (**Fig. 142-D**). Os níveis de "condenação" deste equipamento marcam, claramente, o seu abandono (e pós-abandono). Este conjunto de estratos, inscrito no horizonte de abandono e destruição do fórum, caracterizava-se pela sua cor escura (com cinzas disseminadas nos sedimento soltos) e pela presença de grande quantidade de pedras, cerâmica de construção (incluindo tijolos de quadrante) e *tesselae* (estes últimos possivelmente provenientes de espaços residenciais vizinhos do fórum). O núcleo central do espólio aqui em análise é oriundo precisamente desta sequência estratigráfica[108].

Neste tipo de contextos é frequente encontrarem-se materiais considerados residuais (de cronologia anterior) cuja presença se deve à mobilização de terras[109]. Porém, para este como para outros depósitos, interessam-nos, como elementos fundamentais de datação, os fragmentos cerâmicos mais recentes, que estabelecem o *terminus post quem* para o abandono e amortização deste espaço. Assim, após a análise circunstanciada do extenso lote cerâmico recolhido, foi possível fixar o momento de formação deste depósito numa época tardia, distinguindo também três grupos de peças atendendo à sua cronologia: *i)* o grupo – "residual" – das cerâmicas alto-imperiais (TS, lucernas e cerâmica comum de cozinha); *ii)* o grupo – mais numeroso – das cerâmicas dos séc. IV e inícios do séc. V (composto, essencialmente por cerâmicas alaranjadas finas (fabrico A3) e outros fabricos de cerâmica comum de cozinha); *iii)* e um pequeno grupo com peças datadas entre finais do séc. V e os inícios do séc. VI (TS Focense e cerâmica comum de cozinha).

---

[108] Constituída pelas u.e.^{s} 02 e 04 da sondagem C'5A, u.e. 04 da sond. C'5B, u.e.^{s} 02 e 03 da sond. C'6B, exumadas durante a campanha arqueológica realizada em 2003 (Silva, 2004).

[109] Encontram-se presentes algumas peças tipicamente alto-imperiais, ainda que, por vezes, se torne difícil distinguir as que deverão constituir material com uma cronologia de fabrico muito anterior à da formação do estrato das que poderão eventualmente refletir uma determinada continuidade de fabrico.

Classificação	Produção	Forma	Obs.	TF	B	F	A	P	NMI	Est.
Cerâmica Fina	TS. Itálica	Indeterminada		1				1	1	-
	TS. Gálica	Drag. 15/17		1	1				1	-
		Indeterminada		13				13		-
	TS. Hispânica	Drag. 29/37		1	1				1	XXXIII - 8
		Drag. 37		1	1				1	XXXIII - 9
		Drag. 15/17		4	3				4	XXXIII – 5 e 7
		Drag. 35		1	1				1	XXXIII - 1
		Indeterminada		48				48		XXXIII – 10 e 11
	TS Africana A	Indeterminada		2				2	1	-
	TSA C3	Hayes 50B		1	1				1	XXXV - 1
		Indeterminada		2				2		-
	TSA D1	Hayes 59		2	2				2	XXXV – 2 e 3
		Indeterminada	Fundo decorado	2		1		1		XXXV - 4
	TS Focense	Hayes 3C-E		1	1				1	XXXV - 5
		Hayes 3c		1	1				1	XXXV - 6
Total C. Fina				**81**	**12**	**1**		**67**	**15**	
Lucernas	Bética?	Indeterminada		1	1				1	XXXVIII -3
	Local/regional	Indeterminada		1	1				1	XXXVIII -5
		Brinquedo		1	1				1	XXXVIII -4
Total Lucernas				**3**	**3**				**3**	
Ânforas	Lusitana	Almagro 51c	Var. B	1	1				1	XXXVII - 2
	Bética	Dressel 20		1	1				1	XXXVII - 1
	Indeterminada	Indeterminada		11		1	4	6		-
Total Ânforas				**13**	**2**	**1**	**4**	**6**	**2**	**-**
Total/Frag.				**97**	**17**	**2**	**4**	**73**	**20**	**-**

T(otal) **F**(ragmentos)/**B**(ordo)/**F**(undo)/ **A**(sa)/ **P**(arede)/**N**(úmero) **M**(ínimo) de **I**(indivíduos)

Quadro 13 - **Contagem de cerâmica fina, lucernas e ânforas do contexto de abandono do fontanário romano.**

Entre as primeiras, destaca-se o conjunto de TS Hispânica[110], com peças como a Drag. 35 (**Est. XXXIII - n.º 1**) e a Drag. 15/17, alguma antiga (séc. I?) (**Est. XXXIII - n.º 5**) e outras mais recentes (**Est. XXXIII - n.os 6 e 7**) possivelmente da segunda metade do séc. II ou, inclusivamente, do séc. III. Destacam-se, igualmente, as formas Drag. 29/37 (**Est. XXXIII - n.º 8**) e Drag. 37 (**Est. XXXIII - n.º 9**), assim como alguns fragmentos de paredes decoradas (**Est. XXXIII - n.os 10 e 11**). Neste grupo deverão também incluir-se todos os fragmentos de TS itálica e TS sudgálica recuperados nas diferentes u.e.s (**Quadro 13**), para além de uma ânfora Dressel 20 (**Est. XXXVII - n.º 1**). Refira-se igualmente o grupo das lucernas, onde se destaca uma de possível produção bética e decorada com óvulos (**Est. XXXVIII - n.º 3**) e uma redução de vasilhame para uso infantil - brinquedo (**Est. XXXVIII - n.º 4**). Bem mais difícil será procurar definir, entre o extenso grupo de cerâmica comum e de cozinha, quais as peças e produções que provêm originariamente dos horizontes alto-imperiais.

[110] Relativamente aos fabricos hispânicos, destaca-se a recolha nos níveis superficiais da zona envolvente de uma taça Drag. 27 com marca de oleiro ilegível e grafito na superfície externa do bojo globular onde se lê [T MARCI] (**Est. XXXII – n.º 2**).

Todavia, parece-nos provável que tanto as alaranjadas finas polidas (fabrico A4 – **Est. XIV, n.^{os} 4 a 7**) como as cinzentas polidas (fabrico B3 – **Est. XXIII, n.^{os} 8 e 9**) sejam provenientes de níveis alto-imperiais, à semelhança do que foi proposto para as de *Conimbriga* (Alarcão, 1974: 87-88). O mesmo deverá suceder com as grandes talhas (*dolia*) do fabrico A2 (alaranjadas grosseiras – **Est. IX**) idênticas às que em *Conimbriga* se integram no grupo Pombal-Barracão e ali recolhidas em níveis datados entre Augusto e os Flávios (*ibid*.: 71).

Neste contexto, como foi assinalado, é notória a preponderância das cerâmicas comuns finas do fabrico A3 de produção regional (designadas em *Conimbriga* como *orangée fine/alaranjadas finas*) e das cerâmicas comuns e de cozinha tardias (também de produção regional), concretamente as cerâmicas calcíticas do grupo C (*céramique calcaire*). Dentro deste conjunto, por sua vez, contamos com um reduzido número de TS Africana que permite propor datações mais precisas. Entre estas destaca-se um exemplar da forma Hayes 50B (**Est. XXXV - n.º 1**) de *Bizacena* (C3) e dois indivíduos que correspondem ao prato Hayes 59 (D1) (**Est. XXXV - n.^{os} 2 e 3**). Quando surgem juntos, na faixa do território peninsular voltado ao *oceano,* este tipo de pratos parece ser indicativo de contextos da segunda metade do séc. IV (Fernández Fernández, 2013 e 2014). Esta datação coincide com a de um fundo, também africano, decorado com pequenas rosetas (**Est. XXXV - n.º 4**) do Tipo 44A de Hayes (1972). Associado a este grupo africano encontramos um outro significativo conjunto de cerâmica de imitação de sigillata de produção regional (fabrico A3), designada nas *Fouilles* como *orangées fines* (Alarcão, 1975: 93), ainda que muitos exemplares de *Conimbriga* surjam dispersos noutros volumes das *Fouilles* e com outras designações (*vid. infra*). Os exemplares recuperados acabam por apresentar cronologias das formas que imitam (ou das formas em que se inspiram), normalmente peças de TS Hispânica Tardia e TSA. Entre estas encontramos peças que parecem imitar as grandes tigelas Riter. 8T = *Conimbriga XXIX e XXX-611/614*[111] (**Est. X - n.^{os} 1 a 5 e Est. XI - n.^{os} 1 e 2**), outras que imitam (ou se inspiram) na forma Drag. 37T = *C. XXX-622* (**Est. XI - n.^{os} 10 a 14**) e ainda outro grupo de tigelas cuja forma parece corresponder a um tipo híbrido entre a Drag. 27T? e a 37T = *C. XXX-619/621* (**Est. XI - n.^{os} 3 a 9**). Também se documentam pratos, alguns imitando claramente as formas africanas Hayes 61 = *C. XXX-635 e XXXI-646* (**Est. XI - n.^{os} 16 e 17**) ou a forma Hayes 59 = *C. XXXI-656* (**Est. XII - n.^{os} 1 a 3**). E ainda outras de mais difícil atribuição, como sejam os pratos idênticos a = *C. XXX-638* (**Est. XI – n.º 15**),ou semelhantes a = *C. XXXII-657* (**Est. XII - n.^{os} 4 e 5**) e uma tigela (**Est. XI – n.º 2**) – formas de nova criação ou híbridas, fruto seguramente da enorme riqueza e dinamismo desta produção. Toda esta panóplia de formas permite desenhar um largo quadro cronológico, balizado entre os inícios do séc. IV – representado pelas tigelas *C. XXIX-*

[111] De acordo com a numeração de estampa e de peça que consta no vol. V das *Fouilles* de *Conimbriga* (Alarcão, 1975).

613 e *C. XXX-619* – e os inícios do séc. V – representado pela tigela *C. XXX-622* e o prato *C. XXXI-646*. A ânfora lusitana Almagro 51C (**Est. XXXVII - n.º 2**), por sua vez, integra-se perfeitamente neste âmbito cronológico projectado pelas cerâmicas finas importadas e de produção regional.

O último grupo com material datável é composto por dois exemplares de TS Focense tardia (*LRC*) que representam duas tigelas da forma Hayes 3. Uma deverá integrar-se na sua variante C ou E (**Est. XXXV - n.º 5**), enquanto a outra – muito mais pequena – (**Est. XXXV - n.º 6**) poderá ser incluída, com certas reservas, na sua variante C (Hayes, 1972). Estas peças encerram uma datação que vai desde finais do séc. V aos inícios do séc. VI e, não obstante constituírem uma minoria no conjunto cerâmico analisado, acabam por fixar o *terminus post quem* deste aterro. Importa ainda referir que noutras u.e.^{s} contíguas, "descartadas" para efeitos de análise neste contexto por se apresentarem perturbadas, documentaram-se outras peças importadas de cronologia idêntica (em particular uma Hayes 104A2), estabelecendo assim uma correspondência com o dito horizonte cronológico[112].

O grupo da cerâmica comum e de cozinha tardo-antiga constitui uma boa amostra da baixela tardia da região. Ainda que a maioria possa ser associada ao grupo das cerâmicas finas do séc. IV e dos inícios do séc. V, não nos resta a menor dúvida de que algumas destas peças serão provenientes do horizonte mais tardio marcado pelas sigillatas orientais. De facto, muitas destas produções surgem nos níveis de destruição do séc. V em *Conimbriga* (Alarcão 1975: 100), os mesmos onde se documentam sigillatas focences e africanas com datações do séc. VI (Delgado *et alii*, 1975: 270 e n.º 187-288). As produções calcíticas (fabrico C) e as alaranjadas (fabrico A1) são as mais numerosas (**Quadro 14**). Entre as primeiras destacam-se panelas com bordo dobrado sobre os ombros (**Est. XXVI - n.^{os} 3 a 5**), potes/panelas de bordo extrovertido (**Est. XXV - n.^{os} 2 a 5**), grandes potes (**Est. XXV - n.º 6**), taças de bordo introvertido (**Est. XXVI - n.º 1**) e um almofariz (**Est. XXVI - n.º 2**). A cerâmica alaranjada (A1) faz-se representar por peças mais finas, como alguns jarros e bilhas (**Est. VII - n.^{os} 1 a 3**) e outras menos cuidadas como taças (**Est. VII - n.^{os} 8 a 10 e 12**), um prato simples (**Est. VII - n.º 11**), potes/potinhos (**Est. VII - n.^{os} 4 a 7**) e almofarizes (**Est. VII – n.º 13**). A cerâmica cinzenta (fabrico B1) é menos numerosa que nos níveis alto-imperiais. Em termos morfológicos patenteia o mesmo tipo de potes/panelas de bordo extrovertido (**Est. XIX - n.^{os} 1 a 3**) já antes referenciados. Neste conjunto, porém, sobressai, pela sua singularidade, um fundo perfurado possivelmente de um assador de castanhas[113] ou coador (**Est. XIX - n.º 4**).

[112] Estas duas formas, a Hayes 3 focense e a Hayes 104A africana, juntamente com os tipos anfóricos orientais e africanos, constituem o pacote típico que caracteriza o Horizonte B de importações no mundo atlântico datado entre finais do séc. V e meados do séc VI (Fernández Fernández, 2014).

[113] Conhecem-se vários exemplos de assadores/coadores com cronologia tardia, como os de As Carvalheiras, em Braga (Delgado e Morais, 2009), da *villa* de Currás (Tomiño-Galiza) ou da *villa* de Toralla (Vigo-Galiza).

Em conclusão, ainda que o estudo destes materiais denuncie a existência de um expressivo horizonte de ocupação centrado no séc. IV e nos inícios do séc. V, o contexto de abandono revelado pela escavação não será anterior aos inícios do séc VI, podendo mesmo inscrever-se no primeiro quartel dessa centúria.

Fabrico	Forma	Obs.	TF	B	F	A	P	NMI	Est.
Alaranjada (A1)	Pote/Potinho		10	7			3	7	VIII – 4 a 8
	Taça	*C.* XXXVI-728, 739; XXXVI-716	11	11				11	VIII – 8 a 10 e 12
	Prato/Frigideira		1	1				1	VIII - 11
	Jarro/Jarra		7	7				7	VIII – 1 e 2
	Bilha		2	2				2	VIII - 3
	Almofariz	*C.* XXII-391	7	3	2		2	3	VIII - 13
	Indeterminada		375	11	63	38	263	11	-
Alaranjada grosseira (A2)	*Dollium*		41	7	10		24	7	IX
Alaranjada fina (A3)	*Conimbriga* XXIX-611-612		1	1				1	X - 1
	C. XXX-613		13	13				13	X – 2 a 5
	C. XXX-614		1	1				1	XI – 1
	Tigela		1	1				1	XI – 2
	C. XXX-617		2	2				2	XI – 3
	C. XXX-619		6	6				6	XI – 4 a 8
	C. XXX-619/621		1	1				1	XI - 9
	C. XXX-622		8	8				8	XI – 10 a 13
	C. XXXIII-678		1	1				1	XI - 14
	C. XXX-638		4	4				4	XI - 15
	C. XXXI-646		3	3				3	XI - 16
	C. XXX-635		2	2				2	XI - 17
	C. XXXI-656		4	4				4	XII – 1 a 3
	C. XXXI-657		5	5				5	XII – 4 e 5
	Indeterminadas		236	33	62		141	33	-
Alaranjada polida (A4)	Pote/Potinho		6	6				6	XIV – 4 a 7
	Indeterminada		15	11	1		3	11	-
Cinzenta (B1)	Pote/Panela		14	14				14	XIX – 1 a 3
	Assador/coador		1		1			1	XIX - 4
	Indeterminada		105		22		83		-
Cinzenta polida (B3)	Pote		8	8				8	XXIII – 8 e 9
	Indeterminada		78		10	6	62		-
Calcítica (C)	Panela	*C.* XXXV-693/695	19	19				19	XXVI – 3 a 5
	Pote/Talha	*C.* XXXV-701	7	7				7	XXV – 5 e 6
	Pote	*C.* XXXIV-699	45	45				45	XXV – 2 a 4
	Taça	*C.* XXXIII-687	21	21				21	XXVI - 1
	Almofariz	*C.* XXXIII-688	1	1				1	XXVI - 2
	Indeterminada		144	2	19		123	2	-
Total			**1207**	**268**	**190**	**44**	**704**	**276**	

T(otal) **F**(ragmentos)//**B**(ordo)/**F**(undo)/ **A**(sa)/ **P**(arede)/**N**(úmero) **M**(ínimo) de **I**(indivíduos)

Quadro 14 - Contagem da cerâmica comum do contexto de abandono do fontanário romano.

1.2.4.5. Os níveis tardios identificados no espaço da Igreja de S. João

Tal como foi já referido, os resultados das sondagens efectuadas (em 2008 e 2011) no espaço da antiga Igreja de S. João foram surpreendentemente positivos. Não só se registaram, pela primeira vez, os restos do (até então apenas intuído) primitivo fórum augustano, como também se obtiveram dados inéditos sobre o processo de reformulação e ampliação do complexo forense em período claudiano – resultados que se tornaram ainda mais expressivos face à descoberta de estruturas medievais pré-românicas.

De facto, a sequência estratigráfica que em particular neste capítulo se releva sobrepõe-se directamente aos níveis romanos alto-imperiais[114] (**Fig. 128**). É constituída por terras muito escuras e soltas, onde abunda a cerâmica de construção, maioritariamente composta por fragmentos de tijolos, telhas de canudo (com digitações ou caneluras), *tegulae* e pedaços de estuque pintado. Por sua vez, é sobre estes níveis que assenta um muro, com orientação sul/norte, constituído por pedras calcárias de pequeno e médio porte, toscamente facetadas, justapostas apenas com terra de permeio, sem qualquer tipo de paramento ou revestimento e sem que se observasse a respectiva vala de fundação (**Fig. 126-F**). A escavação destes estratos permitiu a recolha de um número muito reduzido de cerâmica. Os fragmentos de cerâmica doméstica comum exumados são genericamente informes e incaracterísticos (evidenciando-se alguns elementos decorados por aplicação de cordão plástico digitado). De todo o modo, como veremos, a presença de alguns fragmentos de cerâmica fina permite propor uma cronologia de depósito para estes níveis.

Assim, para além de um fragmento informe e residual de TS de tipo itálico, destaca-se a presença de um conjunto de cerâmica comum fina de produção regional incluída no fabrico A3 (cerâmica alaranjada fina) e um fragmento de ânfora. Entre as primeiras sobressaem os pratos que imitam as formas Hayes 61 em TS Africana - um próximo à variante A (**Est. XIII - n.º 1**) e o outro situado entre as variantes A e B (**Est. XIII - n.º 2**). Este tipo de perfil deve inscrever-se num momento inicial do séc. V. Documentou-se também um pequeno fragmento de fundo decorado (**Est. XIII - n.º 9**) com um motivo estampado (possivelmente de algum dos pratos) – trata-se de um quadrado reticulado[115], típico do estilo A(ii)-(iii) de TSA, datado entre 350 e 450 (Hayes, 1972). As restantes formas documentadas reduzem-se a tigelas da forma *Conimbriga XXX-613*, *619* e *621* (**Est. XIII - n.^{os} 3 a 7**), inspiradas nas formas hispânicas Riter. 8T, Drag. 27T e 37T, e a alguns

[114] Concretamente às u.e.^{s} 11, 16 e 19 da sond. 2 e às u.e.^{s} 13, 13A e 21 da sond. 3 (do sector D – II (área nascente).

[115] Os quadrados reticulados apenas aparecem sobre os fundos de pratos das formas Hayes 59, 61 e 67, constituindo um dos motivos mais imitados nas produções regionais juntamente com as palmetas e os círculos concêntricos (Fernández Fernández e Morais, 2012).

exemplares de forma indeterminada fechada (**Est. XIII - n.º 8**). Merece também particular menção um fragmento de asa de ânfora (**Est. XXXVII - n.º 4**) possivelmente de produção galega (ânfora de Bueu) do tipo Regional II=Almagro 50 (Morais, 2005)[116]. Este pequeno mas expressivo conjunto cerâmico permite fixar o *terminus post quem* (e talvez o próprio momento de depósito) no início do séc V.

Em suma, embora os dados reunidos sejam ainda insuficientes para traçar uma linha interpretativa consistente, permitem constatar que a construção do referido murete terá uma cronologia posterior aos inícios do século V, face aos materiais recolhidos, e anterior ao século XII, uma vez que é parcialmente destruído pela abertura de várias sepulturas associadas à igreja românica.

1.2.4.6. Síntese e periodização

A presença em Coimbra – e especificamente no MNMC – de materiais com datação tardo-antiga (com origem inclusivamente do Mediterrâneo oriental) demonstra, desde logo, a existência de uma sequência de ocupação contínua entre a segunda metade do séc. IV e os inícios do séc. VI. Assim, a ausência de informação arqueológica que, até ao momento, se verificava resultaria antes de um défice ao nível da investigação (não reconhecimento e/ou não publicação de materiais), não se registando uma ausência *de facto* destes produtos neste lugar (e numa cidade que recebeu o bispo de *Conimbriga* nos finais do séc. VI). Doravante, estes materiais tardios de *Aeminium* vêm mostrar que a presença de cerâmicas finas e de ânforas tardias de produção mediterrânea em *Conimbriga* não deve ser tomada como um *unicum* na região, mas sim como um falso histórico, resultante da falta de estudos especializados para este âmbito cronológico. Este primeiro estudo sobre os contextos tardios de *Aeminium* comprova, deste modo, que este tipo de produtos circula também para além de *Conimbriga* e durante toda a antiguidade tardia, inscrevendo esta cidade episcopal nos amplos circuitos comerciais da época.

Para além de se assinalar na região *conimbrigense* a presença de materiais importados norte-africanos e orientais, há que destacar a notoriedade que aqui adquirem as cerâmicas finas de produção regional, designadas na bibliografia de *Conimbriga* como *cerâmica alaranjada fina (tardo – romana)* (Alarcão, 1974: 103), *cerâmica do Avelar* (Ibid.: 109) ou *imitação local de sigillata clara D* (Delgado *et alii*, 1975: 271). Este e outros estudos recentes (Fernández Fernández e Morais, 2012) parecem assim testemunhar a hegemonia desta produção nos mercados regionais de cerâmica fina (superando a TS Africana e a TS Hispânica Tardia (?) desde os meados do séc. IV até às décadas

[116] Um recente estudo, apresentado no LRCW5 celebrado em Alexandria, documentou a presença deste tipo de ânforas em numerosos sítios atlânticos como no Porto, *Conimbriga*, Lisboa ou Sevilha.

iniciais do séc. V. Trata-se de um fenómeno curioso, uma vez que, ao contrário das restantes produções regionais de imitação de sigillatas africanas e hispânicas (como a TS Bracarense Tardia vermelha ou *DSP*, etc.), a fase de produção das alaranjadas finas sobrepõe-se ao período de maior importação de cerâmica africana para os mercados atlânticos, i.e., entre *c*. 350 e *c*. 425/30 (Fernández Fernández, 2014), deixando de produzir-se nos inícios do séc V, como parecem indicar as formas e os motivos decorados imitados. Outras imitações, como a TSBT vermelha, continuam e aumentam a sua produção durante o segundo e terceiro quartel do séc. V, coincidindo com o decréscimo das importações africanas. O estudo destes contextos do fórum de *Aeminium* evidencia assim a relevância local deste fabrico (alaranjadas finas), assim como das cerâmicas comuns calcíticas (grupo C), revestindo-se de grande interesse para compreender as dinâmicas comerciais internas de todo este território. Por outro lado, estes materiais (na medida em que nos fornecem datações precisas devido às formas que imitam ou nas quais se inspiram) revelam-se como importantes elementos cronológicos, podendo ajudar a datar com precisão contextos onde não se documentam importações, como aquele que foi identificado na igreja de S. João.

Em suma, neste momento parece não restarem dúvidas de que, para além dos níveis do séc. IV e do séc. V, no espaço do MNMC também se documentam horizontes mais tardios, datáveis de finais do séc. V – inícios do séc. VI e relacionáveis, por sua vez, com modificações constructivas no espaço do fórum. Disto constitui prova concludente a presença de cerâmicas focenses provenientes dos aterros do criptopórtico e também dos níveis de abandono e colmatação da fonte adossada à fachada principal do fórum de *Aeminium*.

1.3. Cerâmica de época medieval

No decorrer do extenso programa de trabalhos arqueológicos realizado no espaço do MNMC identificaram-se vários contextos (principalmente associados a níveis de aterro e de colmatação de estruturas em negativo) datados entre os finais do século IX e os inícios do século XIII, onde foi possível exumar uma considerável colecção de materiais cerâmicos. Como é apanágio para o período medieval em Coimbra, este espólio aponta para uma estreita convivência e assimilação de características do mundo islâmico meridional associadas e combinadas a outras de influência cristã setentrional.

Numa primeira etapa, procedeu-se à contabilização de todos os fragmentos, determinação do número máximo de recipientes (NMáxR) e sua distribuição por conjuntos de fabricos. Mais uma vez se verifica a recolha de peças com elevado índice de fragmentação (provindos de contextos de aterro), sendo que aquele cálculo poderá evidenciar uma inflação relativamente ao número real de indivíduos. A caracterização dos fabricos teve por base a análise arqueométrica das pastas e outros aspectos técnicos que auxiliam na sua distinção. Como veremos *infra*, este foi um processo complexo e que nem sempre permitiu a obtenção dos resultados esperados. Por isso mesmo, apostou-se sobretudo na determinação do quadro morfológico e tipológico da colecção. A par da descrição das principais linhas formais e orientações estéticas observadas, procurou-se igualmente esboçar, em traços gerais, a sua evolução cronológica (**Quadro 23**). Neste sentido, subdividiram-se os lotes tendo em atenção a cronologia de depósito dos contextos estratigráficos de proveniência. É possível assim integrar, grosso modo, os níveis medievais em três momentos cruciais: os finais do século IX / inícios do século X; o século XI; e o século XII na transição para o século XIII. A datação dos referidos contextos teve em conta não só a informação histórica e documental[117] que se dispunha acerca de algumas acções associadas à formação de determinados estratos mas, sobretudo, a análise morfo-tipológica de cada conjunto e confrontação com paralelos de outros sítios arqueológicos. De igual modo, a proposta cronológica que se apresenta, assenta não só na presença como também na ausência de produções altamente especializadas e cronologicamente bem delimitadas. Neste como noutros casos, as sequências estratigráficas foram datadas pelos fragmentos cerâmicos mais recentes e que permitiram estabelecer o *terminus post quem* de cada deposição. Com efeito, alerta-se para a possibilidade de nestes conjuntos coexistirem materiais residuais com cronologia de produção e circulação anterior ao grupo em que foram incluídos.

[117] A título de exemplo refira-se a construção da igreja românica de S. João que terá ocorrido certamente na fase final do séc. XII.

1.3.1. Os fabricos

A coleção[118] foi submetida a uma primeira análise macroscópica das pastas que visou a classificação genérica dos fabricos e selecção de um conjunto de amostras para o estudo arqueométrico, que fosse abrangente e simultaneamente representativo da diversidade constatada naquela observação preliminar. Foram selecionadas 18 amostras[119] (**Quadro 15**) que, tal como o lote de época romana, foram sujeitas a análise mineralógica (observadas as respectivas lâminas delgadas em microscópio petrográfico e analisadas por difracção de raios-X) no laboratório Hércules em Évora (Mirão *et alii*, 2015).

As diferenças na composição petrográfica elementar do conjunto de amostras são pouco pronunciadas. Caracterizam-se pela presença de desengordurante de quartzo (**Fig. 153**) (anguloso), várias vezes com uma componente de moscovite, alterando-se apenas as quantidades relativas em cada amostra, assim como a dimensão das partículas. Em todas as amostras, a difração de raios-X indica a presença abundante de feldspatos potássicos ou de plagióclases. Não é possível consubstanciar esta informação em petrografia porque os elementos minerais são demasiados pequenos ou estão envoltos em argila não sendo possível individualizá-los do quartzo. Algumas amostras (MED 11 e 13) destacam-se pela presença de mullite, identificada por DRX, indicando que a temperatura do forno teria sido superior aos 1100ºC. Outras (MED 17 a 19) mostram um maior enriquecimento em ferro que se consubstancia, por vezes, na presença de hematite nos difractogramas. Apenas se detectou um caso dissonante do conjunto. A amostra MED16 distingue-se das restantes pois, por difração de raios-X, identificam-se fases minerais como diópsido $CaMgSi_2O_6$ e indivíduos da série Akermanite-Gehlenite (Gehlenite ($Ca_2Al(AlSi)O_7$) - Akermanite ($Ca_2MgSi_2O_7$)). Estes silicatos de cálcio de neoformação (diópsido e gehlenite – akermanite) formam-se a partir dos 800ºC. Uma vez que a illite/moscovite só será estável até aos 700º-900ºC (Mirão *et alii*, 2015), a temperatura de cozedura desta cerâmica deve ser estabelecida acima dos 800 - 900ºC. A presença de diópsido indica a presença de carbonatos de magnésio. Em lâmina delgada confirma-se que se trata de uma cerâmica de matéria-prima carbonatada, com desengordurante de quartzo de pequenas dimensões, menos abundante que nas restantes amostras, tendo ainda a particularidade de ter sido possível identificar uma concha (**Fig. 154**). Verifica-se, igualmente, a presença de plagióclase (um feldspato de sódio e cálcio) que poderá indicar um contributo de uma rocha ígnea ou metamórfica diferente dos restantes exemplos. De facto, trata-se de uma amostra de fabrico muito residual que se distingue pela sua tonalidade

[118] A cerâmica medieval recolhida foi toda modelada ao torno, encontrando-se ausentes quaisquer produções manuais.

[119] Mais uma (MED15) que foi excluída por pertencer a um recipiente de cronologia romana.

branco-amarelada e que, segundo estes resultados, poderá indicar uma produção de proveniência não local.

De resto, a análise mineralógica indica que a composição das pastas (constituídas pelas fases minerais quartzo, feldspato e moscovite) é perfeitamente compatível com os materiais disponíveis no meio geológico envolvente marcado pela presença de ambientes sedimentares, presumindo-se que, à excepção da amostra MED 16, todas as outras sejam de origem local.

#	Quartzo	Calcite	Plagióclase	Feldspato-K	Analcite	Mullite	Diópsido	Akermanite-Gehlenite	Moscovite	Hematite
MED1	55			45						
MED2	32			49					13	
MED3	52			36					12	
MED4	40			55					5	
MED5	45			51					4	
MED6	43			49					8	
MED7	46		10	36					8	
MED8	54			29					17	
MED9	55			28					17	
MED10	46			49					5	
MED11	71			23		7				
MED12	71			21					9	
MED13	67			29		4				
MED14	64			33					3	
MED16	45	6	13	0	4		23	9		
MED17	60			29					11	
MED18	80			12					7	
MED19	54			20					23	3

Quadro 15 - Abundância relativa dos diferentes minerais por aplicação do método RIR a dados de difracção de raios-X nas amostras de cerâmicas medievais.

No geral, observa-se uma relativa homogeneidade ao nível da composição petrográfica da cerâmica comum. Ao mesmo tempo, constata-se que não existe qualquer critério evidente de selecção das pastas utilizadas em função dos diferentes grupos morfológicos, incluindo as peças que surgem decoradas. A ausência de um mínimo grau de estandardização na composição mineralógica das cerâmicas torna improfícua a criação dos tradicionais grupos de fabrico estabelecidos de acordo com a natureza das pastas, em consonância com o que foi realizado para a cerâmica comum romana. Perante esta situação, optou-se pela formação de grupos de fabrico tendo em conta outros critérios tecnológicos como os processos de cozedura e a textura das peças, uma vez que também ao nível do tratamento superficial se constata uma preponderância do

alisamento, mais ou menos cuidado, das superfícies. No entanto, também neste aspecto a análise complexificou-se após se averiguar que os lotes em análise denunciam um deficiente controlo dos ambientes de cozedura. Isto é, uma mesma peça pode apresentar acentuada variedade de coloração. Para além das quase omnipresentes manchas superficiais decorrentes das alternâncias de temperatura durante o processo de cozedura, verifica-se grande heterogeneidade na tonalidade das pastas, apresentando-se recorrentemente "polarizadas". São comuns as colorações "em sanduiche" nas áreas mais espessas de cada exemplar. Após a constatação deste facto, optou-se por criar dois grupos alargados: (1) peças cozidas em ambientes tendencialmente oxidantes[120]; (2) peças cozidas em ambientes tendencionalmente redutores. Por sua vez, e de acordo com a textura das peças, individualizaram-se em cada um destes grupos os elementos mais finos e compactos/medianamente compactos com pastas geralmente mais depuradas e coesas (1.1 e 2.1), dos exemplares mais grosseiros e medianamente/pouco compactos, normalmente com pastas mais granulosas, com e.n.p. destacados e de médio/alto calibre (1.2 e 2.2). Este tipo de análise permitiu reconhecer uma certa lógica de fabrico adaptada a este atributo técnico. Ou seja, as peças com textura fina e compacta surgem normalmente associados a produções que se querem impermeáveis ou isotérmicas como os recipientes relacionados com o transporte e serviço de líquidos (cântaros, jarros, etc..). As peças mais grosseiras, com maior resistência térmica, encontram-se por norma relacionados com o serviço de cozinha. Subentende-se, de igual modo, a polivalência de algumas categorias morfológicas como os alguidares de textura mais fina (para contenção de líquidos) ou mais grosseiros (para outras funções como amassar o pão) ou os púcaros de pastas mais depuradas (adequados ao serviço de líquidos) ou com desengordurantes mais grosseiros (preparados para ir ao lume). Estas peças multifuncionais apresentam frequentemente pastas difíceis de classificar, revelando que a moderação destes atributos técnicos poderá revelar essa mesma versatilidade funcional.

Por último, será de destacar (apesar de residual) um terceiro grupo relacionado com a amostra MED 16 de pastas muito depuradas, compactas e de tonalidade branco-amarelada e que deverá associar-se a uma produção exógena.

1.3.2. Os contextos dos séculos IX-X

No gaveto junto à intersecção da Rua Borges Carneiro com o Beco das Condeixeiras (Sector A), para além dos vestígios de época romana assinalados, foi possível identificar algumas manchas de

[120] Algumas destas peças apresentam-se revestidas por aguada de cor mais escura (acinzentada ou acastanhada) que poderá iludir o observador mais incauto.

lixeiras e uma fossa detrítica[121] que cortaram os níveis de aterro romanos e cujo espólio cerâmico[122] sugere uma colmatação em período alto-medieval.

A colecção selecionada para este estudo é constituída por 31 peças de cerâmica[123], onde prevalecem os recipientes de cozinha (panelas – 45,2%). Do ponto de vista tecnológico, salta em evidência a preponderância dos ambientes oxidantes (apenas seis exemplares apresentam cozedura redutora) e dos fabricos mais finos e de textura compacta (apenas dois elementos se integram nas produções grosseiras) (**Quadro 16**).

Do lote em análise sobressai o conjunto de cerâmica de cozinha composto por 14 panelas (todas incluídas no grupo 1.1) que obedecem a três variantes distintas. Um dos tipos, com colo desenvolvido (4NMáxR), ostenta uma panóplia decorativa variada: os ondulados incisos, os meandros brunidos e a combinação de meandros brunidos sobrepostos por traços pintados a branco (**Est. XLI – n.º 3 a 5 e Fig. 155 – B e C**). Outro modelo distingue-se pelo lábio triangular (6NMáxR – **Est. XLI – n.º 6 a 8**), comum noutros contextos islâmicos da cidade (Catarino *et alii*, 2009: 372 – fig. 10, n.º 1) e comparável ao subtipo F.04.B definido para a Meseta e situado entre o séc. IX-X (Retuerce Velasco, 1998: n.º 316). Finalmente, um terceiro formato apresenta colo tendencialmente recto marcado por caneluras (4NMáxR – **Est. XLI – n.º 1 e 2**) aproximando-se do CM52 de Cabezo del Molino na zona sul de Alicante datado do século VIII-X (Gutierrez Lloret, 1988: 175 e 184).

Os púcaros identificados revelam bordo e colo pouco desenvolvidos, encontrando-se usualmente ornados com pintura a branco associada, ocasionalmente, a puncionamento da asa (**Est. XLII – n.º 1 e 2 e Fig. 155 - F**). Os exemplares com corpo canelado assemelham-se às peças n.º 823 e 832 de Conímbriga (Alarcão, 1974).

Na cerâmica de mesa evidencia-se a prevalência dos jarros com bico vertedor (**Est. XLIII e Fig. 155 - E**) por vezes decorados com traços brunidos. Peças similares, nomeadamente com colo moldurado, encontram-se quer em sítios próximos, como Conímbriga (Alarcão, 1974: n.º 855A), quer longínquos, como o povoado de El Zambo em Alicante (Gutierrez Lloret, 1988: 90 – Z20). A cronologia de ocupação deste último sítio sugere-nos uma datação entre o século IX-X, embora

[121] Identificada durante a campanha de 2001 (Ramos e Ribeiro, 2001: 62), corresponde às u.e.[s] 17 e 28 da sond. C26B e u.e. 06 da sond. C31A

[122] O referido lote cerâmico foi já alvo de um trabalho académico realizado por antigas alunas do curso de História, variante de Arqueologia da FLUC (Lourenço e Ângelo, 2003) a quem agradecemos a consulta do seu estudo e disponibilidade no esclarecimento de algumas questões. As peças integradas neste estudo foram novamente desenhadas e classificadas.

[123] Juntamente com o espólio medieval foram identificados outros materiais de época romana de onde se destacam dois tambores de coluna e de um fragmento escultórico (mão – n.º 8, **fig. 189**) em mármore. Para este estudo, selecionou-se apenas o espólio cerâmico de datação inequivocamente medieval.

aquela autora circunscreva esta sua forma a meados do século X (*Ibid.*: 206). Assinala-se igualmente a presença singular de uma jarrinha de pasta branca (grupo 3) profusamente decorada com pintura a vermelho sob a forma de traços horizontais na asa e lábio e com triângulos em reserva no bojo (**Est. XLII – n.º 5 e Fig. 155 - A**). A combinação do colo curto, do fabrico e da decoração afastam-na dos modelos de jarrinhas mais comuns, remetendo-se para a zona da Meseta a identificação de exemplo similar (Retuerce Velasco, 1998: n.º 152 – subtipo C.12.A), que reforça a hipótese de datação do século IX-X. Enumera-se ainda um exemplar também de colo curto mas de fabrico distinto (grupo 1.1), com pintura a branco e asa puncionada (**Est. XLII – n.º 3**). Um outro fragmento, igualmente com pintura e asa golpeada, poderá pertencer a uma jarrinha (ou púcaro?) (**Est. XLII – n.º 4 e Fig. 155 – D**).

Forma	Fabricos					Total NMáxR
	1.1	1.2	2.1	2.2	3	
Panelas	14					14
Púcaros			4			4
Jarros trilobados	4					4
Jarrinhas	2				1	3
Potes	3			2		5
Candil					1	1
						31

Quadro 16 – Distribuição das formas (sécs. IX-X) identificadas por fabrico.

Entre os recipientes de armazenamento contam-se dois potes com bordos extrovertidos e lábios triangulares (**Est. XLIV – n.º 2 e 3**), de pasta (grupo 2.2) e superfície de cor escura a contrastar com os traços pintados a branco sobre o lábio e contracurva do colo (**Fig. 155 – G**). Para além destes, regista-se outro tipo (3NMáxR), produzido em ambiente oxidante (grupo 1.1), com ziguezagues brunidos sobre o bojo (**Est. XLIV – n.º 1**) ou com vestígios de pintura a branco na superfície interior do bordo (**Est. XLIV – n.º 4**).

Finalmente, destaca-se a recolha de um candil em relativo bom estado de conservação (**Est. XLIV – n.º 5 e Fig. 156**) com bico fusiforme[124], fabricado em cerâmica comum de pasta creme (grupo 3) e sem decoração. No essencial assemelha-se aos recipientes de El Zambo (Gutierrez Lloret, 1988: 95 e 214, peça Z39) e Villa Viega (Retuerce Velasco, 1998: 386, n.º 451 – sub-tipo P01.C), sugerindo uma datação entre os finais do século IX – inícios do século X.

[124] Apresenta ainda bordo simples esvasado de lábio boleado, colo alto, base plana e asa vertical de secção oval.

Em consonância com o exposto, parece-nos mais plausível filiar este lote numa tradição meridional islâmica que se fixará entre o século IX e o século X, em plena transição entre o período emiral e califal.

Para além desta colecção, deverá fazer-se uma breve referência a um conjunto cerâmico recolhido nas campanhas de 1998 e 2000 na zona norte do antigo logradouro do paço episcopal. Como foi já referido, para além de um conjunto de estruturas de época romana, foi possível ali descortinar a existência de alinhamentos de muros do período alto-medieval. Embora estes contextos se encontrassem bastante perturbados, recolheram-se vários fragmentos cerâmicos que revelam afinidades morfo-tipológicas com o conjunto acima descrito, devendo enquadrar-se portanto no mesmo ambiente cronológico.

Contam-se panelas com asas golpeadas ou traços de pintura a branco sobre o corpo, potes com aplicação plástica sobre o ombro e púcaros de superfícies polidas de forma grosseira e irregular (**Est. XLV e XLVI – n.º 1 e 2**). Em especial, deverá fazer-se notar a recolha de inúmeras asas puncionadas, pontilhadas ou associando estas técnicas com pintura a branco.

Por último, destaca-se a presença de um púcaro de corpo ovóide, estrangulado por bordo esvasado (**Est. XLVI – n.º 3 e Fig. 156**). A peça é armada com asa em fita picotada e rematada com impressão digitada observando-se, no bojo, traços verticais brunidos sobrepostos por faixas pintadas a branco. Assemelha-se à peça 832A de Conímbriga (Alarcão, 1974) que denuncia, apesar de desvanecidos, a existência de iguais traços brunidos na zona que medeia as molduras do corpo.

1.3.3. Os contextos do século XI

Os contextos datados do século XI estão entre aqueles que mais cerâmica providenciaram para o nosso estudo. Entre estes, destacam-se os contextos relacionados com o início da conformação deste local como paço episcopal após 1064. É durante esta fase que se inicia, com mais fulgor, um período alargado de reformas que tende a transformar definitivamente o espaço outrora ocupado pelo complexo forense de *Aeminium*. Contudo, o registo arqueológico dessas alterações apenas se preservou nalgumas áreas restritas. De acordo com os dados recentemente estudados (cf. cap. III.1.3.5), parece legítimo equacionar a hipótese de ter sido durante esta etapa que se inicia o processo de colmatação de algumas zonas específicas das galerias do piso superior do criptopórtico. No entanto, a ausência de registos estratigráficos dessas intervenções determinou a exclusão desses materiais deste capítulo em particular. Por cautela, apenas se seleccionaram os contextos selados com cronologia inequívoca de deposição do séc. XI (**Quadro 17**).

Sectores	Áreas específicas de intervenção	Estratos do séc. XI
Criptopórtico	Ala sul (Sector C – Área I – sond. 4)	u.e.^{s} 21, 22, 25, 26 e 30
Plataforma Superior	Área poente (Sector C – Área II – sond. 1)	u.e. 07

Quadro 17 – Contextos estratigráficos do séc. XI de onde provém o espólio cerâmico analisado.

Com efeito, o lote cerâmico aqui analisado foi exumado no terrapleno que cobria os únicos vestígios preservados da antiga praça do fórum romano (a varanda localizada na fachada poente do mesmo[125]) e dos aterros que colmatavam o nível de destruição de uma construção medieval[126] que reaproveitou um dos espaços intra-muros da ala sul do criptopórtico (**Fig. 67**). Destes níveis exumou-se uma vasta colecção de cerâmica que, estamos convictos, se deverá associar ao descarte de peças em uso durante o período pré-condal, anterior à tomada definitiva da cidade de Coimbra em 1064, altura em que já proliferavam os vidrados no território de al-Andalus (Catarino *et alii*, 2009: 348) e que aqui continuam ausentes.

Este conjunto de cerâmica doméstica comum compõe um estreito leque morfológico dominado pelas louças de cozinha ou uso culinário (panelas – 68%) e os recipientes de armazenamento e transporte (potes e cântaros) em detrimento dos serviços de mesa (jarros, pratos e taças) menos numerosos ou mesmo ausentes (**Quadro 18**). Constata-se, ao nível da tecnologia de fabrico, uma ligeira superioridade das cozeduras oxidantes (54,5%) face aos ambientes redutores. Mesmo as panelas, contrariamente ao que se poderia prever, apresentam uma percentagem semelhante de exemplares tendencialmente oxidantes (alaranjados) e redutores (acinzentados), embora as superfícies se mostrem quase sempre escurecidas e cobertas por fuligem. Os recipientes de armazenamento, transporte ou serviço de líquidos exibem cozeduras exclusivamente oxidantes, ao invés dos potes e alguidares tendencialmente redutores. Outro tipo de análise deixa observar a preponderância das pastas compactas e bem calibradas (1.1 ou 2.1) face aos fabricos mais grosseiros (1.2 ou 2.2 - apenas 8,7%) adstritos, essencialmente, aos potes (**Quadro 18**).

Entre a cerâmica recuperada verifica-se a ocorrência elevada de grandes cântaros (38 NMáxR), com pastas compactas de tonalidade bege-alaranjada (grupo 1.1), profusamente decorados com

[125] Plataforma superior – área poente (Sector C-II).

[126] Localizada na sond. 4 da ala sul do criptopórtico (cf. cap. II.2.1.3). Apesar de subsistirem dúvidas quanto à real interpretação daquela estrutura, pensamos poder tratar-se de um celeiro com caixa-de-ar em formato cruciforme, limitada por um muro com base em pedra e que a meia altura se desenvolve em taipa, apresentando as empenas romanas barramento de cal (**Fig. 67**).

pintura a branco, sendo o motivo mais comum as séries de 3 ou 4 traços, simples ou sobrepostos e, mais raramente, a representação de foleáceos (**Est. LI – n.º 5 a 8 e Fig. 157 B e E**). Embora se assista, com frequência, à presença de cântaros pintados a branco em contextos coetâneos noutras cidades da faixa litoral da zona centro do território português, como Santarém (Viegas e Arruda, 1999: fig. 13) e Lisboa (Gomes *et alii*, 2001: 140; Bugalhão *et alii*, 2003: 170-171), para além de Coimbra (Catarino *et alii*, 2009: fig. 6 e 7), não se assinala em tais locais a presença dos dois tipos aqui preponderantes. Um destes tipos (24 NMáxR) apresenta bordo triangular e colo longo (normalmente com ressalto a meio) (**Est. XLVII e XLVIII e Fig. 157 - E**), aproximando-se de um exemplar identificado nos níveis islâmicos da Cidade das Rosas em Serpa (Retuerce Velasco, 1987: 90, fig. 5A). Evidenciando, na generalidade dos casos, decoração pintada a branco, identificaram-se, no entanto, quatro exemplares sem indícios de pintura, um com cordão digitado a moldurar o colo e outro com puncionamentos na asa (**Est. XLVII – n.º 2 e 4 e Fig. 157-F**). O segundo modelo (12 NMáxR) de cântaro mais representativo apresenta pintura sobre bordo em aba introvertida e colo alto com ressalto (**Est. XLIX – n.º 1 e 2 e Fig. 157 - B**). Reconhece-se a semelhança[127] com recipientes com pintura e bordo reentrante procedentes de contextos coetâneos em Coimbra (Catarino *et alii*, 2009: fig. 6, n.º 6), Lisboa (Bugalhão *et alii* 2003: fig. 30, n.º 3397) e da *villa* romana de Frielas (Silva e Barbosa, 2003: Est. I, n.º 6). Apontam-se ainda duas variantes. Uma de bordo aprumado e colo alto canelado, decorado por traços horizontais (ligeiramente ondulados) a branco (**Est. XLIX – n.º 3**) e, a outra, de bordo amendoado com larga canelura na parte superior (**Est. XLIX – n.º 4**). Apesar de não ter sido possível reconstituir nenhuma forma completa deverá mencionar-se a grande quantidade de asas em fita com canelura central, por vezes pintadas a branco, que deverão pertencer a este tipo de recipientes.

Forma	Fabricos					Total NMáxR
	1.1	1.2	2.1	2.2	3	
Panelas	87		83	2		172
Cântaros	38					38
Pequenas bilhas/Jarros/Pucarinhos	7					7
Potes	6		2	20		28
Alguidares			6			6
Tampas			2			2
Total	138	-	93	22	-	253

Quadro 18 – Distribuição das formas (séc. XI) identificadas por fabrico.

[127] Embora a reduzida dimensão daqueles fragmentos (cingindo-se apenas à zona do bordo) nos faça acautelar essa comparação.

O grupo das pequenas bilhas, jarros ou pucarinhos surge pouco representado (7 NMáxR) por peças ora de bordo em aba horizontal e colo moldurado com pintura a branco (**Est. L – n.º 3**), ora de bordo recto (**Est. L – n.º 2**) ou extrovertido (**Est. L – n.º 4**), comparáveis a exemplares recolhidos no Pátio das Escolas (Catarino *et alii*, 2009: fig. 6, n.º 5 e 7). Ainda neste conjunto faça-se notar a presença de um jarro com colo marcado por pequena cinta puncionada (**Est. L – n.º 5 e Fig. 157 - C**), de dois jarrinhos com asa decorada com incisão e pintura a branco (**Est. L – n.º 1**) e de um pucarinho de colo cilíndrico (**Est. L – n.º 6 e Fig. 157 - A**). Deverá fazer-se notar a abundante recolha de asas golpeadas, contemplando uma vasta gama de padrões e por vezes conjugando a pintura a branco naquilo que se tem vindo a designar por estilo misto ou híbrido (**Est. LI – n.º 1 a 4**).

As panelas surgem como a categoria formal mais comum (172 NMáxR). Apesar do elevado número de exemplares, estes denotam uma franca monotonia tipológica. De facto, cerca de 94% (161) conta com bordos extrovertidos, triangulares, colo curto, corpo globular por vezes canelado, com uma única asa a arrancar do lábio (**Est. LII e Est. LIII – n.º 2, 3 e 5**). Em termos de fabrico, este modelo integra peças de pasta compacta, verificando-se a ocorrência de cozeduras oxidantes (grupo 1.1 – 87 NMáxR) em simultâneo com cozeduras redutoras (grupo 2.1 – 74 NMáxR) que lhe conferem uma tonalidade que oscila entre o castanho e, maioritariamente, o cinza. Uma outra variante, menos expressiva em termos numéricos (7 NMáxR), equivale às panelas de colo esvasado e lábio aplanado (**Est. LIII – n.º 1**). Dispõem de uma só asa que parte do colo e assenta na parte média do bojo globular. Os restantes exemplares (4 NMáxR) correspondem a modelos tipológicos únicos. Um destes recipientes apresenta ombros descaídos e duplo ressalto no colo, um dos quais marcado por excisões (**Est. LIII – n.º 4**) e outro (provavelmente uma grande púcara) de colo recto é armado de asa golpeada (**Est. LIV – n.º 3**). Destacam-se ainda duas panelas de fabrico grosseiro (grupo 2.2 (**Fig. 157 - i**) - um dos exemplares apresenta bordo vertical e corpo marcado por estrias regulares que ostenta uma cruz incisa sobre o ombro (**Est. LIV – n.º 1**). O outro modelo, de colo esvasado, possui linhas onduladas incisas no ombro (**Est. LIV – n.º 2**).

Os potes de cozedura tendencialmente redutora (22 NMáxR) integram-se maioritariamente no fabrico mais grosseiro (grupo 2.2.), com bordos extrovertidos e cinta de cordão plástico sobre o ombro (**Est. LV e Fig. 157 – D, J e L**). Entre os fabricos de melhor qualidade, com pastas compactas e alaranjadas (grupo 1.1), contam-se os potes decorados por meandros incisos (2 NMáxR – **Est. LVI – n.º 5**), de colo vertical com ressalto puncionado (3 NMáxR – **Est. LVI – n.º 1 a 3**), e um exemplar muito largo com corpo globular pautado por ressaltos horizontais, um dos quais digitado (**Est. LVI – n.º 4**).

Assinala-se a presença de seis alguidares de tonalidade cinza escura denotando uma produção em ambiente redutor. O grupo tipológico dominante revela perfis troncocónicos, simples (3 NMáxR – **Est. LVII – n.º 4**) ou decorados por aplicação plástica de cordões digitados e linhas onduladas

incisas (2 NMáxR – **Est. LVII – n.º 2 e 3 e Fig. 157-H**). É manifesto o seu parentesco com os recipientes troncocónicos recolhidos em grande número em Conímbriga (Alarcão, 1974: Est. XXXVII a XL). No entanto, a ausência do característico fundo em disco poderá condicionar parcialmente esta analogia. Destaca-se ainda a presença de uma peça de parede arqueada cingida por duplo cordão plástico (**Est. LVII – n.º 1 e Fig. 157-H**).

Por fim, mencione-se a classificação de duas tampas de disco ou base circular plana e pega central de pedúnculo (**Est. LIV – n.º 4 e 5**), semelhantes a peças identificadas na Meseta espanhola (embora de fabrico manual) e ali datadas do período omíada (Retuerce Velasco, 1998: 319, tipo H.02).

1.3.4. Os contextos dos séculos XII-XIII

De significativa relevância foi igualmente a identificação de níveis medievais datados do século XII, embora estes tenham providenciado a recolha de cerâmica em quantidade inferior à do núcleo anteriormente apresentado. Foi ainda possível demarcar os contextos de inícios do século XII de outros mais tardios da transição com o século XIII (**Quadro 19**). Os primeiros dizem respeito à colmatação de duas fossas detríticas, uma delas localizada no centro da antiga praça do fórum e selada pelos níveis da necrópole do Paço, que terá começado a receber enterramentos nos primeiros anos do século XII. Os níveis mais tardios reportam-se à ala norte do museu e, principalmente, aos níveis associados à construção da igreja românica de S. João.

Os lotes atribuídos aos inícios do século XII assumem algumas divergências face à colecção adstrita à centúria anterior. Os cântaros, antes numerosos, são agora uma das categorias menos representadas (2 exemplares), conquanto os exemplares identificados (**Est. LX n.º 4 e 5**), com bordo triangular e colo alongado, dêem continuidade a um dos tipos dominantes do período anterior (**Est. XLVII**), desta feita sem a típica decoração pintada a branco. Neste particular, destaca-se um elemento que combina as incisões na asa com a aplicação de cordão plástico sobre o ombro, dispondo ainda de uma pequena aba vertical sobre o eixo da asa (**Fig. 158 - F**).

Do ponto de vista tecnológico, assiste-se agora a uma preponderância dos fabricos grosseiros (1.2 e 2.2 – **quadro 20**), produzidos quer em ambientes oxidantes ou tendencialmente redutores. Esta análise estende-se à realidade constatada para as panelas que continuam a ser o grupo morfológico mais numeroso (64,3%). Os potes, embora predominantemente grosseiros, passam a apresentar cozeduras exclusivamente oxidantes, contrariamente ao que se verificara nos períodos anteriores. O mesmo sucede com os alguidares que, mantendo as pastas compactas e depuradas, passam a ostentar pastas de tonalidade tendencialmente alaranjada.

Sectores	Áreas específicas de intervenção	Estratos dos inícios do séc. XII
Criptopórtico	Ala sul (Sector C – Área I)	Sond. 1: u.e.^{s} 21, 25, 26, 27, 30 e 31
Plataforma Superior	Área central (Sector C – Área III)	Sond. 1: u.e.^{s} 05 e 07
		Estratos de finais do séc. XII
Plataforma Superior	Área central 1992/98 – Sector A	Aterros que cobriam o embasamento da abside da basílica romana
	Área nascente (Sector D – Área II)	Sond. 2: u.e.^{s} 06, 06a, 10, 12, 13 e 17
		Sond. 3: u.e.^{s} 05, 10, 12, 18, 20

Quadro 19 – Contextos estratigráficos do séc. XII (e de transição para o séc. XIII) de onde provém o espólio cerâmico analisado.

Forma	Fabricos					Total NMáxR
	1.1	1.2	2.1	2.2	3	
Panelas	12	17		34		63
Cântaros	2					2
Pucarinhos / Jarrinhas	1		4		1	6
Potes	4	15				19
Alguidares	5			2		7
Prato/Taça	1					1
Total	25	32	4	36	1	98

Quadro 20 – Distribuição das formas (inícios do séc. XII) identificadas por fabrico.

As panelas mais numerosas (27 NMáxR), de fabrico grosseiro redutor (2.2), possuem lábio ligeiramente introvertido e afilado e uma asa frequentemente puncionada. Os outros modelos de panelas com corpo globular, ocasionalmente com caneluras ou estrias no ombro, possuem quase sempre duas asas que arrancam do colo (12 NMáxR) ou do bordo ligeiramente extrovertido (24 NMáxR) (**Est. LVIII**).

Algumas das asas puncionadas identificadas poderão pertencer a pucarinhos (4 NMáxR) de fabrico redutor (2.1 – **Est. LX – n.º 3 e Fig. 158-D**). Foram ainda reconhecidas duas asas pintadas provavelmente de jarrinhas (**Fig. 158-E**). Uma apresenta traços a branco (**Est. LX – n.º 2**) e, a outra ostenta, pela primeira vez, pintura a vermelho (**Est. LX – n.º 1**) sobre pasta de tonalidade clara

(grupo 3). Igualmente inédita é a presença de uma pequena taça ou prato covo com traços pintados a branco sobre o lábio (**Est. LXI – n.º 1**).

Os potes representados surgem com bordos mais ou menos desenvolvidos, mas quase sempre com aplicação de cordões digitados sobre o ombro (**Est. LIX**). O modelo mais comum (11 NMáxR) assemelha-se ao tipo preponderante no período anterior (**Est. LIX – n.º 2 e Fig. 158-C**). Realça-se, pela sua singularidade, a presença de um grande pote com uma pega vertical puncionada que parte do bordo e assenta no ombro demarcado por cordão plástico digitado (**Est. LIX – n.º 3 e Fig. 158-A**). Aproximada solução surge em Conímbriga (Alarcão, 1974: nº 871). Emerge um novo perfil (3 NMáxR) incluído nas produções oxidantes mais finas (1.1), que irá prosperar ao longo de todo o séc. XII, com bordo triangular e colo mais desenvolvido (**Est. LIX – n.º 4 e Fig. 158-B**).

No que respeita aos alguidares regista-se uma inovação significativa. Para além dos modelos troncocónicos, mais simples (e grosseiros (2 peças) – **Est. LXI – n.º 2**), de paredes mais esvasadas (**Est. LXI – n.º 4**) ou com bordo ligeiramente reentrante (2 peças - **Est. LXI – n.º 3**), assiste-se, pela primeira vez, ao aparecimento de fundos de alguidares com base em disco, por vezes decorados com incisões e digitações (**Est. LXI – n.º 5 e 6 e Fig. 158-G**). Este tipo de peças é bastante característico de contextos medievais do Norte e Centro de Portugal, muito embora a sua cronologia exacta seja ainda problemática encontrando-se genericamente integrada entre o século XI e o século XIV (Silva e Ribeiro, 2006-2007: 78). Em sítios da Beira Interior, como no Sabugal Velho (Osório, 2004), templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Carvalho, 2003: 161), Castelo de Belmonte (Marques, 2000) ou cidade da Guarda (Osório, 2004), surgem recorrentemente em contextos datados entre os séculos XII a XIV. O mesmo parece suceder em vários sítios localizados no Vale do Douro como no Castelo de Arouca (Silva e Ribeiro, 2006-2007), no castelo de Matos (Barroca, 1988) e em Santa Cruz de Vilariça, em Torre de Moncorvo (Rodrigues e Rebanda, 1998). No entanto, este tipo de recipientes, abundantemente recolhido em Conímbriga (Alarcão, 1974: Est. XXXVII a XL), tem sido ali integrado na Fase II (séculos VII-IX) definida por Adriaan De Man (2006: 170), afastando-se nitidamente da realidade exposta pelo lote em análise. De igual modo, na região do Alto Mondego, os alguidares de base em disco associam-se a contextos dos séculos IX a XI (Tente *et alii*, 2014).

Independentemente da discussão que terá de ser feita, certo é que os alguidares de base plana saliente continuam a surgir nos contextos mais tardios do século XII deste local (2 peças), de onde se destaca um exemplar com meandro inciso na superfície interna (**Est. LXIII – n.º 4 e 5 e Fig. 159-E**). Os níveis de finais do século XII, puramente românicos, surgem novamente dominados pela presença de panelas (76,2% - **quadro 21**). O tipo preponderante e quase exclusivo (46 NMáxR) conta com recipientes de uma só asa (frequentemente golpeada) e bordo aprumado (**Est. LXII – n.º**

1 a 3 e Fig. 159-A e B). Apresenta pasta compacta de cor cinzenta (grupo 2.1) que, associada ao seu peso percentual corrompe, em certa medida, a análise estatística dos fabricos evidenciados neste lote. De facto, à excepção de um pote (**Fig. 159-C**) e alguidar, todos os outros elementos contabilizados integram-se no fabrico 1.1 com pastas e superfícies de tonalidade alaranjada clara. Neste caso, refira-se a presença de duas panelas de bordo extrovertido com perfil em aleta (**Est. LXII – n.º 4**). Os potes de produção similar (7 NMáxR) mostram perfil idêntico a esta panela, embora sejam de maior dimensão. Ostentam, quase sempre, o típico cordão plástico digitado (**Est. LXIII – n.º 2 e Fig. 159-C**), evidenciando excepcionalmente ondulados brunidos sobre o ombro (**Est. LXIII – n.º 3**).

Forma	Fabricos					Total NMáxR
	1.1	1.2	2.1	2.2	3	
Panelas	2		46			48
Cântaros	3					3
Potes	7		1			8
Alguidares	1		1			2
Total	13	-	48	-	-	61

Quadro 21 – Distribuição das formas (transição do séc. XII - séc. XIII) identificadas por fabrico.

Reforça-se o decréscimo da presença de jarros ou cântaros, agora somente de colo moldurado com bico vertedor (2 exemplares – **Est. LXIII – n.º 1**) ou de colo simples com asas pontilhadas (1 peça) (**Est. LXII – n.º 5 e Fig. 159-D**). O primeiro assemelha-se a um tipo de jarro comum em sítios arqueológicos do norte de Portugal[128] (como o castelo de Arouca (Silva e Ribeiro, 2006-07: 77, fig. 12 – n.º 1), Baldoeiro e Sta. Cruz da Vilariça (Rodrigues, 1994: 62-63) e Santo Estevão da Facha (Almeida *et alii*, 1981) de cronologia alto-medieval (Séc. XI-XIII). Apesar de se contar com a presença de alguns fragmentos informes pintados a branco sublinha-se, mais uma vez, que esta passa a ser uma manifestação quase residual. Ou seja, ao mesmo tempo que na cerâmica comum se assiste à permanência das asas com incisões ou pontilhadas, dos cordões plásticos digitados, verifica-se um notório decréscimo dos elementos pintados e surgem neste local, embora muito mal representados (apenas três exemplares), os primeiros fragmentos de superfície vidrada melada e a verde (**Fig. 159 – F e G**).

[128] E que também se encontra presente em Conímbriga (Alarcão, 1974: Est. XLV e XLVI – vários exemplos).

1.3.5. Os níveis de colmatação das galerias do piso superior do criptopórtico

Como foi referido em capítulo anterior (II.2.1.1.2), tivemos oportunidade de analisar um conjunto de espólio cerâmico proveniente dos níveis de colmatação das galerias do piso superior do criptopórtico, exumado durante as campanhas de 1955-56, que se encontrava inédito e depositado nas reservas do museu. Para além dos lotes já referenciados de época romana e moderna, contava-se um grupo mais numeroso (composto por 76 peças[129]) a que atribuímos uma datação genérica do período medieval. Trata-se de um conjunto heterogéneo ao nível dos fabricos evidenciados (**Quadro 22**), novamente caracterizado pela monotonia formal onde sobressaem as formas fechadas, mas que revela (nalgumas categorias morfológicas identificadas) alguma diversidade tipológica e vastas soluções de ordem estética que parecem indiciar uma ampla cronologia de produções.

As panelas contabilizam 46,1% do total da coleção (35 exemplares). Apesar da variedade tipológica constatada (**Fig. 160 A-C**), assiste-se a uma supremacia dos recipientes de uma asa (várias vezes puncionada), que parte do colo (19 NMáxR - **Est. LXIV – n.º 2 e LXV – n.º 1**), cujo modelo e fabrico (2.1) se assemelha às panelas predominantes neste local durante a fase final do séc. XII e igualmente compatíveis com elementos identificados no Pátio das Escolas (Catarino *et alii*, 2009: 374, fig. 13-n.º2) e Viseu (Rodrigues, 2014: 154, fi. 4 – 6.2). Entre os restantes modelos, todos de cozedura oxidante, distinguem-se as produções mais grosseiras (1.2), de bordo extrovertido com variáveis ao nível do lábio (**Est. LXV – n.º 3 a 5**), dos fabricos mais finos com bordo e colo vertical e ombro marcado por caneluras (3 NMáxR -**Est. LXIV – n.º 1 e 3**). Neste grupo, destaca-se ainda um único exemplar com duas asas (**Est. LXIV – n.º 4**) e um pote/panela de bordo ligeiramente extrovertido e decoração pintada a preto (ou branco queimado) sobre o bojo (**Est. LXV – n.º 2 e Fig. 160-D**). Efectivamente, exceptuando a tonalidade da pintura, assemelha-se a um exemplar de Lisboa (núcleo da R. dos Correeiros – Bugalhão *et alii*, 2003: 148, fig. 14 – n.º 3360) que se encontra inscrito no séc. X-XII.

A totalidade dos cântaros (8 NMáxR), de bordo em aba tendencialmente introvertida (**Est. LXVIII – n.º 1 e 2 e Fig. 161 A-B**), integra-se num dos modelos dominantes identificados nos contextos do séc. XI, caracterizando-se igualmente pela rica ornamentação por segmentos de traços pintados a branco. Reconhece-se a presença de elementos com bordo mais recto (não tão reentrante) semelhantes a recipientes provenientes do Pátio da Escolas (Catarino *et alii*, 2009: fig.

[129] Que parecem ter sido alvo de uma selecção prévia, pois apenas contemplam exemplares com forma e de grande dimensão.

6, n.º 1) e que ali poderão acercar-se do séc. XII e de outros pontos da cidade oriundos de contextos do séc. XIII (Almeida e Temudo, no prelo: fig. 3, n.º 15).

Forma	Fabricos					Total NMáxR
	1.1	1.2	2.1	2.2	3	
Panelas	5	11	19			35
Cântaros	8					8
Púcaros/Pucarinhos/Jarrinhas	2	4	2			8
Jarros trilobados	9					9
Potes	1	5				6
Alguidares	5	1	1			7
Candis					3	3
Total	30	21	22	-	3	76

Quadro 22 – Distribuição das formas medievais (dos níveis de aterro do piso superior do criptopórtico) identificadas por fabrico.

Os jarros trilobados e colo moldurado (9 NMáxR - **Est. LXVIII – n.º 3 e 4 e Fig. 161-D**) parecem filiar-se numa longa tradição que neste local remonta ao séc. IX-X. No entanto, o fabrico e perfil das peças aqui recolhidas, associado à presença constante de asa pontilhada ou puncionada, aproximam-se dos jarros de "bico lobulado" do mundo setentrional e que se alistam entre o séc. XI-XIII (Silva e Ribeiro, 2006-07: 77). Relativamente à cerâmica de mesa enumeram-se igualmente dois jarros ou púcaros com pastas enegrecidas e superfícies polidas (ou mesmo brunidas) (**Est. LXVII – n.º 1 e 2 e Fig. 161-E**), com paralelo no Pátio das Escolas (Catarino *et alii*, 2009: 345 e fig.4, n.º 2) e ali integrado entre o séc. IX-X. Para além destes registam-se outros dois exemplares que revelam traços pintados a branco sobre o bojo (**Fig. 161-C**). Um deverá corresponder a um pequeno jarro/púcaro de bordo vertical (**Est. LXVI – n.º 4**) e outro a uma jarrinha polilobada e colo alto canelado (**Est. LXVII – n.º 3**). As peças classificadas como púcaros apresentam fabricos oxidantes grosseiros (1.2). Para além de um exemplar com perfil em S (**Est. LXVI – n.º 1**), enumeram-se três objectos de colo cilíndrico (**Est. LXVI – n.º 2 e 3**).

Os potes, com bordos ora mais (**Est. LXIX – n.º 3**) ou menos (**Est. LXIX – n.º 2**) destacados e extrovertidos mas sempre com o típico cordão plástico sobre o ombro (**Fig. 160-F**), patenteiam perfis que se registam neste local durante o séc. XI e XII/XIII. Destaca-se um exemplar de colo vertical com cinta puncionada (**Est. LXIX – n.º 1**) semelhante a peças apenas reconhecidas nos níveis do séc. XI. No grupo dos alguidares (7NMI) prevalecem os perfis troncocónicos por vezes decorados com cordão plástico ou digitações (**Est. LXX e Fig. 160-E**), englobando fabricos de tendência oxidante.

Por fim, destaca-se a recolha de três candis. Destes apenas se localizou o fragmento de um bico fusiforme, inédito, em pasta de cor creme amarelada (**Est. LXIX – n.º 4 e Fig. 161-F**). Os outros dois exemplares, apesar de noticiados (Oleiro, 1955-56: 156), encontram-se desaparecidos. Não obstante, dispomos de fotocópia de fotografias destes exemplares (**Fig. 161-F**). Embora esse registo seja de má qualidade, é suficiente para classificar um outro bico fusiforme, quase prismático, e uma outra peça de perfil mais completo. Esta, apenas com o bico fracturado, parece dispor de bordo boleado, colo alto e asa de perfil romboidal ou em "D". As características da pasta não são perceptíveis admitindo-se, porém, poder tratar-se de um fabrico mais grosseiro, com pasta de tonalidade mais escura que os anteriores. De qualquer modo, conjugando as tipologias evidenciadas com a ausência de superfícies vidradas ou decoração parece ser possível afirmar que não deverão ultrapassar o período califal[130] (séc. X-XI). Apesar de não termos tido oportunidade de observar directamente estes objectos, a cronologia sugerida é mais um elemento a ter em conta. De facto, quando conjugados com outros indicadores cronológicos como os quatro *dirhams* em prata de época almóada (datadas de 1161/1268 – Cf. Cap. III.2) exumados nestes mesmos contextos, possibilitam fixar um intervalo temporal que medeia o séc. X/XI e o séc. XIII e que parece denotar a realidade constatada pela análise morfo-tipológica da miscelânea que constitui este lote.

1.3.6. Síntese, periodização e evolução

A história da cidade de Coimbra entre os séculos VIII e XI encontra-se intimamente ligada à peleja entre cristãos e muçulmanos pela conquista e domínio desta faixa ocidental da Península Ibérica. Situação que fica a dever-se ao facto desta cidade se situar no extremo setentrional do *Gharb al-Andalus*, em plena linha de fronteira entre aquelas duas forças. É, para além de uma crónica de avanços e retrocessos, um registo feito de suspensões mas também de fusões e algum hibridismo. A cidade é tomada pelos muçulmanos em 714/715, reconquistada pelos cristãos em 878, novamente retomada pelas forças islâmicas em 987 e, finalmente em 1064, recuperada definitivamente para o domínio cristão. Por esta altura o Condado de Coimbra encontra-se integrado no reino de Leão. A realidade de Coimbra durante estes três séculos e meio, de que subsiste esparsa e escassa informação, é complexa e socialmente compósita. Por um lado, sob domínio islâmico, manteve maioritariamente uma população cristã ou moçárabe. Por outro lado, embora a presença islâmica na cidade não tivesse sido contínua como noutras cidades do sul do país, esta foi certamente marcante na construção da sua síntese cultural transposta, em última

[130] Não sabemos se serão estas as "candeias, provavelmente califais, conservadas no Museu Machado de Castro" a que Helena Catarino (1995-97: 464) se refere.

instância, nas cerâmicas que aqui se apresentam. Face ao exposto, não se deverão dissimular as dificuldades sentidas na atribuição consciente de uma cronologia rigorosa dos lotes em análise a partir do séc. XI. Relativamente a estes e embora não se haja esgotado a procura de paralelos formais, há a assinalar alguma inconsistência nas escassas analogias morfológicas estabelecidas com o material conhecido de contextos geograficamente mais próximos, com os quais teoricamente haveria maior afinidade fruto, provavelmente, da complexidade sociopolítica e cultural da cidade de Coimbra ao longo do período alto-medieval. Contudo, é possível apresentar algumas linhas de reflexão genéricas, sobretudo, ao nível dos padrões de permanência ou colapso de tendências ao longo deste quadro temporal (séc. IX a XIII – **quadro 23**).

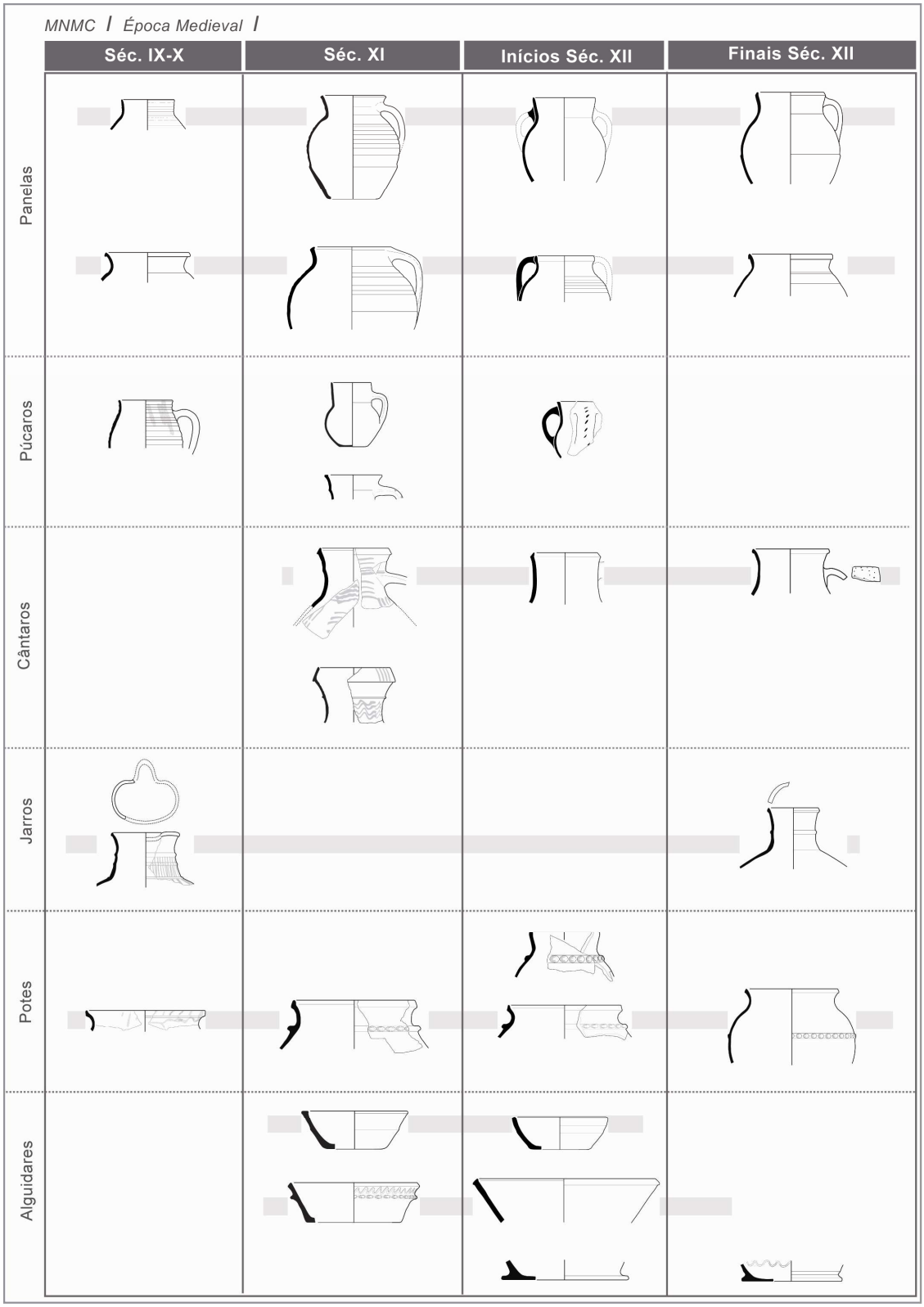
Em primeiro lugar e transversal a todos os lotes, assinala-se uma tendência contrastante ao nível da representatividade formal no que respeita à proporção de formas abertas e fechadas, potencialmente justificada pelos costumes gastronómicos e hábitos de consumo alimentar. Efectivamente, assiste-se a uma monotonia formal, constatando-se um predomínio dos contentores fechados (das panelas, cântaros e potes) sobre os recipientes abertos, sendo quase inexistente a louça de mesa (como os pratos e taças). Outro aspecto manifestamente evidente até aos finais do século XI prende-se com o facto de a pintura a branco constituir um dos padrões decorativos dominantes (motivos simples, normalmente através de séries de 3/4 traços paralelos, e em menor número os 4 traços ondulados ou os foliáceos), juntamente com a aplicação de cordões plásticos, incisões e punções nas asas. Verifica-se, por vezes, a conciliação de duas ou mais destas técnicas numa mesma peça. Por outro lado, salienta-se ainda, nestes contextos até aos finais do século XI, a presença de formas que reproduzem modelos arcaizantes e a total ausência de peças vidradas e decoradas a verde e manganés, em corda seca parcial e total, e até de simples pinturas a vermelho ou preto. Assiste-se, durante este período, à convivência de formas e orientações estéticas de tradição tardo-romana / visigótica com outras de feição nitidamente islamizante (visível essencialmente na adopção de formas e temáticas inovadoras, nomeadamente alguns tipos de cântaro com superfícies pintadas a branco). Para além disso, se algumas peças se filiam na cultura cristã do Noroeste Peninsular, outras fixam-se nas tradições islâmicas meridionais.

As cerâmicas dos níveis atribuídos ao século XII (e de transição para o século XIII) revelam alguns indicadores que apontam, não para uma ruptura total com a realidade anterior, mas antes, para o início de uma mudança. Verifica-se, antes de mais, um reforço da monotonia formal. Os cântaros, outrora predominantes conjuntamente com as panelas e potes, começam a perder expressividade e, com eles, uma das particularidades que os acompanhava e caracterizava – a pintura a branco. Se antes a pintura era uma manifestação dominante, passa agora a ser residual. Por outro lado, a percentagem de asas incisas ou golpeadas e a aplicação de cordões plásticos permanece estável. Ao mesmo tempo assiste-se, pela primeira vez, ao aparecimento de algumas

formas e tipos como os alguidares com fundos de base em disco, típicas do mundo setentrional desde o século X/XI, e à introdução pontual de algumas importações do mundo meridional como os vidrados. Isto é, não fechando totalmente as portas ao mundo meridional, parece que a partir do século XII em Coimbra se começa definitivamente a gravitar em torno das influências do mundo cristão.

Resta sublinhar que estas conclusões se encontram apenas ancoradas no estudo desta colecção. São linhas de estudo que não poderão ser tomadas como definitivas até se estender a análise a outros lotes coetâneos. De facto, em sítios arqueológicos com dilatada diacronia ocupacional, e numa cidade como Coimbra, situada numa linha de fronteira de lealdades imprecisas, com avanços e retrocessos e onde coexistem populações cristãs ou moçárabes e berberes ou muçulmanas, torna-se penoso definir, através da cultura material, estes contextos.

De certa forma, Coimbra alto-medieval é isto mesmo, um centro de confluência destas duas influências onde se assimilam gostos e tendências, e onde o ritmo da evolução da cultura material do quotidiano não acompanha no imediato as mudanças políticas e religiosas, mantendo-se incólume e estável na sua síntese cultural, pouco permeável a alternâncias bruscas, e só paulatinamente adaptando novos gostos e "modas".



Quadro 23 – Tabela recapitulativa e evolutiva das principais formas identificadas nos contextos medievais.

1.4. Cerâmica de época moderna - Introdução

As escavações realizadas na ala sul do edifício permitiram identificar no criptopórtico romano, um depósito, interpretado como lixeira, selado pelo nível das cavalariças do antigo paço episcopal de finais do século XVI. Estes contextos estratigráficos, de leitura clara e segura, notabilizam-se pela variedade, invulgar abundância e bom estado de conservação do espólio cerâmico exumado que foi possível integrar em quatro momentos distintos de deposição, entre os séculos XV e XVI. A partir do conjunto cerâmico recolhido neste volumoso aterro foi possível reconstituir várias centenas de peças inteiras ou de perfil completo. Sobressai a extraordinária diversidade e quantidade de peças que compõem esta colecção que permite documentar, com raras excepções, todo o repertório formal da baixela cerâmica reconhecida para o quotidiano da época. Por estes motivos, apenas se adicionaram a este grupo, muito pontualmente, peças coetâneas, provenientes de outros sectores, que poderiam colmatar alguma lacuna no espetro formal.

O forte investimento (de tempo e espaço) despendido no estudo desta colecção prende-se diretamente com o carácter excecional do conjunto, decorrente de contextos cronológicos estreitos e seguros, face ao quadro lacunar e deficitário que marca o conhecimento da cultura material da cidade de Coimbra deste período. Nestas circunstâncias, afigurar-se-ia incompreensível ignorar o impacto que o estudo desta coleção poderá assumir no plano geral dos estudos de cerâmica moderna. Em primeiro plano, por contribuir para afinar as cronologias de alguns contextos identificados neste sítio arqueológico exclusivamente datados tendo por base a exumação de semelhantes fragmentos cerâmicos. Num plano mais geral, por materializar-se como amostra significativa da cidade e região envolvente, contribuindo assim para a consolidação do quadro informativo numa esfera mais vasta à escala nacional/peninsular.

A apresentação do estudo desta coleção poderia obedecer a vários formatos, todos eles admissíveis e não exclusivos. A multiplicidade de fabricos, conjugada com a diversidade formal que, por sua vez, nem sempre atende a conjuntos funcionais coerentes, dificultou a selecção de um modelo expositivo único, simples, linear e de referência. Mantendo a regra empregue na apresentação das colecções dos períodos cronológicos anteriores, teve-se em conta como primeiro parâmetro analítico o grupo tecnológico. Numa primeira etapa aponta-se individualmente cada fabrico com a ilustração da respectiva panóplia formal, seriado nas fases cronológicas de referência, não descurando nalguns grupos a introdução às problemáticas associadas. No ponto subsequente (cap. III.1.4.3), tendo por base a categoria funcional dos recipientes, ensaia-se a evolução das principais linhas morfo-tipológicas. Por último, em síntese, expõem-se as principais conclusões retiradas deste ensaio.

Como se transpõe do enunciado, toda a análise assenta numa periodização pré-estabelecida e ancorada em quatro fases cronológicas distintas, entre o século XV e os finais do século XVI. Por este motivo, iniciamos esta apresentação esclarecendo e justificando todos os fundamentos que nos conduziram a tal repartição.

1.4.1. Processo, contexto estratigráfico e datação: a periodização

Tal como se encontra exposto no capítulo dedicado à estratigrafia e processos tafonómicos, os achados efectuados na ala sul do criptopórtico claudiano (sector C – área I) fazem eco do epíteto "caixa de surpresas" escolhido por Vergílio Correia (1946) para qualificar este arqueossítio. Relativamente a este espaço e com base nos resultados da intervenção prévia realizada no extremo sudeste do edifício (Carvalho, 1998), que apontavam para a presença, sob os níveis de circulação modernos, de um aterro compatível com a edificação claudiana, foi reservada a sua escavação para a fase de execução de obra.

Não obstante, os trabalhos vieram expor uma realidade distinta da antecipada. Concretamente, a remoção do último nível de circulação (de finais do século XVI) revelou que o espaço se encontrava compartimentado por quatro muros estruturais de contraforte interno do criptopórtico claudiano (**Fig. 57**). As referidas divisões (por conveniência denominadas de sondagens) encontravam-se aterradas por depósitos que se suspeitavam coetâneos da construção envolvente. Contudo, embora este quadro ocasionalmente se verifique, os dados recolhidos evidenciaram uma realidade mais complexa. Com efeito, a análise desta intervenção comprova a ocupação contínua deste espaço no decurso das épocas subsequentes ao século I d.C.

Recapitulando a sequência dos testemunhos estratigráficos registados, identificou-se, sob o pavimento da cocheira do paço episcopal, uma sucessão de sapatas, ao longo do eixo longitudinal da sala, assentes em estratos de cronologia medieval e romana. Estes elementos estruturais, datados de finais do século XVI e de difícil interpretação, associam-se a uma qualquer construção erigida simultaneamente ou em momento imediatamente anterior à edificação da *loggia*, projectada por F. Terzi. Esta reestruturação que confere ao paço as suas actuais linhas, teve por promotor D. Afonso Castelo Branco, que no portal de entrada fez gravar a data de 1592 – ano que marca o final desta reforma. Este marco cronológico surge aqui valorizado por se assumir como *terminus ante-quem* dos aterros selados pelos níveis que envolvem as referidas sapatas, com especial relevo para o depósito de Época Moderna que constitui objecto do presente capítulo.

O depósito em questão reporta-se à sondagem 3, onde se assinalou, sob os estratos associados à já mencionada sapata (u.e.^{s} 20 e 21), um terrapleno com significativo contributo de matéria orgânica, interpretado como lixeira - ou vazadouro de despojos e detritos domésticos (com

cerca de 3,5m de potência estratigráfica). Esta volumosa massa de descarte assente no extradorso da cloaca romana (e estratos seus contemporâneos) e envolvendo uma estrutura hidráulica romana (u.m. 27) (**Fig. 65**) era, por sua vez, constituída por uma sequência linear de níveis de despejo (u.e.^{s} 23, 23A, 25, 26, 28, 29, 29A, 30 – **Fig. 64**). A exumação desta sucessão de estratos selados permitiu recolher, para além do acervo cerâmico, um significativo conjunto de peças metálicas, de vidro e de osso trabalhado. Para além destes, ganham particular relevância as 350 numismas recuperadas (Cf. anexo 3.1. – quadro IV) que nos permitem agrupar as oito unidades estratigráficas de proveniência em quatro momentos distintos de deposição (**Fig. 64** e **Quadro 24**). Assim sendo, considerando a cronologia relativa proporcionada por estes elementos como *terminus post-quem*, poderemos fixar o processo de formação desta lixeira entre a segunda metade do século XV e o último quartel do século XVI (até 1592). Nestes termos, arrolam-se as u.e.^{s} 29, 29A e 30, na primeira fase de depósito, ocorrida, em consonância com os dados analisados, em meados do século XV, correspondendo a moeda mais recente a uma emissão de D. João I (1383-1433). O segundo momento de deposição corresponde à u.e. 28, onde as moedas predominantes são cunhagens de D. Fernando, pertencendo as mais recentes a D. João II (1481-1495), indicando uma cronologia de finais do século XV / inícios do século XVI. A terceira fase, associada às u.e.^{s} 25 e 26, terá ocorrido em meados do século XVI, correspondendo as moedas mais recentes a ceitis de D. João III (1521-1557). O último momento de utilização da lixeira equivale às u.e.^{s} 23 e 23A onde as moedas mais recentes são emissões de D. Sebastião (1557-1578).

Fases	Reinado da numisma mais recente	Época provável da deposição do aterro	Hipotético ciclo de utilização do espólio cerâmico
Fase I	D. João I (1385-1433)	Meados do século XV	1ª metade do século XV
Fase II	D. João II (1481-1495)	Finais do século XV / inícios do século XVI	2ª metade do século XV
Fase III	D. João III (1521-1557)	Meados do século XVI	1ª metade do século XVI
Fase IV	D. Sebastião (1557-1578)	1578 (1585?) - 1592	3º quartel do século XVI

Quadro 24 – Quadro recapitulativo da cronologia das 4 fases.

Recorde-se que é sobre estas unidades que se fundam os pilares, presentes na ala sul, cuja construção é solidária com a *loggia* - projecto finalizado em 1592. Esta conjuntura leva-nos a circunstanciar esta última etapa de estratificação entre 1578 e 1592. Por fim, não deixa de ser curiosa a associação de algumas fases de deposição às prelaturas dos bispos reformadores do antigo Paço Episcopal. Efectivamente, a segunda e terceira fases parecem coincidir com o bispado

de D. Jorge de Almeida (1481-1543) que reestrutura todo o Bloco Norte, enquanto a quarta fase se articula eventualmente com a renovação do Bloco Sul promovida por D. Afonso de Castelo Branco (1585-1615) - hipótese plausível e que permitiria estreitar o intervalo de datação da última fase de aterro entre 1585 e 1592.

1.4.2. Os fabricos

O conjunto cerâmico recuperado neste aterro era composto por um número significativo de peças inteiras ou quase completas (**Fig. 162 A-D**) e igualmente por vários milhares de fragmentos amorfos. Apesar da sua quantidade e grau de fragmentação, desde cedo nos apercebemos de que estes correspondiam, maioritariamente, a peças partidas *in situ*. As condições particulares em que jazia este material reclamaram um reforço do investimento de tempo e recursos disponíveis[131] numa primeira etapa de trabalho laboratorial e de tentativa de reconstituição, total ou parcial, do maior número possível de recipientes. Esta situação permitiu realizar várias colagens e, por oposição aos lotes ceramológicos de períodos anteriores, determinar o número mínimo de indivíduos (NMI). Ao todo, foram contabilizadas 1454 peças distribuídas pelas quatro fases pré-estabelecidas (**Quadro 25**).

A caracterização dos grupos tecnológicos e definição dos fabricos das cerâmicas modernas assentou numa análise macroscópica das pastas. Numa primeira observação, constata-se que o lote é predominantemente composto por louça de barro vermelho, torneada, com pastas compactas, medianamente duras e de aspecto laminar, que oscilam entre o depurado e a inclusão de elementos não plásticos de pequeno e médio calibre bem distribuídos. Estes são compostos, essencialmente, por quartzo, mica e calcário, denotando-se a presença menos regular de grãos ferruginosos e alguma moscovite. A sua cozedura terá ocorrido em ambiente oxidante, como se certifica pela tonalidade vermelha – alaranjada das pastas, embora se vislumbre, em algumas peças (sobretudo nas fases mais recuadas), a presença de manchas escuras na superfície exterior, fruto das alternâncias de temperatura durante esse processo. Do mesmo modo, verifica-se nalguns fragmentos mais espessos a existência de um veio central de cor cinzenta, motivado pelo arrefecimento da carga do forno em momento de pós-cozedura.

O grupo descrito contempla 88% (1278 NMI – **quadro 25**) do universo total da coleção. Apesar da uniformidade na aparência visual das pastas deste grande agrupamento regista-se simultaneamente alguma diversidade, sobretudo ao nível dos acabamentos. A pluralidade de

[131] O tratamento laboratorial (**Fig. 162 E a H**) destas peças cerâmicas contemplou cerca de seis meses de trabalho efectivo e contou com o auxílio de quatro funcionários do MNMC.

soluções de tratamento superficial e decoração (nas suas diversas combinações), determinada frequentemente por aspectos morfológicos e funcionais, motivou a criação de sub-grupos. Com efeito, identificaram-se cerâmicas de pasta vermelha com superfícies simplesmente alisadas, com polimento interno ou externo, com aplicação de aguada acastanhada ou revestimento interno vidrado, com brunido em listas verticais ou com traços pintados a branco. Destacam-se ainda as séries mais finas, com pastas muito depuradas, onde se distinguem os modelos brunidos, modelados, empedrados e com decoração em alto-relevo.

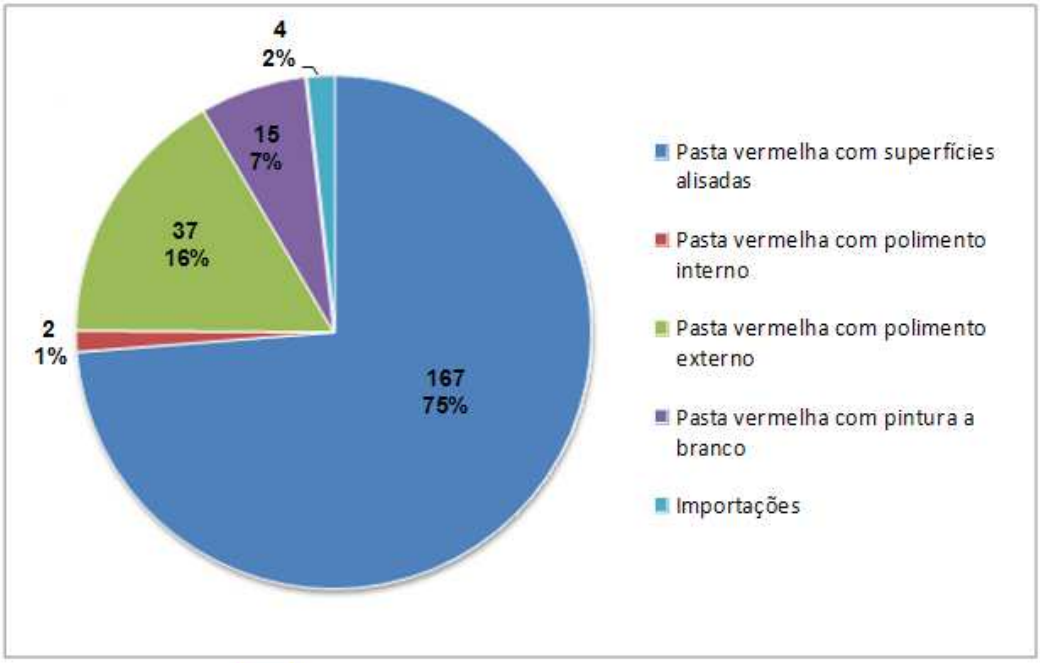
Fabricos		Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Total	%
Cerâmica de pasta vermelha	**Com superfícies alisadas**	167	160	97	296	**720**	**49,5%**
	Com polimento interno	2	4	16	95	**117**	**8%**
	Com polimento externo	37	39	32	-	**108**	**7,4%**
	Com listas brunidas	-	-	3	92	**95**	**6,5%**
	Com aguada	-	-	-	102	**102**	**7%**
	Com pintura a branco	15	-	-	1	**16**	**1,1%**
	Com revestimento interno vidrado	-	-	-	65	**65**	**4,5%**
Pasta vermelha fina	**Com alto-relevo**	-	-	-	2	**2**	**0,1%**
	Brunida	-	-	1	12	**13**	**0,9%**
	Modelada	-	-	-	17	**17**	**1,2%**
	Empedrada	-	-	-	23	**23**	**1,6%**
Outros	**Cerâmica de pasta cinzenta com superfícies alisadas**	-	-	2	9	**11**	**0,8%**
	Cerâmica de pasta branca com revestimento vidrado	-	-	-	78	**78**	**5,4%**
	Faiança	-	-	-	59	**59**	**4,1%**
	Importações (várias)	4	-	-	24	**28**	**1,9%**
		225 15,5%	**203 13,9%**	**151 10,4%**	**875 60,2%**	**1454 100%**	**100%**

Quadro 25 – Distribuição do NMI por fabricos e fases.

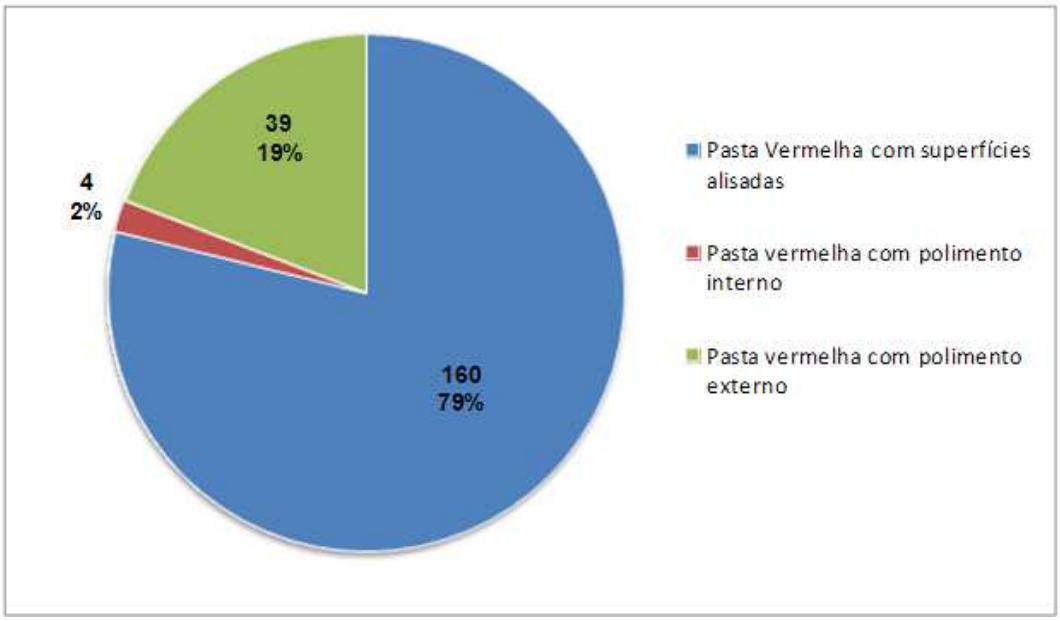
Para além da louça vermelha foram identificados outros fabricos, alguns meramente residuais, como a cerâmica de pasta cinzenta, e outros apenas adstritos à Fase 4 como a faiança e os elementos em pasta branca com revestimento vidrado. Por fim, mencione-se a presença vestigial de serviços importados de várias origens que neste campo específico e apenas para fins estatísticos são tratadas como um só grupo.

A distribuição percentual dos fabricos em cada fase cronológica pode ser muito desigual, embora o predomínio das cerâmicas de pasta vermelha com superfícies alisadas seja uma evidência em todas elas (**Quadros 25 a 29**). Assiste-se a uma fraca diversidade tecnológica nas primeiras três

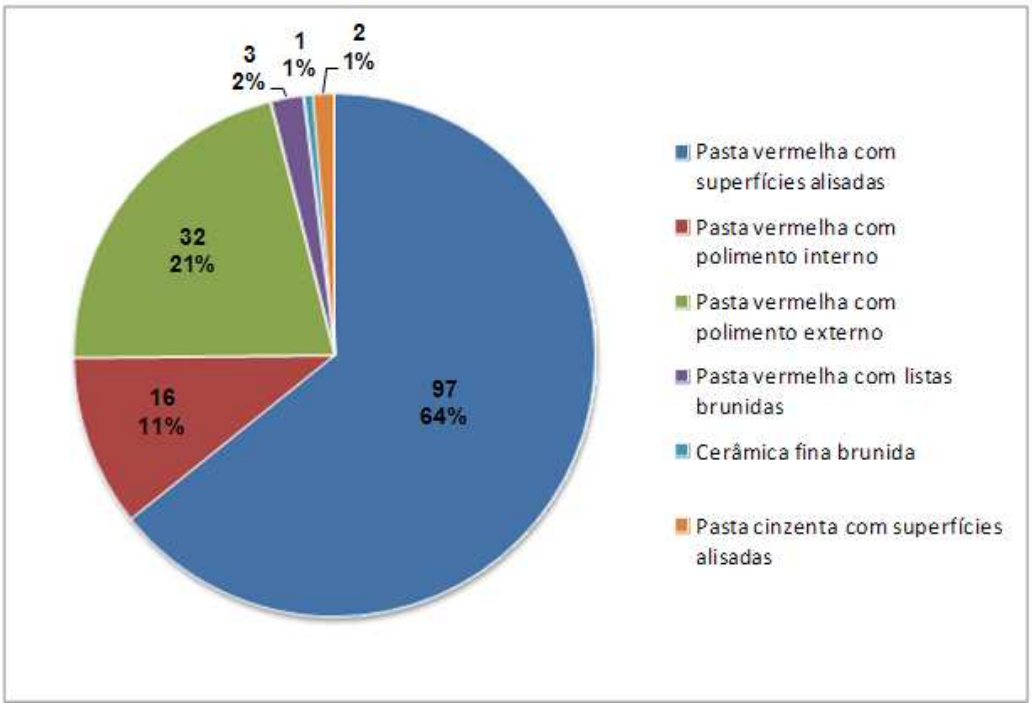
fases. A quarta e última fase é responsável pela ampliação substancial do quadro dos fabricos referenciados (**Quadro 25 e 29**). Este facto, que será devidamente abordado ao longo desta apresentação, motivou a atribuição de variantes formais somente no fabrico de cerâmica vermelha alisada por ser a categoria onde melhor se constata uma tendência evolutiva e diacrónica dos diferentes modelos formais.



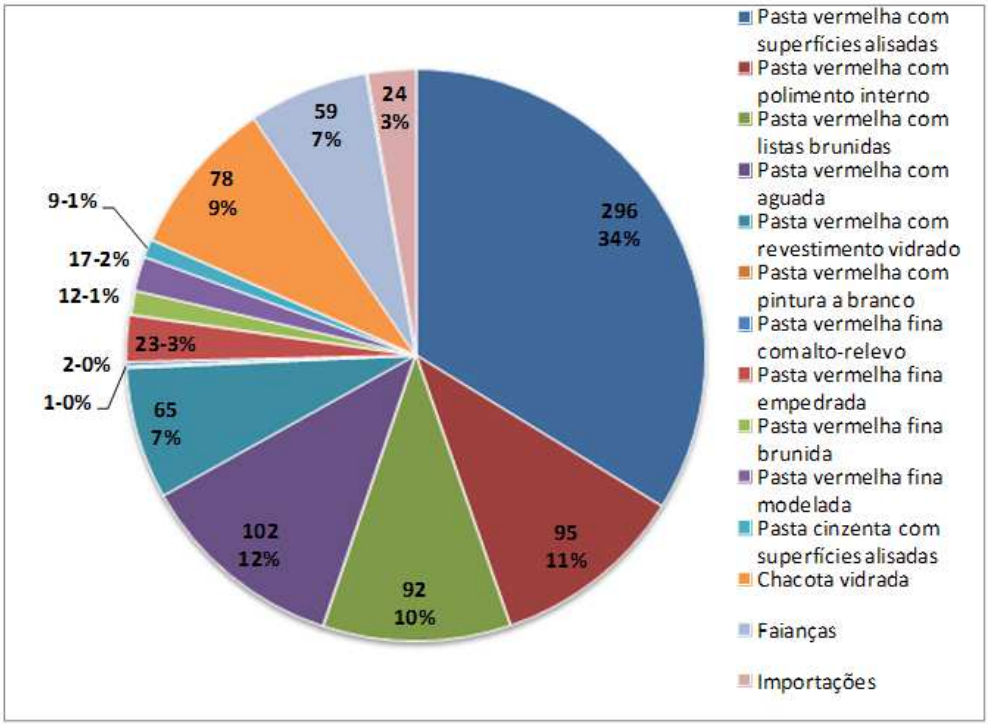
Quadro 26 – Distribuição percentual dos fabricos na Fase 1.



Quadro 27 – Distribuição percentual dos fabricos na Fase 2.



Quadro 28 – Distribuição percentual dos fabricos na Fase 3.



Quadro 29 – Distribuição percentual dos fabricos na Fase 4.

1.4.2.1. Cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas (Fases I, II, III, IV)

Optou-se pelo termo alisado, em detrimento da expressão "fosca" utilizada por alguns autores (Barros *et alii*, 2013: 702), para designar um tipo particular de produções que se apresentam desprovidas de qualquer acabamento específico, exibindo uma aparência final embaciada, sem brilho ou despolida.

Este é o subgrupo mais numeroso (720 NMI) de todo o lote, representando cerca de 56% de toda a louça de barro vermelho contabilizada e cerca de 50% do total de toda a coleção (**Quadro 25**). Encontra-se presente em todas as fases e aí predomina sobre os restantes fabricos (**Quadros 26 a 29**). Apesar disso, a sua representatividade percentual vai decrescendo à medida que nos aproximamos da fase 4. Facto que se fica a dever ao advento e diversificação dos grupos tecnológicos.

Como veremos, este é o fabrico preponderante no serviço de cozinha e nalguns recipientes de armazenamento, transporte e serviço de líquidos (como as bilhas) e exclusivo nalguns objectos de uso complementar, como os testos, e de iluminação (candeias rasas).

A – Fase I: Formas

A cerâmica de barro vermelho com superfícies alisadas encontra-se representada na fase 1 por 167 peças, cerca de 75% do lote total deste período (**Quadro 26**). Estas encontram-se distribuídas pelos serviços de cozinha (panelas de uma ou duas asas), de mesa (taças, púcaros e pucarinhos de duas asas), de armazenamento, transporte e serviço de líquidos (cântaros, jarro e bilhas), de higiene pessoal ou cozinha (alguidares), de uso complementar (testos) e iluminação (candeias) conforme se ilustra no **quadro 30** e discrimina no **quadro 31**.

Serviço de cozinha

Os recipientes de cozinha cingem-se exclusivamente às panelas de uma ou duas asas (**Fig. 163-G**).

No grupo das panelas de uma asa diferenciam-se três variantes. O modelo A é constituído por pequenos recipientes (com cerca de 10cm de altura e 9cm de diâmetro) de bordo recto e corpo globular (**Est. LXXI – n.º 6**). Nos dois exemplares contabilizados não se conseguiu determinar a presença de asa/s. A confirmar-se a ausência de asa, podemos estar perante um pequeno pote não obstante se observe a existência de fuligem exterior.

O conjunto mais numeroso reporta-se à variante B, composta por exemplares com uma asa em fita que arranca do bordo extrovertido de lábio boleado e se estabelece a meio do corpo globular, cintado e bem demarcado (**Est. LXXI – n.º 3 a 5**). Esta série abarca três tamanhos distintos com diâmetros de abertura da boca fixados nos 11, 14 e 18cm.

A variante C caracteriza-se por ter corpo bitroncocónico com asa a arrancar do bordo extrovertido de lábio boleado e a confluir a meia altura da pança canelada (**Est. LXXI – n.º 1 e 2**).

Apenas se distinguiram dois tipos de panelas de duas asas. O mais comum (variante A) comporta peças de bojo esferóide, base bombeada, bordo de perfil subtriangular e colo curto, normalmente demarcado por caneluras, abaixo do qual arrancam duas asas em fita que terminam junto ao fundo da pança (**Est. LXXII – n.º 1 a 4**). Apesar da coerência do seu perfil, podem apresentar a forma de "saco" mais ou menos desenvolvida e bordo mais ou menos descaído. As suas dimensões oscilam entre os 12 - 18cm de diâmetro de bordo e os 14 – 20cm de altura. O modelo B surge apenas representado por um vasilhame de grande dimensão com bordo em aba horizontal e série de estrias sobre o ombro (**Est. LXXI – n.º 7**). Não se conclui se terá asa/s podendo, neste caso, estarmos também perante um pote de ir ao lume conforme se atesta pela presença de fuligem exterior.

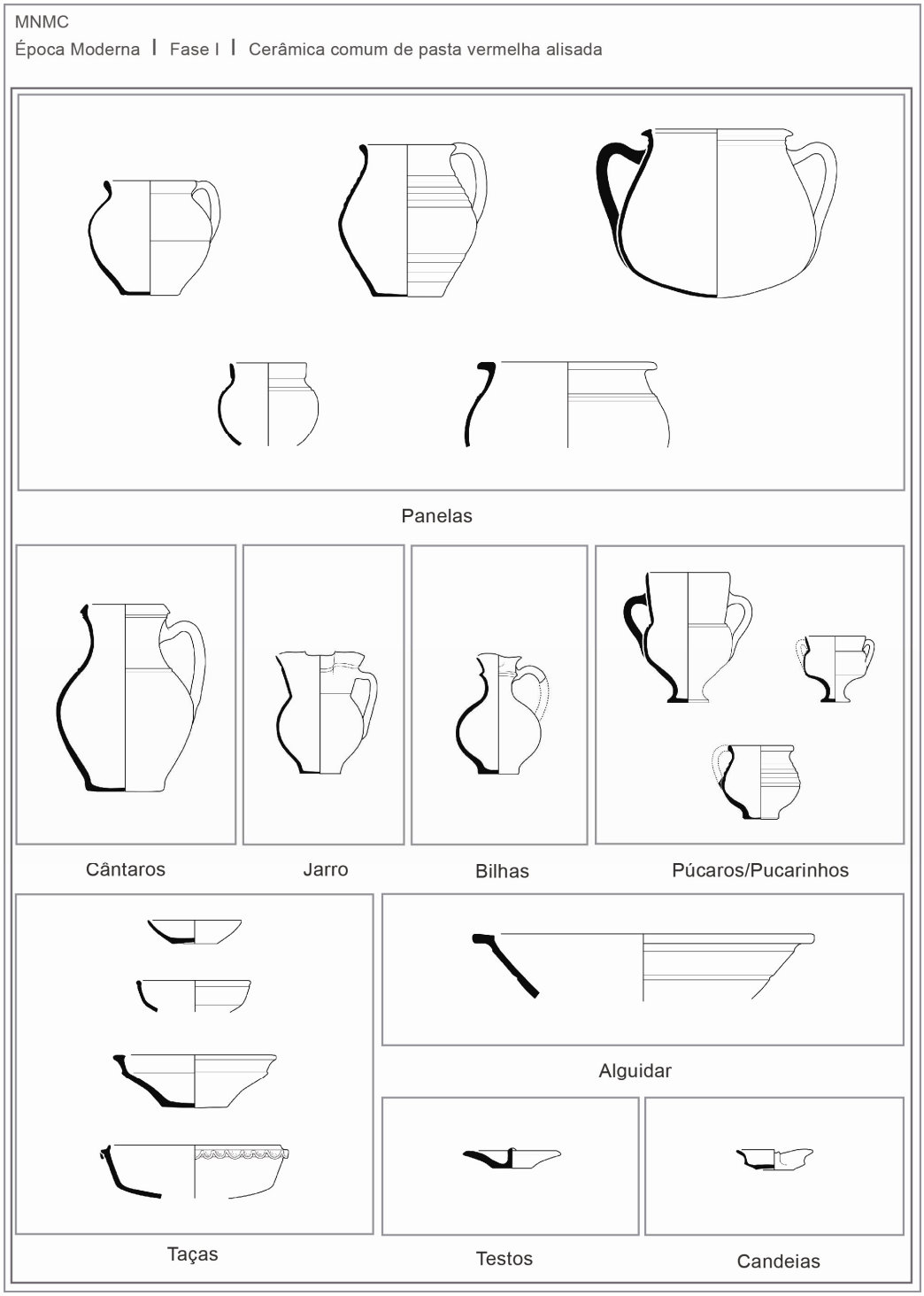
Para além destes, deverá ter-se em conta o reconhecimento de outros 12 indivíduos integrados nesta categoria formal cuja variante não se conseguiu determinar.

Serviço de mesa

Os recipientes de mesa são compostos por peças abertas de apresentação de alimentos e peças fechadas para consumo de líquidos. As primeiras são exclusivamente formadas por taças integradas em quatro variantes. O modelo A equivale a taças rasas de pequena dimensão e de paredes bem abertas (**Est. LXXIII – n.º 1**), podendo ser visto igualmente como um pequeno prato. A variante B reúne taças com lábio arredondado e parede arqueada, sem que se consiga perceber como será o remate da base (**Est. LXXIII – n.º 2 e 3**). As mais numerosas (modelo C - 8 NMI) caracterizam-se pela presença de um ressalto ou carena e bordo com lábio, quase sempre, em pequena aba horizontal (**Est. LXXIII – n.º 5 a 8** e **Fig. 163-D**). Regista-se ainda um exemplar (forma D) com bordo bífido e cordão digitado sob o lábio (**Est. LXXIII – n.º 4**).

A forma mais representada nesta fase (61 NMI) corresponde aos pucarinhos de duas asas, com pé "tipo bolacha", corpo elipsoidal e colo alto, figurados por peças de diferentes dimensões (**Est. LXXIV – n.º 1 a 5** e **Fig. 163-B**). Neste particular, distinguem-se dois grupos proporcionais: os de volume mais modesto com diâmetro de bordo entre os 7 e os 8,5cm e altura entre os 7,5 e os 8,5cm e em menor número, os de maior capacidade, com diâmetro de bordo entre os 8,5 e 10cm e altura entre os 13 e 15,5cm.

Entre os recipientes para ingestão de líquidos regista-se ainda a presença de uma forma de púcaros de uma asa de pequena dimensão com bordo ligeiramente extrovertido, corpo canelado e estreitamento na base (**Est. LXXIV – n.º 6**).



Quadro 30 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas (Fase I)

Armazenamento, transporte e serviço de líquidos

As peças adstritas ao armazenamento, transporte e serviço de líquidos surgem aqui representadas por cântaros, pequenas bilhas e um jarro.

O único modelo (A) de cântaro apresenta corpo ovóide, ombro curto, bordo de forma triangular em aleta com inflexão para o interior e fundo plano (**Est. LXXV – n.º 1 a 4** e **Fig. 163-A**).

Nalgumas peças, o bordo surge mais desenvolvido (**Est. LXXV – n.º 3**). Todos ostentam uma asa em fita, com ligeira depressão longitudinal. Assinala-se a presença de um exemplar que se classificou como jarro (variante - A). Apenas se conserva a parte superior do recipiente, de bordo plano com espessamento externo e aplicação de cordão plástico no colo (**Est. LXXV – n.º 5**). Regista-se ainda a presença de outro pequeno jarro de uma asa, com bordo tetralobado (**Est. LXXVI – n.º 1** e **Fig. 163-F**).

Designamos por pequenas bilhas o conjunto de peças com corpo globular com ressalto entre o bordo e colo, bico vertedor e uma asa (**Est. LXXVI – n.º 2 e 3**). Nas fases 3 e 4, a mesma forma surge representada por recipientes de maior porte. Por esse motivo, designamos também por bilhas estes objectos de menor dimensão, embora pudessem ter outra terminologia e funções ligeiramente distintas, como a de almotolia. Carolina Michaelis refere-se, por exemplo, ao "pichel d'azeite" ou à "vasilha para vinagre" (Vasconcellos, 1921: 18, nota 52).

Higiene/cozinha; uso complementar e iluminação

O grupo de higiene/cozinha é composto por três alguidares com bordo em aba horizontal ou levemente descaída e parede esvasada (**Est. LXXVII – n.º 1**). Um dos exemplares tem decoração ondulada incisa no bordo (**Est. LXXVII – n.º 2**).

Entre as peças de uso complementar assinalam-se vários fragmentos de testos de paredes esvasadas com botão de preensão central (**Est. LXXVII - n.º 3 e 4** e **Fig. 163-C**).

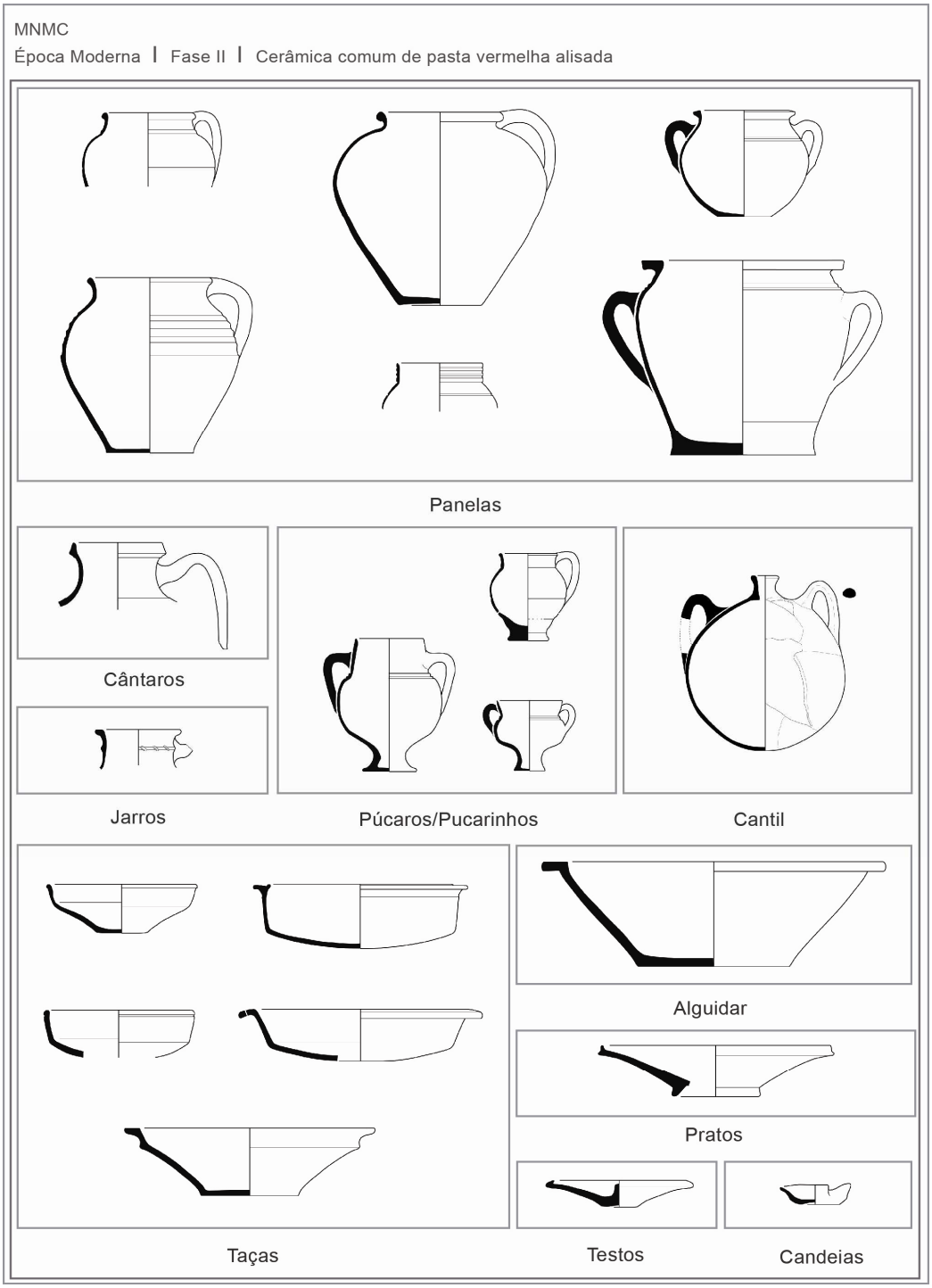
No que respeita à iluminação, regista-se a presença de 14 candeias rasas de câmara aberta com bico bem definido (**Est. LXXVII – n.º 5** e **Fig. 163-E**).

Fase 1	Forma	Variante					Total
		a	b	c	d	Ind	
Serviço de cozinha	Panelas de uma asa	2	10	2		12	33
	Panelas de duas asas	6	1				
Serviço de mesa	Taças	1	2	8	1		12
	Púcaros de uma asa	2					2
	Pucarinhos de duas asas	61					61
Armazenamento, transporte e serviço de líquidos	Cântaros	16				1	17
	Jarros	1	1				2
	Bilhas	8					8
Higiene/cozinha	Alguidar	3					3
Uso complementar	Testo	15					15
Iluminação	Candeia rasa	14					14
							167

Quadro 31 – Fase 1: Distribuição da louça de barro vermelho com superfícies alisadas pelos diferentes serviços.

B – Fase II: Formas

A louça de barro vermelho com superfícies alisadas encontra-se representada na fase II por 160 peças, cerca de 79% do lote total deste período (**Quadro 27**). Tal como na fase anterior, verifica-se a sua preponderância nos serviços de cozinha (panelas de uma ou duas asas), de mesa (taças, púcaros e pucarinhos de duas asas), de armazenamento, transporte e serviço de líquidos (cântaros), de higiene pessoal ou cozinha (alguidares), de uso complementar (testos) e iluminação (candeias) conforme se ilustra na **quadro 32** e discrimina no **quadro 33**.



Quadro 32 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas (Fase II)

Serviço de cozinha

No serviço de cozinha, composto unicamente por panelas de uma ou duas asas (**Fig. 164-A**), continuam a figurar as mesmas variantes já registadas na fase anterior. A única diferença reside na expressividade que algumas formas assumem neste período. Com efeito, os valores de incidência das panelas de uma asa de bordo recto (variante A), que aqui surge delineado por caneluras (**Est. LXXXVII – n.º 5**), e as de bordo simples extrovertido com corpo cintado (variante B – **Est. LXXXVI – n.º 1**) mantêm-se quase inalterados (**quadro 33**). Por oposição, o modelo C, antes residual, passa agora a ser preponderante e evolui para um perfil ovóide marcado por caneluras (**Est. LXXXVI – n.º 2 a 5**). Neste particular, regista-se a identificação de uma peça de perfil semelhante mas com evidentes defeitos de modelagem (**Est. LXXXVI – n.º 6**) e que, apesar de não exibir as típicas caneluras na parte superior do corpo, se integrou nesta variante.

Denota-se a mesma similitude relativamente às panelas de duas asas onde se assiste novamente a uma supremacia da variante A de corpo esférico (**Est. LXXXVII – n.º 1 a 4**). Devemos, no entanto, assinalar que 8 das 11 panelas deste tipo são de pequena dimensão, não ultrapassando os 10,4cm de diâmetro e os 12,4cm de altura. Apenas um exemplar atinge os 18cm de abertura de boca (**Est. LXXXVII – n.º 4**).

Verifica-se, mais uma vez, a inclusão de uma peça distinta que incluímos na variante B. Desta feita, surge com perfil completo, apresentando as duas asas que na fase anterior apenas se conjecturavam. Do mesmo modo, exibe um bordo em aba horizontal e colo curto demarcado por caneluras (**Est. LXXXVII – n.º 6** e **Fig. 164-B**).

Serviço de mesa

As formas incluídas no serviço de mesa procedentes da segunda fase deste aterro também não diferem muito das que se encontram representadas no nível anterior. Assiste-se novamente a uma supremacia dos pucarinhos de pé alto e duas asas (54 NMI – **Fig. 164-E**). Voltam a distinguir-se os recipientes de menor dimensão, mais numerosos (45NMI), com diâmetro de cerca de 8cm e altura entre os 8-9cm (**Est. XC – n.º 1 e 2**), dos maiores, menos frequentes (9NMI), que podem atingir os 15cm de altura (**Est. XC – n.º 3**). Entre os recipientes de ingestão de líquidos volta a enumerar-se a presença de púcaros de uma asa e base saliente (**Est. XC – n.º 4**).

Relativamente às taças (**Fig. 164-D**), para além da manutenção de todas as variantes registadas no período anterior (com a excepção do modelo A), regista-se a inclusão de um novo tipo. As taças com ressalto (var. C) continuam a ser maioritárias (**Est. LXXXIX – n.º 1 a 4** e **Fig. 164-H**), tendo-se verificado a ocorrência de algumas peças com defeito de modelagem (**Est. LXXXIX – n.º 2**). Neste grupo, destaca-se ainda um recipiente de dimensões invulgares, com cerca de 29cm de diâmetro e 8cm de altura (**Est. LXXXIX – n.º 4**). Já a variante B surge apenas representada por um exemplar

(**Est. LXXXVIII – n.º 1**). Na variante D incluem-se três recipientes que comportam pequenas diferenças. Estes vasos de fundo convexo podem apresentar bordo pendente simples (neste caso com "gato" – **Est. LXXXVIII – n.º 4**), ou lábio bífido (**Est. LXXXVIII – n.º 2 e 3**) por vezes demarcado por caneluras (**Est. LXXXVIII – n.º 2**). Em nenhum destes exemplares se notou a aplicação de cordão digitado, visível no exemplar da fase 1. Regista-se o advento de uma nova variante (E) composta por taças com carena suave (**Est. LXXXIX – n.º 5**).

Por fim, e pela primeira vez, surge representada uma forma que classificamos como prato. Este recipiente único de paredes esvasadas apresenta bordo bífido e pé anelar (**Est. LXXXIX – n.º 6**).

Armazenamento, transporte e serviço de líquidos

Na fase 2 verifica-se a ausência das pequenas bilhas identificadas na fase precedente. Os recipientes de armazenamento, transporte e serviço de líquidos surgem apenas representados por cântaros de bordo com perfil triangular (var. A - **Est. XCI – n.º 2**) e jarros com bordo pendente e aplicação de cordão plástico no colo (var. A - **Est. XCI – n.º 1**).

Destaca-se ainda a presença, pela primeira vez, de um cantil de corpo discóidal com duas asas em fita apensas à parte superior dos flancos. O gargalo é curto e o bordo simples com lábio boleado (**Est. XCI – n.º 3** e **Fig. 164-F**). Formas semelhantes encontram-se presentes nas olarias da Mata da Machada (Carmona e Santos, 2005: 21) e Santo António da Charneca (Barros *et alii*, 2013: 707-708, fig. 5) no concelho do Barreiro e em Évora (Teichner, 2003: 511, fig. 6-n.º 5).

Fase 2	Forma	Variante					Total
		a	b	c	d	e	
Serviço de cozinha	Panelas de uma asa	3	10	13			26
	Panelas de duas asas	11	1				12
Serviço de mesa	Taças		1	13	3	1	18
	Prato	1					1
	Púcaros de uma asa	6					6
	Pucarinhos de duas asas	54					54
Armazenamento, transporte e serviço de líquidos	Cântaros	6					6
	Jarros	4					4
	Cantil	1					1
Higiene/cozinha	Alguidar	3					3
Uso complementar	Testo	18					18
Iluminação	Candeia rasa	11					11
							160

Quadro 33 - Fase 2: Distribuição da louça de barro vermelho com superfícies alisadas pelos diferentes serviços.

Higiene/cozinha; uso complementar e iluminação

O grupo de higiene/cozinha é novamente composto por alguidares com bordo em aba alongada horizontal (**Est. XCII – n.º 1** e **Fig. 164-G**). Um dos exemplares, também de paredes esvasadas, tem bordo pendente ligeiramente convexo (**Est. XCII – n.º 2**).

Entre as peças de uso complementar volta a assinalar-se a presença de vários testos com pedúnculo central e abas esvasadas de lábio levemente introvertido (**Est. XCII - n.º 3 e 4**).

No que respeita à iluminação, registam-se de novo as candeias rasas de câmara aberta com bico bem definido (**Est. XCII – n.º 5** e **Fig. 164-C**).

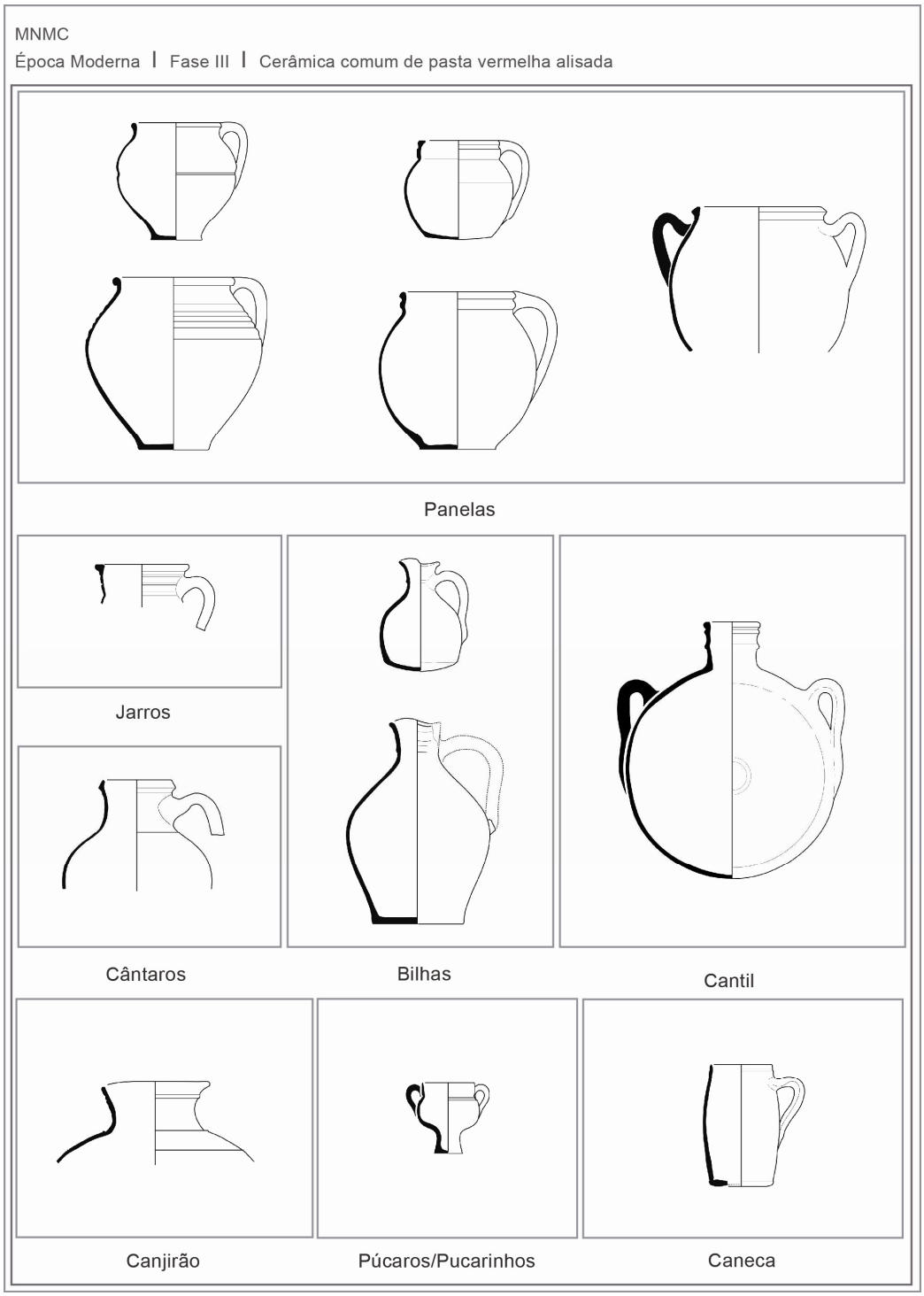
C – Fase III: Formas

O lote de cerâmica de pasta vermelha de superfícies alisadas relativo ao terceiro momento de depósito volta a denotar um predomínio dos recipientes de cozinha e de mesa, embora pautado pela ausência de alguns tipos comuns às duas fases anteriores e pela emergência de novos perfis formais ou tipológicos. Regista-se a permanência dos modelos anteriores mais comuns, apesar da sua representatividade ser, nalguns casos, bastante inferior à que se vinha a registar. Para além de ser a fase com menos recipientes em louça vermelha alisada (97NMI – 64%, **quadro 28**) começa a assistir-se à proliferação de novos fabricos e consequente dispersão da respectiva panóplia formal por essas novas produções.

Serviço de cozinha

As panelas continuam a assumir a exclusividade total na louça de cozinha (**Fig. 165-A**). Entre os recipientes de uma asa, regista-se o desaparecimento da variante A, a consolidação do modelo simples de bordo extrovertido (var. B) (**Est. XCVI – n.º 1, 2 e 4**) e à pervivência, embora menos expressiva, das panelas de corpo ovóide demarcado, na parte alta, por caneluras (var. C) (**Est. XCVI – n.º 3**). Ao mesmo tempo, surge um novo perfil dominante (var. D) composto por peças de uma só asa, em fita, que se fixa a meio do bojo, ligeiramente globular assente em base plana, e com bordo em fita (**Est. XCVI – n.º 7 a 9**). Incluímos neste grupo, três peças de menor dimensão (10cm de diâmetro e altura entre os 10,4 e os 11,6cm) de perfil semelhante embora com fundo ligeiramente convexo e lábio introvertido (**Est. XCVI – n.º 5 e 6**). Optámos por classificá-los como pequenas panelas ao invés de grandes púcaros ou púcaras como, por vezes, são designados (Vasconcellos, 1921: 23). Não obstante, esta variante irá prevalecer na fase posterior e parece influenciar, até certo ponto, o aparecimento de um novo tipo de púcaros que poderiam igualmente ter sido utilizados na manipulação ou confecção de alimentos (**Est. CXX**).

As panelas de duas asas estão representadas somente pela variante A de perfil globular e base convexa (**Est. XCVII – n.º 1 e 2**). No entanto, nalgumas peças o típico perfil triangular do bordo começa a atenuar-se (**Est. XCVII – n.º 3**).

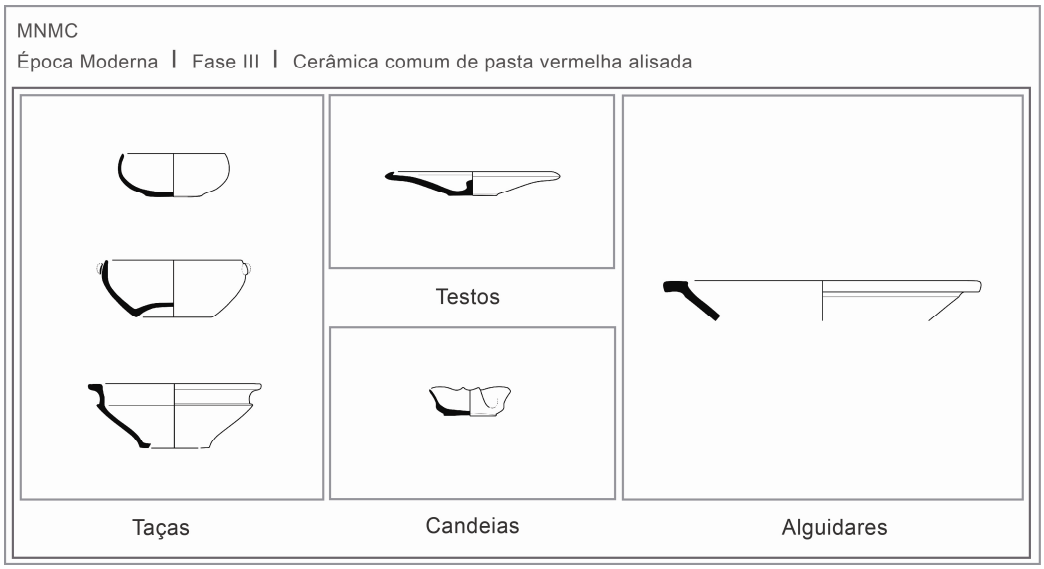


Quadro 34 - Quadro recapitulativo (I) das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas (Fase III)

Serviço de mesa

Esta fase anuncia o fim das taças produzidas em cerâmica simplesmente alisada. Como veremos, esta forma passará a privilegiar os fabricos com polimento interno. Ainda assim, as variantes A e B encontram-se representadas por um exemplar (**Est. XCIX – n.º 1 e 2** respectivamente e **Fig. 165-D**). As taças carenadas com bordo em aba horizontal (**Est. XCIX – n.º 4 e 5**) continuam presentes apesar do número reduzido (6NMI). Evidencia-se o aparecimento de um novo modelo (var. F) de perfil esférico, base côncava e com duas pequenas pegas horizontais junto ao bordo afilado (**Est. XCIX – n.º 3** e **Fig. 165-C**).

Os recipientes destinados à ingestão de líquidos continuam a ser maioritariamente representados pelos pucarinhos de duas asas (**Est. XCVIII – n.º 1 e 2**), embora em número bastante inferior relativamente aos níveis precedentes. Neste caso concreto, destaca-se um elemento cujo bordo ligeiramente esvasado (**Est. XCVIII – n.º 3**) contraria o desenho aprumado até aqui constatado. Alista-se ainda um único púcaro de uma asa semelhante aos referenciados para as fases anteriores e assinala-se, pela primeira vez, a presença de uma caneca de uma asa, corpo sub-cilíndrico e bordo com lábio aprumado demarcado por canelura (**Est. XCVIII – n.º 4** e **Fig. 165-G**).



Quadro 35 - Quadro recapitulativo (II) das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas (Fase III)

Armazenamento, transporte e serviço de líquidos

Tal como sucede com as taças, esta fase parece também prenunciar o fim dos cântaros em cerâmica alisada, multiplicando-se, como veremos, a opção por outros fabricos. Não obstante, assinala-se a continuidade dos recipientes com bordo de perfil triangular (**Est. C – n.º 3 e 4**), contemplando, nesta variante A, algumas peças com bordo mais desenvolvido (**Est. C – n.º 5**). De

igual modo, verifica-se a continuidade dos jarros de aba horizontal e colo destacado (var. A) que evoluem, surgindo agora marcados por caneluras no colo (**Est. C – n.º 1 e 2**) ao invés da aplicação de cordão plástico.

Assiste-se ainda à inclusão de bilhas de bocal trilobado e colo curto que atendem a duas proporções (**Fig. 165-F**). As de menor dimensão (altura com cerca de 13cm) parecem ser uma evolução da variante A constatada na fase 1, agora com fundo convexo (**Est. CI – n.º 1**). Outra, de maior medida (cerca de 24cm de altura) e fundo plano (**Est. CI – n.º 2**), foi integrada na variante B.

Surge pela primeira e única vez uma nova forma que se encontra bastante incompleta. Aparenta tratar-se de um grande contentor, trilobado, pança denunciadamente ovóide demarcada no ombro por caneluras e colo curto (**Est. C – n.º 6**). Deveria ter uma asa. Se não subsistem dúvidas quanto à sua função como hidrocéramo, o mesmo não se verifica na atribuição de uma terminologia formal. Para uma peça semelhante, Margarida Ribeiro (1984: 43-44 e fig. 15) adopta a designação de infusa bicada. No entanto, elegemos o termo "canjirão" referenciado por Carolina Michaelis (Vasconcellos, 1921: 83, nota 221) e que estaria também em voga no século XVI (Carvalho, 1921: 121-122).

Finalmente, evidencie-se, pela excepcionalidade, a presença de um cantil de corpo discóide de grandes dimensões (**Est. CI – n.º 3** e **Fig. 165-B**). Distancia-se do exemplar recolhido no poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996: fig. 17) que é vidrado tal como outras produções similares provenientes da área de Sevilha (Amores Carredano e Chisvert Jiménez, 1993: 282-283, n.º 42, 44 e 45). Contudo, grande parte das peças originárias desta região não apresenta qualquer tratamento superficial aproximando-se, inclusivamente a nível morfológico (*Ibid*.: 306-307) e cronológico (finais do séc. XV-até meados do séc. XVI (*Ibid*.: 283), do cantil em apreço.

Higiene/cozinha; uso complementar e iluminação

O alguidar com bordo em aba (var. A) continua a marcar presença neste lote (**Est. CII – n.º 6**). Para além deste exemplar, identificou-se um fragmento de bordo extrovertido e triangular (**Est. CII – n.º 7**) que poderá fazer parte de uma forma semelhante. Não obstante, por se tratar de um exemplar único que se encontra muito incompleto, optou-se por não se conceber nenhuma nova variante.

Os testos continuam a estar bem representados por peças de várias dimensões com botão central de preensão. Os mais comuns apresentam bordo reentrante (**Est. CII – n.º 2 e 4**), lábio descaído (**Est. CII – n.º 1 e 5**), ou lábio marcado por sulco (**Est. CII – n.º 3**).

Os recipientes destinados à iluminação continuam a ser compostos em exclusivo por candeias rasas de câmara aberta e bicadas (**Est. CII – n.º 8** e **Fig. 165-E**).

Fase 3	Forma	Variante						Total
		a	b	c	d	e	f	
Serviço de cozinha	Panelas de uma asa		14	4	10			28
	Panelas de duas asas	8						8
Serviço de mesa	Taças	1	1	6			1	9
	Caneca	1						1
	Púcaros de uma asa	1						1
	Pucarinhos de duas asas	17						17
Armazenamento, transporte e serviço de líquidos	Cântaros	6						6
	Jarros	3						3
	Bilhas	2	1					3
	Canjirão	1						1
	Cantil	1						1
Higiene/cozinha	Alguidar	2						2
Uso complementar	Testo	13						13
Iluminação	Candeia rasa	4						4
								97

Quadro 36 - Fase 3: Distribuição da louça de barro vermelho com superfícies alisadas pelos diferentes serviços.

D – Fase IV: Formas

A cerâmica comum de pasta vermelha com superfícies alisadas surge representada na fase 4 por 296 recipientes. Embora se trate do grupo mais numeroso deste tipo de fabrico, a sua expressividade na soma total do lote reportado a este período não ultrapassa os 34% (**quadro 29**). Esta realidade marca uma ruptura com o constatado nas fases anteriores, onde esta produção era quase totalitária. Esta discrepância fica a dever-se, como veremos, à aparição de novos fabricos que vão ser predominantes em certos conjuntos funcionais sobretudo entre os serviços de mesa, de armazenamento, transporte e serviço de líquidos.

Serviço de cozinha

Os recipientes de cozinha continuam a ser dominantes, embora patenteando a inclusão de novas formas para além das panelas que compunham em exclusivo as baixelas precedentes. Não obstante, acentua-se novamente o predomínio das panelas de uma ou duas asas (**Fig. 166 A-D**) que arrancam sempre do bordo. Neste particular, torna-se também evidente a interrupção, quase total, das séries que dominavam nas fases anteriores. Entre as panelas de uma asa, apenas a variante D,

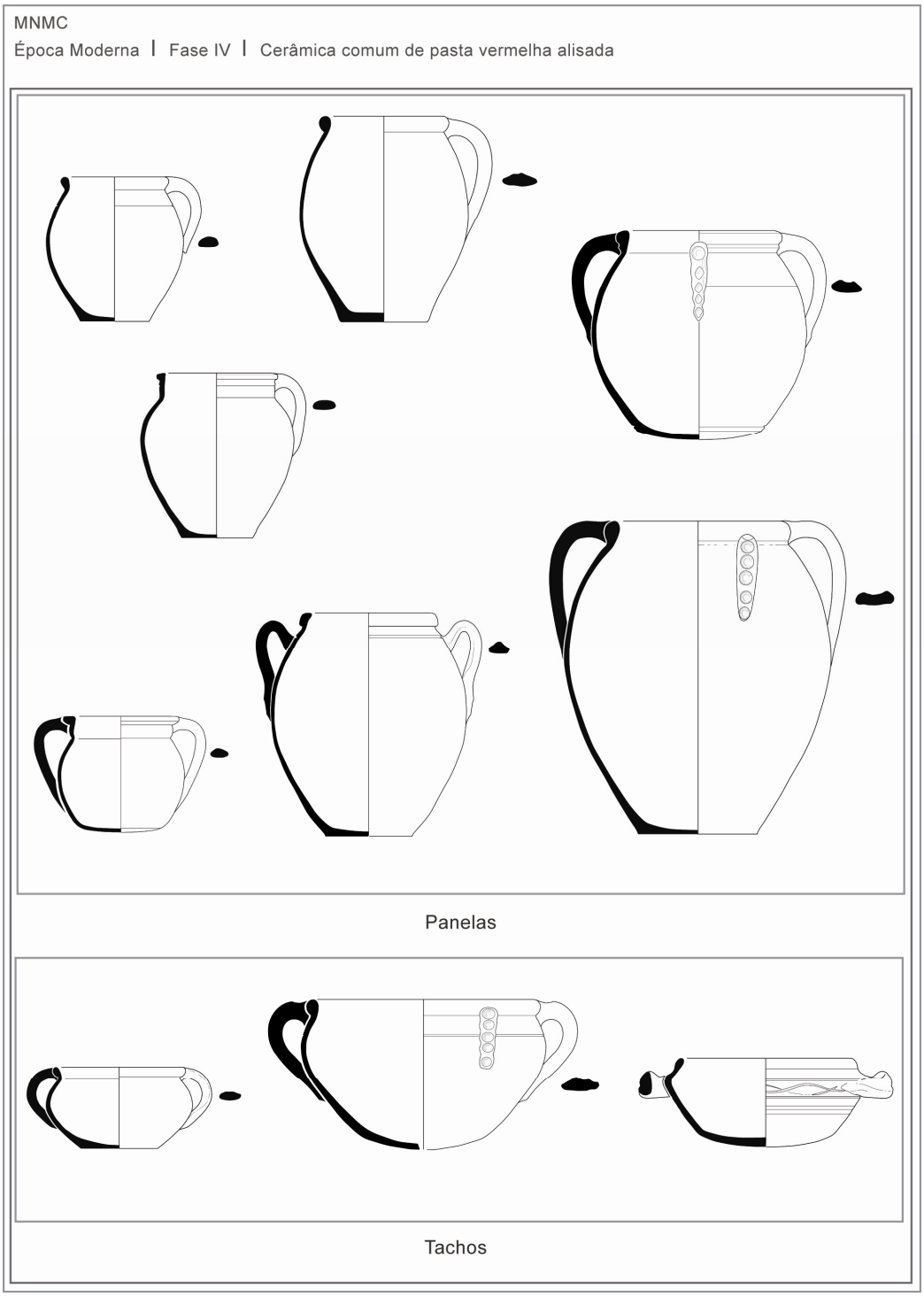
constituída por peças de bordo bem destacado e marcado por canelura/s, transita da fase 3. Estas variam entre os 10 e os 16cm de diâmetro e os 12,5 e os 19cm de altura (**Est. CIX e CX**). A par deste tipo figura agora um novo modelo de panela de uma asa (var. E) com bordo redondo tendencialmente almendrado, que pode ou não apresentar ombro marcado por canelura (**Est. CXI, CXII e CXIII**). Ostentam igualmente um vasto leque de proporções que pode oscilar entre os 10 e os 16cm de diâmetro e os 14-24cm de altura, sendo que os formatos maiores exibem um perfil mais longo que os menores, geralmente mais bojudos. Um dos elementos expõe vestígios de escorrimento de vidrado na superfície exterior (**Est. CXII – n.º 3**).

Regista-se a presença de três novos modelos de panelas de duas asas (**Fig. 166 A-C**). A variante C é composta por peças de bordo com espessamento externo, lábio plano, colo em gola e fundo convexo (**Est. CXIV**). Apenas um exemplar exibe um colo mais desenvolvido (**Est. CXIV – n.º 1**). A sua dimensão varia entre os 12-18cm de diâmetro de bordo e os 13,5-23,5cm de altura. O recipiente de maiores dimensões ostenta dois cordões plásticos digitados verticais que arrancam do bordo (**Est. CXIV – n.º 6**). O modelo D consagra um bordo reentrante de perfil subrectangular e lábio plano (**Est. CXV**). O diâmetro deste tipo de vasilhames alterna entre os 15-22cm. Os recipientes de maior dimensão apresentam asas em fita com depressão central, podendo também exibir cordões plásticos verticais digitais sobre o bordo (**Est. CXV –n.º 5**). Em todas as panelas presentes nesta fase apenas uma, integrada nesta fase, não apresenta asa/s a arrancar do bordo (**Est. CXV – n.º 4**). Deverá ainda mencionar-se a existência de grandes recipientes (var. E) que, por revelarem fuligem exterior, deduzimos que possam ter servido ao fogo. Trata-se de panelas altas ou potes de duas asas com bordos de lábio boleado e espessado para o exterior, corpo ovóide e base plana que apresentam a particularidade de ostentar bandas de cordões plásticos digitados verticais que se sobrepõem parcialmente ao bordo e parte superior da pança que é realçada por canelura (**Est. CXVI e CXVII**). Estes podem atingir os 21cm de diâmetro e os 38cm de altura.

Como já foi referido, nesta fase e neste grupo tecnológico, a panóplia formal associada ao trem de cozinha diversifica-se. Para além das panelas, o grupo é composto por tachos, púcaros, almofarizes e um assador.

Definiram-se três variantes de tachos, por vezes também designados por caçoilas, que, para além de serem mais largos do que altos, dispõem sempre de duas asas. A variante A é composta por peças com bordos de lábios amendoados simples ou extrovertidos e fundos tendencialmente convexos (**Est. CXVIII** e **Fig. 166-F**). As dimensões intercalam entre os 14,5-24cm de diâmetro e 9,5-15cm de altura. O modelo B distingue-se do anterior, principalmente, por ser de maior porte. Estes recipientes podem atingir os 29cm de diâmetro e os 17cm de altura (**Est. CXIX – n.º 1 e 2** e **Fig. 166-E**), motivo pelo qual auferem da aplicação de cordões digitados verticais até meia altura do seu

perfil. A variante C encontra-se representada por um único exemplar de bordo introvertido, duas asas horizontais e banda com ondulado inciso (**Est. CXIX – n.º 3**).



Quadro 37 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas – panelas e tachos (Fase IV)

Pela primeira vez associamos um tipo específico de púcaros ao trem de cozinha. Opção que surge justificada pela ocorrência reiterada de fuligem exterior, não descartando, no entanto, outras utilizações complementares. Esta forma apresenta um perfil bojudo, asa de secção subelíptica que

nasce no bordo marcado por canelura (**Est. CXX** e **Fig. 166-I**). Não dispõe de pé de assentamento mostrando, por vezes, uma base levemente convexa. Surge bem representada por 37 indivíduos cujas proporções oscilam entre os 7,5-9,5cm de diâmetro e os 8-10,5cm de altura. Um dos elementos exibe marca na base (**Est. CXX – n.º 1** e **Fig. 166-H**).

Outro protótipo inédito reporta-se a um exemplar de assador[132] com bordo ligeiramente extrovertido, colo bem definido e uma asa que arranca do bordo e finda na base convexa que se encontra perfurada por vários orifícios circulares (**Est. CXXI** e **Fig. 166-J**).

Por fim, saliente-se, pela primeira vez, a presença de almofarizes. Estes recipientes dispõem de paredes exteriores de perfil subtroncocónico, por oposição à curvatura da linha interna (**Est. CXXII** e **Fig. 166-G**). Exibem várias soluções ao nível do bordo, podendo ser ligeiramente extrovertido ou introvertido, de lábio pendente ou boleado. Peças semelhantes foram identificadas no Convento Velho de S. Domingos em Coimbra (Almeida *et alii*, 2013: 487, fig. 7 – n.º 7) e no Castelo de S. Jorge em Lisboa (Gaspar *et alii*, 2009: 644, fig. 22).

Serviço de mesa

O serviço de mesa deste fabrico surge na fase 4 bastante depauperado. Concretiza-se o que já se deixava antever no período anterior. Certos conjuntos funcionais passam a ser preferencialmente representados por outros fabricos. Destaca-se a completa ausência de recipientes para consumo e ingestão de líquidos, nomeadamente dos pucarinhos de duas asas, que compunham o grupo formal mais significativo destas séries nos períodos precedentes.

Apenas se contemplam 12 taças disseminadas por duas variantes. As primeiras, de pequena dimensão e perfil sub-hemisférico (**Est. CXXIII – n.º 1 a 6** e **Fig. 167-F**), parecem ser uma evolução da variante A. As segundas, proporcionalmente mais baixas, de paredes curvas e de maiores dimensões (**Est. CXXIII – n.º 7 a 9**), foram incluídas na variante B.

Armazenamento, transporte e serviço de líquidos

A panóplia formal encontra-se igualmente muito reduzida entre os elementos reservados ao armazenamento, transporte e serviço de líquidos deste fabrico. Comparativamente às fases anteriores verifica-se a ausência total de cântaros e jarros. Permanecem as bilhas de bocal trilobado documentadas por peças de várias proporções (**Fig. 167-A**). Distingue-se um exemplar de pequena dimensão (15cm de altura) integrada na variante A (**Est. CXXIV – n.º 1**) e outros seis indivíduos de maior porte (com alturas compreendidas entre os 21 e 30 cm) incluídos na categoria

[132] Na Taxa dos Oleiros de Coimbra, datada de 1573, faz-se referência, por exemplo, aos assadores para castanhas (Carvalho, 1921: 169).

B (**Est. CXXIV – n.º 2 a 4** e **CXXV**). A continuidade de produção destes vasilhames neste tipo específico de fabrico poderá estar relacionada, como se depreende pela presença de vestígios de fuligem exterior, com uma possível exposição ao fogo.

Incluímos neste grupo uma forma inédita constituída por um exemplar de perfil ovóide, gargalo e duas asas colocadas no ombro (**Est. CXXVI** e **Fig. 167-D**). Esta peça surge designada em Montemor-o-Novo por barril (Ribeiro, 1984: 40-41) e em Aveiro por bilha (Alves *et alii*, 1998: 190; Coelho, 2013: 760) e cantil ou bilha (Carvalho e Bettencourt, 2013: 740-741). Optámos pelo termo gorgoleta[133] que denomina um tipo particular de bilhas com gargalo de ralo por onde a água, ao passar, produz ruído. Refira-se que só o perfil formal se assemelha aos exemplares oriundos de Aveiro, uma vez que aqueles apresentam listas brunidas verticais na superfície exterior[134].

Uso complementar e iluminação

Os testos representam a categoria formal mais numerosa (115 NMI). Apesar disso, não se observam grandes diferenças entre o conjunto. Apresentam sempre um perfil esvasado com botão mais ou menos alto, por vezes sobressaindo em relação à linha do bordo (**Est. CXXVII** e **Fig. 167-B**). A diferença mais assinalável reside na variedade de dimensões que assumem, oscilando entre os 6,5 e os 19,5cm de diâmetro. A proporção dos exemplares mais modestos apenas se ajusta aos púcaros. Não obstante, algumas destas peças não exibem vestígios de fuligem exterior, podendo estar reservadas a outras formas, que não apenas as evidenciadas no serviço de cozinha, de outros fabricos (por exemplo, os cântaros) ou ainda destinadas a uma utilização lúdica.

Refira-se ainda a presença de uma tampa de coruchéu, de perfil cónico, rematada, na parte superior, por botão de preensão (**Est. CXXVIII – n.º 6**).

Assiste-se novamente à apresentação de candeias rasas reservadas à iluminação. O modelo identificado não manifesta uma evolução relativamente às peças detectadas nas fases anteriores. No entanto, estes novos elementos adoptam uma câmara menos aberta, melhor delimitada e de menor dimensão e um bico mais bem definido (**Est. CXXVIII – n.º 1 a 5** e **Fig. 167-E**) que nos perfis antecedentes.

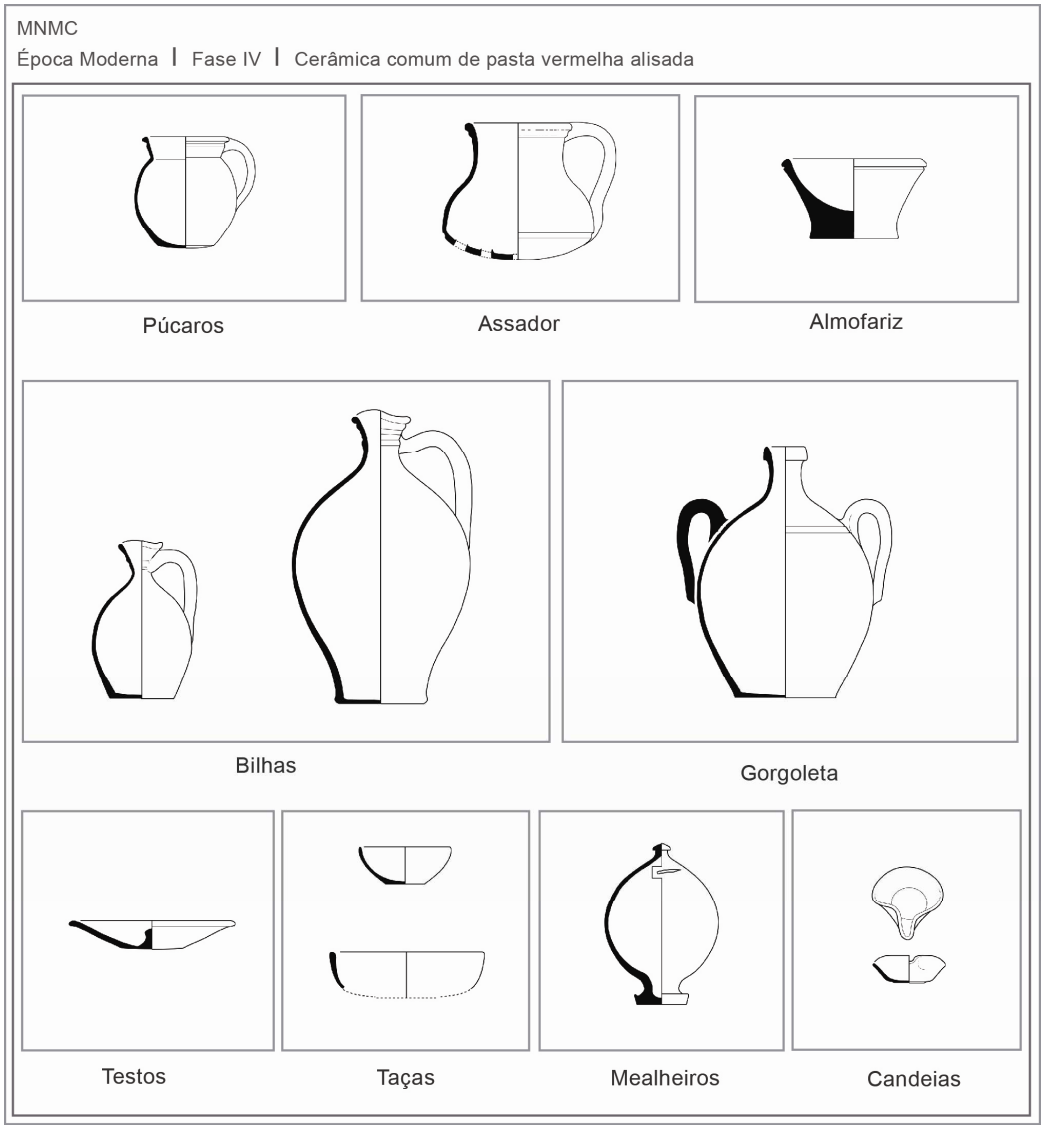
Outros

Entre os conjuntos formais inéditos, testemunha-se o aparecimento de mealheiros de corpo globular ou ovóide encimado com botão cilíndrico ou triangular e assente em pé "tipo bolacha" (**Est. CXXIX** e **Fig. 167-C**). A ranhura para introdução das moedas localiza-se no ombro. Um dos elementos apresenta uma perfuração circular (pós cozedura) no corpo (**Est. CXXIX n.º 1**) que

[133] Também utilizado por outros autores (Silva, 2003: 50-51) para designar o mesmo tipo de recipientes.

[134] Como veremos, contempla-se igualmente nesta coleção um exemplar com essas mesmas características.

parece atestar uma tentativa de inspecção do seu conteúdo sem que se comprometesse a integridade da peça. A contabilização de 9 NMI poderá justificar, até certo ponto, o avultado número de moedas exumado neste nível de deposição (Cf. anexo 3.1. – quadro IV). Formas semelhantes foram recolhidas na embarcação naufragada de Ria de Aveiro A (Alves *et alii*, 1998: 198, fig. 32; Carvalho e Bettencourt, 2013: 742, forma 18), em Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999: 210-211, n.º 75) ou em Lisboa (Diogo e Trindade, 2003: 207 e 211, fig. 6 – n.º 19).



Quadro 38 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com superfícies alisadas (Fase IV)

Finalmente, destaca-se a presença, pela primeira vez, de quatro bases discóidais (**Fig. 167-G**). Estas peças rasas, circulares, apresentam um sulco com altura máxima de 1,8cm de altura e diâmetro médio de cerca de 21cm (**Est. CXXVIII – n.º 7**). Não estamos certos relativamente à sua finalidade prática. Antevemos, no entanto, poderem servir de base de sustentação de outros grandes recipientes (grandes panelas, cântaros, potes ou talhas). Contudo, estas formas

assemelham-se a peças que têm vindo a ser associadas ao fabrico de um tipo específico de massa de pão espalmada ainda hoje muito popular nos Açores (onde é conhecido como bolo de Tijolo, bolo do Pico ou bolo da Sertã) e na Madeira (onde se designa por bolo do Caco). Cláudio Torres (s/d: s/p) identificou, pela primeira vez, estas peças entre o diverso espólio cerâmico recolhido nos fornos da Mata da Machada (Barreiro) e relacionou-as com aquele uso particular, denominando-as de "formas de biscoito". O mesmo tipo de fragmentos foi também registado e assim designado numa outra olaria do Barreiro, em Sto. António da Charneca (Barros *et alii*, 2000: 304, est. III). Esta funcionalidade tem sido contestada e as ditas peças associadas a bases para tornear cerâmica. Rosalina Carmona (2006) designa-as como "pratos de torno" tendo em conta as semelhanças com os utensílios ("rodells") provenientes de uma olaria do séc. XIV em Paterna, Valência (Mesquida Garcia, 1995: 235 e fig. 3, n.º 7). De facto, a sua associação a contextos de produção cerâmica parece ser uma evidência não só pelo seu aparecimento junto aos fornos do Barreiro mas também partilhado pela recolha de idênticos fragmentos numa olaria do séc. XIV em Évora onde são simultaneamente designados como "base discoidal ou formas de biscoito" e "cerâmica técnica da olaria" (Almeida, 2006: 49 e lâmina 8). As peças encontradas no Paço Episcopal de Coimbra, com sulco bem pronunciado, aproximam-se mais de outros exemplares encontrados na ilha da Madeira (Sousa, 2011: 335, figs. 452 a 455) permanecendo, porém, a interrogação quanto à sua real utilização ou funcionalidade.

Fase 4	Forma	Variante						Total
		a	b	c	d	e	Ind.	
Serviço de cozinha	Panelas de uma asa				19	21	17	75
	Panelas de duas asas			6	7	5		
	Tachos/Caçoilas	9	4	1				14
	Púcaros	37						37
	Assador	1						1
	Almofarizes	4						4
Serviço de mesa	Taças	7	5					12
Armazenamento, transporte e serviço de líquidos	Bilhas	1	6					7
	Gorgoleta	1						1
Uso complementar	Testos	115						115
	Tampa de coruchéu	1						1
Iluminação	Candeias rasas	16						16
Outros	Mealheiros	9						9
	Bases discóidais	4						4
								296

Quadro 39 - Fase 4: Distribuição da louça de barro vermelho com superfícies alisadas pelos diferentes serviços.

1.4.2.2. Cerâmica de pasta vermelha com polimento interno (Fases I, II, III, IV)

Este subgrupo apenas se distingue do anterior pela presença de polimento na superfície interior que tem por objectivo a impermeabilização dos recipientes. Este fabrico, patente em todas as fases exclusivamente em peças abertas, denota alguma alternância não só em termos de representatividade como também no espectro formal identificado em cada momento cronológico. Nas fases 1 e 2, a sua presença é meramente residual (1% e 2% respectivamente - **quadros 26** e **27**) e encontram-se apenas representadas por sertãs. A fase 3 anuncia uma mudança. Passam a ganhar uma maior preponderância sobre o conjunto (11% - **quadro 28**) e aqueles recipientes de cozinha passam a ser minoritários perante o serviço de mesa (taças e pratos) que começam a adoptar este tipo de fabrico. A fase 4 consagra esta tendência evolutiva. Todas as taças, pratos e alguidares incluídas neste grupo apresentam um polimento intenso, quase brunido, na sua face interna, que originou o aparecimento, por vezes discreto, de motivos descontínuos compostos por bandas concêntricas, distanciando-se assim das produções das duas primeiras fases onde o polimento se dispõe de forma uniforme e regular. Por este motivo, em Aveiro esta produção é integrada em conjunto com as cerâmicas de listas brunidas. Optou-se aqui por individualizar estes fabricos, uma vez que aquelas têm por base um fundamento ornamental que, neste caso, está ausente. As linhas descontínuas resultantes do polimento intenso por vezes encontram-se muito sumidas[135] (são quase imperceptíveis) e têm como único objectivo a impermeabilização dos recipientes.

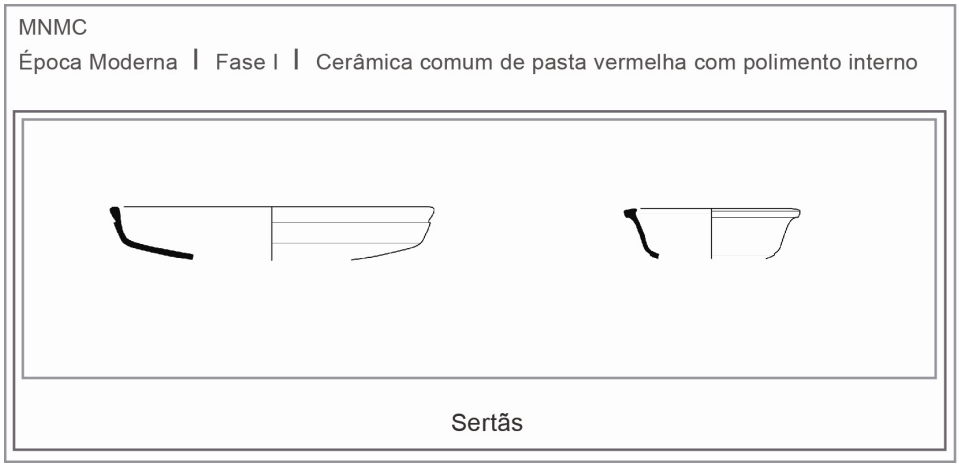
A – Fases I e II: Formas

Este fabrico encontra-se representado na fase 1 apenas por duas peças e na fase 2 por quatro exemplares, todos classificados como sertãs (**Quadros 40** e **41**). Apesar de os integrarmos num único modelo, umas são mais baixas e largas (**Est. LXXVIII – n.º 2** e **Est. XCIII**) e outras mais altas e estreitas (**Est. LXXVIII – n.º 1**). Do mesmo modo, os bordos podem assumir vários formatos, do extrovertido ao reentrante (**Est. LXXVIII e XCIII**).

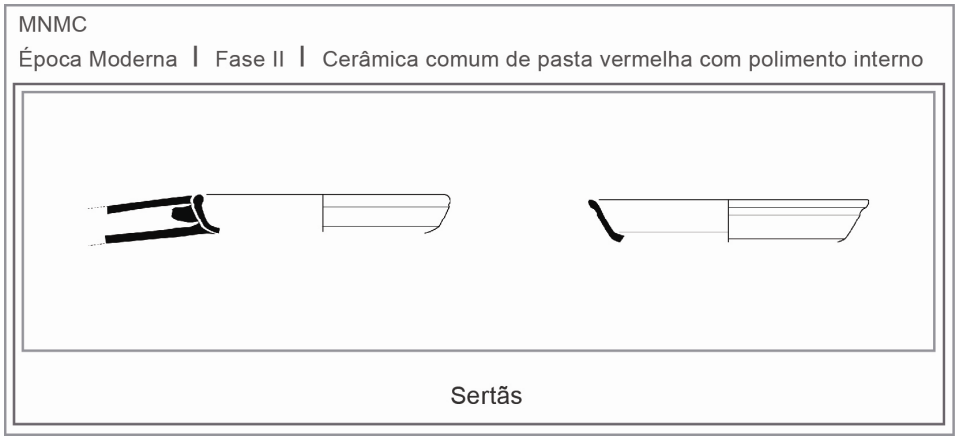
Apenas um exemplar apresenta pega tubular (**Est. XCIII – n.º 1**), no entanto, estamos em crer que todos estes recipientes pudessem dispor de elemento de preensão.

Em todos os casos, testemunha-se a presença de abundante fuligem exterior, que condicionou a respectiva classificação formal.

[135] Factor que poderá também estar associado a uma utilização repetida dos recipientes.



Quadro 40 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com polimento interno - sertãs (Fase I)



Quadro 41 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com polimento interno - sertãs (Fase II)

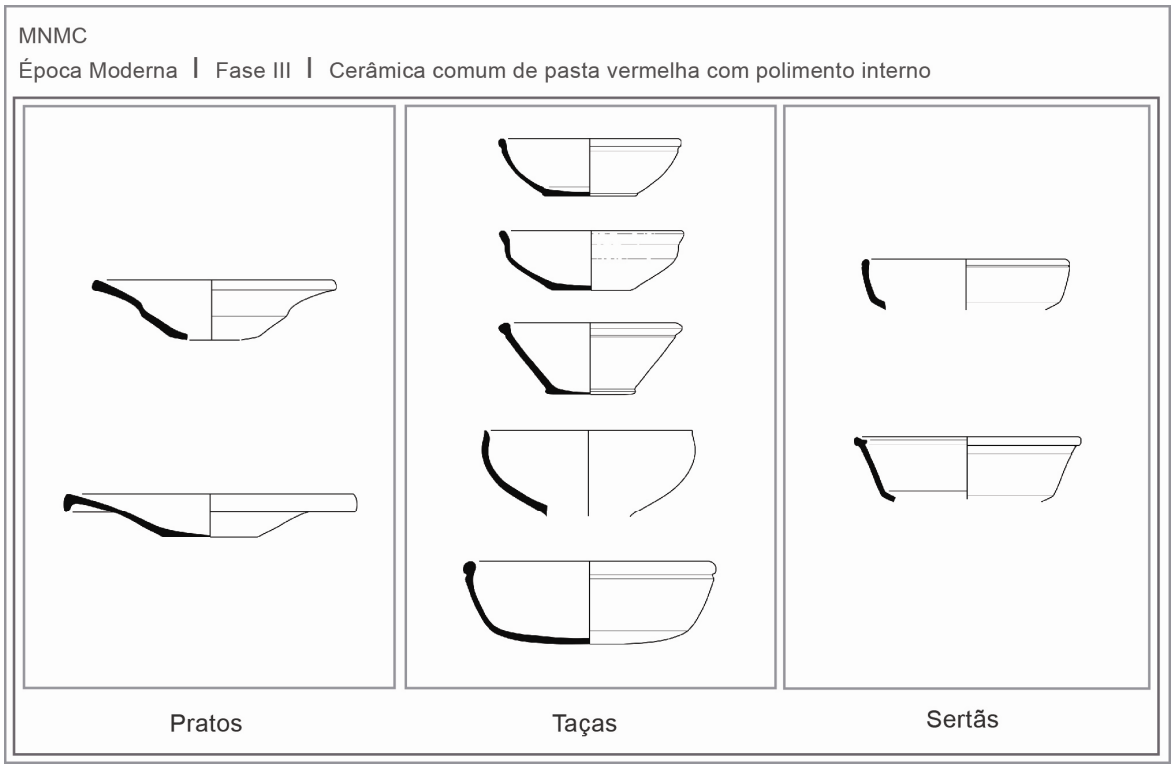
B – Fase III: Formas

Na fase 3 identificaram-se 16 peças incluídas neste tipo de fabrico. Os recipientes de cozinha fazem-se ainda representar por duas sertãs de perfil idêntico às precedentes (**Est. CIV – n.º 3 e 4**). Os restantes elementos inscrevem-se, pela primeira vez, na cerâmica de mesa destinada à apresentação e consumo de alimentos destacando-se 3 pratos e 11 taças.

Um dos pratos é fundo com aba larga soerguida e caldeira demarcada por ligeiro ressalto ou carena (var. B - **Est. CIV – n.º1**). Os restantes, de perfil mais simples, possuem parede recta com bordo descaído (var. C – **Est. CIV – n.º 2**).

As taças atingem uma maior expressividade, abrangendo uma significativa diversidade tipológica (**Fig. 168**). Apesar disso, pensamos ser possível integrá-las em três grupos principais. O primeiro contempla as taças de paredes curvas (var. G) maioritariamente com lábio boleado (que pode ou não ser demarcado no exterior) e base saliente (7NMI – **Est. CIII – n.º 1 a 7**). Dentro deste espectro destaca-se uma peça com lábio aprumado e afilado (**Est. CIII – n.º 10**) e outra mais larga e de base plana (**Est. CIII – n.º 11**).

No segundo grupo é possível observar um recipiente com ligeira carena (var. H – **Est. CIII – n.º 8**) e no terceiro uma peça de corpo esvasado e bordo de lábio subtriangular (var. I – **Est. CIII – n.º 9**).

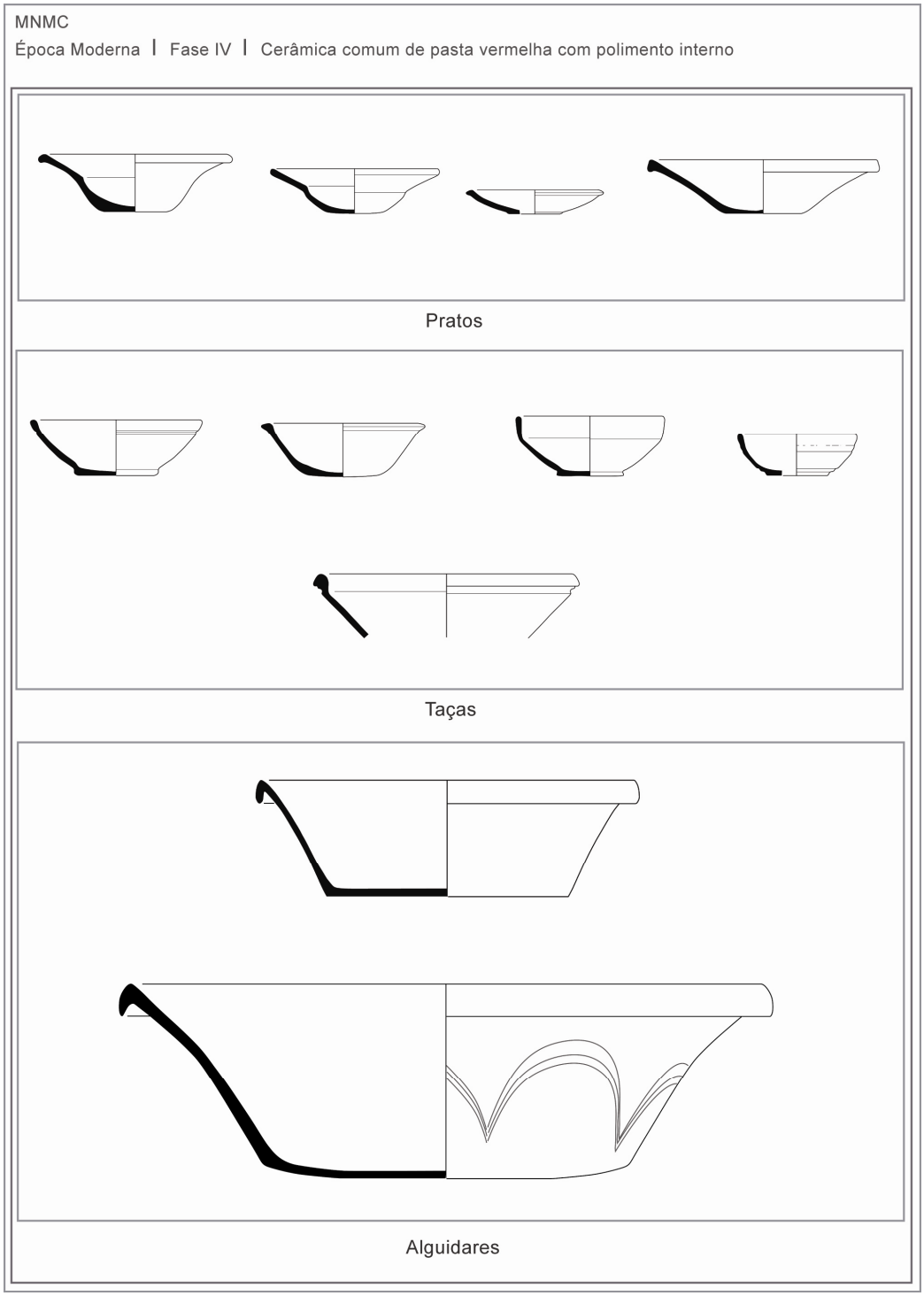


Quadro 42 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com polimento interno (Fase III)

C – Fase IV: Formas

A cerâmica de barro vermelho com superfície interna impermeabilizada por polimento ou brunimento é o terceiro grupo mais representado na fase 4, totalizando 11% deste lote (**Quadro 29**) e perfazendo 95NMI (**Quadro 25**) exclusivamente representados por pratos (40NMI), taças (41NMI) e alguidares (14NMI) (**Quadro 43**). Verifica-se a total ausência de peças integradas no serviço de cozinha (como as sertãs) que, embora em número reduzido, estão sempre presentes nas fases anteriores. Como veremos, o trem de cozinha impermeabilizado irá privilegiar, neste período, as produções de barro vermelho com superfície vidrada.

A quase totalidade dos pratos (37 NMI), embora de proporções muito variadas, assume uma forma subtroncocónica com estrangulamento no seu volume mediano que demarca a aba larga e soerguida da caldeira cova (var. B – **Est. CXXX e CXXXI – n.º 1 a 5** e **Fig. 169-B**). O seu diâmetro oscila entre os 15 e os 23cm.



Quadro 43 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com polimento interno (Fase IV)

Apesar de quase residuais, continuam a estar presentes os perfis mais simples de parede esvasada e lábio descaído (var. C – **Est. CXXXI – n.º 7 e 8**). Assiste-se ainda à inclusão de um novo modelo de menores dimensões (15,6 cm de diâmetro) e paredes curvas (var. D - **Est. CXXXI – n.º 6**).

Entre as taças ou tigelas (**Fig. 169-A**) assiste-se novamente ao predomínio (29NMI) da variante (G) de paredes curvas, base saliente e bordos de tendência boleada (**Est. CXXXII** e **CXXXIII – n.º 1 a**

6). Oscilam entre os 14-20cm de diâmetro e os 5-7,5cm de altura. Destaca-se um fragmento com marca incisa na face exterior do fundo (**Est. CXXXIII – n.º 4**).

As peças carenadas com pé tipo bolacha e bordo aprumado de lábio boleado (var. H) encontram-se figuradas apenas por três indivíduos (**Est. CXXXIII – n.º 7 a 9**).

Os restantes exemplares (9NMI) integram-se no grupo das taças com paredes de tendência recta divergente com bordo de lábio plano e espessamento exterior (**Est. CXXXIV – n.º 1 a 7**). Apenas um exemplo evidencia bordo aprumado com espessamento e moldura externa (**Est. CXXXIV – n.º 8**).

Alude-se, por fim, à presença de bacias ou grandes alguidares de formato subtroncocónico invertido com aba descaída (var. B – **Est. CXXXV** e **CXXXVI** e **Fig. 169-C**). Patenteia-se um leque alargado de proporções que oscilam entre 20 e os 75cm de diâmetro e os 9-22cm de altura. Alguns recipientes apresentam ondulações incisas na face exterior (**Est. CXXXVI – n.º 2 a 4**).

1.4.2.3 - Cerâmica de pasta vermelha com polimento externo (Fases I, II, III)

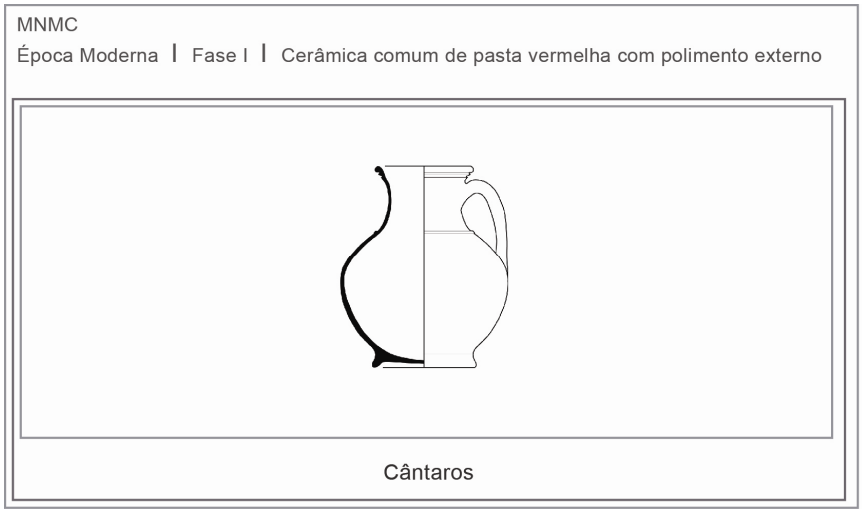
Um dos fabricos de cerâmica comum de barro vermelho caracteriza-se pela exibição de superfícies exteriores muito afagadas, polidas, quase brunidas, conferindo-lhes um aspecto uniforme lustroso e brilhante. Totaliza 7,5% de toda a coleção (108NMI) e encontra-se apenas representado na Fase 1 (16% - 37NMI), Fase 2 (19% - 39NMI) e na Fase 3 (21% - 32NMI). Encontra-se inteiramente ausente na Fase 4, onde é substituído pelos recipientes com listas brunidas.

O lote em análise está associado, unicamente, a conjuntos funcionais associados a recipientes de serviço e transporte de líquidos.

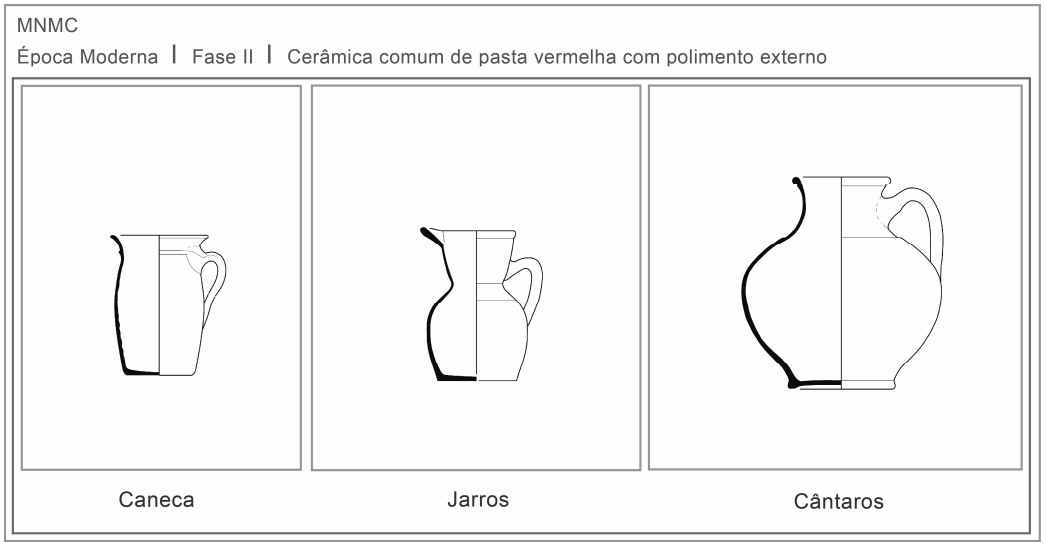
A forma preponderante corresponde aos cântaros de perfil globular, colo cilíndrico, bordo simples com lábio boleado, uma asa em fita e fundo com pé (var. B – **Fig. 170 B e C**). Esta equivale à soma total dos elementos incluídos neste fabrico na Fase 1 (**Est. LXXIX**), sendo igualmente maioritários durante a Fase 2 (30NMI – **Est. XCIV**) e Fase 3 (24NMI – **Est. CV – n.º 1 e 2**). A sua dimensão pode alternar entre os 6,5-10cm de diâmetro e os 9,5-24cm de altura, sendo mais comuns as peças que rondam os 10cm de abertura e 20cm de comprimento. Constatam-se também pequenas variações formais essencialmente na figuração do pé. A sua presença é predominante, mas a partir da Fase 2, embora raras, surgem algumas peças de base plana (**Est. XCIV – n.º 1 e 2**). Esta situação parece ser determinante para a ocorrência durante a Fase 3 de vasilhas (5NMI) de maior dimensão (atingindo os 24 cm de altura) que se distinguem não só pela ausência de pé mas também pela adopção de um perfil mais alongado (**Est. CV – n.º 3**).

Durante a Fase 2 emerge uma nova forma constituída por jarros de bico vertedor (var. C), com base larga e colo desenvolvido de formato subtrapezoidal (7NMI - **Est. XCV – n.º 1 a 3** e **Fig. 170-A**). Acercam-se normalmente dos 15cm de altura, embora se tenha identificado uma peça de maior dimensão (21cm de altura) que apresenta o colo com paredes mais curvas (**Est. XCV – n.º 3**). Encontram-se presentes na Fase 3 (**Est. CV – n.º 4**) embora com pouca expressão (2NMI). Ainda na Fase 2 é possível discernir a presença de uma única caneca de uma asa, alta, de formato subcilíndrico e bordo extrovertido (**Est. XCV – n.º 5** e **Fig. 170-A**).

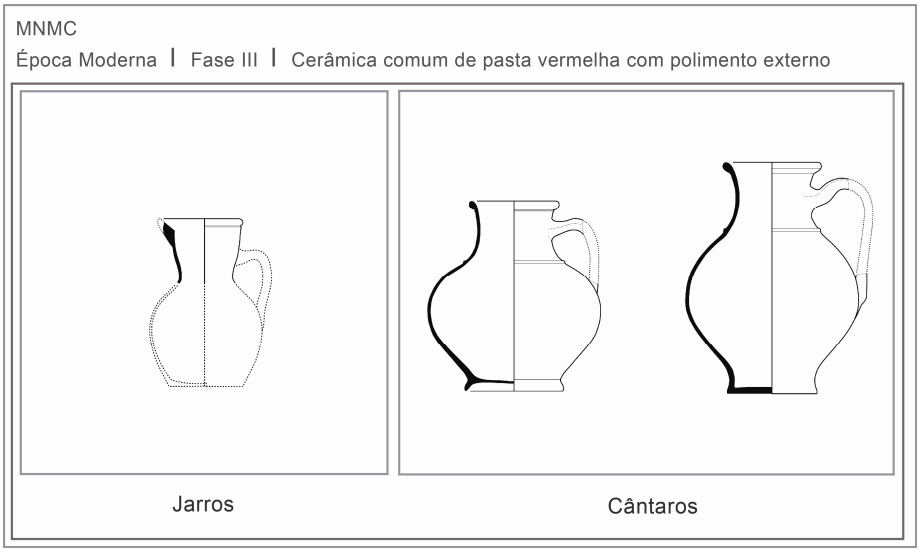
Finalmente, ainda neste período, individualizou-se a parte superior do que poderá ser um jarro ou jarrinha de duas asas, colo longo e esvasado e lábio plano (**Est. XCV – n.º 4**).



Quadro 44 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com polimento externo - cântaros (Fase I)



Quadro 45 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com polimento externo (Fase II)



Quadro 46 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com polimento externo (Fase III)

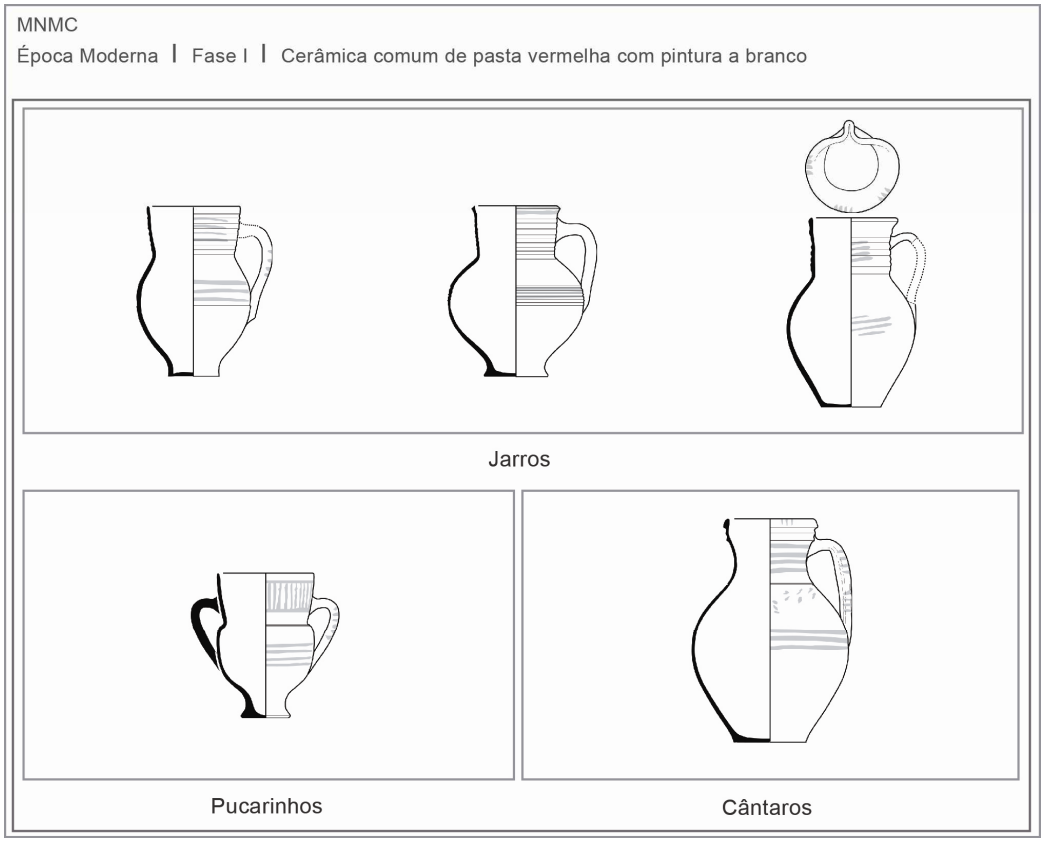
1.4.2.4. Cerâmica de pasta vermelha com pintura a branco (Fases I, IV)

A cerâmica pintada a branco encontra-se documentada neste local em diferentes contextos de cronologia alto-medieval[136]. No entanto, regista-se igualmente e pela primeira vez a sua presença em níveis tardios, já adentro do século XV e integrados na Fase 1. O conjunto aqui exumado é composto por 15 exemplares que constituem 7% da cerâmica identificada neste contexto.

Para além destes, identificaram-se outras seis peças similares e em bom estado de conservação (inteiras) provenientes de outros contextos. Estas apresentam-se em bom estado de conservação (inteiras) e exibem pequenas variações formais que não se encontram testemunhadas naquele lote. Por esse motivo, optou-se por integrar todas as peças neste estudo, individualizando, para efeitos estatísticos, aquelas que provêm dos níveis conformados à Fase 1. Três destes exemplares são provenientes dos aterros que colmatavam as galerias do criptopórtico romano e foram exumados entre os anos 30 e 60, primeiro por Vergílio Correia e posteriormente por Bairrão Oleiro. Os contextos e localização precisa de recolha são desconhecidos. Os restantes espécimes são oriundos do terrapleno que cobre as fundações da basílica do complexo forense romano onde foi possível definir pequenas bolsas que se encontram articuladas com a reforma de todo o bloco norte do antigo Paço Episcopal que se iniciou já em meados da centúria quatrocentista.

O conjunto cerâmico revela uma forte homogeneidade morfo-tipológica. Trata-se exclusivamente de peças para conter e servir líquidos, onde se conta a presença de cântaros, jarros e o que se convencionou designar por jarrinhas ou púcaros de pé alto (**Quadro 47**).

[136] Conferir no capítulo referente à cerâmica medieval – III.1.3.



Quadro 47 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com pintura a branco (Fase I)

Os cântaros exibem bordo de perfil triangular aprumado, com sequência de ressaltos na ligação com o colo contracurvado e sobre o ombro. Ostentam uma asa com depressão longitudinal e corpo de tendência globular. Este modelo aproxima-se da variante A reconhecida nas Fases 1, 2 e 3. A decoração pintada surge através de traços pintados no lábio, colo, pança e asa, surgindo por vezes sequências de quatro "pestanas" na parte mais alta do bojo. Foram contabilizados 8NMI nos contextos da Fase 1 (**Est. LXXX** e **Fig. 171 A e B**) e um exemplar nos aterros da basílica (**Est. LXXXIV – n.º 2** e **Fig. 171-E**).

Os jarros de uma asa provenientes dos níveis da Fase 1 (4NMI) apresentam colo alto, recto e canelado e corpo ovoide (**Est. LXXXI** e **Fig. 171-C**). Nos outros contextos recolheram-se peças semelhantes que ostentam um bico vertedor (**Est. LXXXIII – n.º 3 e 4** e **Fig. 171-F**) ou corpo mais globular (**Est. LXXXIII – n.º 1 e 2**). Os traços pintados horizontais e paralelos sobrevêm no colo, pança e asa.

As jarrinhas (ou pucarinhos) surgem armadas com duas asas, lábio boleado, colo alto e recto marcado por ressalto na junção com o bojo de formato elipsoidal e pé alto, tipo bolacha. Nos níveis atribuídos à Fase 1 apenas se recolheram três peças incompletas (**Est. LXXXII** e **Fig. 171-D**). Um elemento inteiro (**Est. LXXXIV – n.º 1** e **Fig. 171-G**) recolhido nas galerias do piso superior do criptopórtico acomoda-se a esta caracterização. A gramática decorativa é mais variada. Para além

dos traços horizontais pintados sobre o bojo, no colo surgem motivos geométricos, os ondulados ou bandas de traços verticais.

Embora ainda pouco divulgadas, peças com características morfológicas e tipológicas semelhantes surgem genericamente enquadradas em contextos mais recuados, entre finais do século XIII e segunda metade do século XIV. Os paralelos formais e estilísticos mais evidentes identificaram-se em Santarém (Liberato, 2011: anexo VI). Por norma, nestes contextos trecentistas ocorre a presença de cerâmicas vidradas de importação francesa do centro oleiro de Saintonge e da área Paris-Rouen. Para além de Santarém, é o caso, por exemplo, de Lisboa (Gaspar e Amaro, 1997: 337-339 e Fernandes *et alii*, 2008: 164-168) e do Porto (Real *et alii*, 1995: 177 e Gomes *et alii*, 2004: 91). Também em Coimbra, nos contextos em estudo, a cerâmica pintada a branco surge associada a peças de pasta branca revestidas a vidrado de cor verde que serão abordadas em capítulo posterior (cap. 1.4.2.12.1). Contudo, o aparecimento destas importações de inequívoca datação baixo-medieval (séc. XIV) não altera a proposta cronológica apresentada. Se é fácil justificar a conservação e manutenção de um bem importado e considerado símbolo de ostentação por mais de uma geração, o mesmo será bastante improvável no que toca à baixela de cerâmica comum, ainda que pintada. Os contextos selados de proveniência das peças com pintura a branco que apresentamos encontram-se relacionados com reformas estruturais realizadas no antigo Paço Episcopal que se encontram bem datadas do 2º quartel do século XV.

Para além destas, apenas se recolheu um fragmento de cerâmica pintada a branco entre o lote que integra a Fase 4. Por se encontrar bastante incompleto é de classificação duvidosa, podendo corresponder a um copo ou a outra qualquer redução de vasilhame para uso infantil (**Fig. 171-H**). Apesar de pintada, as características do traço e técnica empregue é bastante distinta da constatada no lote da Fase 1. Parece antes assemelhar-se a outras peças conhecidas provenientes de contextos datados já do século XVI como as do castelo de S. Jorge em Lisboa (Gaspar e Gomes, 2013: 722-723 e fig. 4 – n.º 1 e 3).

A cerâmica pintada a branco encontra-se bem documentada neste local em diferentes contextos de cronologia alto-medieval de influência islâmica a partir do século IX, atingindo o seu momento mais expressivo no século XI e denotando uma quebra a partir do século XIII (Cf. Cap. III.1.3). No entanto, regista-se pela primeira vez a sua presença em níveis tão tardios, denotando tratar-se de uma produção de grande longevidade e patenteando a subsistência daquela tradição de raiz muçulmana. Esta matriz meridional mediterrânea é notória não só através da aplicação de pintura a branco, mas também na selecção do repertório formal e na evolução desses perfis

tipológicos face aos protótipos mais antigos (encontrando-se bem patente, por exemplo, nas jarrinhas).

Este conjunto artefactual é mais um exemplo de uma realidade mais complexa, abrangente e diversificada e de algum hibridismo cultural que perdurou em Coimbra como resultado da sua posição charneira entre cristãos e muçulmanos entre 714 e 1064, visível a escalas tão distintas. Os "traços mouriscos" persistiram e ainda hoje sobrevivem na cultura e arquitectura de Coimbra

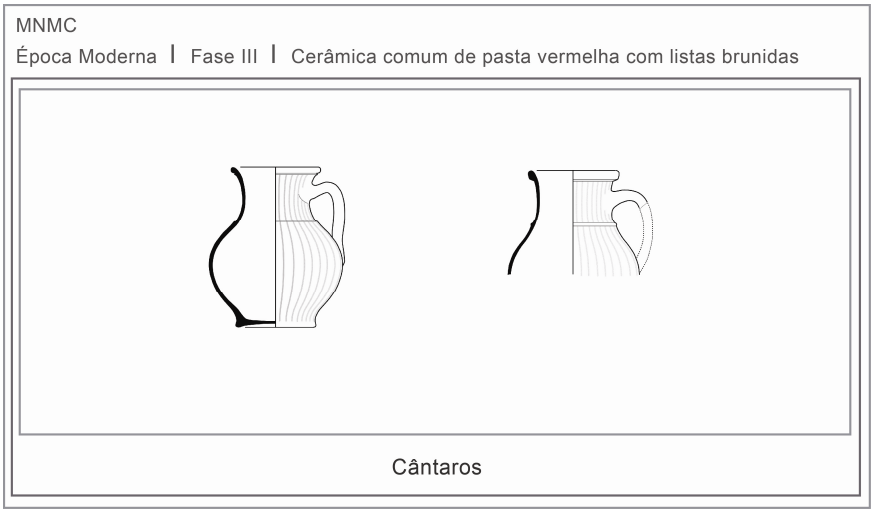
1.4.2.5. Cerâmica de pasta vermelha com listas brunidas (Fases III, IV)

Como foi já referido, a partir de meados do século XVI, um novo grupo composto por cerâmicas com listas brunidas na superfície exterior parece vir substituir os recipientes com polimento externo, dominantes em certos conjuntos funcionais nas três fases anteriores. Este, tal como o anterior, encontra-se representado unicamente por peças de uso específico – armazenamento, transporte, serviço e consumo de líquidos.

Este fabrico surge residualmente e pela primeira vez na Fase 3, estando apenas representado por três cântaros. Uma das peças figuradas assume a particularidade de conjugar uma variante de cântaro (B) exclusiva das primeiras três fases cronológicas com um tipo decorativo que emerge apenas na transição para a última fase. Com efeito, neste caso concreto, as linhas verticais brunidas foram aplicadas num cântaro de corpo globular (**Est. CVI – n.º 1**), forma que desaparece por completo na Fase 4. No entanto, coexistem com este elemento, outros dois recipientes que, embora se encontrem incompletos, parecem assumir um perfil mais alongado (**Est. CVI – n.º 2**) e o fundo plano que irá caracterizar os novos cântaros. Este é mais um exemplo do carácter transitório que a Fase 3 parece vir a assumir na cadeia evolutiva morfológica durante o período em análise. Tal como se fará referência mais adiante, durante esta fase parecem conjugar-se os perfis mais arcaicos provenientes das Fases 1 e 2, ao mesmo tempo que se anuncia o advento de novos tipos que irão caracterizar a Fase 4.

O vasilhame com decoração por listas brunidas perfaz 10% do lote atribuído à Fase 4 (**Quadro 29**). Contempla 92 peças que patenteiam um conjunto formal diversificado (**Quadro 49** e **Fig. 172**) que reúne hidrocéramos reservados ao armazenamento (1 pote); armazenamento e transporte (15 grandes cântaros); armazenamento e/ou serviço (15 pequenos cântaros, 2 bilhas, 1 gorgoleta, 2 jarros e 1 púcara); e consumo (43 púcaros, 4 copos, 2 cálices) de líquidos e outras de uso diverso (1 tampa e 5 objectos de uso lúdico ou unguentários).

O único pote referenciado apresenta corpo ovóide adelgaçado na parte inferior, colo estreito de paredes curvas divergentes e bordo com aba descaída (**Est. CXL – n.º 3** e **Fig. 172-H**). As listas brunidas visíveis no bojo contrapõem-se à banda uniforme brunida que preenche o colo e bordo.



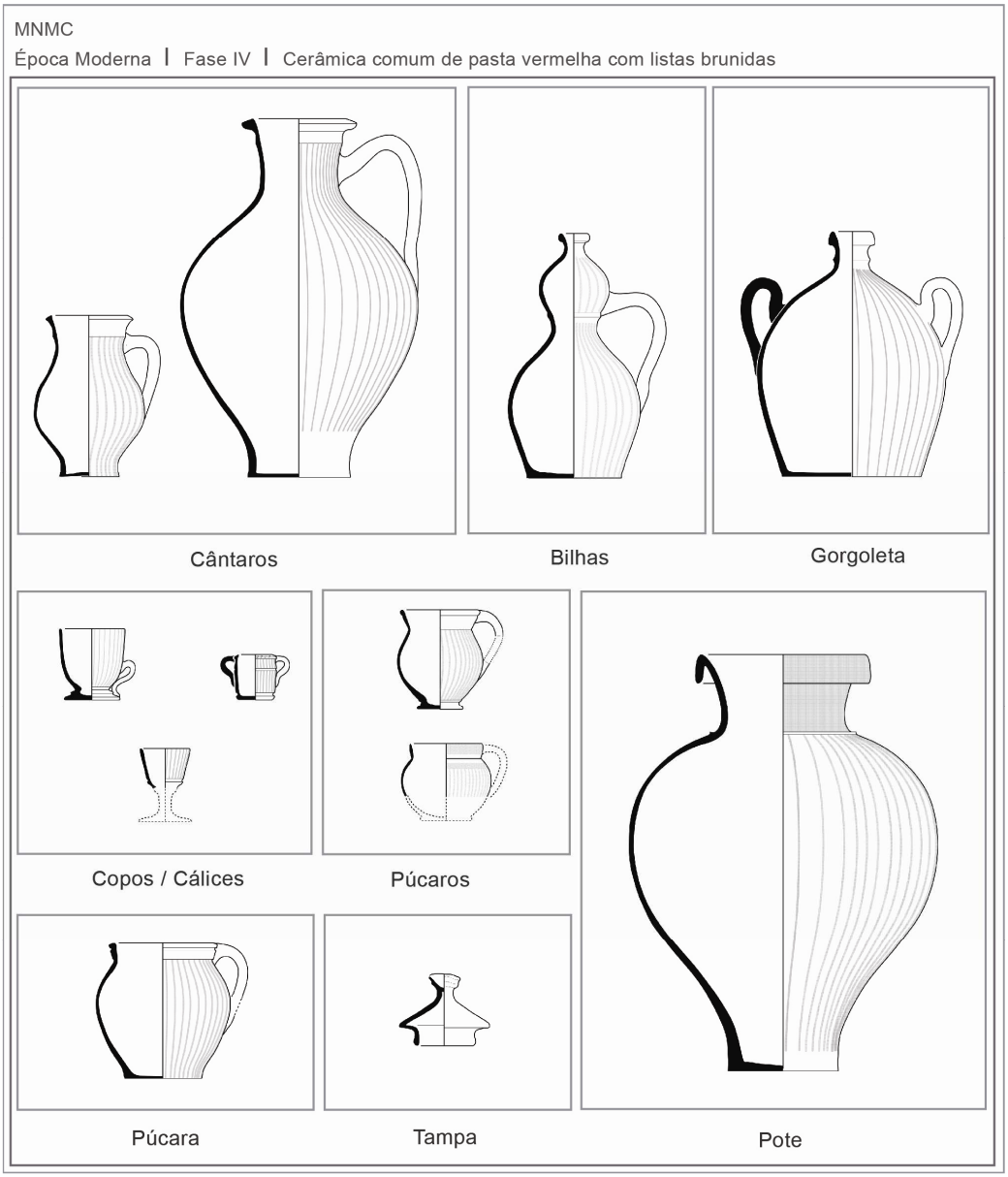
Quadro 48 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com listas brunidas (Fase III)

Um dos grupos mais numeroso e característico é composto por cântaros de perfil ovóide alongado, colo cilíndrico e bordo de lábio plano. Este tipo decompõe-se em dois conjuntos de proporções distintas (**Fig. 172-B**). Os recipientes de maior porte que rondam os 12cm de diâmetro e os 34-38cm de altura (**Est. CXXXVII, CXXXVIII e CXXXIX – n.º 5**) e os de menor dimensão que apresentam diâmetro entre os 9,5-11cm e altura entre os 17-22cm (**Est. CXXXIX – n.º 1 a 4**). Desta divergência deriva a dúvida quanto à designação dos pequenos recipientes. Se aos primeiros se arroga certamente uma função de armazenamento e transporte, os segundos associam-se plenamente a peças de serviço que poderíamos incluir no grupo dos jarros. No entanto, face às semelhanças formais, apenas quebrada pela discrepância de medição dos atributos, optou-se por se adoptar a mesma terminologia diferenciando os grandes (15NMI) dos pequenos (15NMI) indivíduos.

Os recipientes de armazenamento, conservação e/ou serviço de líquidos encontram-se ainda figurados por duas bilhas tipo "cabaça" de corpo ovóide, colo esférico e gargalo (Est. **CXLI – n.º 1 e 2** e **Fig. 172-C**) e uma gorgoleta de duas asas e gargalo (**Est. CXLI – n.º 3** e **Fig. 172-I**) já referenciada noutro fabrico (**Est. CXXVI**). Entre as peças de servir à mesa poderá ainda incluir-se uma púcara bojuda (**Est. CXL – n.º 2**) e outras duas peças apenas circunscritas à parte superior que poderão, talvez, inscrever-se no grupo dos jarros. Apesar de incompletas, uma apresenta perfil simples (**Est. CXLIII – n.º 4**) e outra colo desenvolvido marcado por canelura onde arranca a asa (**Est. CXLIII – n.º 6**).

O conjunto maioritário é composto por peças reservadas ao consumo de líquidos, onde se destaca a presença de 43 púcaros. A forma principal exibe corpo globular, colo curto de paredes divergentes e lábio boleado de onde arranca uma asa (**Est. CXLII** e **Fig. 172-D**). Assenta, normalmente, em base espessada e destacada do corpo. Apenas um exemplar possui pé tipo

bolacha (**Est. CXLII – n.º 3**), mostrando igualmente um corpo de perfil mais alongado. Na face exterior surge a típica decoração brunida através de traços verticais ou oblíquos e, somente nesta forma e raras vezes, sob a forma de reticulados (**Est. CXLII – n.º 6**). Nalguns casos, verifica-se a ocorrência de banda uniforme brunida sobre o bordo e ombro (**Est. CXLII – n.º 5 e 7**).



Quadro 49 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com listas brunidas (Fase IV)

Surge ainda outra forma que, apesar de asada, se optou por designar por copos[137] (4NMI). Uma das peças apresenta corpo de tendência cilíndrica com estreitamento na parte inferior e pé tipo bolacha (**Est. CXLIII – n.º 1** e **Fig. 172-E**). Os restantes elementos de perfil cilíndrico e base

[137] Carolina Michaëlis refere a existência de uma forma designada por "apucarado" que consistia em copos munidos de asa tal como os púcaros (Vasconcelos, 1921: 77, nota 199).

plana apresentam uma ou duas asas a arrancar do bordo (**Est. CXLIII – n.º 2, 5 e 7**). Um novo elemento é de classificação mais problemática. Igualmente de corpo cilíndrico e duas asas, dispõe de bordo reentrante (**Est. CXLIII – n.º 3** e **Fig. 172-G**). A sua modesta dimensão (4,5cm de altura) levou a que o designemos como pequeno cálice. O mesmo se aplica a um fragmento de pequeno recipiente de paredes rectas divergentes que poderia assentar num pé alto (**Est. CXLIII – n.º 8**).

Por fim, refira-se a presença de uma tampa de campânula com pega em forma de pequeno receptáculo com bico vertedor (**Est. CXL – n.º 1** e **Fig. 172-J**) e de um conjunto de cinco pequenos objectos de forma imprecisa (**Fig. 172-F**). Dois correspondem a pequenos gargalos altos com 2cm de diâmetro assemelhando-se a modelos conhecidos de unguentários (**Est. CXLIV – n.º 1 e 2**). Os restantes receptáculos de pequena dimensão de que não dispomos do bordo (**Est. CXLIV – n.º 3 a 5**) parecem reduções de vasilhame para uso infantil.

Os testemunhos conhecidos deste tipo de produções parecem encontrar-se circunscritos à região norte litoral do continente português. Não encontramos, na bibliografia consultada, vestígios de cerâmica com estas características nos contextos arqueológicos contemporâneos do sul de Portugal, inclusive nos centros oleiros mais bem conhecidos como Silves (Gomes, 2008) ou Barreiro, quer na Mata da Machada (Torres, s/d; Carmona e Santos, 2005) quer em S. António da Charneca (Barros *et alii*, 2013). A sua ausência é notada igualmente em sítios tão distintos como Lisboa (Diogo e Trindade, 2000; Gaspar *et alii*, 2009), Almada (Sabrosa, 1994), Cascais (Cardoso e Rodrigues, 1999), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998), Montemor-o-Novo (Ribeiro, 1984) ou Évora (Teichner, 1998 e 2003).

As cerâmicas integradas neste tipo específico de fabrico têm sido recorrentemente associadas às produções provenientes da região de Aveiro/Ovar (Bettencourt e Carvalho, 2007-2008: 272-281; Carvalho e Bettencourt, 2013: 743-744). Este é o caso do grupo de louça vermelha "VEROV" recolhido na Casa do Infante no Porto (Barreira *et alii*, 1998: 169 e 180-182; Castro *et alii*, 2003) ou noutros locais da franja centro-litoral do país como Viana do Castelo, Peniche e S. Martinho do Porto (Bettencourt e Carvalho, 2007-2008: 273-274). As mesmas cerâmicas terão também atingido uma difusão comercial expressiva no espaço atlântico, sendo conhecidas, por exemplo, nas ilhas da Madeira e Açores (Sousa, 2011: 218-221), na Europa do Norte e outros sítios ultramarinos (Carvalho e Bettencourt, 2013: 744).

A este extenso leque têm-se vinculado as cerâmicas análogas recolhidas em Coimbra. Na verdade, as semelhanças com os recipientes exumados nas cargas dos navios naufragados na Ria de Aveiro A (Alves *et alii*, 1998; Carvalho e Bettencourt, 2013) ou B-C (Coelho, 2013) são por demais evidentes. Do primeiro conjunto destacam-se as semelhanças com os púcaros (forma 7A/B), cântaros (formas 12 A e B) e bilhas (formas 13 e 14) (Alves *et alii*, 1998: 191, fig. 8; Carvalho

e Bettencourt, 2013: 737-741). No segundo lote evidenciam-se as mesmas afinidades com os púcaros (forma 20 e 21), cântaros (formas 15 e 16) e bilhas (formas 18) (Coelho, 2013: 759, fig. 4). Do mesmo modo, assinala-se idêntico parentesco para o restante espólio ceramológico exumado nestas embarcações que compõem outros fabricos como as cerâmicas de superfície alisada ou com polimento/brunido interno que, neste último caso e em Aveiro, se integram no mesmo grupo do das listas brunidas. Exposto este cenário deveremos afinal atribuir a proveniência destes materiais recolhidos em Coimbra à região de Aveiro/Ovar?

Iniciamos esta análise admitindo uma parcial contemporaneidade entre as colecções. Bem sabemos que as primeiras datações atribuídas a Ria de Aveiro A apontam para meados do século XV (Alves *et alii*, 1998: 185). No entanto, algumas inconsistências entretanto reveladas levaram à repetição das análises por radiocarbono e a considerar-se um intervalo cronológico mais amplo, entre a segunda metade do século XV e a primeira metade do século XVII (Carvalho e Bettencourt, 2013: 742-743). Para a Ria de Aveiro B-C não existem cronologias absolutas, tratando-se sobretudo de espólio avulso que se tem convencionado balizar entre os séculos XVI-XVII (Coelho, 2013: 767).

Ao mesmo tempo que se admite uma consistência formal entre alguns conjuntos de cerâmica de listas brunidas destes dois locais, deverão igualmente apresentar-se algumas divergências. Em primeiro lugar, deverá registar-se que a panóplia formal reconhecida nestes dois sítios não se limita a este repertório de peças similares. É mais diversificada e contempla formas e variantes para já exclusivas de cada um destes lugares. Para além disso, em Coimbra apenas se aplicam estes motivos brunidos em cerâmicas de pastas vermelhas-alaranjadas. Em Aveiro, apesar destas serem maioritárias não são exclusivas, verificando-se que alguns púcaros sofreram uma cozedura em ambiente redutor resultando em peças de tom cinzento e negro (Carvalho e Bettencourt, 2013: 735). Os padrões decorativos em Aveiro são mais diversificados, assistindo-se nalguns púcaros e talhas à representação de esquemas e combinações complexas tendo por base motivos geométricos e os reticulados (Carvalho e Bettencourt, 2013: 735 e 741, fig. 11; Coelho, 2013: 759, fig. 4). No lote de Coimbra, as linhas verticais brunidas são preponderantes, verificando-se a presença de apenas três púcaros com reticulados.

Ainda que se apontem estas pequenas discrepâncias, estamos conscientes que as mesmas se podem dever ao actual deficiente conhecimento das colecções referentes a estas duas cidades. Paralelamente, a documentação escrita poderá contribuir para atenuar esta problemática. Segundo a "Taxa dos ofícios dos oleiros" de Coimbra, datada de 12 de Novembro de 1573, aqueles, entre outras variadíssimas peças, produziam cântaros grandes brunidos (Carvalho, 1921: 140 e documento V). É sem grande hesitação que associamos estes recipientes aos grandes cântaros com listas brunidas apresentados (**Est. CXXXVII, CXXXVIII e CXXXIX – n.º 5**).

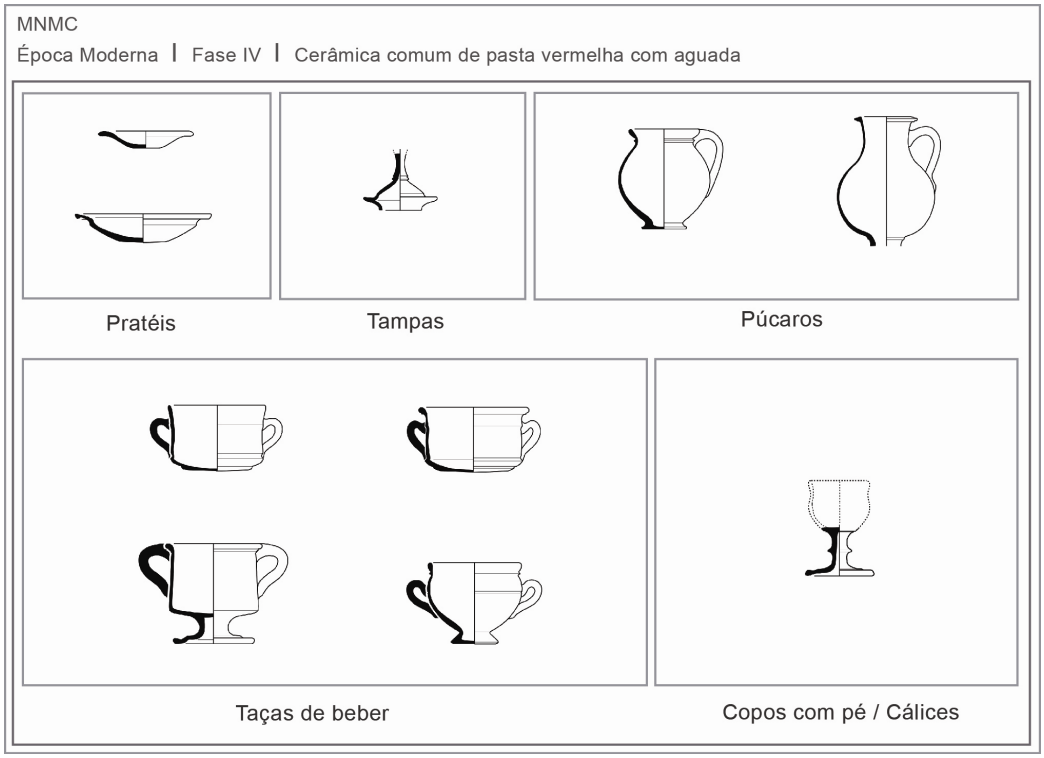
Perante o exposto, acreditamos que o centro oleiro de Coimbra, a par com o de Aveiro, produziria este tipo particular de peças, cuja presença é comum e abundante em vários contextos conhecidos da cidade de finais do século XVI e XVII que se encontram ainda por estudar e divulgar. É o caso, por exemplo, de Santa Clara-a-Velha e do Convento Velho de S. Domingos (Almeida *et alii*, 2013: 487, fig. 7 – n.º 12). Assim sendo, à luz dos novos dados e dos que acorrerão, terá de se rever o discurso dominante que atribui a Aveiro o exclusivo destas produções. O prosseguimento do estudo não dispensará a revisão das colecções integradas neste fabrico que têm sido identificadas em território português, europeu e ultramarino, não esquecendo que ainda no início do século XVIII o ancoradouro de Aveiro era utilizado pelos oleiros e malegueiros de Coimbra como ponto de escala para outros destinos (Capela, s/d: 77, 80 e 83 *apud* Coelho, 2013: 766).

1.4.2.6. Cerâmica de pasta vermelha com aguada (Fase IV)

Uma das obras de Carolina Michaëlis de Vasconcellos (1921) mais vezes citada por todos os ceramistas celebrizou um tipo específico de púcaros de mesa de "barro tosco" que se distinguem pela sua cor forte avermelhada, leveza e porosidade que conferia frescura, bom cheiro e paladar à água que deles se bebia. Estes recipientes, que se começam a destacar no século XVI (Carvalho, 1921; Vasconcellos, 1921: 12-13), são facilmente reconhecíveis entre a diversa panóplia formal que compõe os lotes cerâmicos atribuídos a este período. Surgem genericamente integrados, em várias publicações (Folgado e Ramalho, 2000: 41; Santos, 2008: 327; Trindade, 2013: 533 e 535, entre outros), num grupo designado de cerâmica de engobe vermelho e são apresentados indistintamente e juntamente com o que se tem vindo a denominar como cerâmica comum fina. Afastamo-nos destas classificações. Em primeiro lugar, porque entendemos o engobe como sendo uma substância de argila pastosa ou uma barbotina com alguma espessura e de aspecto acetinado que não se concilia com o que presenciamos neste tipo particular de fabrico. Do que observamos, estas peças parecem ter sido revestidas, depois de secas, por uma solução diluída ou aquosa dotando-a, à superfície, de uma tonalidade vermelha acastanhada mais franca. Esta "camada delgada de ocre" (Vasconcellos, 1921: 51), além de impermeabilizante, poderá, a nosso ver, ser também entendida como técnica de reforço cromático aproximando-se da denominada cerâmica de almagre conhecida desde a pré-história. Esta solução, ao contrário do que entendemos por engobe, permitiria o repetido renovamento artificial da coloração, "raspando" ou roçando a superfície das peças com pedras polidas. Actividade que surge associada a estes "púcaros", apenas adstrita às mulheres, e que se encontra documentada em Lisboa desde 1551 (Vasconcellos, 1921: 51; Carvalho, 1921: 114). Pelo exposto, optamos por apelidar este fabrico de cerâmica de pasta vermelha com aguada.

Por outro lado, a integração deste fabrico no grupo da cerâmica comum dita "fina" pode suster algumas contradições motivadas, desde logo, pela ambiguidade que este conceito reserva. Poderemos entendê-lo apenas como uma característica particular dos objectos dotados de paredes delgadas ou estreitas ou, ao surgirem repetidamente associadas às séries modeladas e empedradas, como um conjunto de louça de qualidade superior, de selecta elaboração e dirigidas a um público mais distinto. Não concordamos com nenhuma destas categorizações pois, em ambos os casos, parece não se adequar totalmente à realidade. Primeiro, embora se constate a presença de paredes pouco espessas, estas não diferem de algumas formas de outros fabricos, como os púcaros de listas brunidas, nem se assemelham à finura das séries modeladas. Segundo, porque este seria um fabrico de grande difusão e agremiado à olaria popular. No século XVI, em Portugal, os afamados púcaros estariam indiferentemente presentes nas mesas mais modestas como nas

mais endinheiradas (Carvalho, 1921: 101). A diferença entre o "púcaro do pobre" e o "púcaro do rico" residia essencialmente na quantidade de vezes que seria utilizado, não estando as classes aristocráticas dispostas a mandar roçar as suas superfícies quando estas perdiam a beleza da sua cor vermelha (Vasconcellos, 1921: 51). O diminuto valor material destes púcaros é por várias vezes assinalado por Carolina Michaëlis (*Ibid.*: 10) que lhes confere um "preço tão vil" (*Ibid.*: 7) não valendo mais que "uns míseros ceitis" (*Ibid.*: 50). A distinção (quando é feita) entre os púcaros de cunho popular e os de feição mais ilustre obedece a outros padrões. Estes residem, unicamente, na exuberante ornamentação que alguns espécimes poderão ostentar. Neste caso concreto, incluem-se os exemplares modelados, empedrados e com decoração em alto-relevo, consideradas "cerâmicas de ostentação" e apenas reservadas às classes mais abastadas (Vasconcellos, 1921: 53; Carvalho, 1921: 95-102). No entanto, como veremos, estas produções de fabrico mais cuidado revelam a manutenção do gosto pela mesma tonalidade (aguada) sobre a qual se irá proceder à modelação ou aplicação da decoração. Nestes casos, o banho cromático surge já muito atenuado devido à impossibilidade de se poderem agastar estas superfícies irregulares e assim avivar a coloração. Deste modo, em última instância e para alguns casos, a diferenciação poderá simplesmente concretizar-se pela presença de peças com aguada, lisas ou com decoração.



Quadro 50 - Quadro recapitulativo das principais formas de cerâmica de pasta vermelha com aguada (Fase IV)

Após estas breves considerações iniciais, que tendem a caracterizar este fabrico, deverá destacar-se que estas produções surgem exclusivamente no lote adstrito à fase 4, totalizando 12%

desse conjunto (102NMI). De facto, na Taxa dos ofícios dos oleiros de Coimbra, datado de 1573, surgem citados os "púcaros para beber com seu alguidarinho para debaixo e testo" ou os "púcaros de coruchéu com pé" (Carvalho, 1921: 104 e documento V) que facilmente associamos à forma mais mediática e recorrente deste tipo de fabrico – o púcaro, que surge representado por 48 elementos. Este apresenta, genericamente, um corpo ovóide, bordo esvasado (por vezes com canelura a meia altura), colo com ressalto, pé saliente tipo "bolacha" e uma asa a arrancar do bordo (**Est. CXLV e CXLVI – n.º 1 a 4** e **Fig. 173-A**). Apenas uma peça se distingue desta variante por apresentar bordo com espessamento externo, colo desenvolvido e contracurvado de onde arranca a asa, denotando-se ainda um estreitamento na base que se encontra incompleta (**Est. CXLVI – n.º 5**).

Como se deduz das passagens anteriormente citadas da taxa dos oleiros de 1573, estes exemplares não se dissociam de outros elementos complementares. Os mais vulgares são os testos ou tampas designadas de coruchéu por se assemelharem a um zimbório (Carvalho, 1921: 114). Foram identificados 9NMI (**Est. CXLVII – n.º 8 a 11** e **Fig. 173-E**) que, de resto, se assemelham a outros bastante comuns noutros locais como Lisboa, no edifício do Aljube (Santos, 2008: 335, fig. 7 – n.º 29) ou em outros pontos desta cidade (Ferreira, 1995: 160, est. 7 – n.º 2 e 3; Diogo e Trindade, 2003: 213, fig. 8 – n.º 47). No mesmo trecho daquele documento menciona-se o "alguidarinho" que seria colocado debaixo do púcaro (**Fig. 173-D** (?). Não dispomos de elementos descritivos suficientes para conseguir determinar, com certeza, a que forma se refere aquela designação. No entanto, destaca-se a recolha de 7 pratéis (**Est. CXLVII – n.º 1 a 7** e **Fig. 173-C**) que facilmente poderiam desempenhar aquela função, servindo de pires ou base aos púcaros. Estes pratos baixos, de pequena dimensão (raramente ultrapassam os 14cm de diâmetro), podem apresentar aba horizontal (**Est. CXLVII – n.º 2 e 3**) ou soerguida com lábios boleados (**Est. CXLVII – n.º 6 e 7**) ou triangulares (**Est. CXLVII – n.º 4 e 5**). A ligação entre o bordo e a caldeira é denunciada por linha quebrada ou aresta.

Um dos tipos mais representados (20NMI) reporta-se a taças de duas asas, baixas, largas e de paredes rectas (**Est. CXLVIII – n.º 1 a 4** e **Fig. 173-B**). Uma destas peças, em que as asas arrancam do bordo, distingue-se também por apresentar pé alto (**Est. CXLVIII – n.º 5** e **Fig. 173-F**). Ainda outro exemplar, que conta igualmente com pé destacado, evidencia-se por apresentar corpo com paredes curvas (**Est. CXLVIII – n.º 6** e **Fig. 173-H**).

Por fim, destaca-se a presença de 18 pés altos com base tipo "bolacha" (**Est. CXLIX – n.º 3** e **Fig. 173-I**). Embora não tenha sido possível reconstituir nenhum perfil completo, deverão pertencer a algumas copas de paredes curvas (**Est. CXLIX – n.º 2**) que associamos a cálices ou copos com pé. Exemplares semelhantes surgem normalmente decorados (Santos, 2008: 331 e 332, fig. 4), sendo esse o motivo principal para a separação dos dois elementos com alto-relevo que serão abordados

em capítulo posterior. Como veremos, algumas das formas representadas neste grupo serão escolhidas para novas versões melhoradas ou decoradas integradas no que se designará por cerâmica fina (séries modeladas e empedradas). Para além de se constatar uma afinidade com os perfis básicos, verifica-se a manutenção das superfícies aguadas de cor "rubra" que caracterizam este fabrico. Curiosamente, ao contrário das formas lisas e como se assinalará, somam-se as publicações referentes aos fabricos finos onde constam vários objectos semelhantes aos da nossa coleção, oriundos de várias proveniências. As séries lisas encontram-se praticamente omissas nos estudos consultados. Perante o actual estado dos conhecimentos, atribuímos, para já, esta ausência a um mero acaso ou à falta de interesse dos investigadores que preferencialmente se debruçam sobre os elementos ornamentados que surgem a par com aquelas produções. Esta poderá ser a causa para que se refiram isoladamente nessas publicações as designadas "tampas de coruchéu" de perfil mais lavrado que, sabemos, seriam complementares dos simples púcaros. De qualquer modo, parece-nos evidente que passado mais de um século da 1ª edição (1905) do afamado estudo de Carolina Michaëlis (Vasconcellos, 1921), "poucas palavras" se têm dito "a respeito de púcaros de Portugal".

1.4.2.7. Cerâmica comum fina e decorada de pastas vermelhas

Nos últimos anos, tem-se convencionado designar por cerâmica comum fina de Época Moderna (Folgado e Ramalho, 2000; Santos, 2008; Etchevarne, 2011; Trindade, 2013, entre outros) um grupo singular de louça de mesa que comunga de algumas características particulares como a pasta vermelha compacta e depurada reforçada pelo tom ocre das superfícies aguadas ou brunidas, a fina espessura das paredes e, sobretudo, pelo forte apelo estético conferido pela profusa decoração que algumas peças ostentam. Por sua vez, este conjunto de elevado requinte e qualidade de acabamento é amiúde decomposto em subgrupos de acordo com as técnicas decorativas aplicadas. Incluem-se, neste caso, as séries modeladas, empedradas, as peças com decoração relevada ou com engobe brunido[138]. Apesar da prorrogada aceitação que aquele conceito tem merecido e que nos levou a utilizá-lo, julgamos que é ainda vago, ambíguo e que necessita de alargada revisão. Em primeiro lugar, poderá levar o observador mais incauto a tratar

[138] Como se referiu anteriormente, excluímos deste grupo as cerâmicas lisas de pasta vermelha com aguada que todos os outros autores continuam a designar por engobe e, alguns, a incluir indiferenciadamente junto destas produções mais elaboradas. É certo que, à excepção das cerâmicas brunidas, todas as outras séries mencionadas revelam a presença de banho cromático ou aguada nas superfícies. Não obstante, do grupo apelidado de "cerâmica comum fina" constam as peças que revelam uma superior qualidade técnica e estética através, sobretudo, do virtuosismo na aplicação de decorações complexas.

todo este grupo como uma produção tipologicamente relacionável, situação que, a nosso ver, merece cautela. Embora se demarque facilmente do vasto conjunto que compõe a restante cerâmica comum, é constituído simultaneamente por peças que consoante o subgrupo comportam singularidades e soluções técnicas diversificadas. Na grande maioria dos casos partilham das características enunciadas, mas como veremos nem todos os exemplares são de pequena dimensão ou têm uma aparência frágil, paredes pouco espessas, cor superficial avermelhada ou decoração elaborada.

Por outro lado, a profusa decoração observada na maior parte destes objectos levou a que alguns autores apelidassem este conjunto de cerâmicas "barrocas" (Ferreira, 1995; Etchevarne e Sardinha, 2007). A nosso ver, esta designação poderá ser igualmente enganadora uma vez que assenta em pressupostos que, de acordo com o actual estado dos conhecimentos, poderão ser facilmente contestados. Aqueles investigadores interpretam este grupo cerâmico como uma representação da estética barroca no quotidiano doméstico, por alegadamente não procederem de uma tradição anterior às representações de várias naturezas-mortas seiscentistas onde surgem recorrentemente associadas a outros objectos de grande requinte como os vidros, a ourivesaria, a porcelana e a faiança. Entre a iconografia citada torna-se incontornável a obra de Josefa de Óbidos (*Josepha d'Ayalla*) em Portugal (Serrão, 1993), mas também de vários bodegões da vizinha Espanha (Ramalho e Folgado, 2002: 254-255 e 268) onde surgem reproduzidos os mesmos materiais exumados em contexto de escavação[139]. Os primeiros trabalhos que abordam a descrição e interpretação deste tipo de espólio debruçam-se sobretudo sobre colecções que se encontravam depositadas em museus e desarreigadas de informação relativa aos contextos primários de proveniência. Por esse motivo, aqueles investigadores encontraram junto das referidas representações iconográficas uma base de apoio para lhes conferir uma cronologia geralmente atribuível ao século XVII e assim integrá-las no universo artístico barroco. Na verdade, estas cerâmicas parecem ter colhido grande aceitação entre as classes mais privilegiadas durante o século XVII. No entanto, tem-se multiplicado o registo do seu aparecimento em níveis datados desde meados do século XVI[140] e que indicam claramente uma tradição anterior à que se propalava. Deste modo, acercamo-nos da tese apresentada por M. Ramalho e D. Folgado (2002: 256), que as aproxima esteticamente do maneirismo, tendo também em conta a duradoura influência deste movimento e a entrada tardia do complexo cultural barroco em Portugal. Apesar

[139] Este paralelismo tem sido recorrentemente citado por vários autores e foi alvo de maturada análise em recente trabalho académico (Gonçalves, 2012).

[140] Para além do lote que apresentamos poderemos mencionar, a título de exemplo, o espólio proveniente do edifício do Aljube (Santos, 2008: 325) e Convento de S. Francisco (Ramalho e Folgado, 2002: 247) em Lisboa, atribuídos cronologicamente a meados e à segunda metade do século XVI.

da dificuldade na definição daquele estilo e em linhas gerais, julgamos contemplar uma valorização da originalidade e das interpretações individuais que na escultura, ourivesaria, vidraria ou azulejaria daquele período se caracterizam pelo dinamismo e complexidade das formas ou pelo artificialismo e elegância no tratamento dos seus temas que acaba igualmente por se transpor para a produção cerâmica. Admitimos, por fim, que peças mais antigas se associem ao maneirismo e outras, mais tardias, se possam filiar no filão estético barroco, sendo verdadeiramente problemático, quer pela forma quer pela decoração, dissociarem-se com clareza umas das outras.

Tem-se vindo a assumir que estas louças de qualidade superior e de forte cunho classicizante, nomeadas até como cerâmica comum erudita (Folgado e Ramalho, 2000: 47), são destinadas a um público mais selecto, a uma elite com maior poder económico e culturalmente desenvolvida. Este discurso é veiculado desde os primeiros estudos que abordam esta temática, considerando-as "cerâmicas de ostentação" de usufruto exclusivo das classes mais abastadas (Vasconcellos, 1921: 53; Carvalho, 1921: 95-102). De facto, o registo arqueológico parece, por enquanto, comprovar esta conjectura. Os seus testemunhos mais significativos, particularmente de lotes cerâmicos modelados ou com decoração relevada, são provenientes de centros urbanos e sempre relacionados com uma elite social, regularmente arrolados a áreas conventuais. É o caso das colecções procedentes do convento de Santa Clara de Moura (Rego e Macias, 1993), convento de S. Francisco de Lisboa (Ramalho e Folgado, 2002), convento de Nossa Senhora da Piedade de Cascais (Cardoso e Rodrigues, 2002), convento de S. Francisco de Alferrara em Palmela (Fernandes e Carvalho, 2003), Casa do Brasil em Santarém, provavelmente relacionada com o antigo convento dos Agostinhos (Folgado e Ramalho, 2000), convento de Cristo em Tomar (Ferreira, 1994), convento de Santana em Lisboa (Sardinha, 1990-92), convento de Santana em Leiria (Trindade, 2013), convento de Santo António de Ferreirim em Lamego (Larrazabal Galarza, 2013) e convento de Santa Clara-a-Velha em Coimbra (Leal e Ferreira, no prelo), entre outros. A este leque deveremos associar outro tipo de ambientes citadinos e de referência entre as elites sociais como o próprio Paço Episcopal de Coimbra, a Casa do Infante no Porto (Real *et alii*, 1995: 183-184), antigo edifico da Alfândega daquela cidade e o edifício do Aljube em Lisboa, em meados do século XVI, durante o período em que estaria ocupado por eclesiásticos (Santos, 2008: 326). Para além destes, verifica-se a presença do mesmo tipo de vestígios em sítios arqueológicos localizados fora do território português e que demonstram novamente a relação com grupos sociais de grande poder aquisitivo como é o caso das residências nobiliárquicas localizadas na Praça da Sé em Salvador da Baía no Brasil (Etchevarne, 2011) ou os locais habitados por mercadores enriquecidos e estabelecidos em grandes centros europeus como Amesterdão (Baart, 1992) e Flandres (Bartels, 2003).

A "cerâmica comum fina e decorada" exumada no depósito em análise constitui cerca de 4% da totalidade do universo cerâmico em estudo (57 NMI). Encontra-se adstrito ao lote cerâmico proveniente dos níveis que compõem a Fase 4[141], 2ª metade do século XVI, onde também não ultrapassa os 6% de representatividade. O grupo é composto, quase em exclusivo, por louça de mesa destinada ao serviço e consumo de líquidos (particularmente água), mas também de alimentos semilíquidos ou cremosos (doces) ou servindo apenas como elementos decorativos como transparece das fontes iconográficas já mencionadas.

Este conjunto foi dividido em quatro subgrupos de acordo com as técnicas decorativas aplicadas: cerâmica com decoração em alto-relevo; cerâmica brunida ou com engobe brunido; cerâmica modelada; e cerâmica empedrada.

1.4.2.7.1. Cerâmica com decoração em alto-relevo (Fase IV)

O púcaro com decoração relevada de inspiração renascentista, com data gravada de 1558 (Pais *et alii*, 2007: 22 e 26), pertencente à coleção do MNMC e encontrado por António Augusto Gonçalves "na abóboda de uma capela do claustro de Santa Cruz" em Coimbra conjuntamente com outra peça semelhante, mas não datada, conforme registado no Livro I de Inventário daquele museu (referente aos anos 1915-1916), é talvez o exemplar mais emblemático deste tipo de produção cerâmica. Para isso contribuiu não só o destaque concedido na obra de J. Teixeira de Carvalho (1921: 95-103), mas também o excelente estado de conservação e a singular e complexa ornamentação. Reúnem-se neste objecto todos os motivos decorativos que caracterizam este grupo classicizante e que exalta, em primeira instância, a herança greco-romana: medalhões de efigies clássicas ou cariátides, alternando com máscaras e grinaldas de flores, ligados por lineamentos incisos. Através desta peça fica, mais uma vez, patente a inspiração em originais de metal nobre (ourivesaria) usados pelas classes aristocráticas até ao século XVI, época em que o uso de exemplares em barro se alarga a todas as classes sociais (Vasconcellos, 1921: 53). Outro pormenor relevante é a tripla gravação da data 1558 que atesta, sem margem para dúvidas, que estes faustosos recipientes marcavam já presença destacada nos serviços de mesa de certas elites sociais nos inícios da 2ª metade do século XVI.

É escassa a produção bibliográfica disponível sobre estes fabricos com ornamentação relevada ou decoração figurativa aplicada. Para além dos exemplos já citados, conhece-se uma taça procedente do convento de Santo António de Ferreirim (Lamego) com dois medalhões e decoração incisa de temática vegetalista (Larrazabal Galarza, 2013) e outros objectos semelhantes

[141] Apenas um exemplar brunido é proveniente da Fase 3.

provenientes dos mosteiros de S. João de Tarouca (Castro e Sebastian, 2011: 88) e de Santa Clara-a-Velha em Coimbra[142] (Leal e Ferreira, no prelo). Ainda que não publicados deveremos também mencionar a recolha de fragmentos cerâmicos com decoração semelhante nas intervenções arqueológicas realizadas no Convento Velho de S. Domingos em Coimbra (Dias e Silva, 2010: est. V, n.º 2 e 3) e na igreja do convento de Santo António em Aveiro (Silva, 2011b) em contextos datados da 2ª metade do século XVI.

Do lote em estudo apenas se distinguem dois exemplares de cálices ou copos de pé alto com decoração relevada (**Fig. 174**). São semelhantes à forma correspondente em cerâmica de pasta vermelha com aguada, referida anteriormente (**Est. CXLIX – n.º 2 e 3**), diferenciando-se desta apenas pela ornamentação. Embora não tenha sido possível reconstituir nenhum perfil completo, é possível observar, no arranque das copas, a presença de grinaldas de flores em alto-relevo que se conjugam com motivos vegetalistas incisos em repetição linear alternada (**Est. CXLIX – n.º 1** e **Fig. 174**).

1.4.2.7.2. Cerâmica brunida ou com engobe brunido (Fases III, IV)

Recolheram-se 13 indivíduos que incluímos no grupo das cerâmicas finas brunidas. A análise pormenorizada das suas características tecnológicas levou-nos, por sua vez, a distinguir dois subgrupos. Diferenciaram-se as peças com superfície simplesmente brunida, dos exemplares cujas paredes se encontram revestidas por um engobe vermelho escuro brunido que poderá levar o observador mais incauto a tomá-las por genuínas *sigillatas*[143] romanas.

As primeiras, no total de oito exemplares, distanciam-se igualmente destas "*pseudo-sigillatas*" por apresentarem uma tonalidade cromática que varia entre o castanho claro e castanho alaranjado. É deste lote que provém o único exemplar integrado na dita "cerâmica comum fina" exumado nos níveis associados à Fase 3 de depósito. Trata-se de um pequeno púcaro (ou copo/caneca) de uma asa com bordo vertical, lábio afilado e base plana (sem pé) (**Est. CVII** e **Fig. 175-A**). Por se tratar de uma peça única chegou a considerar-se a possibilidade de se tratar de uma infiltração dos níveis superiores. No entanto, as patentes diferenças morfo-tipológicas com os elementos provenientes da fase posterior e a constatação da presença de exemplar semelhante

[142] Para além destes exemplos, refira-se a presença de alguns exemplares recolhidos em Salvador da Baía no Brasil (Etchevarne, 2001: 16, fig. 6 e 17, fig. 7).

[143] Todo o conjunto de cerâmica vermelha fina, não vidrada, é comummente apelidado de *terra sigillata* (e normalmente associada a Estremoz) por diversos autores (Lepierre, 1989: 79-80; Vasconcellos, 1921: 3; Ribeiro, 1961: 3-7; Baart, 1992: 273). No nosso entender, pela presença do engobe lustroso, de toque aveludado e tom avermelhado, apenas este fabrico se poderá assemelhar com o tipo de cerâmica homónimo de época romana.